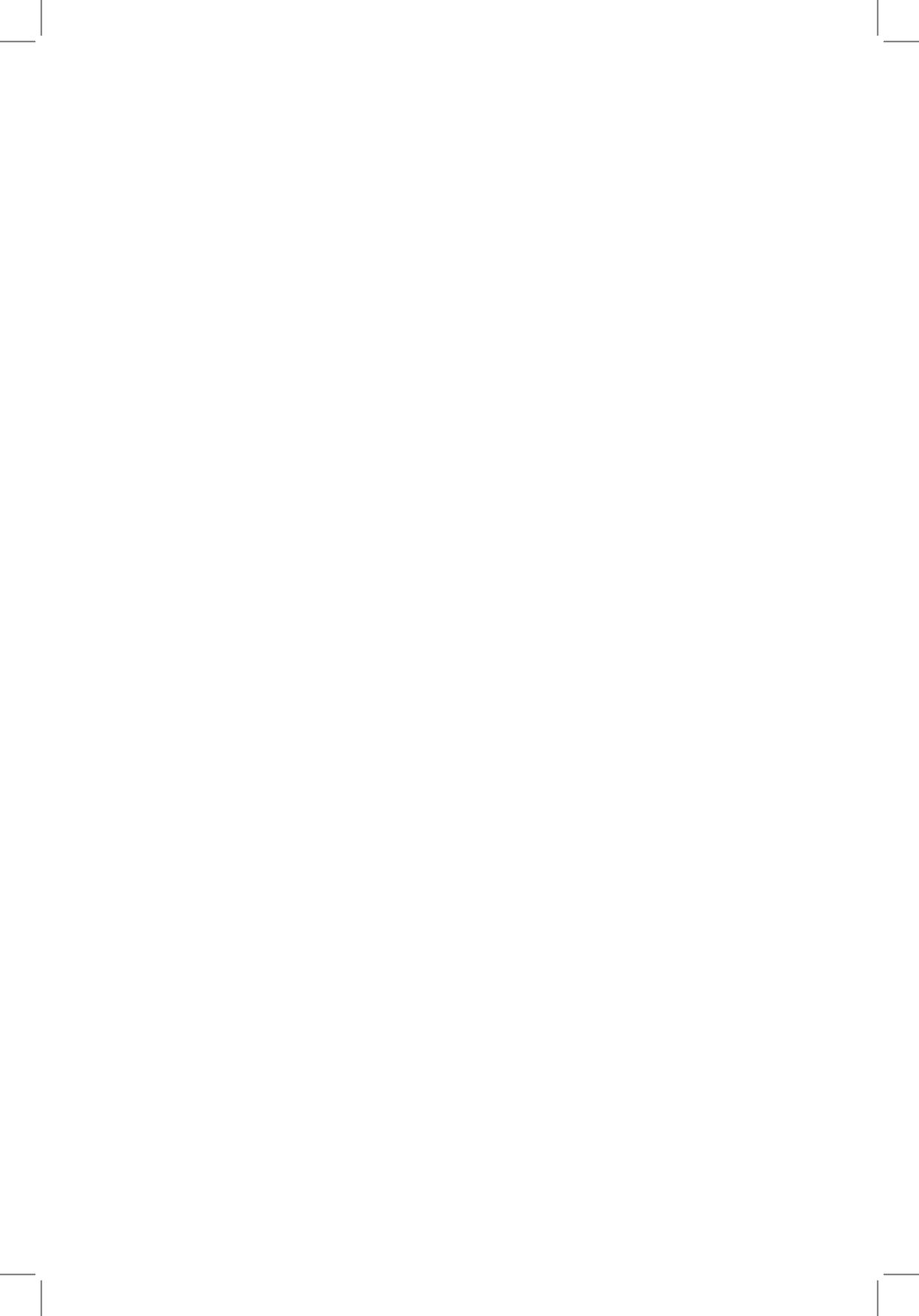


**HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA:  
ORIGENS, CONQUISTAS E DESAFIOS**



**Marcos Francisco Martins**  
**(Organizador)**

**HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA:  
ORIGENS, CONQUISTAS E DESAFIOS**

**1ª edição**

**Setembro** Editora 

**Holambra/SP**

**2012**

Copyright by Marcos Francisco Martins (Organizador)

Editora  
**Setembro** 

Rua Antônio Jorge Frade, 202 – Centro – Holambra (SP) – CEP 13825-000

Fone/Fax: (19) 3802-2306

Site: [www.editorasetembro.com.br](http://www.editorasetembro.com.br)

E-mail: [editora@editorasetembro.com.br](mailto:editora@editorasetembro.com.br)

Revisão: Paulo César Borgi Franco

Capa: Leandro Caetano

Projeto gráfico e diagramação: Solange Rigamont

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
Sistema de Bibliotecas da UNICAMP /  
Diretoria de Tratamento da Informação  
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

H629 História dos movimentos sociais da região de Sorocaba : origens, conquistas e desafios / Marcos Francisco Martins (org.). -- Holambra, SP : Editora Setembro, 2012. 384 p.

1. Movimentos sociais - Sorocaba (SP). 2. Sorocaba (SP) - História. I. Martins, Marcos Francisco. II. Título.

CDD - 301.242098161  
- 981.61

ISBN 9788599249703

Índices para Catálogo Sistemático:

Movimentos sociais - Sorocaba (SP) 301.242098161

Sorocaba (SP) - História 981.61

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, muito menos, “sente” [...]. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber” em si; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem essa conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. (GRAMSCI)



# SUMÁRIO

## Apresentação

|   |    |
|---|----|
| A história e as vozes de seus sujeitos – <i>Luís Antonio Groppo</i> ..... | 13 |
|---|----|

## Introdução

|   |    |
|---|----|
| Universidade e compromisso social: a título de prólogo – <i>Marcos Francisco Martins</i> .....  | 21 |
| Formação e atuação dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba – <i>Marcos Francisco Martins e Viviane Melo de Mendonça</i> ..... | 39 |

## Parte I – Relações de Trabalho

|  |     |
|--|-----|
| A questão do trabalho – <i>Kelen Christina Leite</i> .....   | 59  |
| O Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região – <i>Geraldo Titotto Filho</i> .....   | 81  |
| A APEOESP e o trabalho do professor: uma análise sobre a atuação e representatividade desde Sindicato – <i>Tânia Mara de Almeida Padilha</i> ..... | 105 |
| SINPSI – Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – <i>Leandro de Campos Fonseca e Lucio Costa</i> .....  | 109 |
| SINDIQUINZE: uma história em movimento – <i>José Edson de Oliveira</i> .....   | 117 |

## Parte II – Saúde

|   |     |
|---|-----|
| A saúde no contexto dos movimentos sociais e sindicais: reflexões sobre o I Encontro UFSCAR – Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba – <i>Adriana Rosmaninbo Caldeira de Oliveira</i> ..... | 133 |
| ATHUS – Atenção Humanitária à Saúde – <i>Celso Aparecido Fattori Júnior</i> .....   | 145 |
| MAPHS – Movimento de Apoio ao Parto Humanizado em Sorocaba – <i>Gisele Leal</i> .....   | 149 |
| Movimento em FLAMAS: o Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba – <i>Carine Goto Hainz, Carolina Gomes Duarte e Sérgio Augusto Garcia Júnior</i> .....  | 159 |

### Parte III – Educação

|   |     |
|---|-----|
| Diálogo em torno da educação no I Encontro UFSCAR – Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba: reafirmando que um outro mundo é possível – <i>Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira</i> ..... | 165 |
| Centro Cultural Quilombinho: luta de criança é luta de gente grande! – <i>Mariana Martha de Cerqueira Silva</i> .....   | 191 |

### Parte IV – Meio Ambiente

|  |     |
|--|-----|
| Movimentos Sociais ou Sociedade Civil? Reflexões Sobre o Movimento Ambientalista e sua Participação no I Encontro UFSCAR - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba – <i>André Cordeiro Alves dos Santos</i> ..... | 199 |
| CEADEC – Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania – <i>Rita de Cássia Gonçalves Viana</i> .....   | 207 |
| CORESO – Cooperativa de Reciclagem se Sorocaba – <i>José Augusto Rodrigues de Moraes</i> .....   | 211 |
| SOS ECO: educação ambiental e cidadania – <i>Francine Peres Gonzales Pinto e Vanderlei da Silva</i> .....  | 215 |
| Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá – <i>Davi Santos Genesi e Lucélia Matilde Ferrari</i> .....   | 221 |

### Parte V – Cultura e Comunicação

|   |     |
|---|-----|
| Organizações sociais e comunicação: análise de pesquisa na região de Sorocaba – <i>Teresa Mary Pires de Castro Melo</i> .....   | 229 |
| Ação periférica: compromisso com a igualdade racial, cultura e a arte na transformação social e a promoção da autoestima – <i>Márcio Brown, Érika Francine e Deivison Nkosi</i> ..... | 243 |
| Culturama – <i>Renata Braga</i> .....   | 251 |
| Capoeira nacional: projeto histórico-pedagógico – <i>Eduardo Alves Santos e Paulo Roberto Soares</i> .....  | 259 |
| Associação Cultura Votorantim – <i>Werinton Kermes e Luciana Lopez</i> .....  | 273 |

## Parte VI – Movimento Estudantil e Juventude

|  |     |
|--|-----|
| Movimentos estudantis e da juventude: propostas, articulação e desafios para as ações coletivas na região de Sorocaba – <i>Viviane Melo de Mendonça</i> .....  | 279 |
| Ato infracional visto sob a perspectiva de um programa de prevenção à incidência da prática infracional: Clube do Nais – Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba – <i>Miriam Yasuda e Vanderlei da Silva</i> ..... | 291 |
| Movimento estudantil: domínio público – <i>Jean Marcelo dos Santos Campos</i> .....  | 309 |

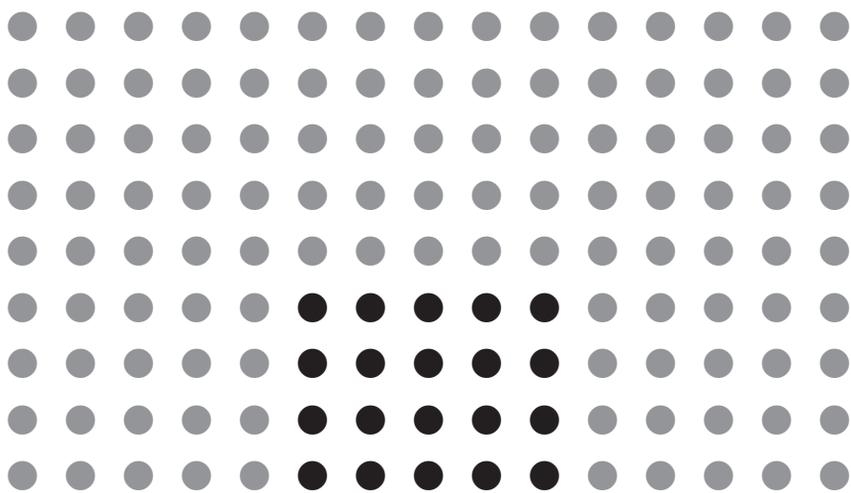
## Parte VII – Diversidade e Igualdade Racial

|   |     |
|---|-----|
| Movimentos sociais no campo da diversidade sexual e igualdade racial na região de Sorocaba – <i>Marcos Roberto Vieira Garcia</i> .....  | 313 |
| Grupo Mandala – UFSCAR Sorocaba – <i>Fábio Ortolano e Rafael Romão Silva</i> .....  | 319 |
| CMN – Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba – <i>Darci Camargo de Mendonça</i> .....   | 329 |
| Associação dos Afrodescendentes e Simpatizantes dos Municípios da Região Sudoeste do Estado de São Paulo – “Quilombo: Urbano / Rural = Avante Zumbi” – <i>Carlos dos Santos Penba</i> ..... | 339 |

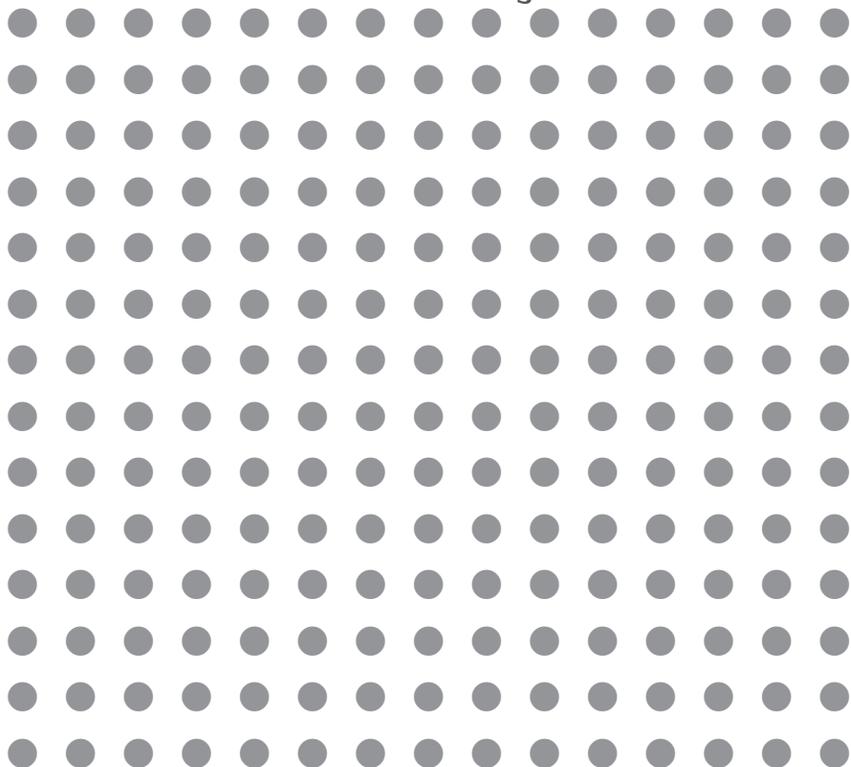
## Parte VIII – Luta por Moradia e Questão Fundiária, Direitos Humanos e Assistência

|  |     |
|--|-----|
| Movimentos sociais e direitos humanos: notas sobre o I Encontro UFSCAR – Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba – <i>Rosalina Burgos</i> ..... | 349 |
| Pode Crer: um espaço para todos – <i>Marta Maria Meirelles e Vilma Lúcia Carmona Gonçalves</i> .....   | 361 |
| PLENU – Instituto Plena Cidadania – <i>Iara Bernadi</i> .....  | 373 |
| COESO: há 12 anos semeando o empreendedorismo social – <i>José Marcos Müller Demoro</i> .....  | 375 |
| UNIONG: unindo e fortalecendo – <i>Regina Medeiros e Vanderlei da Silva</i> .....  | 383 |





# APRESENTAÇÃO





# A HISTÓRIA E AS VOZES DE SEUS SUJEITOS

LUÍS ANTONIO GROPPPO<sup>1</sup>

É tripla a minha satisfação em ser o redator desta singela Apresentação de tão relevante obra. Satisfação por ver que esta coletânea representa um bem-sucedido esforço de aproximação entre a universidade pública e os setores sociais que tanto têm a aprender e ensinar com esse diálogo e parceria. Satisfação por poder conhecer parte do que vem acontecendo entre os movimentos sindicais, movimentos sociais e organizações sociais no Brasil, especificamente na região de Sorocaba (SP). Satisfação, enfim, por ser um livro organizado por meu querido amigo, Marcos Francisco Martins, grande protagonista desse esforço. Já tive a honra de conviver com o Marcos como colega e pesquisador. Juntos, escrevemos dois livros: um sobre a pesquisa em educação e outro sobre a relação entre a “sociedade civil” e a educação contemporânea.

Temos diante das mãos, eu e você, caro leitor, um dos frutos do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, promovido

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Sociologia pela USP e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem se dedicado aos estudos e pesquisas na área da Sociologia e História das Juventudes e Movimentos Estudantis, Sociologia da Educação, entre outros temas. É autor de vários artigos, capítulos de livros e livros, entre os quais: “Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas” (DIFEL, 2000); “Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968” (Editora da UNIMEP, 2005); “Autogestão, universidade e movimento estudantil” (Autores Associados, 2006); “Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas” (Autores Associados, 2010). E-mail: luis.gropppo@am.unisal.br

pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, em parceria com 40 organizações e movimentos da região. O I Encontro ocorreu em 1 e 2 de julho de 2011, na própria UFSCar de Sorocaba. Teve nove mesas articuladas a partir de nove temas: Relações de Trabalho; Saúde; Educação; Meio Ambiente; Cultura e Comunicação; Movimento Estudantil e Juventude; Diversidade e Igualdade Social; Luta por Moradia e Questão Fundiária; Direitos Humanos e Assistência. O I Encontro findou com uma plenária geral que produziu uma síntese e propostas de articulação entre os movimentos e deles para com a UFSCar.

Os três grandes objetivos do I Encontro eram: a reunião da comunidade da UFSCar de Sorocaba com os movimentos e organizações sociais da região que abriga tal comunidade; a rememoração da história desses movimentos e organizações; e a viabilização de parcerias dos movimentos entre si e com a UFSCar. A própria realização do I Encontro, por si só, permite-me dizer que o primeiro objetivo foi alcançado. Registros trazidos na Introdução indicam que o terceiro objetivo tem sido alvo de diversas ações bem-sucedidas e objeto de um planejamento bastante consistente.

Já o segundo objetivo, qual seja, a retomada e a publicização da história dos movimentos sindicais, dos movimentos sociais e organizações sociais da região de Sorocaba, foi atingido com bela eficácia nas mesas daquele evento realizado em julho. Esta coletânea que ora apresento, “História dos Movimentos Sociais da Região de Sorocaba: Origens, Conquistas e Desafios”, dá continuidade ao ato de publicizar tal história. Este livro é, inclusive, a realização de uma das propostas aprovadas pela plenária geral que encerrou o I Encontro.

O primeiro grande mérito deste livro quase que fala por si só: os textos foram criados pelos próprios militantes dos movimentos ou representantes das organizações. Alguns dos protagonistas da história dos movimentos sociais e sindicais trazem a sua própria palavra na maioria dos capítulos. Revela-se o desejo de que os que tradicionalmente foram o “objeto” da escrita da história sejam também os sujeitos, com suas próprias vozes a pulsar nas páginas, buscando contar o que foram as lutas sociais e sindicais na região de Sorocaba e tratando sobre como estão essas lutas e como atuam as organizações sociais atualmente nesse mesmo lugar.

Nem todos os que participaram das mesas, seja por meio da oralidade da palestra, discurso ou relato, contribuíram com a escrita deste livro. Fiquei

curioso em saber quem foram aqueles que não transformaram suas memórias e experiências em texto – principalmente o porquê. É que, ao seu modo, o silêncio também fala. Vale a pena a sugestão de que o organizador, em momento adequado, trate melhor sobre esse silêncio e traduza o dito de quem não quis escrever. Fico com a sensação de que falta de tempo, insegurança, receio e até desconfiança tenham sido alguns dos ingredientes que explicam as ausências. Penso que algo do que os textos revelam – a forma ou formas como foram escritos – ajuda a reforçar essa impressão.

São diversas e interessantes as modalidades e estilos de escrita dos militantes. Isso se deve também à opção de que o militante tivesse sua fala no I Encontro transcrita ou fosse entrevistado. O organizador buscava minimizar, assim, o impacto negativo que a dificuldade da escrita mais sistematizada ou que o receio pudesse trazer para esta obra. A diversidade da escrita, entretanto, deve-se, sobretudo, à diversidade dos próprios autores e dos movimentos e organizações que representam – algo que tratarei mais adiante.

Na escrita, também aparece o estilo acadêmico contemporâneo, por vezes com suas nuances e pitadas de sofisticação literária, aos modos atuais de redigir os *papers* publicados em periódicos científicos. Mas se revelam muito mais outros modos de escrita, trazendo luz àquelas camadas sedimentadas por debaixo do *modus academicus* atual. Encontram-se a escrita da história ao modo tradicional, como sucessão de acontecimentos ou lista de dados, nomes e lugares, e também os textos redigidos como manifestos, condensando idealismo e paixão em algumas páginas. Por vezes, textos ainda mais sumários, tais quais panfletos, decodificando o programa em informes muito objetivos, entremeados do ardor combativo; outras vezes, é a oralidade que se revela, convertida em texto por quem transcreveu a fala do sujeito na mesa de debates ou o relato na entrevista – oralidade que, por vezes, é um discurso, outras vezes, uma conversa animada na mesa do boteco, mas que pode ser também uma breve troca de palavras desconfiadas na sede do Sindicato ou da organização.

Por mais esse motivo, esta coletânea é uma importante fonte para posteriores e outras análises e interpretações. Outras, pois cada parte deste livro traz um capítulo introdutório escrito pelos que foram mediadores daquelas mesas do I Encontro, a saber, professores da UFSCar. Trazem uma primeira interpretação, análise ou importante impressão de quem não apenas pesquisa sobre tais

movimentos, mas que também testemunhou e ajudou a protagonizar aquele evento. Contribuem para entendermos melhor sobre o dito e o não dito nos capítulos escritos pelos militantes.

Entre outras questões que poderiam continuar a ser tratadas, estão, a meu ver, as diferenças e as semelhanças entre “movimento” e “organização”. Ao que parece, um Encontro de Movimentos Sindicais e Sociais tornou-se, ao menos no que indicam dados quantitativos, como os expressos no segundo texto da Introdução, uma reunião de participantes de organizações – notadamente, “organizações não governamentais (ONGs)”. Um Encontro de militantes tornou-se também, ou talvez mais, uma reunião de participantes de ONGs. Dissecar as expressões dessas diferenças e semelhanças nas informações e mesmo nos estilos dos textos dos “militantes”, aqui reunidos, pode ser outro interessante exercício.

Mas essas questões, que poderiam indicar uma fraqueza do I Encontro e da obra, na verdade, indicam outra de suas grandes qualidades: a capacidade de revelar a diversidade desses movimentos e organizações. A abertura de nove temáticas, que resultaram nas oito partes deste livro, é menos uma dificuldade em ater-se a um núcleo aglutinador, e mais a virtude de reconhecer a riqueza, a pluralidade e a complexidade desses movimentos e organizações – na contemporaneidade e na história. Não houve, o que ao menos transparece na obra, qualquer forma de restrição de ordem ideológica, partidária ou justificada pela origem do movimento ou organização. O livro quis, realmente, ser um painel autêntico desses sujeitos na região que abriga o *campus* Sorocaba da UFSCar.

Outro grande mérito da obra foi a de trazer subsídios para a história dos movimentos e organizações – sociais e sindicais – de uma região específica do país. Abre-se mais uma lembrança que contribui para deslocar o eixo da memória de nosso país, costumeiramente restrito apenas às grandes capitais. Percebe-se uma história dos movimentos sindicais e sociais mais plural, rica, complexa e difícil, mas mais bonita. Conhece-se uma figuração das organizações sociais ainda mais espantosa, mas mais humana, porque mais próxima de nossos olhos.

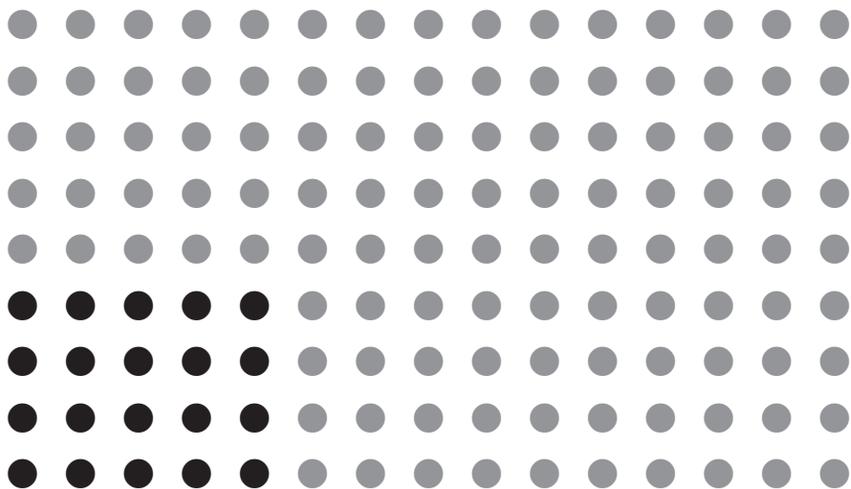
Cá eu, mais ou menos longe da bela Sorocaba, talvez não consiga conferir o que, enfim, pode acabar se revelando como o principal mérito deste livro, certamente, do I Encontro palavreado no início desta Apresentação, a saber: a promoção de um encontro real, vivo, pulsante, sincero, entre a uni-

versidade pública e o público que rodeia – e por vezes transpassa – os veios da universidade. Dentro dessa possibilidade, a abertura da universidade para os movimentos, organizações, grupos e classes dos que chamamos por vezes de trabalhadores, outras vezes de camadas populares, talvez também os excluídos, outrora proletários, quem sabe até mesmo o “povão”. Aqueles a quem a universidade desaprendeu até a dizer o nome, tanto que me contorço nas palavras para tentar me referir a esses que têm tanto a ensinar para nós. Talvez também aprender um pouco.

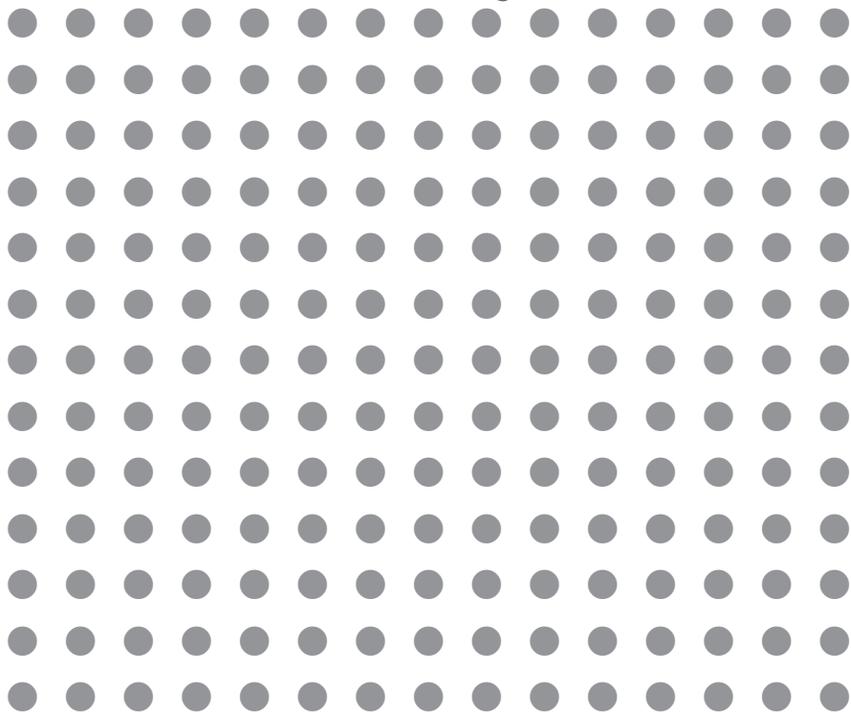
Quem sabe se, desse outro ensinar e aprender, não emerja o embrião de outra universidade? Outra universidade, diferente desta que, quando sai de seus castelos de cristal encravados no pico das mais altas montanhas, quase que só sabe ser parceiro de grandes empresas, forças armadas, potentes financiadores.

Gente como o Marcos, eventos como o I Encontro de Movimentos Sindicais e Sociais de Sorocaba e até mesmo este belo livro, penso eu, não são o começo dessa mudança. Creio que isso seja algo melhor: indícios de que essa mudança é possível e que já está ocorrendo em várias frentes.





## INTRODUÇÃO





# UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: A TÍTULO DE PRÓLOGO

MARCOS FRANCISCO MARTINS<sup>1</sup>

São bastante diferentes as visões sobre a relação entre universidade e realidade social. O que se percebe historicamente, porém, é que as universidades, em sua origem e desenvolvimento histórico estão intimamente ligadas aos processos econômicos, sociais, políticos e culturais, mantendo com eles uma relação dialética e, dessa forma, sendo palco também de inumeráveis contradições.

Uma das hipóteses históricas sobre as origens das universidades aponta a Escola Pitagórica como a primeira experiência daquilo que hoje se chama universidade. Ela funcionou entre os séculos VI e V a.C., na ilha de Crotona, ao sul da Itália. A Escola Pitagórica consistia em uma sociedade secreta que tomava o número como fundamento do ser, pois todo o cosmo, para os pitagóricos, poderia ser ordenado pelos números, além do que eles eram tidos também como base para os fenômenos físicos. As experiências da referida Escola influenciaram sobremaneira a Antiguidade Clássica, a Idade Média e mesmo a Renascença. Todavia, a Academia de Platão (428 ou 427 a.C., em Atenas, a 348 ou 347 a.C.), recorrentemente, é citada como histórica experiência originária das universidades. Fundada em 387 a.C., no bosque de Academus (herói da Guerra de Troia, que, nesse local, próximo a Atenas, fundou um centro de treinamentos

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia, com mestrado e doutorado em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. Coordenador geral do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. E-mail: marcos-franciscomartins@gmail.com

físicos), ela visava à promoção de estudos superiores relacionados à filosofia e à cultura em geral. Funcionou até o ano de 528 d.C., quando foi fechada por Justiniano I, que nela via ameaça à expansão do cristianismo.

A moderna e ocidental visão sobre a origem daquilo que se chama hoje de universidade admite que ela tenha nascido no tempo medieval, na mesma época das Cruzadas e durante o Renascimento do século XII, sobretudo na Itália (século XI, em Bolonha) e na França (século XII, em Paris). O objetivo das experiências universitárias medievais era o de dar continuidade à tradição escolar do mundo romano, mas sob o comando da Igreja Católica e dedicando-se ao ensino de lógica, filosofia, teologia, direito, astronomia e medicina, visando tornar-se uma instituição de corporação socialmente organizada para formar mestres e discípulos. Tais universidades reproduziam o:

[...] espírito corporativo [...] medieval [...], e [a] cultura clássica para barrar a entrada das ciências experimentais e do enciclopedismo. Em suma, a universidade era vista como um aparelho ideológico do Ancien Regime (CUNHA, 1988, p. 13).

Posteriormente, as universidades se desenvolveram de diferentes formas, principalmente a partir do século XIX, momento em que se verifica a superação da universidade medieval pela moderna e contemporânea, em decorrência de uma série de fenômenos sociais articulados que produziram suas condições de surgimento. Mormente três fenômenos colaboraram sobremaneira nesse processo, quais sejam: um cultural, a modificação da mentalidade medieval, consolidada pelo Iluminismo; outro sociopolítico, a Revolução Francesa; e a Revolução Industrial, com severas implicações de cunho econômico. Nesse novo cenário histórico, surgiram e se desenvolveram, basicamente, cinco diferentes modelos universitários nos dois séculos subsequentes: o francês ou napoleônico, o alemão ou humboldtiano, o inglês ou “oxbridge” (Oxford e Cambridge), o norte-americano ou pragmático e o soviético.

O modelo universitário francês ou napoleônico influenciou, sobretudo, o sul da Europa, tendo sido trazido ao Brasil com Dom João VI, que aqui “[...] criou instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura (França napoleônica)” (CUNHA, 1988, p. 16). O modelo francês advoga a universidade como instituição do Estado e para o Estado, em substituição à Igreja Medieval, e estimula a

formação de profissionais que atendam às suas demandas. Surgiu na França à época do Império Napoleônico e se expressou, principalmente, na Universidade de Paris (1806). Entre as características das universidades que seguem esse modelo, destacam-se: os profissionais que atuam nas universidades estão a serviço do Estado, mais do que a serviço da sociedade; a universidade é tida como instituição laica (influência da Revolução Francesa) que se configura como parte da administração estatal, isto é, sem autonomia; volta-se à formação massiva de quadros técnicos e políticos necessários ao funcionamento do Estado, cuja gestão é autoritária, centralizada, e mantém o controle ideológico, uma tradição advinda das corporações militares; o ensino é oferecido em *campi* universitários, nos quais os docentes são orientados por currículos padronizados que conferem ao estudante o “grau” necessário ao exercício da profissão. Em parte, foi contra esse modelo universitário que os jovens franceses se rebelaram em 1968.

O modelo alemão ou humboldtiano é o que advoga a universidade de pesquisa. De inspiração “[...] na matriz filosófica do idealismo alemão, com sua ambigüidade liberal/autoritária” (CUNHA, 1988, p. 17), foi criado na Alemanha no final do século XVIII por Guilherme de Humboldt, fundador da Universidade de Berlim (1810). Visava forjar um espírito nacional em resistência, no âmbito cultural, ao Império Napoleônico, preponderante sob o ponto de vista político, econômico e militar. Suas características são as de uma instituição pública elitizada, que articula formação humana e investigação científica voltada à produção de conhecimentos amplos, e não conhecimentos específicos para uma finalidade qualquer, por exemplo, as definidas pelo Estado ou pela dinâmica econômica. Esse modelo, especialmente o messianismo universitário, a limitação da autonomia universitária pelo Estado e os princípios de organização da universidade, que são todos de Fichte<sup>2</sup>, teve, provavelmente, um papel fundamental para formular a doutrina da reforma educacional (CUNHA, 1988) brasileira da década de 1960.

---

<sup>2</sup> A filosofia idealista de Fichte (1762-1814) concebe a realidade como produto da atividade de um eu puro – universal, absoluto e transcendental –, do qual resultam os diferentes “eus empíricos”, “eus particulares”, concretizados no tempo e no espaço, no mundo da natureza, identificados como “não eu”. A oposição entre “eu” e “não eu”, natureza resultante do espírito, acaba por se tornar o terreno em que são lançadas as bases para que o “eu puro” supere os desafios de sua própria eticidade por meio de um processo ativo, ascendente e infinito (busca de concretude dos ideais, vontade de buscar a superação dos limites que a ela são impostos), dando origem a uma metafísica imanente inspirada na razão prática kantiana. Fichte firma

Pode-se dizer que:

Para os mentores intelectuais da universidade alemã como Fichte, Schleiermacher e Humboldt a plenitude da verdade não era sua desembocadura técnico-experimental, mas espiritual-especulativa. A ciência tem sua finalidade na verdade e a verdade basta a si mesma. Privada desse centro especulativo desinteressado, a seu ver, a universidade correria o risco de dissolução ao nível dos diversos interesses que colocariam a perder sua identidade, autonomia e unidade. Seguindo esta forma de pensar a universidade alemã seria, antes de mais nada, a universidade da ciência que descansa sobre si mesma e não uma universidade do saber aplicado e das profissões. O saber não se inclina ante a instrumentalização. Tarefa da universidade será investigar a verdade através da busca desinteressada do conhecimento. Ao passo que no modelo francês a universidade se submete aos interesses do Estado, no modelo alemão é o Estado que deve orientar-se nas verdades estabelecidas nos caminhos reflexivos da razão, manejada pelo Estado (GOERGEN, 2011, s/p.).

O modelo universitário inglês, de inspiração humanística e liberal, caracterizou-se por forjar um tipo de universidade de ensino, isto é, voltada a criar e difundir o espírito moral e intelectual liberal<sup>3</sup>. Expressou-se, mormente, em Oxford e Cambridge, instituições destinadas à formação do “gentleman” (elite burguesa), isto é, de indivíduos cujo caráter e ação orientam-se pelo liberalismo. Segundo esse modelo, as universidades comprometem-se com o aspecto cognitivo e com a transmissão do saber universal, da cultura geral, e não imediatamente com a formação profissional. O objetivo dessas instituições era o de formar as lideranças burguesas aptas a consolidar a liderança inglesa na economia e no cenário político mundial.

O modelo norte-americano, de inspiração pragmática, admite como critério de verdade a utilidade do saber e originou-se no final do século XIX. Entre

---

posição em favor da consciência e da liberdade, em oposição ao determinismo e dogmatismo muito apregoados à sua época e dos quais resultam a passividade e a aceitação.

<sup>3</sup> “A Universidade Inglesa é mais inspirada no tipo humanístico. Segundo Ribeiro (3), este modelo é tipicamente voltado para o ensino, principalmente para o ensino das elites. Visa, principalmente, formar o homem elegante, de fino trato, com uma cultura geral e humanística, que possa ocupar posições de destaque na vida social, particularmente na vida pública. Tem como referências maiores as Universidades de Oxford e Cambridge” (REINERT, s/d, p. 2).

suas características estão a abertura da gestão para a comunidade, já que se pretende como instituição à serviço do país, ou melhor, de seu desenvolvimento econômico. Nela, ensina-se o que se necessita imediatamente, com a organização compromissada com a diversidade e multiplicidade local, atendida por um tipo de saber que se apresenta como instrumento de ação, e não de diletantismo. Daí ser facilmente adaptável às transformações do mundo e apta a atender ao mercado. Esse modelo pragmático inspirou reformas educacionais no Brasil (BATTISTUS; LIMBERGER; CASTANHA, 2006) e, particularmente, “a reforma do ensino superior após as manifestações de descontentamento de 1968 e justamente para a sua contenção” (CUNHA, 1977, p. 240) pela Ditadura Civil-Militar<sup>4</sup>, o que propiciou o desenvolvimento das universidades brasileiras em outros moldes<sup>5</sup>. Na verdade:

---

<sup>4</sup> “Foi durante esse período que tomou forma a doutrina da reforma da universidade brasileira, expressa em dois decretos-lei e na Lei nº 5540, de novembro de 1968” (CUNHA, 1988, p. 17). Na década de 1960, várias medidas “[...] oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 60, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares. [...] Em fins de 1967, preocupado com a ‘subversão estudantil’, o Governo cria, por meio do Decreto nº 62.024, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos [...]. Do relatório final [...] algumas recomendações também vão ser absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos. Com a proposta de fortalecer o princípio de autoridade dentro das instituições de ensino, pretendiam Meira Mattos e os membros da Comissão instaurar no meio universitário o recurso da intimidação e da repressão. Tal recurso é implementado plenamente com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definem infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as respectivas medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos. [...] Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vesti-

Não se tratava de fazer *tabula rasa* do ensino superior existente no Brasil, mas de promover a sua modernização na direção do modelo norte-americano, pelo menos da direção de certos aspectos desse modelo, devidamente selecionados pelos dirigentes do aparelho educacional (CUNHA, 1988, p. 19).

O modelo soviético, por sua vez, comprometeu-se com o desenvolvimento do regime socialista e com a consecução de seu planejamento econômico e social. Sua origem remonta à constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e tem como característica a educação monopolizada pelo Estado, destinada à promoção da economia nacional, com bases na ideologia e na cultura socialista. Visava formar quadros aptos a desenvolver o planejamento do Estado soviético. Pode ser considerada como uma vertente do modelo francês, mas desenvolvido em outro contexto e com outras finalidades.

Atualmente, percebe-se que as universidades estão se reorganizando no que concerne à sua forma e conteúdo, princípios e finalidades. Esse processo tem sido inspirado por três articulados fenômenos que se desenvolveram desde a segunda metade do século XX até estes primeiros anos do século XXI, quais sejam: um fenômeno sociopolítico, o neoliberalismo; um fenômeno cultural, a pós-modernidade; e um fenômeno econômico, a reengenharia toyotista. Eles têm impactado significativamente a realidade global, interferindo em todas as suas dinâmicas constitutivas e constituintes, inclusive na educação formal, particularmente nas universidades. Pelo que se observa, esse mundo liberal pós-moderno:

[...] converte pesquisa em produção, constringendo-se à pressa e à produtividade quantificada do conhecimento, adaptando-se à obsolescência permanente das revoluções técnicas, promovidas pelas inovações industriais segundo a lógica do lucro. A temporalidade do mercado confisca o tempo da reflexão [...]

---

bular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVARO, 2006, p. 30- 32).

<sup>5</sup> “O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência, subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais” (MARTINS, 2009, p. 17).

Seu discurso não diz mais o “universal” e se limita a formulações técnicas, perdendo-se o sentido do conhecimento e seus fins últimos [...] não lida mais com as “grandes narrativas” nem busca a fundamentação do conhecimento e seus primeiros princípios. Como o mercado, se pauta pela mudança incessante de métodos e pesquisas. Nada aprofunda, produzindo uma cultura da incuriosidade, imune ao maravilhamento. Em sua pulsão antigenealógica, acredita que tudo o que nela se desenvolve deve a si mesma, não reconhecendo nenhuma dívida simbólica com as gerações passadas. Essa circunstância, por sua vez, pode ser compreendida no âmbito da massificação da cultura e da universidade. [...] Para isso, a graduação retoma o ensino médio, a pós-graduação a graduação, o doutorado o mestrado, cuja continuidade é o pós-doutorado, tudo culminando na ideia da “formação continuada” e de avaliações permanentes. [...] Massificada a cultura, proliferaram [...] a privatização do ensino e seu barateamento, as universidades particulares – salvo as exceções de praxe – prometendo ascensão social e acesso ao “ensino superior” e decepcionando suas promessas. [...] Na sociedade pós-moderna, o consenso é produzido pela mídia e suas pesquisas de opinião, através da eficiência persuasiva da televisão, que primeiramente cria a opinião pública e depois pesquisa o que ela própria criou. Razão pela qual massificação significa perda da qualidade do conhecimento produzido e transmitido, adaptado às exigências de massas educadas pela televisão, com dificuldade de atenção e treinadas para a dispersão, mimadas por uma educação que se conforma a seu último *ethos*. [...] A cultura pós-moderna é a da “desvalorização de todos os valores”. Sua noção de igualdade é abstrata, homóloga à do mercado onde tudo se equivale. Em meio à revolução liberal pós-moderna, a universidade presta serviços e se adapta à sociedade de mercado e ao estudante, convertido em cliente e consumidor, como o atesta a ideologia do controle dos docentes por seus alunos (MATOS, 2009, s/p.).

Foi esse novo contexto que inspirou, entre outros eventos na área das reformas universitárias, a Declaração de Bolonha, que foi firmada em 19 de junho de 1999 por 29 ministros de nações europeias reunidas na cidade de Bolonha e teve a finalidade de adaptar o modelo universitário europeu ao novo contexto global, visando construir o sistema europeu de ensino superior para melhorar a empregabilidade e a competitividade. Sugeriu uma didática interdisciplinar, com a formação em ciclos por meio de sistemas comuns de créditos transferíveis, facilitando a mobilidade entre instituições cooperadas e, assim, forjando as bases de um novo paradigma para as universidades europeias. Caracteriza-se pela facilitação à interferência do mercado na dinâmica universitária e colabora com o processo de fragmentação e mercantilização da educação, fato que deu

origens a protestos estudantis em várias partes da Europa. Tal modelo tem tido grande influência no Brasil, sobretudo orientando processos de reestruturação curricular de instituições universitárias tradicionais de ensino superior e mesmo pautando a criação de novas instituições e *campi*, principalmente, nos sistemas públicos de educação.

Em que pese a situação universitária presente, ainda é possível dizer que as instituições de ensino superior guardam longa tradição histórica de compromisso com o respeito à diversidade de ideias e opiniões e devem, assim, manter-se, fazendo de seu espaço um ambiente plural, suscetível às divergências, mas comprometidas com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das relações sociais. Nesse sentido, reconhecem-se aqui as divergências quanto à caracterização da universidade, mas, na mesma medida, advoga-se o direito de reafirmar o compromisso da universidade de, ao desenvolver suas precípuas atribuições, apresentar-se como um dos sujeitos sociais indutores do desenvolvimento econômico, social, político e cultural, traduzido no esforço coletivo de construção de um novo padrão civilizatório que seja superador do *status quo* capitalista vigente.

As normas legais e supralegais brasileiras informam que a universidade caracteriza-se por ser uma instituição cuja atribuição fundamental é a de desenvolver três tipos de funções indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão, que podem ou não estar a serviço do desenvolvimento de novas relações sociais, isto é, constitui-se como reprodutora das relações sociais ou pode ser um dos sujeitos indutores de sua superação.

O ensino caracteriza-se pela socialização, por diferentes meios, de saberes, de valores e de fazeres produzidos historicamente. Nos dias atuais, diversas práticas de ensino de graduação restringem-se a formar quadros para o mercado de trabalho, mas é necessário que elas promovam a elevação do nível cultural da comunidade acadêmica e de sua respectiva atuação sociopolítica, isto é, que formem integralmente homens e mulheres aptos a se tornarem protagonistas no processo de transformação do modo de vida social (SAVIANI, 1983). Se cabem críticas ao ensino desenvolvido em muitas universidades brasileiras, públicas e privadas, é porque parte delas deixou de lado a formação humana e dedicam-se exclusivamente à formação técnico-profissional para o mercado, que é inumano, imediatista e utilitarista.

A pesquisa, por seu turno, é a atividade cujo objetivo é produzir conhecimentos. É isso o que se faz, por exemplo, nas universidades, os grupos de pesquisa e os que estão vinculados aos programas de mestrado e doutorado. Nesse caso também se apresenta o dilema em atender imediatamente às demandas do mercado ou desenvolver autonomamente pesquisas que tenham repercussão humana e social para além dele, de seus fundamentos, métodos, perspectivas e interesses. Portanto o processo de pesquisa não passa imune aos dilemas e contradições econômicas, sociais, políticas e culturais (KUHN, 2000), muito embora haja paradigmas científicos, como o positivismo, que advoguem “o mito da neutralidade científica” (JAPIASSU, 1975).

A extensão compõe-se de um conjunto de atividades com o objetivo de “levar” os saberes, valores e fazeres que circulam no interior das universidades para a comunidade. O atendimento a demandas sociais, como os cursos gratuitos de educação de jovens e adultos, é exemplo típico de atividades de extensão, assim como também parcerias entre as universidades e corporações do mercado. O processo extensionista pode ocorrer, basicamente, de duas formas distintas: como uma imposição dos “sábios” que saem dos seus castelos de conhecimento e se apresentam em um patamar superior aos “ignorantes” que vivem alhures e que são tomados como objeto, como “coisa”, processo que se constitui, na verdade, como uma “invasão cultural” (FREIRE, 1983); ou na forma de dialógico educativo, como apregoa Freire, do qual podem resultar recíprocas aprendizagens entre os sujeitos em comunicação<sup>6</sup> recíproca, que é coparticipativa, com vistas à conscientização libertadora.

Assim entendida suas atribuições, a universidade ganha um papel relevante no que concerne ao desenvolvimento da sociedade, pois, ao desempenhar adequadamente suas funções (ensino, pesquisa e extensão), pode se tornar um dos sujeitos indutores do desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultural, seja no sentido da reiteração das relações sociais vigentes, seja no de colaborar com a construção, criativa e reflexivamente, de novas relações sociais. Dessa maneira, é possível melhor entender os motivos que levam ao encontro das universidades com as empresas e instituições que atuam no mercado – atitude cada vez mais recorrente – e também a articulação das universidades com os movimentos sociais, muitos deles sujeitos dos processos de construção dos

---

<sup>6</sup> Para um aprofundamento da relação universidade-comunidade por via da “extensão”, confira o texto de Paulo Freire intitulado “Extensão ou comunicação?” (1983).

direitos e da conquista das condições básicas de vida digna que visam orientar, com sua práxis, a realidade a um determinado rumo histórico. Isso aponta para o fim das explorações econômicas, da alienação e das exclusões sociais, políticas e culturais, que são marcas típicas do desenvolvimento da vida social capitalista.

Ocorre que, no processo concreto de constituição das universidades atuais, na dinâmica que se estabelece entre optar por caminhos indutores da reiteração ou por outros que busquem trilhar a superação das relações sociais, abrem-se muitos espaços e tempos de contradição que podem ser utilizados por sujeitos que compõem a comunidade acadêmica ou que são externos a ela para estabelecer, em uma disputa nem sempre consciente e refletida, os rumos do desenvolvimento universitário articulado aos demais processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Em outras palavras, é possível dizer que a universidade caracteriza-se por ser uma instituição, pública ou privada, destinada a desenvolver a pesquisa, o ensino e a extensão, voltada para a formação de nível terciário (graduação) ou quaternário (pós-graduação), que deve se apresentar como indutora do desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Malgrado a posição de neutralidade de muitos integrantes das comunidades universitárias, inspirados pelo positivismo, a universidade se caracteriza, de fato, como uma organização que participa ativamente do processo de orientação ou reorientação dos rumos sociais, ou seja, é um aparelho de disputa pela hegemonia<sup>7</sup>. Nas palavras de Cunha (1988, p. 10):

---

<sup>7</sup> O termo “hegemonia” aqui é tomado em seu sentido gramsciano, isto é, refere-se à capacidade de direção e domínio que um grupo social tem sobre os demais em uma determinada formação econômica e social. Essa capacidade se manifesta tanto no âmbito da estrutura material, na base econômica, como também na superestrutura social, interferindo nas concepções de mundo vigentes, bem como nos processos de conhecimento e nas normas para a ação pelas quais os sujeitos sociais, individuais e coletivos lançam mão na vida cotidiana e ao longo do desenvolvimento histórico. Por esse conceito, Gramsci entende que a conquista e a consolidação do poder por um grupo social em uma formação econômica e social, sobretudo naquelas mais desenvolvidas, chamadas por ele de “sociedades ocidentais”, são processos complexos, repletos de mediações objetivas e subjetivas. Desse modo, o comunista revolucionário italiano opôs-se tanto as interpretações mecanicistas do legado marxiano quanto à sua leitura idealista, ao afirmar que, entre a base econômica e as superestruturas jurídico-políticas, ideológicas e culturais, há uma relação dialética, e não a superposição mecânica da estrutura sobre a superestrutura (como afirmavam os materialistas vulgares) ou mesmo uma determinação desta sobre aquela (tese dos idealistas). Assim, para Gramsci, o destino histórico de determinada formação social é definido pelo resultado da correlação das forças

A universidade, eu a entendo como Gramsci, aparelho de hegemonia, que tem sua especificidade na formação de intelectuais [...] Enquanto aparelho de hegemonia, a universidade encontra-se sujeita ela própria a uma luta hegemônica que se desenvolve em seu próprio seio, o que explica muitas das crises de identidade desse aparelho.

Considerar as universidades como um aparelho de hegemonia significa que elas, ao lidarem com o ensino, a pesquisa e a extensão, não se caracterizam como instituições neutras ética e politicamente, apresentando-se como completamente isoladas das contradições dos processos econômicos. Pelo contrário, significa que se originam, desenvolvem-se e se consolidam na articulação dialética com a realidade econômica, social, política e cultural, encerrando muitas contradições. Esse entendimento leva à afirmação de que as universidades são também protagonistas na constituição de visões de mundo e de normas para a ação que orientam os indivíduos e grupos sociais na trama que se desdobra na realidade concreta, isto é, interferem na prática social global e ao mesmo tempo sofrem influências dos demais fenômenos presentes nessa prática, que, quando visto do senso comum, lhes são estranhos, apartados, completamente externos, isolados das universidades.

Todavia, identificar as universidades como partícipes da disputa pela hegemonia não implica em que elas devem deixar de cumprir suas precípuas funções. Pelo contrário, exatamente ao desenvolver suas atribuições relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, de maneira indissociável, as universidades ajudam a forjar processos sociais reiterativos das relações sociais globais ou processos críticos a elas. Nesse sentido, devem ser transparentes e, assim, superar o engodo da neutralidade e efetivamente trabalhar de acordo com os objetivos e compromissos publicamente assumidos.

Foi com o propósito de atender a uma concepção de universidade que se assumia como indutora de processos que sejam superadores do padrão civilizatório capitalista que se articulou I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, realizado entre os dias 1 e 2 de julho de 2011. Promovido por professores e alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, e 40 organizações e movimentos regio-

---

estruturais e superestruturais que nela atuam e que, para tanto, constituem “blocos históricos” que, por meio da força e do consenso, direcionam a coletividade social.

nais, o I Encontro contou com a participação de 234 pessoas integrantes dos movimentos sindicais e sociais da região de Sorocaba.

Após as quatro reuniões iniciais internas à UFSCar, realizadas apenas entre professores e alunos, foram convidados representantes dos movimentos sindicais e sociais para, conjuntamente, articular o evento. Foram seis reuniões preparatórias, nas quais se definiram o conteúdo do evento e sua forma de realização, que contou com atividades culturais realizadas pelos integrantes dos movimentos sociais e da comunidade interna da UFSCar, uma abertura realizada no *campus* da UFSCar-Sorocaba, na noite do dia 1 de julho de 2011, e, no dia subsequente, as mesas de debates<sup>8</sup> e a plenária final no Núcleo de Educação, Tecnologia e Cultura da UFSCar-Sorocaba.

Foram três os objetivos do I Encontro: promover o encontro da comunidade da UFSCar-Sorocaba com os movimentos sindicais e sociais; resgatar a história, as conquistas e apontar os desafios dos movimentos sindicais e sociais; e viabilizar parcerias entre os movimentos e deles com a UFSCar nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão. Os dois primeiros objetivos relatados foram plenamente atingidos, mas o terceiro ainda encontra-se em processo de consecução, devendo, assim, permanecer devido à sua natureza perene.

As resoluções do I Encontro apontaram a direção correta da relação que deve haver entre a UFSCar-Sorocaba e os movimentos sociais da região, bem como estimularam parcerias salutares, muitas das quais em consecução no segundo semestre de 2011. Eis as Resoluções do referido evento:

#### **I – RESOLUÇÃO GERAL:**

##### **a) criação do Fórum Permanente dos Movimentos e Organizações Sociais da Região de Sorocaba:**

\* objetivos:

- manter a articulação entre os movimentos e organizações sociais da região de Sorocaba e a UFSCar;
- consolidar o espaço dialógico criado a partir do I Encontro UFSCar-Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba;

---

<sup>8</sup> Foram nove as mesas de debates, que se articularam por temas que caracterizam a atuação dos movimentos sociais, quais sejam: Relações de Trabalho; Saúde; Educação; Meio Ambiente; Cultura e Comunicação; Movimento Estudantil e Juventude; Diversidade e Igualdade Racial; Luta por Moradia e Questão Fundiária; Direitos Humanos e Assistência.

- mesmo considerando e reafirmando as diferenças existentes entre os movimentos e organizações, construir unidade a partir das identidades, sobretudo no que se refere às lutas pela transformação da realidade econômica, social, política e cultural; [...]

## **II - PARCERIAS ENTRE OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES:**

### **a) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática do MEIO AMBIENTE:**

1. criação do Observatório Sócio-ambiental Regional [...]

### **b) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática da CULTURA:**

1. criação do Fórum Regional de Cultura

2. criação da Incubadora de Empreendedores Culturais;

3. criação de um Estúdio Comunitário para a viabilizar as produções culturais regionais;

4. criação de um canal de Rádio e de TV (este, preferencialmente utilizando o espaço existente e legalmente instituído na rede de TV a Cabo);

5. criação de uma União de ONG's da área Cultural (obs: a UNIONG existente, que articula principalmente entidades de assistência, manifestou-se durante o I Encontro favorável a acolhida das organizações e movimentos relacionados à cultura em seus espaços e em sua dinâmica);

6. participação nas Oficinas Pedagógicas da APEOESP (Rasgada Coletiva, APEOESP e Associações de Quilombolas);

7. "Apropriação do Espaço Urbano" com performances artísticas, culturais e educativas;

### **c) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática da ASSISTÊNCIA:**

1. luta em favor da construção de um albergue para acolher pessoas de rua;

### **d) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática da JUVENTUDE:**

1. criação de um Coletivo Regional da Juventude para articular os movimentos e organizações com vistas a identificar lutas coletivas e otimizá-las;

2. criação de ferramentas de comunicação, informação e socialização de conteúdos relacionados à juventude (site e/ou blog);

### **e) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática dos DIREITOS HUMANOS:**

1. por ocasião do aniversário da cidade de Sorocaba (354 anos, no próximo dia 15 de agosto), propõe-se a realização de manifestação pública-cultural, reunindo entidades/movimentos na reivindicação do direito ao uso/apropriação de espaços da cidade para exercício pleno dos direitos humanos (discussão sobre o "direito à cidade", pautado no Estatuto da Cidade e rediscussão do Plano Diretor Municipal);

**f) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática LGBT:**

1. participação na Conferência Municipal LGBT de Sorocaba: 20.08.11;
2. participação nas atividades contra a homofobia no Centro Cultural Quilombinho;

**g) entre as organizações e movimentos que se articulam em torno da problemática EDUCAÇÃO:**

1. parceria Centro Cultural Quilombinho com a Oficina Pedagógica-DE Sorocaba;
2. apoio ao 3º Encontro Regional de Educação da APEOESP;
3. participação e colaboração das entidades e grupos presentes deste grupo temático do I Encontro de Movimentos Sociais da UFSCar-Sorocaba nas duas Reuniões de Representantes de Escolas da APEOESP a ocorrer no segundo semestre de 2011;
4. “Apropriação do Espaço Urbano” com performances artísticas, culturais e educativas;
5. Fórum de discussão dos movimentos sindicais e sociais de Sorocaba e região para articulação e criação de um plano municipal de educação;
6. parceria entre o grupo Rasgada Coletiva e a Oficina Pedagógica-DE Sorocaba, com o objetivo de desenvolver trabalho cultural e social entre os grêmios estudantis das escolas públicas de Sorocaba;
7. curso de formação de educadores do Centro Cultural Quilombinho em parceria com a APEOESP, Oficina Pedagógica DE-Sorocaba e USFSCar;
8. A UFSCar se dispõem a verificar a possibilidade de os professores das redes públicas se matricularem como alunos ouvintes nas licenciaturas;
9. cursos de formação aos alunos do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docente, do qual participam vários alunos da UFSCar) oferecidos pelos movimentos e grupos sociais e culturais presentes no I Encontro;
10. criação de uma rede de apoio de trocas de experiências e pesquisas relativas à educação, cultura e movimentos sociais, não só virtual;
11. retomada do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, abrangendo questões relativas à educação, cultura e movimentos sociais e ambientais;
12. articular uma proposta de publicação de cadernos de educação que priorize a produção acadêmica de educadores da rede pública e dos movimentos sociais. Essa publicação poderia ser virtual, com possibilidades de impressão e distribuição gratuita ou a preço de custo;
13. apoio à iniciativa de Formação Itinerante da APEOESP;
14. apoio dos sindicatos e movimentos sociais presentes ao I Encontro da UFSCar, mesa 3 – Educação, à organização do ciclo de comemorações dos 90 anos de Paulo Freire na UFSCar-*campus* Sorocaba;

**h) fortalecimento do Encontro Negros, Povos Indígenas e Universidades (UNISO + UFSCar) – 13.08.11:**

**i) participação efetiva de todos os movimentos e organizações sociais nos Conselhos Municipais das cidades da região:**

**III – PARCERIAS ENTRE OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES E A UFSCAR NOS ÂMBITOS DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO:**

**a) extensão:**

1. curso para a formação política aos militantes;
2. curso para a formação de gestores para o Terceiro Setor;
3. curso para a habilitação de militantes para atuarem com a comunicação social comunitária;
4. capacitação para os agricultores do Quilombo dos Camargo (Salto de Pirapora e Votorantim), preferencialmente pelo curso de Engenharia Florestal e Biologia;
5. cursos de extensão aos professores que atuam na rede pública estadual;

**b) pesquisa:**

1. pesquisa sobre o perfil do trabalhador da região de Sorocaba a partir dos diferentes setores econômicos;
2. pesquisa sobre a mortalidade de jovens na região de Sorocaba;
3. pesquisa sobre o perfil da população jovem da região de Sorocaba;
3. pesquisa sobre a mortalidade que atinge a população negra na região de Sorocaba;
4. pesquisa para identificar os indicadores econômicos relacionados à população negra da região de Sorocaba;
5. pesquisa sobre o perfil da população LGBT da região de Sorocaba (pretende-se utilizar na coleta de dados dessa pesquisa os mesmos instrumentos aplicados em pesquisas similares que estão sendo realizadas em outras cidades e Estados brasileiros);
6. pesquisa de desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de material reciclável;
7. pesquisa sobre direito à moradia (questão fundiária urbana e agrária);
8. pesquisa e debate (promovidos pelo curso de Pedagogia da UFSCar) acerca do uso que será dado ao espaço da antiga Fábrica Cianê [...] para o qual há previsão da construção de mais um shopping center [...];
9. participação dos militantes dos movimentos e organizações sociais já graduados nos grupos de pesquisa existentes na UFSCar-Sorocaba [...];

**c) ensino:**

1. participação de graduados que atuam nos movimentos e organizações sociais nas disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação da UFSCar-Sorocaba;
2. apoio dos estudantes de graduação da UFSCar-Sorocaba às atividades desenvolvidas nos Quilombos;
3. levar aos cursos de licenciatura da UFSCar o debate sobre “a Escola em tempo integral”, e promover parcerias escola-entidades do terceiro setor / movimentos sociais, nas atividades a serem desenvolvidas nas escolas;

**d) outros:**

1. produção de um documentário sobre o I Encontro UFSCar-Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba a partir dos registros realizados (fotos, filmes e gravações);
2. nominar o campus da UFSCar-Sorocaba de José Joaquim de Camargo [...];
3. dar continuidade ao blog e ao site do I Encontro, mas agora tornando um espaço do Fórum Permanente dos Movimentos e Organizações Sociais da Região de Sorocaba;
4. Luta por espaços físicos permanentes para entidades ligadas aos movimentos sociais, a exemplo da “Associação Nacional de Capoeira”, dentre outros que não possuem sede própria, em parceria com Secretarias e Programas/Projetos Municipais e a Universidade (<http://encontroufscarmovimentosociais.blogspot.com.br/p/2-de-julho.html>).

Importa destacar que o presente livro é parte de uma resolução que os articuladores do I Encontro encaminharam durante as reuniões preparatórias. Ele tem o objetivo registrar um pouco da história, os desafios presentes e as perspectivas dos movimentos sociais da região de Sorocaba. Muito embora sejam sujeitos sociais importantes no processo de construção das relações sociais, os militantes dos movimentos sociais nem sempre têm a possibilidade de registrar suas visões da realidade e suas ações, o que implica, muitas vezes, em suas histórias serem narradas por terceiros: pesquisadores, imprensa, entre outros. Então os articuladores do I Encontro manifestaram a necessidade de abrir espaço no presente livro para que os próprios militantes dos movimentos sociais contassem suas histórias a partir de seus próprios pontos de vista. Como isso foi justamente o que eles fizeram nas mesas de debates do I Encontro, a eles foi dada a possibilidade de redigir um texto para integrar o presente livro. Aos que apresentassem dificuldades na narrativa escrita, foi oferecida pela comunidade da UFSCar a possibilidade de seus militantes serem entrevistados por professores e alunos ou transcreverem a fala feita naquela oportunidade do I Encontro.

Cada uma das partes componentes deste livro, portanto, apresenta um pouco da história dos desafios presentes e das perspectivas dos militantes dos movimentos sociais que participaram do I Encontro, muito embora nem todos tenham aceitado o desafio de participar da presente obra (importa destacar que tais silêncios também revelam muitos significados, que ainda estão por ser desvelados). Como cada mesa de debates foi coordenada por um ou uma docente da UFSCar-Sorocaba, de acordo com a área de atuação, resolveu-se dividir o pre-

sente livro em oito<sup>9</sup> partes e cada uma delas contém: um texto de apresentação geral, feito pelo docente que mediou a mesa de debates, seguido por outros textos de militantes dos movimentos sociais que delas participaram e que se propuseram a escrever suas considerações. Além disso, no capítulo a seguir serão apresentados os resultados de uma coleta de dados sobre a formação escolar e não escolar de 86 militantes que participaram do I Encontro e que responderam a um questionário formulado por dois docentes.

Espera-se que os leitores encontrem nesta obra não apenas relatos passivos dos militantes dos movimentos sociais que participaram do I Encontro, mas também referência e motivação para a intervenção social, sobretudo as que visam à superação do atual padrão civilizatório capitalista por meio da ação que rompa com a fragmentação característica da ação de alguns movimentos sociais, estabelecendo parcerias entre os movimentos e destes com outras instituições sociais, como é o caso da universidade pública.

## Referências bibliográficas

- BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André Paulo. Estado Militar e reformas educacionais. *Revista Educere et Educare*, v. 1, n. 1, p. 227-231, jan./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/revista/EDUCEREetEDUCARE\\_parte\\_3.pdf](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/revista/EDUCEREetEDUCARE_parte_3.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2009.
- CUNHA, Luis Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. (Coleção Educação em Questão).
- \_\_\_\_\_. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (Coleção Educação em Questão).
- DECLARAÇÃO DE BOLONHA. *Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha (19.Junho.1999)*. 1999. Disponível em: <[http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999\\_Bologna\\_Declaration\\_Portuguese.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2011.
- FÁVARO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36,

<sup>9</sup> São oito partes porque, no dia do evento, foram realizadas conjuntamente as mesas “Luta por moradia e questão fundiária” e “Direitos humanos e assistência”.

2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2010.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Col. O Mundo Hoje, v. 24).
- GOERGEN, Pedro. *A universidade em tempos de transformação*. Disponível em: <[http://www.prg.rei.unicamp.br/Texto\\_univ\\_em\\_temp\\_trans\\_Pedro\\_Goergen.html](http://www.prg.rei.unicamp.br/Texto_univ_em_temp_trans_Pedro_Goergen.html)>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- MATOS, Olgária. O crepúsculo dos sábios. *Jornal O Estado de São Paulo*, 15 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-crepusculo-dos-sabios,466735,0.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147-161, out. 2002.
- REINERT, José Nilson. *A universidade como modelo e estrutura organizacional*. Disponível em: <[http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos\\_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completo/REINERT2.pdf](http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completo/REINERT2.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2011.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Autores Associados, 1983. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5).

## Sites

- <<http://encontroufscarmovimentosociais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

# FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA<sup>1</sup>

MARCOS FRANCISCO MARTINS<sup>2</sup>  
VIVIANE MELO DE MENDONÇA<sup>3</sup>

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada junto aos militantes que participaram do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, realizado entre os dias 1 e 2 de julho de 2011, na cidade de Sorocaba. A pesquisa pretendeu analisar o processo de formação e a atuação dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba.

Com a coleta de dados realizada no I Encontro, pretendeu-se saber em que medida a escola e outros espaços educativos contribuíram com o processo de formação da consciência militante. Para tanto, produziu-se um questionário com nove questões, que foi apresentado anteriormente aos articuladores do I Encontro durante a 4ª reunião preparatória e depois aprovado.

Os militantes que participaram do evento receberam o questionário no momento da inscrição, tendo sido 87 o total de questionários devolvidos. Con-

---

<sup>1</sup> Uma versão desse capítulo foi publicada pelos autores em 2011 na Revista Impulso, de Piracicaba, nº 20(49), p. 15-27, sob o título “Formação e atuação dos militantes dos movimentos sociais”.

<sup>2</sup> Licenciado em Filosofia, com mestrado e doutorado em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-Unicamp). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, e coordenador geral do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. E-mail: marcos-franciscomartins@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia, com doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora adjunta da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, que integrou a equipe articuladora do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. E-mail: viviane@ufscar.br

tudo, um deles foi descartado porque escreveu, logo no cabeçalho e com letras maiúsculas, que não era militante. Assim, o total de questionários considerados na coleta de dados foi de 86.

Na sequência, serão apresentados os dados coletados e uma breve análise deles.

### O perfil etário e étnico dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba

A coleta de dados realizada junto a 86 militantes dos movimentos sociais que participaram do referido I Encontro revelou que eles, majoritariamente, residem no município sede de uma região importante economicamente do interior paulista: Sorocaba (Tabela 1).

**Tabela 1 – Local de residência dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba.**

| Município                                    | Quantidade | Porcentagem* |
|--|------------|--------------|
| Sorocaba                                     | 57         | 66,27%       |
| Votorantim                                   | 8          | 9,30%        |
| Salto de Pirapora                            | 6          | 6,97%        |
| Iperó  | 3          | 3,48%        |
| Outros municípios da região de Sorocaba      | 2          | 2,32%        |
| Outros municípios fora da região de Sorocaba | 5          | 5,81%        |
| Não responderam                              | 5          | 5,81%        |
| <b>Total</b>                                 | <b>86</b>  | <b>100%</b>  |

\* Em todas as tabelas, no cálculo do percentual foram desconsiderados os truncamentos a partir da terceira casa após a vírgula.

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Sob o ponto de vista etário, os militantes dos movimentos sociais que atuam na região de Sorocaba são, em sua ampla maioria (aproximadamente 43%), bastante jovens, na faixa de idade que vai dos 10 aos 30 anos (Tabela 2).

**Tabela 2 – Faixa etária dos respondentes.**

| <b>Faixa etária</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Porcentagem</b> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| 10 a 20 anos        | 12                | 13,95%             |
| 21 a 30 anos        | 25                | 29,06%             |
| 31 a 40 anos        | 15                | 17,44%             |
| 41 a 50 anos        | 15                | 17,44%             |
| 51 a 60 anos        | 14                | 16,27%             |
| 61 a 70 anos        | 5                 | 5,81%              |
| <b>Total</b>        | <b>86</b>         | <b>100%</b>        |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Aos que acreditam que a juventude tem se mostrado pouco afeita ao envolvimento com as lutas sociais, esse dado parece ser ilustrativo de outra posição: pode até ser que a juventude não esteja tão disposta ao envolvimento com as causas sociais, mas grande parte dos militantes que atuam junto aos movimentos sociais em Sorocaba é, sob o ponto de vista etário, bastante jovem e com predominância masculina. Esse resultado vem trazer a necessidade de se repensar sobre as novas formas de participação nas quais os jovens podem ser reconhecidos quando atuam na cena pública nos clássicos e/ou nos novos movimentos sociais, bem como também criam novos espaços de atuação, como sugere Sposito (2000).

Em relação à autodeclaração da raça-etnia<sup>4</sup>, nada se mostrou tão radicalmente diferente dos dados coletados por outros instrumentos e processos de pesquisa como os utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – a maioria dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba (aproximadamente 78% do total) encontra-se entre os autodeclarados brancos, negros e pardos. Importa destacar que a pergunta era para resposta “aberta”, isto é, sem qualquer alternativa que pudesse induzir a resposta (Tabela 3):

<sup>4</sup> Essa terminologia entrou no questionário depois de ter sido submetida aos presentes à 4ª reunião preparatória do I Encontro UFSCar - Movimentos Sociais e Sindicais da Região de Sorocaba, da qual participaram vários representantes da comunidade negra que atuam em diferentes organizações e movimentos sociais, como o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba, a ONG Ação Periférica, o Centro Cultural Quilombino, a Associação “Avante Zumbi, entre outros.

**Tabela 3 – Autodeclaração de raça-etnia.**

| Raça-etnia             | Quantidade | Porcentagem |
|------------------------|------------|-------------|
| Branca                 | 36         | 41,86%      |
| Negra                  | 17         | 19,76%      |
| Parda                  | 11         | 12,79%      |
| “Morena”               | 3          | 3,48%       |
| “Oriental” e “amarela” | 3          | 3,48%       |
| Indígena – “xavante”   | 1          | 1,16%       |
| Outras*                | 7          | 8,13%       |
| Não respondeu          | 8          | 9,30        |
| <b>Total</b>           | <b>86</b>  | <b>100%</b> |

\* “Brasileira”, “caucasiana”, “multiétnico”, “humana”.

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

### Área de atuação e motivação da militância

A coleta de dados sobre a área de atuação resultou na Tabela 4:

**Tabela 4 – Área de militância.**

| Área de militância           | Quantidade | Porcentagem do total de áreas de atuação indicadas |
|------------------------------|------------|--|
| Juventude                    | 24         | 13,55%   |
| Educação                     | 24         | 13,55%   |
| Saúde                        | 17         | 9,60%  |
| Cultura                      | 15         | 8,47%  |
| Movimento estudantil         | 15         | 8,47%  |
| Gênero, LGBT, “mulher”       | 11         | 6,21%  |
| Pela igualdade étnico-racial | 11         | 6,21%  |
| Meio ambiente                | 10         | 5,64%  |
| Criança e adolescente        | 9          | 5,08%  |
| Luta pela terra              | 9          | 5,08%  |
| Movimento sindical           | 9          | 5,08%  |
| Luta por moradia             | 6          | 3,38%  |

|   |                           |            |             |
|---|---------------------------|------------|-------------|
| Outra                                     | Política e cidadania      | 4          | 2,25%       |
|   | “Igualdade social”        | 3          | 1,69%       |
|   | “Assistência social”      | 3          | 1,69%       |
|   | “Religiosa”               | 2          | 1,12%       |
|   | “Idoso”                   | 1          | 0,56%       |
|   | “Pessoa com deficiência”  | 1          | 0,56%       |
|   | “Direitos humanos”        | 1          | 0,56%       |
|   | “Informação, comunicação” | 1          | 0,56%       |
| Não responderam                           |                           | 3          | -           |
| <b>Total de área de atuação indicadas</b> |                           | <b>176</b> | <b>100%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Como se percebe, o questionário possibilitou a indicação de mais de uma área de atuação, mas nessa questão foram apresentadas as indicações de algumas áreas<sup>5</sup>. Contudo, ao assinalar “Outra”, o militante teve que indicar a área de atuação.

Dos 86 respondentes, 47 indicaram mais de uma área de atuação, o que leva a crer que, realmente, a atuação dos militantes sociais nos dias atuais não tem um foco específico, podendo envolver desde organizações e movimentos sociais clássicos, sindicatos e partidos políticos articulados pela marxiana categoria de classe (GALVÃO, 2011) até Novos Movimentos Sociais (NMS), cuja articulação ocorre não pela identidade de classe, mas por identidades que se expressam nas situações de marginalidade e exclusão vivida na realidade por indivíduos e grupos sociais, os quais se mobilizam, por exemplo, contra a homofobia (movimento LGBT), o machismo (movimento feminista) e o racismo (movimento negro) (PICOLOTTO, 2007). Desse modo, surgiu um total de 176 áreas de atuação indicadas.

Além disso, esse dado confirma o que a Tabela 2 apresentou: que grande parte dos militantes são jovens, pois 78 áreas de atuação mencionadas dizem respeito diretamente aos temas próprios desse setor social (“juventude”, “educação”, “movimentos estudantil” e “cultura”). Desse modo, entende-se como

<sup>5</sup> Movimento sindical, educação, cultura, juventude, gênero e/ou LGBT, luta por moradia, saúde, meio ambiente, movimento estudantil, criança e adolescente, luta pela igualdade racial, luta pela terra e outra.

necessário que qualquer estratégia de formação dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba deverá considerar, em seus métodos de ação, essa faixa etária e suas áreas de interesse.

A Tabela 5 apresenta o resultado de quando os respondentes foram questionados sobre se militam em alguma organização ou movimento social:

**Tabela 5 – Milita em alguma organização ou movimento social?**

| Milita em alguma organização ou movimento social? | Quantidade | Porcentagem |
|---|------------|-------------|
| Sim   | 71         | 82,55%      |
| Não   | 14         | 16,27%      |
| Resposta não considerada (“sim e não”)            | 1          | 1,16%       |
| <b>Total</b>                                      | <b>86</b>  | <b>100%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Esses dados apontam para a motivação dos militantes para a articulação coletiva em suas ações, ou melhor, articulação da militância individual com outros indivíduos por meio de algum organismo social coletivo.

Mas mais interessante do que isso é conhecer as motivações que levam pessoas da região de Sorocaba a se tornarem militantes (Tabela 6):

Inicialmente, pode-se dizer que a perspectiva de classe é minoritária na motivação para a militância, representando apenas cerca de 8% do total, considerando nessa totalidade as respostas “consciência de classe” e “ideologia”<sup>6</sup>.

A maior motivação para a militância reside na possibilidade que os militantes veem na ação que poderá resultar em transformação do atual padrão civilizatório. Nesse quesito encontram-se 43% do total das respostas de motivações para militar (80,04%). Incluíram-se nessa totalidade parcial as respostas “melhorar a qualidade de vida”, “transformar a realidade”, “promover a inclusão”, “lutar pelos direitos sociais” e “interferir nas políticas públicas”, ou seja, as respostas po-

<sup>6</sup> A ideologia está sendo tomada pelos pesquisadores como um conceito pertencente ao universo conceitual dos movimentos sociais clássicos, o que pode não ter sido a intenção dos respondentes, pois há também ideologias criadas e difundidas pelo capital em seu processo de estruturação do modo de vida social.

dem indicar tanto a transformação radical do modo de vida social capitalista como apregoam os movimentos sociais clássicos, por exemplo, reformas mais pontuais desse sistema de vida, o que é mais próximo da práxis dos NMS.

**Tabela 6 – Por que milita ou não milita em alguma organização ou movimento social?**

| Resposta                                    | Motivo  | Quantidade | Porcentagem   |
|---|---|------------|---------------|
| Sim   | Para “melhorar a qualidade de vida”                         | 13         | 14,44%        |
|   | Para “transformar” a realidade, “construir” outra realidade | 12         | 13,33%        |
|   | Para promover a “inclusão” social                           | 7          | 7,77%         |
|   | Para “ajudar os necessitados”                               | 5          | 5,55%         |
|   | Para socializar “conhecimentos” e “ideias”                  | 5          | 5,55%         |
|   | Pela “consciência de classe”                                | 4          | 4,44%         |
|   | Para lutar pelos “direitos sociais”                         | 4          | 4,44%         |
|   | Pela “ideologia”  | 3          | 3,33%         |
|   | Por “necessidade” pessoal                                   | 2          | 2,22%         |
|   | Para “conhecer a realidade” social                          | 2          | 2,22%         |
|   | Para interferir nas “políticas públicas”                    | 1          | 1,11%         |
|   | Pelo resgate dos valores da “família”                       | 1          | 1,11%         |
|   | Por “opção profissional”                                    | 1          | 1,11%         |
|   | Para garantir “acesso à cultura”                            | 1          | 1,11%         |
|   | Para “fazer formação política”                              | 1          | 1,11%         |
|   | Para “ser útil”   | 1          | 1,11%         |
|   | Pela “identidade com o movimento estudantil”                | 1          | 1,11%         |
|   | Não indicaram o motivo                                      | 10         | 11,11%        |
| <b>Total de motivações para militar</b>     |   | <b>74</b>  | <b>82,17%</b> |
| Não   | Por “falta de tempo”  | 5          | 5,55%         |
|   | Por “falta de oportunidade”                                 | 2          | 2,22%         |
|   | Por “ainda pretendo militar”                                | 1          | 1,11%         |
|   | Não indicaram o motivo                                      | 8          | 8,88%         |
| <b>Total de motivações para não militar</b> |   | <b>16</b>  | <b>17,76%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Em se tratando das motivações para não militar em alguma organização ou movimento social, destacam-se as respostas típicas a perguntas como esta: “falta de tempo” e “falta de oportunidade”, que representaram 8,13% do total nesse quesito (17,76%).

### Sobre a formação escolar e não escolar dos militantes dos movimentos sociais de Sorocaba e região

Sobre o tipo de escola que os militantes frequentaram, as respostas obtidas podem ser vistas na Tabela 7:

**Tabela 7 – Tipo de escola que os respondentes frequentaram.**

| Tipo de escola              | Quantidade | Faixa etária    | Quantidade | Porcentagem |
|-----------------------------|------------|-----------------|------------|-------------|
| Apenas em escola pública    | 55         | de 0 a 4 anos   | 0          | 63,95%      |
|                             |            | de 5 a 8 anos   | 9          |             |
|                             |            | de 9 a 12 anos  | 25         |             |
|                             |            | de 12 a 16 anos | 13         |             |
|                             |            | mais de 16 anos | 8          |             |
| Apenas em escola privada    | 7          | de 0 a 4 anos   | 1          | 8,13%       |
|                             |            | de 5 a 8 anos   | 1          |             |
|                             |            | de 9 a 12 anos  | 4          |             |
|                             |            | de 12 a 16 anos | 1          |             |
|                             |            | mais de 16 anos | 0          |             |
| Em escola pública e privada | 23         | de 0 a 4 anos   | 0          | 26,74       |
|                             |            | de 5 a 8 anos   | 0          |             |
|                             |            | de 9 a 12 anos  | 8          |             |
|                             |            | de 12 a 16 anos | 7          |             |
|                             |            | mais de 16 anos | 8          |             |
| Não respondeu               | 1          | -               | -          | 1,16%       |
| <b>Total</b>                | <b>86</b>  | <b>-</b>        | <b>86</b>  | <b>100%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Os dados coletados revelam que os militantes dos movimentos sociais de Sorocaba (a maioria) frequentaram as escolas públicas. Muito embora a pesquisa não tenha se proposto a identificar a classe econômica dos militantes respon-

dentos, é possível supor que isso, em grande medida, deve-se ao fato de que tais militantes não devem ser integrantes das classes economicamente enriquecidas, o que é tradicional no Brasil em relação ao ensino básico. Sobre o nível escolar frequentado, foram os seguintes os dados coletados, de acordo com a Tabela 8:

**Tabela 8 – Nível escolar frequentado pelos militantes dos movimentos sociais de Sorocaba e região.**

| Nível escolar            | Quantidade | Porcentagem |
|--------------------------|------------|-------------|
| Fundamental completo     | 3          | 3,48%       |
| Fundamental incompleto   | 3          | 3,48%       |
| Médio completo           | 17         | 19,76%      |
| Médio incompleto         | 1          | 1,16%       |
| Superior completo        | 20         | 23,25%      |
| Superior incompleto      | 29         | 33,72%      |
| Pós-graduação completo   | 5          | 5,81%       |
| Pós-graduação incompleto | 6          | 6,97%       |
| Não respondeu            | 2          | 2,32%       |
| <b>Total</b>             | <b>86</b>  | <b>100%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Ao se observar a quantidade de anos escolares frequentados (Tabela 7<sup>7</sup>) e o nível escolar (Tabela 8), pode-se inferir que a maioria cursou mais do que 12 anos escolares, isto é, tiveram acesso ao ensino superior. Em se tratando desse dado, em especial, foram 69,75% dos respondentes (“superior completo”, “superior incompleto”, “pós-graduação completo”, “pós-graduação incompleto”), o que favorece os militantes em relação à apropriação e ao uso social dos conteúdos e da linguagem adquiridos no nível escolar básico, sugerindo, assim, a hipótese que a formação escolar pode resultar em uma visão e postura frente ao mundo mais crítica.

<sup>7</sup> Na composição dessa tabela, quando o respondente indicou que havia feito um curso superior e estava cursando a pós-graduação, considerou-se apenas o curso superior realizado.

Mas essa inferência sobre a importância da educação escolar em relação à visão e postura crítica frente ao mundo torna-se enfraquecida pelo fato de que, como é demonstrado na Tabela 9, 77,90% dos militantes fizeram cursos fora da escola, o que pode também ter colaborado para o desenvolvimento da consciência crítica que levou à militância junto aos movimentos sociais.

**Tabela 9 – Quantidade de militantes que fizeram e não fizeram cursos feitos fora da escola.**

| Fez curso fora da escola? | Quantidade | Porcentagem |
|---------------------------|------------|-------------|
| Sim                       | 67         | 77,90%      |
| Não                       | 13         | 15,11%      |
| Não respondeu             | 6          | 6,97%       |
| <b>Total</b>              | <b>86</b>  | <b>100%</b> |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Entre os que responderam que fizeram o curso superior completo, destaca-se a área das ciências humanas e sociais com 17 citações (85%) do total<sup>8</sup> e das exatas e biológicas com 3 citações (15%). Entre os que responderam que têm o curso superior incompleto, foram 29 citações, sendo a área de ciências humanas e sociais com 21 citações (72,41%)<sup>9</sup> e as exatas e biológicas com 8 citações.

Excetuando-se os cursos técnico-profissionalizantes, que representam isoladamente a maioria dos realizados fora da escola (38,20%), os demais cursos que os respondentes fizeram favorecem o desenvolvimento de uma visão mais ampla de mundo, seja pelo contato com outras culturas, por meio de curso de “línguas”, seja pelo aprendizado do uso de ferramentas de acesso e difusão do conhecimento, por meios eletrônicos (curso de “informática”). E isso é reiterado por outras experiências formativas que muito possivelmente sejam, de forma explícita, voltadas ao desenvolvimento da consciência crítica, como é o caso da “formação política e/ou sindical” e “formação do cidadão” (Tabela 10):

<sup>8</sup> Os três cursos superiores mais citados foram os seguintes: História com quatro citações; Psicologia com três citações; e Direito com três citações.

<sup>9</sup> Os três cursos superiores incompletos mais citados foram os seguintes: Geografia com oito citações; Agronomia com cinco citações; e Serviço Social, Filosofia e Pedagogia com duas citações cada.

**Tabela 10 – Cursos realizados pelos militantes fora da escola.**

| Curso realizado                 | Quantidade | Porcentagem do total de “curso realizado” |
|---------------------------------|------------|---|
| Formação política e/ou sindical | 7          | 7,86%                                     |
| Línguas                         | 12         | 13,48%                                    |
| Técnico-profissionalizante      | 34         | 38,20%                                    |
| Informática                     | 15         | 16,85%                                    |
| Confessional                    | 3          | 3,37%                                     |
| Formação do cidadão*            | 11         | 12,35%                                    |
| Arte                            | 7          | 7,86%                                     |
| <b>Total</b>                    | <b>89</b>  | <b>100%</b>                               |

\* Entre os cursos aqui designados por “formação do cidadão” encontram-se os seguintes: “liderança jovem”, “mediador de conflitos”, “meio ambiente”, “educação social” e “políticas públicas”.

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

A Tabela 11 confirma os dados da anterior: 47,05% dos cursos realizados fora da escola foram oferecidos por instituições privadas, muitos dos quais voltados à formação técnica e profissional e desenvolvidos por empresas e outros tipos de instituições privadas.

**Tabela 11 – Organizações que promoveram os cursos fora da escola aos militantes.**

| Quem promoveu                      | Quantidade | Porcentagem do total de “quem promoveu” |
|------------------------------------|------------|---|
| Organizações ou movimentos sociais | 8          | 11,76%                                  |
| Partido político                   | 4          | 5,88%                                   |
| Instituição privada                | 32         | 47,05%                                  |
| Instituição confessional           | 2          | 2,94%                                   |
| Instituição pública                | 15         | 22,05%                                  |
| Sindicato e/ou central sindical    | 7          | 10,29%                                  |
| <b>Total</b>                       | <b>68</b>  | <b>100%</b>                             |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Interessante observar ainda na Tabela 11 que os movimentos e as organizações sociais representam parte minoritária entre as organizações que promoveram cursos (11,76%), o que demonstra uma lacuna no campo da formação que deveria ser realizada pelos movimentos e organizações sociais da região de Sorocaba. O mesmo se pode dizer dos partidos políticos (5,88%), das organizações sindicais (10,29%) e das instituições públicas (22,05%), que entre suas funções deveria estar presente a formação de indivíduos com consciência crítica em relação ao mundo vivido, como demonstram, por exemplo, as diretrizes da educação nacional e mesmo muitos projetos político-pedagógicos de escolas públicas dos mais variados níveis.

No que se referem aos motivos alegados pelos respondentes que não fizeram cursos fora da escola, foram coletados os seguintes dados, conforme Tabela 12:

**Tabela 12 – Motivos alegados pelos militantes que não fizeram cursos fora da escola.**

| Motivo alegado                           | Quantidade | Porcentagem do total de “motivo alegado” |
|--|------------|--|
| “Falta de tempo”                         | 2          | 15,38%                                   |
| “Falta de oportunidade”                  | 3          | 23,07%                                   |
| “Falta de recursos” financeiros          | 2          | 15,38%                                   |
| Sem identificação do motivo ou “não sei” | 6          | 46,15%                                   |
| <b>Total</b>                             | <b>13</b>  | <b>100%</b>                              |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Reiteram-se, com base nesses dados da Tabela 12, os argumentos mais recorrentes e já apresentados na síntese de respostas apresentada na Tabela 6 (“Por que não milita em alguma organização ou movimento social?”): a maioria entre as respostas passíveis de identificação são os argumentos de “falta de tempo” e de “falta de oportunidade”.

Por fim, em relação à motivação para se tornar militantes, foram coletados os seguintes dados (Tabela 13):

**Tabela 13 – Motivação alegada para se tornar militante.**

| Motivo alegado  |                       | Quantidade<br>(100) | Porcentagem do<br>total de “motivo<br>alegado” |
|---|-----------------------|---------------------|--|
| Para promover a “cidadania” e conquistar-efetivar “direitos”  |                       | 21                  | 21%  |
| Para atuar em alguma área específica de interesse ou na qual há dispõe de conhecimento e habilidade | saúde                 | 5                   | 5%   |
|   | questão étnico-racial | 4                   | 4%   |
|   | LGBT                  | 2                   | 2%   |
|   | educação              | 1                   | 1%   |
|   | meio ambiente         | 1                   | 1%   |
|   | assistência social    | 1                   | 1%   |
|   | parto saudável        | 1                   | 1%   |
|   | questão agrária       | 1                   | 1%   |
| Para combater a “desigualdade” e a “exclusão” social  |                       | 10                  | 10%  |
| Para promover a “transformação social”  |                       | 9                   | 9%   |
| Para melhorar a “qualidade de vida”   |                       | 8                   | 8%   |
| Por “ideologia”   |                       | 5                   | 5%   |
| Pelo estímulo do “curso superior” realizado ou em curso   |                       | 3                   | 3%   |
| Por carisma ou “identidade” religiosa   |                       | 2                   | 2%   |
| Por “consciência de classe”   |                       | 1                   | 1%   |
| Pelo “exemplo familiar”   |                       | 1                   | 1%   |
| Por influência de amigos  |                       | 1                   | 1%   |
| Para apoiar o trabalho das ONGs   |                       | 1                   | 1%   |
| Para ajudar na construção de políticas públicas   |                       | 1                   | 1%   |
| Pelo problema pessoal que motivou a militância  |                       | 1                   | 1%   |
| Por “acreditar no futuro”   |                       | 1                   | 1%   |
| Por “opção profissional”  |                       | 1                   | 1%   |
| Respostas em cujo texto não foi possível identificar o motivo alegado*                              |                       | 6                   | 6%   |
| Não respondeu   |                       | 12                  | 12%  |
| * Por exemplo: “Faz parte do processo.”   |                       |                     |  |
| <b>Total</b>  |                       | <b>100</b>          | <b>100%</b>                                    |

**Fonte:** Dados coletados pelos autores do presente texto.

Novamente reitera-se o que já foi exposto na Tabela 6, qual seja: o de que o desejo de transformação do padrão civilizatório é o mais recorrente, seja pela articulação em torno da categoria de classe, seja pela motivação em torno de outras identidades (NMS).

Mais explicitamente, as motivações voltadas pela consciência de classe representam apenas 6% do total, enquanto que as que indicam a motivação por outras identidades, explícita nas respostas que foram tabuladas como “para atuar em alguma área específica de interesse ou na qual há dispõe de conhecimento e habilidade”, representam 16%, quantidade à qual deve ser somada mais 1%, relativo à resposta “para apoiar o trabalho das ONGs”. Em outras respostas podem estar embutida a identidade de classe ou as novas identidades, próprias do NMS, mas, para saber isso, seria preciso aprofundar a investigação, o que o instrumento de coleta de dados aplicado (questionário) não possibilitou.

Vale ainda ressaltar duas outras respostas: “pelo estímulo do ‘curso superior’ realizado ou em curso” e “por opção profissional”. A primeira revela a importância do ambiente acadêmico na formação da consciência crítica motivadora da militância junto aos movimentos e organizações sociais e a segunda deixa claro que a sociedade civil<sup>10</sup> organizada (leia-se: ONGs, fundações, associações, institutos etc.) está abrindo espaços para a atuação não apenas de militantes e/ou voluntários, mas também de profissionais das mais diversas áreas (MARTINS, 2007).

### A necessária articulação entre os movimentos sociais clássicos e os NMS para superar o padrão civilizatório capitalista

Entre as inferências possíveis de serem destacadas nesses apontamentos sobre os dados coletados junto aos militantes dos movimentos sociais que atuam na região de Sorocaba são privilegiadas apenas duas.

A primeira inferência diz respeito ao processo de formação dos sujeitos atuantes nos movimentos sociais. Tais processos são, eminentemente, processos educativos, mas não se conhece a receita para forjar um militante, até mes-

---

<sup>10</sup> Para aprofundar o conceito de sociedade civil, ver Martins e Groppo (2010).

mo porque a educação não é ciência exata, e na constituição da consciência e da ação do sujeito muitos são os elementos que interagem dialeticamente. Contudo, o processo educativo do qual resultam sujeitos atuantes nos movimentos sociais são de dois tipos: escolares e não escolares, considerando aqui os que envolvem desde a educação familiar, os aprendizados nos vários ambientes sociais e mesmo os que são desenvolvidos por organizações sociais de diferentes tipos (movimentos sociais clássicos, NMS e ONGs, por exemplo).

Em se tratando da educação escolar, há limites e possibilidades no que concerne à formação dos militantes. Difícil encontrar, por exemplo, uma escola que assuma formalmente que entre seus objetivos educativos encontra-se a formação de militantes, muito embora, atualmente, sejam cada vez mais comuns que as escolas de todos os níveis apresentem em seus projetos político-pedagógicos a intenção de formar sujeitos com compromisso com as causas sociais e tenham condições e vontade para se colocar a serviço da sociedade voluntariamente, com vistas a superar problemas específicos que possam por ventura encontrar.

Por sua vez, é bem fácil identificar no “Terceiro Setor” (MONTAÑO, 2005) propostas educativas voltadas à formação de consciências comprometidas com ações típicas do voluntariado no meio social. Nesse sentido, a formação de voluntários, entendidos como indivíduos articulados por organizações sociais não comprometidas com a reestruturação global do modo de vida social, já que se caracterizam por ações fragmentárias de superação de problemas localizados resultantes do tipo de desenvolvimento social capitalista, encontra-se, atualmente, em vantagem em relação ao processo de formação de militantes típico dos que atuam nos movimentos sociais, pois o voluntariado tem encontrado espaços de formação na escola e naqueles produzidos pelas ONGs do “Terceiro Setor”.

Outro aspecto que surge dos resultados é que a maioria dos cursos não escolares está centrada na profissionalização, que é oferecida por empresas privadas e serve como uma lógica capitalista de aperfeiçoamento de força de trabalho, reforçando a exploração do trabalho pelo capital.

Decorre, a partir dos aspectos discorridos, a conclusão da carência de espaços de formação política para uma consciência crítica militante e atuante nos movimentos sociais, apontando também a necessidade de construção desses espaços como alternativas para além da formação escolar.

A segunda inferência a ser destacada dos dados coletados diz respeito à identificação dos movimentos a partir da marxiana categoria de classe.

A diferenciação feita a partir da categoria de classe entre os movimentos sociais clássicos e NMS é bastante importante, porque implica no reconhecimento de diferenças estratégicas entre os sujeitos que atuam nos movimentos sociais. Contudo, ao se observar os dados coletados, percebe-se que a práxis por eles desenvolvida torna essa diferenciação complexa, pois: são muitos os militantes que, ao mesmo tempo em que privilegiam a atuação nos movimentos sociais clássicos (sindicato e partido), buscam também integrar-se à dinâmica de luta de organizações resultantes dos NMS e mesmo nas organizações do “Terceiro Setor”; muitos sindicatos e partidos que se orientam pela categoria de classe estão articulando em seu interior “coletivos” de negros, de mulheres, de LGBT, de meio ambiente, entre outros; as práxis desenvolvidas por parte dos NMS não podem ser consideradas cabalmente reiterativas do padrão civilizatório, já que muitas delas, em sua dinâmica de luta, promovem também a crítica radical do sistema de vida social – um dos exemplos a ser citado é a identidade promovida em função da defesa do meio ambiente, que, a depender do tipo de intervenção social, pode colocar em xeque o sistema de apropriação e mercantilização da natureza necessário ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

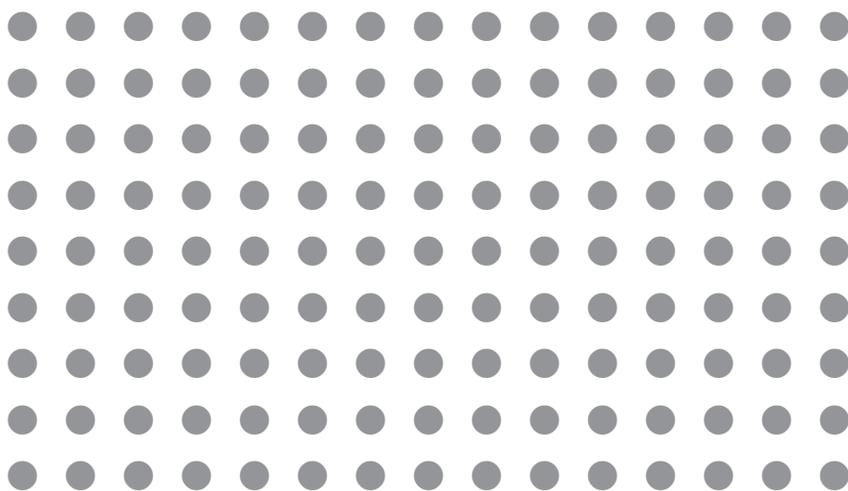
Assim sendo, e mesmo considerando a identificação aqui feita entre os movimentos sociais clássicos e os NMS, torna-se um imperativo, aos que orientam sua visão de mundo e ação social pela necessária superação do padrão civilizatório do modo de vida capitalista, a reflexão sobre articulação das lutas sociais desenvolvidas pelos sindicatos, partidos políticos e outros tipos de organizações e movimentos sociais que se identificam ou não pela categoria de classe. Mas isso é um desafio que vai além da formação escolar e não escolar e que ainda está por ser cumprido, sabendo que haverá nesse processo limites e possibilidades teóricos e práticos.

## Referências bibliográficas

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 32, p. 107-126, 2011.

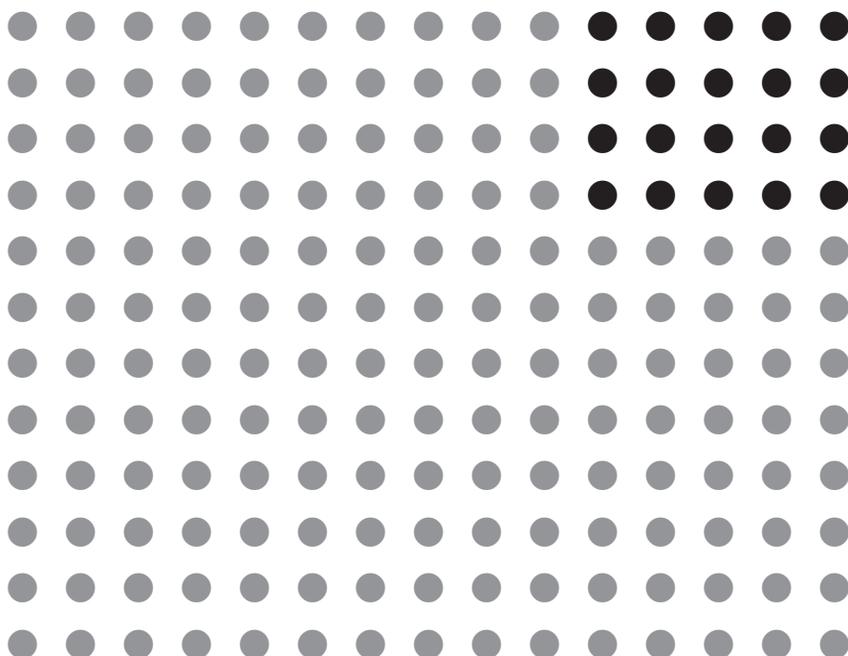
- MARTINS, Marcos Francisco. Educação sócio-comunitária em construção. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 28, p. 106-130, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art08\\_28.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art08_28.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- MARTINS, Marcos Francisco; GROPPPO, Luis. A. *Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas*. Campinas: Autores Associados; Americana: Unisal, 2010. (Col. Ed. Contemporânea).
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano I, edição 2, p. 156-177, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/358/332>>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, p. 73-94, 2000.





## Parte I

# RELAÇÕES DE TRABALHO





# A QUESTÃO DO TRABALHO

KELEN CHRISTINA LEITE<sup>1</sup>

## Introdução

Uma das mesas temáticas do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba tratou das “Relações de Trabalho”. Ela foi composta pelos seguintes Sindicatos: Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, na figura de seu assessor, professor de História e ex-presidente, Geraldo Titotto Filho; pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho (SINDIQUINZE), representado por José Edson de Oliveira; pelo Sindicato dos Psicólogos (SINPSI), na figura de Leandro de Campos Fonseca, psicólogo e mestrando em Psicologia da Universidade de São Paulo (USP); pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP), representado por Tânia Padilha, professora de Sociologia; e, por fim, pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos da Universidade Federal de São Carlos (SINTUFSCar), na figura de Laerte Guimarães.

A proposta da mesa era que todos os participantes pudessem apresentar a história de seu Sindicato, as conquistas que obtiveram ao longo de sua existência e os desafios que se colocam para cada organização na atual conjuntura social, econômica, política e cultural do país.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre e doutora em Ciências Sociais pela UFSCar, com estágio doutoral em Economia Civile pela Università Degli Studi di Milano-Bicocca. É professora adjunta da UFSCar, *campus* Sorocaba. Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE). E-mail: [kelen@ufscar.br](mailto:kelen@ufscar.br)

Neste artigo, será feita uma pequena introdução acerca da reestruturação capitalista da sociedade e suas implicações para o mundo do trabalho, tecendo, assim, um cenário comum a todos os Sindicatos presentes, sem, contudo, entrar nas especificidades e particularidades das consequências de tal reestruturação capitalista da sociedade para cada um dos segmentos, uma vez que tratamos de segmentos muito distintos. Logo a seguir temos as falas de quatro dos cinco movimentos sindicais presentes à Mesa Relações de Trabalho.

### A crise do modo de regulação fordista/keynesianista

Segundo Hobsbawm (1995, 2009), a sociedade, muitas vezes, só identifica os períodos excepcionais da história justamente quando eles entram em declínio.

Pode-se dizer que assim ocorreu com os anos de “ouro do capitalismo”. Sua exuberância foi verdadeiramente percebida nos conturbados anos da década de 1970, a partir da crise que abalou todo o sistema capitalista mundial e a partir da qual se teve uma profunda reestruturação com significativas mudanças: no setor produtivo, com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção; no setor financeiro, com a desregulamentação financeira; e no Estado, com a implementação das políticas neoliberais.

Dessa forma, os anos de 1970 podem ser tomados como um ponto de inflexão para o entendimento dos acontecimentos do fim do século XX e início do terceiro milênio. A importância dessa década é percebida e ressaltada por muitos autores, como Hobsbawm (1995, 2009), Castel (1995), Arrighi (1997), Offe (1997), Kurz (2004) e outros.

A partir dos anos de 1950, é possível dizer que se tornou real a sociedade do pleno emprego, pensada e planejada para recuperar-se do pós-guerra, criando um mercado consumidor necessário à produção em massa e detendo o avanço do socialismo ao estabelecer uma política de compromisso entre capital e trabalho que, pouco a pouco, constituiu-se no Estado do bem-estar social.

Em tal período houve um movimento em direção à chamada economia mista, e o Estado passou a agir como interventor e regulador da atividade econômica, propiciando um bem-estar para a população e incentivando ainda a geração de um mercado de consumo em massa, necessidade essa tão bem analisada por Antonio Gramsci (1988):

O americanismo e o fordismo derivaram da necessidade imanente de organizar uma economia programática. [...] Com isso determinou-se a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção. [...] O significado e o alcance objetivo do fenômeno americano constituiu-se no maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem. [...] O chamado alto salário do fordismo, é um instrumento para selecionar os trabalhadores aptos para o sistema de produção e de trabalho e para manter a sua estabilidade (p. 375-376).

[...] as mudanças não podem, porém, realizar-se apenas através da coerção, mas só através da combinação da coação [autodisciplina] com a persuasão, inclusive sob a forma dos altos salários, isto é, de possibilidade de melhorar o nível de vida, ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exige um dispêndio de energias musculares e nervosas (p. 407).

Para Gramsci, portanto, questões de família, de formas de coerção moral, de sexualidade, de consumismo e de ação do Estado estavam todas vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador que fosse mais adequado, mais apto, ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo demandado pelo fordismo.

Desse modo, o fordismo significou, para além de um modo de organização do processo produtivo, a reorganização de um modo de vida. Os novos métodos de trabalho tornaram-se inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e de sentir a vida, estabelecendo, portanto: uma nova organização do trabalho; um novo tipo de trabalhador; consumo em massa; nova organização familiar e até uma nova personalidade a partir das novas subjetivações relacionadas ao fordismo.

Assim sendo, nos países desenvolvidos, o modo de regulação fordista/keynesianista serviu para reconstruir e dinamizar o capitalismo no pós-guerra, estabelecendo, na prática, o compromisso entre capital e trabalho, que buscava compatibilizar a acumulação do capital com uma distribuição de renda, apta para ampliar a demanda global e garantir padrões de vida inclusivos para a maioria da população. Ganhos para os assalariados também foram obtidos em outros países, como o Brasil, ainda que de forma diferenciada e, por vezes, menos abrangente.

Economicamente, o equilíbrio desse compromisso entre capital e trabalho dependia da coordenação entre crescimento da produção e lucros estáveis com ganhos e aumentos salariais. Um afrouxamento na ascensão da produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultaria, inevitavelmente, em desestabilização.

Sendo assim, o fordismo compatibilizou altas taxas de lucro e acumulação com elevações de salários e do consumo em massa. Porém, por volta dos anos de 1970, esse modelo passou a esbarrar em seus próprios limites e contradições internas. Tais limites e contradições tornaram-se evidentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital.

Percebe-se, portanto, que a crise que está à base de todo o processo é uma crise de rompimento do consenso social, de esgarçamento do tecido social, rompimento do pacto social<sup>2</sup>.

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criaram uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realizasse, foram necessárias uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como uma das causas da crise instaurada no modo de produção capitalista a partir da década de 1970.

Sintetizando, são muitos os fatores que contribuíram para a introdução e sistematização de medidas de proteção social: motivações de caráter normativo; obrigações morais de caráter religioso ou civil; objetivo de controle social, de ate-

---

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre as causas essenciais da crise dos anos de 1970, consultar: Altvater (1997), Arrighi (1997), Barry (1995), Boyer (1990), Toledo (1995), O'Connor (1977), Offe (1980).

nuação do conflito, de garantia da paz e da ordem social; objetivos de formação e reivindicação de direitos por meio da mobilização dos movimentos operários e sociais em geral; transformações no curso da vida e dos sistemas de necessidades, por exemplo, que emergem da exigência de formação permanente, aumento da presença familiar na esfera do trabalho remunerado etc.; mudanças de caráter sociodemográfico, imigração, envelhecimento da população.

A pluralidade de direções que um argumento como esse abre é evidente. Para permanecer em um âmbito circunscrito, a própria reflexão sociológica foi atravessada por diversas correntes interpretativas e de análise: desde as abordagens de matriz prevalentemente marxista, que atribuem o desenvolvimento do Estado do bem-estar social à finalidade e exigências próprias do desenvolvimento capitalista, até abordagens que partem de uma perspectiva durkheiminiana, segundo a qual o desenvolvimento do Estado social é atribuível ao crescente contraste da capacidade de oferecer proteção por parte dos grupos sociais primários e secundários e à complexa intensificação das dificuldades de integração social em contextos de crescente individualização, abordagem essa intensificada por uma perspectiva da Sociologia Política, na qual o desenvolvimento do “welfare” (bem-estar) é associado a um processo de democratização das decisões e ao crescente papel político dos grupos portadores de interesses comuns.

Seja qual for o foco de análise adotado, bem como sua perspectiva teórica, insistimos no fato que a reestruturação capitalista, instaurada a partir da crise dos anos de 1970, levada a cabo nos anos de 1980, intensificada nos anos de 1990 e com consequências nos anos de 2000, envolveria, portanto: todo o processo produtivo em nível tecnológico e organizacional; as relações de trabalho, isto é, os modos de contratação, de uso e remuneração da força de trabalho, assim como as políticas do Estado, que foi um dos pilares do modo de regulação anterior. Estaríamos, ao lado dos aspectos econômicos, também diante de uma crise de valores societais.

### Algumas características da crise dos anos 1970

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, houve um esgotamento da capacidade de aumentar a produtividade com a base técnica do fordismo: tornou-se incompatível assegurar aumento da acumulação com aumentos sa-

lariais e bens sociais. Instaurou-se então a famosa crise dos anos 1970, com algumas características marcantes e resoluções práticas que foram, efetivamente, tomadas no sentido de tentar resolver os problemas advindos da crise e que causaram enormes impactos para os trabalhadores, para todos aqueles que, de algum modo, constituíam-se na “classe que vivia do trabalho”.

Na produção verificou-se a resistência dos trabalhadores ao trabalho na linha de montagem, o chamado esgotamento do modelo fordista. A monotonia e a alienação do trabalho expressaram-se no absenteísmo, na displicência, nas paradas de produção, no trabalho malfeito, nas peças defeituosas e no desperdício, elevando o custo da produção. Na tentativa de solução, as empresas buscaram melhores condições de exploração das oportunidades organizacionais e tecnológicas, oferecidas pelo avanço da automação baseada na microeletrônica e pelos novos modos de “produção flexível”. Houve também todo o movimento de enriquecimento das tarefas e dos grupos de trabalho semiautônomos, o que, na prática, significou uma intensificação do uso da força de trabalho.

A internacionalização da produção foi, por exemplo, uma das respostas do capital à crise do modelo de acumulação fordista frente à força de resistência do movimento operário. A internacionalização significou a transferência de postos de trabalho de áreas com movimento operário forte para áreas com movimentos inexpressivos. Esse fato ocorreu também dentro de um mesmo país, quando indústrias instaladas em grandes centros transferiram-se para regiões onde o movimento operário era menos articulado e organizado, processo esse ainda mais intensificado pela guerra fiscal entre os países ou entre Estados de um mesmo país, como a que se assistiu no Brasil durante a década de 1990 e início dos anos de 2000, na disputa pelos escassos investimentos produtivos nacionais ou não.

Chesnais (2004, p. 18) atribui ao processo de deslocalização, em direção aos países que oferecem baixos salários, várias implicações:

A deslocalização de unidades produtivas decorre de relações, cuja iniciativa pertence aos grupos industriais e comerciais dos países que participam do oligopólio mundial e cujo efeito consiste em poder jogar em concorrência a oferta da força de trabalho de um lado para o outro. A expansão do sistema capitalista baseou-se na integração simultânea, no âmbito de Estados-nações “regulados”,

de três mercados, o mercado de mercadorias, o de capitais (e tecnologias) e o do trabalho. Pelo seu movimento de mundialização, o capital explode esta integração e, evidentemente, não se preocupa em reconstituí-la. O sistema mundial é fortemente integrado no aspecto financeiro e ainda mais quanto aos investimentos diretos. Mas não é integrado quanto ao preço de venda e às condições de utilização da força de trabalho pelas firmas. Estas têm toda liberdade para explorar como quiserem as diferenças na remuneração do trabalho, entre diferentes países e regiões.

A mobilidade do capital, favorecida pela liberalização e desregulamentação dos mercados a partir da adoção das políticas neoliberais, alterou ainda o poder do Estado-nação, no seio do qual os famosos efeitos compensatórios podiam ocorrer outrora. Anteriormente, mesmo no âmbito capitalista, o combate ao desemprego podia se beneficiar de medidas de proteção alfandegária e incluir medidas legais, cujo efeito era relativamente restritivo para as empresas, limitando sua mobilidade internacional. A situação passou a ser completamente diferente: a mobilidade do capital permitiu e permite que os grandes grupos financeiros “obriguem” os países a padronizar suas leis trabalhistas e de proteção social de acordo com aquelas dos Estados que lhes são mais favoráveis (vale dizer, onde a proteção social é mais fraca).

Dessa forma, muitos Estados nacionais viram-se – e muitos ainda veem-se – obrigados a promover, em nome da concorrência e da atração de investimentos, na tentativa de gerar emprego e renda, o rebaixamento de seus padrões e condições de trabalho, seja para garantir a permanência de muitas indústrias em seu território, seja no sentido de facilitar, ainda mais, a entrada de grandes empresas. Estas, por sua vez, buscam, cada vez mais, países com menores salários, maior flexibilidade de contratação e demissão, menor pressão sindical e condições mais precárias de trabalho.

O resultado final dessa liberdade de ação das empresas pode ser mensurado pelo número de postos de trabalho eliminados, muito superior aos criados. Interroga-se, porém, quais serão, a médio e longo prazo, as consequências também para essas empresas de um mundo cada vez mais polarizado, com o poder de consumo sempre mais centralizado em uma pequena parcela da população.

Outra forma de resposta aos problemas enfrentados em âmbito organizacional pelas empresas foi a terceirização ou subcontratação de pequenas em-

presas, seguindo o chamado “modelo japonês”<sup>3</sup>. A produção se baseia em um pequeno núcleo central de trabalhadores bem pagos e em uma ampla periferia de trabalhadores mal pagos, fracamente organizados e trabalhando em tempo parcial. Essa nova estrutura ocupacional proliferou, fundamentalmente, onde a classe trabalhadora é mais fraca: Estados Unidos e Japão. A flexibilidade do mercado de trabalho, suposta vantagem das novas formas de produção capitalista, tem contribuído para enfraquecer a ação sindical (ANTUNES, 2000; DAL MOLIN, 2009; GRANJA, 2005; RODRIGUES, 2002) e para intensificar o trabalho.

No Brasil, uma das variantes da produção flexível foi a tentativa da instalação dos chamados consórcios modulares e os condomínios industriais. Em 1995, a Volkswagen anunciou a instalação de uma nova fábrica de caminhões e ônibus em Resende (RJ) e outra de motores em São Carlos (SP), seguindo o modelo do chamado consórcio modular. Esse tipo de organização exige a junção de trabalhadores de diferentes empresas, sob um mesmo teto de propriedade da montadora, a qual é responsável pelo produto final. Isso requer a presença física dos fornecedores na fábrica para a montagem e integração de conjuntos completos no produto final. A Volkswagen se concentraria na área de marketing/desenvolvimento de novos produtos e nas relações com o mercado, além de exercer o papel de coordenação das atividades de engenharia de produto, de manufatura, de qualidade e da própria produção.

Os condomínios industriais caracterizam-se, segundo o Boletim DIEESE (1997), pela instalação de várias fábricas em um mesmo terreno, como unidades integradas de uma mesma cadeia produtiva, por exemplo, a Ford em Taboão da Serra (SP).

Nas duas formas, condomínios industriais e consórcio modular, o objetivo da empresa é o mesmo, ou seja, a viabilização de esquemas que reduzam áreas de estoque e o tempo global de fabricação. Evidentemente, a redução de custos e de investimentos também está presente nesses projetos das montadoras. O problema é que isso contribui para a precarização das relações de trabalho e torna extremamente difícil a organização dos trabalhadores.

---

<sup>3</sup> Sobre o chamado “modelo japonês”, consultar: Boyer e Freyssenet (2000), Dejourns (1993), Hippo (1992), Hirata (1993).

Quanto às relações de trabalho, um aspecto relevante a considerar é a convivência cotidiana de trabalhadores de diferentes empresas em um mesmo espaço. O que ocorre é um grande processo de terceirização muito mais sofisticado, segundo o qual as empresas articulam-se com suas contratantes e desenvolvem seu trabalho sob os olhos de quem o compra. Vale dizer que os metalúrgicos, enquanto trabalhadores da Volkswagen, praticamente não existem nesse modelo. Com isso, não há base para um Sindicato forte dos metalúrgicos nesse setor, o que constitui um ganho para a montadora. As empresas que trabalham para a montadora são, por outro lado, de diferentes ramos, constituindo, dessa forma, muitos Sindicatos diversos e fragilizando a representação operária. Além do mais, muitas dessas empresas terceirizam seu próprio trabalho, o que contribui para a precarização das relações de trabalho, tornando extremamente difícil a organização dos trabalhadores.

A transformação em relação ao mercado, outra característica marcante da reestruturação capitalista e da crise dos anos de 1970, foi marcada por uma saturação da produção em massa. Grande parte das classes sociais, com disponibilidade para o consumo, já estava coberta pelo consumo em massa. A procura seria cada vez mais dependente da reposição, e não das novas aquisições, gerando, assim, maiores flutuações no mercado. Além disso, tornou-se possível produzir cada vez mais com cada vez menos trabalho vivo. As empresas, portanto, intensificaram a procura por novos meios de aumentar a produtividade e desenvolver novos produtos e novos mercados. Promoveram uma redução do tempo de vida útil dos produtos e investiram no discurso da qualidade total e diversificação da produção.

Na economia internacional, houve o choque do petróleo e a elevação das taxas de juros na primeira metade dos anos de 1970, mais especificamente em 1973-1974, aprofundando a tendência à queda da taxa de lucro das empresas. O preço do petróleo não voltou a cair e se estabilizou, mas retornou a bater novos recordes durante a última invasão dos Estados Unidos e seus aliados ao Iraque. No ano de 2011, novas oscilações ocorreram durante os processos contestatórios no Egito e outros países árabes.

Em relação ao Estado, houve uma profunda crise do Estado do bem-estar social, que passou a ter um déficit muito elevado. Foi justamente nesse momento, e diante dessa situação, que se instaurou a política neoliberal como

forma de resolver a crise dos anos 1970 no que se refere às políticas do Estado. Apesar do discurso do Estado mínimo, percebe-se que, na prática, para resolver ou minimizar as desordens financeiras globais exige-se sempre mais a coordenação dos Estados ou de órgãos supranacionais para evitar os cataclismos de dimensões que podem abalar a acumulação do capital e todo o sistema, haja vista as atitudes intervencionistas do Estado adotadas a partir de setembro de 2008 e em 2011, sem, contudo, repensar as questões estruturais das economias e das instituições multilaterais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), para citar apenas algumas.

Fator de grande relevância passa a ser o papel assumido pelo capital financeiro, sobretudo após o processo de desregulamentação do setor, e que Kurz (2004) define como o predomínio do capital fictício, do crédito governamental e da especulação, o que deu origem à época do capitalismo-cassino de dimensões globais. Dentre todas essas características, será dado mais relevo à política econômica de cunho neoliberal, pois foi a partir das consequências negativas advindas do conjunto de medidas derivadas de tal política econômica que houve um abalo em todos os níveis da sociedade, afetando, praticamente, todos os Estados, ainda que com consequências muito diferentes devido ao nível e ao grau de desenvolvimento do Estado do bem-estar nos diferentes países. As consequências de tais políticas para países como o Brasil e tantos outros da América Latina, em que tal Estado de bem-estar nunca chegou a ser uma realidade, foram ainda mais devastadoras.

## O modo de regulação fordista no Brasil

Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista no Brasil e daquilo que podemos denominar de modelo fordista que aqui se implementou foi o significativo peso do Estado como propulsor da industrialização, e não tanto como promotor do bem-estar social.

A economia brasileira foi até os anos de 1930 basicamente primário-exportadora. Sendo assim, era completamente vulnerável às oscilações das economias e dos mercados dos centros hegemônicos. Esse modelo exportador

entrou em crise nos anos de 1930, com a grande depressão mundial, obrigando o país a voltar-se sobre si mesmo e a desenvolver novas atividades produtivas. Iniciou-se, dessa forma, um longo processo de substituição de importações por produção nacional, assegurada pela reserva de mercado obtida por meio de proteção cambial e tarifária.

O novo modelo de acumulação, centrado na indústria, teve que enfrentar, segundo Teixeira e Oliveira (1996), três problemas básicos: inadequação do mercado de trabalho frente às novas exigências; ausência de um setor financeiro capaz de financiar a acumulação industrial; e ausência de um setor de bens de capital e insumos básicos, ou seja, o país precisou enfrentar todo o processo de inserção dependente na estrutura global do capitalismo.

O processo de substituição de importações, iniciado nos anos 1930, promoveu as atividades industriais e permitiu a ampliação das oportunidades de investimentos e, em consequência, a manutenção e mesmo aceleração da taxa de crescimento econômico por determinado tempo. Esse período estendeu-se até 1955, constituindo o processo de industrialização restringida justamente porque visava à consolidação da indústria leve e à implantação limitada de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital (TAVARES, 1973).

Dessa forma, coube ao Estado um papel essencial na criação de condições para o desenvolvimento do novo modelo de acumulação, baseado na industrialização.

Segundo Baltar (1996), um dos principais determinantes da reprodução da pobreza nesse período de industrialização do país foi o padrão de geração de emprego e renda, associado ao estilo de desenvolvimento. Apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado novas oportunidades ocupacionais, em especial nas zonas urbanas, permitindo uma expressiva mobilidade social ascendente, ele não barrou o avanço da pobreza por duas razões: a primeira diz respeito ao volume e à velocidade significativa do êxodo rural, que repercutiu na estruturação do mercado de trabalho urbano. Esse fenômeno está associado à permanência de uma estrutura agrária assentada em uma distribuição concentrada da propriedade e no atraso produtivo; a segunda questão diz respeito ao tipo de geração de emprego e renda urbana que, apesar de uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reproduziu formas de integração precária no mercado de trabalho.

A partir de 1974, em plena crise mundial do petróleo, o país mostrava sinais de saturação do modelo baseado na acumulação concentradora de rendas e capitais que, ao priorizar a produção de bens de consumo duráveis para aquela parcela da população com suficiente poder aquisitivo, limitava a demanda efetiva, provocando a desaceleração do crescimento.

A sociedade brasileira conheceu, na década de 1980, inúmeros planos de ajuste econômico, sem que nenhum atingisse seu objetivo: baixar a inflação e voltar a crescer. Pelo contrário, o período pode ser caracterizado pela recessão, pela queda dos salários reais e pela inflação crescente.

Pode-se considerar, assim, que a crise brasileira dos anos de 1980 foi resultado do esgotamento de um tipo de desenvolvimento econômico excludente, baseado na concentração de renda, associada a algumas transformações técnico-organizacionais das empresas.

Para sintetizar, dadas as características de um desenvolvimento tardio, dependente e apenas esporadicamente democrático, o fordismo brasileiro, implementado a partir da industrialização, não foi acompanhado das garantias sociais que, nos países desenvolvidos, permitiram certa distribuição dos ganhos de produtividade ao conjunto da população. Em nosso país, os trabalhadores não conquistaram mecanismos compensatórios nem do ponto de vista das atribuições do Estado, nem do ponto de vista do desenvolvimento das demais instituições da sociedade civil. Com a fraqueza da organização sindical e a restrição à atividade política imposta pelo regime militar, a industrialização brasileira, sobretudo pós-64, caracterizou-se por um crescimento econômico concentrador de renda e de exclusão social.

Ao contrário dos países centrais, portanto, o desenvolvimento capitalista no Brasil caracterizou-se por um sistema que incorporou o fordismo em seu aspecto técnico-organizacional, sem, contudo, contribuir para a formação de um amplo mercado consumidor por meio de uma política salarial mais eficaz e menos desigual.

A expansão da produção, embora intensa até os anos de 1980, não evoluiu de modo a favorecer a ampliação do emprego, a distribuição de renda e o consumo de bens e serviços pelo conjunto da população. Esse padrão de desenvolvimento concentrador de riqueza, excludente e desigual está intimamente relacionado ao tipo de sociedade que se configurou no Brasil, simultaneamente

ao crescimento econômico: uma sociedade profundamente dividida entre um segmento superior de elevada renda *per capita*, alto padrão de consumo equivalente ou superior às camadas sociais de mais alta renda nos países ricos, e a esmagadora maioria da sociedade que sobrevive, ou agoniza, com salários próximos aos países dos mais atrasados.

Os anos de 1990 se iniciaram com a expectativa depositada no primeiro governo eleito democraticamente pelo voto direto depois dos anos de ditadura militar. Porém o que, efetivamente, caracterizou os primeiros anos da década de 1990 foi o crescente consentimento ao famoso Consenso de Washington<sup>4</sup>, plasmado em uma série de iniciativas neoliberais de desestruturação do Estado, de pagamento da dívida externa sem contrapartida de reconstrução dos mecanismos de crescimento econômico, de abertura indiscriminada ao exterior, levando a economia brasileira a uma maior exposição à concorrência internacional. Vivemos, assim, nas palavras de Antunes e Pochmann (2006) uma “desertificação neoliberal”, e, embora com suas especificidades, vivemos também aqui as consequências de tais políticas adotadas uma a uma pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Antunes e Pochmann (2006, p. 2):

Essa realidade, caracterizada por significativo processo de reestruturação produtiva do capital, fez que a configuração recente do nosso capitalismo fosse bastante alterada, de modo que ainda não temos um formato conclusivo do que vem se passando, comportando tanto elementos de ‘continuidade’ como de ‘descontinuidade’ em relação ao seu passado recente.

Por sua vez, o neoliberalismo, enquanto convicção política, antecede suas práticas que foram adotadas por Pinochet no Chile, durante a década de 1970, por Thatcher na Inglaterra, a partir de 1979, e por Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980, estendendo-se, mais tarde, para vários outros países.

---

<sup>4</sup> O Consenso de Washington caracteriza-se por ser uma série de recomendações dadas aos países em desenvolvimento abrangendo nove pontos: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação. Resumindo, redução do tamanho do Estado e abertura da economia com desregulamentação do mercado de trabalho. Sobre essa questão, consultar Tavares e Fiori (1997).

Sua elaboração – “teórica” – remonta o pós-II Guerra Mundial, justamente quando se consolidava o Estado do bem-estar na Europa, momento em que a ideologia liberal perdia força e o Estado passava a regular as relações de mercado, uma vez que a “mão invisível” havia se revelado ineficiente.

A crítica dos neoliberais iniciou-se pelo ataque ao Estado do bem-estar social, ampliando-se, posteriormente, para abranger toda concepção keynesiana de intervenção pública na economia e sua consequente regulação do mercado. O principal alvo da crítica era, portanto, a regulação estatal. Segundo Anderson (1996, p. 10):

Para os neoliberais, o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido), promovido pelo Estado do bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência da qual dependia a prosperidade de todos. Nessa época, em que o capitalismo vivia seus “anos de ouro”, as propostas neoliberais não tiveram eco e permaneceram no banco das idéias por algum tempo.

No entanto, a partir da crise dos anos de 1970, o neoliberalismo foi ganhando consistência no cenário político e ideológico e suas políticas foram sendo implementadas uma a uma.

Para Hayek<sup>5</sup> e seus seguidores, a raiz da crise dos anos de 1970 encontrava-se no poder que havia adquirido o movimento operário, minando as bases da acumulação capitalista e pressionando o Estado a investir cada vez mais em gastos sociais. Isso teria levado a uma queda na taxa de lucro das empresas, gerando um processo inflacionário. Tal diagnóstico continha em si a própria receita ou a solução óbvia: bastaria promover o enfraquecimento do movimento operário, esterilizando os Sindicatos e seu poder de negociação, retirando o Estado da economia, desregulando os mercados e cortando ao máximo os seus gastos sociais. A proposta neoliberal, portanto, supunha a volta ao império do livre mercado, entendendo o mercado como a única forma de garantir a plena liberdade dos indivíduos.

---

<sup>5</sup> Friedrich August von Hayek, economista austríaco representante da corrente neoliberal. Alguns autores, como Anderson, consideram seu texto “O caminho da servidão”, escrito em 1944, como um dos pilares que deram início ao pensamento neoliberal.

Friedman (1984)<sup>6</sup> expõe com clareza o núcleo da argumentação que vem sendo repetida pelos neoliberais. Para ele, a liberdade individual é a finalidade das organizações sociais, e é esse princípio que afasta qualquer tipo de intervenção que afeta coercitivamente o livre exercício da vontade individual. Por essa razão, o Estado não deve intervir no mercado e em nenhuma de suas forças e fatores. Os programas sociais constituem uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibem a atividade e a concorrência privada, geram indesejáveis extensões dos controles da burocracia.

Com efeito, para os neoliberais, o financiamento do gasto público em programas sociais gera déficit, inflação, redução da poupança privada, desestímulo ao trabalho e à concorrência, com a conseqüente diminuição da produtividade, e até mesmo a destruição da família, o desestímulo aos estudos, a formação de gangues e a criminalização da sociedade. Por isso a ação do Estado no campo social, segundo os neoliberais, deve limitar-se a programas assistenciais – quando necessário – de auxílio à pobreza extrema e nada mais.

A constituição do mercado, embora tenha sido um processo marcado pela coerção e pela imposição sem piedade de novas relações de produção e que, tal como observa Marx, sempre envolveu o uso do poder do Estado, da violência organizada, para fomentar o processo de transformação do modo de produção feudal para o capitalista, é visto pelos neoliberais como portador de harmonia social, consenso e liberdade, enquanto o Estado é a esfera da imposição e do conflito.

O mercado é, assim, superior em termos de eficiência econômica e, quando se trata de conseguir um correto dimensionamento do Estado, é também o verdadeiro núcleo de liberdade da sociedade moderna contido em sua expansão libertária pela própria atuação do Estado intervencionista, portador de valores coercitivos e práticas impositivas. A luta pela liberdade se limita para os neoliberais à guerra contra o Estado, tendo suas funções reduzidas a: proteger a sociedade da violência e invasão de outras sociedades independentes; proteger, até onde é possível, cada um dos membros da sociedade da injustiça e opres-

---

<sup>6</sup> Milton Friedman, economista americano da escola monetarista, foi conselheiro do governo ditatorial do general Pinochet no Chile.

são que possam receber de outros; realizar e conservar determinadas obras públicas e instituições, cuja realização e manutenção não podem ser nunca de interesse para um indivíduo particular.

Constata-se, porém, que o mito do mercado autorregulado é derrubado diante das evidências históricas que nos demonstram que o mercado concentra capitais, poder e informação, transformando-se na ditadura dos oligopólios que sempre precisou e contou com o auxílio do Estado e, mais uma vez, continua contando, como nos casos de 2008 e 2011.

Com a crítica ao Estado do bem-estar, o neoliberalismo ganhou força e, em 1973, teve suas políticas implementadas no Chile, por meio da ditadura de Pinochet. Em 1979, foi eleito o governo de Thatcher na Inglaterra, com o primeiro programa neoliberal a ser aplicado nos países de capitalismo avançado. Em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos com essa mesma política. Pouco a pouco, vários países da Europa tiveram seus governos voltados para o neoliberalismo.

Dessa forma, os anos 1980 e 1990 viram o triunfo da ideologia e da prática neoliberal em muitos países. Na Europa, o modelo inglês foi o pioneiro e o mais puro: reprimiram as greves e modificaram a legislação trabalhista, elevaram as taxas de juros, baixaram os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram os controles sobre os fluxos financeiros. A política de ajustes e privatizações provocou níveis de desemprego enormes, assim como os cortes nos gastos sociais levaram a deterioração de todo o sistema previdenciário. Os programas de privatizações do governo conservador começaram pelo abandono do programa de habitação, passando em seguida as indústrias básicas, como aço, eletricidade, petróleo, gás e água. O pacote de medidas antioperárias de Thatcher foi o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Segundo Anderson (1996, p. 12), nos Estados Unidos, onde não existia o Estado do bem-estar do tipo europeu:

A prioridade neoliberal foi voltada mais para a competição militar com os URSS concebida como estratégia para quebrar a economia soviética e, assim, tentar derrubar o regime. Na política interna, Reagan reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria

de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária imposta pelo neoliberalismo, ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior que qualquer outro presidente na história norte-americana até então.

Com a crise econômica dos anos de 1980, as empresas norte-americanas iniciaram uma onda de desativação e fechamento de fábricas, atingindo as regiões industriais mais antigas dos Estados Unidos. Várias companhias fecharam as fábricas que possuíam em uma região e construíram novas unidades em áreas onde eram mais atrativos os investimentos do governo local, além de oferecerem mão de obra não sindicalizada e mais barata. Em muitos casos, isso significou mudança para outros países, como já mencionado anteriormente.

Essa estratégia, em que muitas empresas americanas fecharam fábricas e deslocaram-se para outras regiões, rebaixou os salários e flexibilizou os direitos trabalhistas como forma de enfrentar a concorrência internacional, permitindo uma rápida recuperação da economia norte-americana desde 1983, mas mostrando seus limites na década de 1990 e a instalação da crise que hoje atinge o cerne do sistema capitalista.

A América Latina converteu-se, depois do Leste Europeu, no terceiro grande cenário de experimentação neoliberal.

Na tentativa de gerar confiança nos investidores e reconstituir a taxa de lucro, os governos, com suas políticas neoliberais, provocaram maior desigualdade na distribuição de renda como resultado direto do desemprego ou do subemprego, do arrocho salarial e de medidas fiscais regressivas. O neoliberalismo provocou então um processo maciço de empobrecimento e uma crescente polarização da sociedade entre ricos e pobres. Na América Latina, essa tendência foi particularmente dramática, por ser uma sociedade já caracterizada por enormes desigualdades sociais e econômicas.

Dessa forma, o desemprego e o subemprego aparecem como manifestações de uma mudança qualitativa da condição salarial, ou seja, da posição dos trabalhadores na estrutura social do capitalismo mundializado. Trata-se de uma mudança radical cuja característica geral é a precarização e a transfiguração contínua das relações de trabalho, abrangendo tanto as condições de contrata-

ção como as formas de remuneração e as modalidades de gestão e organização (ou uso/consumo) da força de trabalho. Resulta-se daí uma série de inseguranças no mundo do trabalho e um processo de crescente exclusão econômica e social da “classe que vive do trabalho”.

Para sintetizar, portanto, a história do século XIX e XX, pode-se dizer que foi o resultado de um tríplice movimento: um movimento em direção a um mercado autorregulado, que levou a um movimento contrário em direção ao intervencionismo público, e a investida das últimas décadas de volta à total liberdade do capital.

Diante desse quadro, vimos, nos anos de 2000, o presidente operário, Luís Inácio Lula da Silva, conquistar seu primeiro mandato com mais de 60% dos votos contra 38% de seu opositor. Para muitos, abria-se, naquele momento, uma esperança de ver debelada a política neoliberal implementada a partir do governo Collor.

Ainda que tenhamos tido inegáveis avanços sociais, econômicos e culturais (queda acentuada do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; melhora, mesmo pequena, na má distribuição de renda medida por uma queda no coeficiente de Gini<sup>7</sup>; políticas públicas marcadas pelas ações afirmativas; acentuada preocupação com as questões dos direitos humanos; ampliação do acesso ao ensino superior público e de qualidade investindo no aumento do número de vagas nas universidades federais) e que se continuou a incentivar com dinheiro público as universidades privadas que apenas mercantilizam a educação, é ainda difícil uma análise profunda do período que marca os dois governos do presidente Lula (2003-2010).

A dificuldade da análise relaciona-se não apenas ao fato de estarmos tratando de um período tão próximo e ainda com seus desdobramentos, como

---

<sup>7</sup> Coeficiente de Gini é um índice que mede o grau de desigualdade de renda de um país. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, ou seja, não é um país pobre, mas é um país de muitos pobres. O Brasil ainda é o terceiro país mais desigual do mundo, embora tenha melhorado no índice. A década de 1990, durante o governo Fernando Henrique, o índice indicava a maior desigualdade de renda já medida no país, ou seja, maior concentração da riqueza e estava na casa de 0,6091. Já em 2010 o país atingiu o melhor índice em 50 anos, caindo para 0,5304.

também pelo fato do período não ter sido marcado por uma ruptura clara com as políticas neoliberais, por ter sido um período marcado por ambiguidades, pois, se de um lado há avanços (também aqui sem entrarmos nos meios e métodos dos avanços), por outro lado, também foi o período mais próspero para o capital, sobretudo para o capital financeiro e especulativo, isso para citar apenas uma das infinitas ambiguidades do governo Lula, pois poderíamos listar uma série de questionamentos para esse que foi o período mais próspero de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil<sup>8</sup>.

Em relação aos movimentos sociais, contraditoriamente, esse parece ter sido um período em que os movimentos, com raras exceções, estiveram mais silenciados e desmobilizados por motivos que vão desde a melhora nas condições de vida da população até certa cooptação de muitos movimentos sociais por parte do Estado.

Desse modo, não negando em absoluto o avanço da última década, são muitos os elementos a serem considerados em uma real análise do governo Lula e o quanto isso ajudou no avanço e/ou na estagnação de algumas lutas levadas a cabo pelos movimentos sociais.

## Considerações finais

Tendo em vista todo o cenário anteriormente descrito e discutido, percebemos que, embora a dinâmica de uma sociedade moldada pelo neoliberalismo mostre-se, em princípio, como um ambiente hostil à participação, à crítica, à mobilização, há, ainda assim, um campo de lutas aberto para a atuação dos movimentos sociais, sejam eles os denominados “clássicos”, uma vez que ainda vivemos em uma sociedade do trabalho, sejam eles os denominados Novos Movimentos Sociais (NMS), pois ambos, diferentemente do terceiro setor e das organizações não governamentais (ONGs), possuem um tipo de atuação e de mobilização que ainda se pauta pela construção de alternativas e mudanças.

---

<sup>8</sup> Para uma discussão acerca de uma possível avaliação do governo Lula, consultar: Boito Jr. (2005).

## Referências bibliográficas

- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- ANSERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. Dimensões do emprego e da pobreza no Brasil. *INTERFACEHS, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-10, abr./ago. 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro e Cesar Benjamin. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, p. 75-112, jun. 1996.
- BARRY, Barry M. *Justice as impartiality*. New York: Oxford University Press, 1995.
- BOITO JR., Armando. *A burguesia no Governo Lula. Crítica marxista*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-76, 2005.
- BOLETIM DIEESE, ano XVI, n. 193, abr. 1997.
- BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. Tradução de Renee Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, Robert; FREYSSINET, Michel. *Les modeles productifs*. Paris: Decouverte, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- CHESNAIS, François. *La finance mondialisée*. Paris: La Decouverte, 2004.
- DAL MOLIN, Naiara. *Sindicato e estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o novo sindicalismo*. São Paulo: Nova Prova, 2009.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, 1993.

- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 241-282.
- GRANJA, Regina Helena. *A questão sindical a partir da perspectiva da experiência político-cultural – os metalúrgicos em São Carlos*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFSCar, São Carlos 2005.
- HIPPO, Yasuyuki *Theory of construction labor in Japan: history, reality and foreign laborer*. Tokyo: The Ochanomizu Shobo, 1992.
- HIRATA, Helena. *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *L'Empire, la démocratie, le terrorisme*. Londres: Andre Versaille, 2009.
- KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- LEITE, Kelen Christina. *Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- O'CONNOR, James. *USA: a crise do estado capitalista*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- OFFE, Claus. *Contradicciones del estado del bienestar*. Madrid: Alianza, 1997.
- RODRIGUÊS, Leôncio Martins. *Partido, ideologia e composição social*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José (Orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Manfredo Araujo de (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.
- TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995. p 71-89.



# O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SOROCABA E REGIÃO

GERALDO TITOTTO FILHO<sup>1</sup>

## Primeiros passos

O atual Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SINDIMETAL) começou a formar-se no dia 18 de junho de 1939, como Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes Anexas de Sorocaba, em assembleia realizada para esse fim, na sede do Sindicato dos Operários Tecelões, situado na Rua Padre Luis, no centro da cidade.

Na ocasião, o representante do departamento do trabalho, sr. Angelino de Góes Filho, solicitou junto à assembleia a aclamação dos membros da Junta Governativa para dirigir o destino do Sindicato a ser fundado na oportunidade. Assim, foram aclamados os seguintes membros: Petronilho Damasceno de Lima (presidente), Osório Telles de Medeiros (vice-presidente), Raphael Cezarote (segundo secretário), Manoel Vieira (primeiro tesoureiro) e Luiz de Oliveira (segundo tesoureiro). Como membros do conselho foram aclamados os seguintes operários: Luiz de Moura, Benedito Lázaro Miranda, Vitalino Fiel, sendo que todos foram, posteriormente, empossados pelo sr. Góes Filho.

Essa entidade funcionou na Rua Monsenhor João Soares, nº 97, a partir de 19 de dezembro de 1939, custeada pela contribuição dos associados. Porém não existem registros que indiquem a sua ação sindical nos anos seguintes, o que aponta para a sua curta existência.

---

<sup>1</sup> Professor de História, ex-presidente e atualmente assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SINDIMETAL). E-mail: [profitotto@ig.com.br](mailto:profitotto@ig.com.br)

No Brasil, vivíamos o Governo Vargas, sob o signo do Estado Novo. Ao mesmo tempo, o mundo assistia, perplexo, à perversidade do fascismo italiano e do nazismo alemão, que escreveram uma das páginas mais tristes da história humana: a Segunda Guerra Mundial, que deixou um saldo de 45 milhões de mortos, 35 milhões de feridos e 3 milhões de desaparecidos. O custo da guerra foi de 1 trilhão e 385 bilhões de dólares. No entanto, contraditoriamente, possibilitou o desenvolvimento tecnológico de forma violenta e apresentou, no que diz respeito à influência, uma nova divisão do mundo: a bipolaridade entre os Estados Unidos da América (capitalismo) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (socialismo).

Essa bipolarização influenciou os cidadãos do mundo. De um lado, os defensores do capitalismo, e, do outro, os do socialismo – sendo este característico dos operários. Foi assim que, após um período de inércia, operários, pró-socialismo, realizaram uma assembleia geral em Sorocaba (SP) para instalação da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Sorocaba. A assembleia ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1946, na sede do Movimento Unitário dos Trabalhadores/Seção Sorocaba, situado na Rua Brigadeiro Tobias, nº 42.

Essa entidade, com certeza, foi o embrião do atual SINDIMETAL e sua primeira diretoria foi composta pelos operários: Benedito Ferraz (presidente), Francisco Leão Filho (secretário) e Leandro Daniel de Lima (tesoureiro). Para o conselho fiscal, foram escolhidos os operários Zacarias Augusto Fonseca, Oswaldo Teixeira e Arlindo Finessi.

A Associação centrou sua atuação em três eixos: na consolidação da própria entidade, no auxílio médico e jurídico aos seus associados e na defesa dos interesses dos operários, no que diz respeito à relação capital x trabalho. Como já dissemos, vários de seus membros tinham tendência favorável ao socialismo.

No dia 9 de setembro de 1946, participou, por meio de seu presidente Benedito Ferraz, do I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, sob o patrocínio das Federações dos Trabalhadores e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1947, aderiu em assembleia da categoria à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Esse período foi caracterizado como “o início da redemocratização no Brasil”. A eleição de dezembro de 1945 tinha levado o general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Elegeu também deputados e senadores que elaboraram uma nova Constituição, aprovada no dia 18 de setembro de 1946.

Os principais atos desse governo apontaram para a criação de escolas primárias e de cursos de alfabetização de adultos, a proibição do jogo em todo o território nacional e a supressão do Partido Comunista do Brasil (PCB). Esse último ato violentou as liberdades e feriu profundamente as organizações operárias, incluindo a Associação dos Metalúrgicos.

Diante dessa perseguição interna, somada a crise provocada pela Segunda Guerra – desemprego e crise econômica – e os efeitos provocados pela “Guerra Fria”, os operários caíram na defensiva dentro das fábricas, causando mais um período de inércia na entidade.

No dia 10 de outubro de 1950, um grupo de associados convocou uma assembleia geral para eleger uma nova diretoria, visto que todos os membros que estavam em exercício “abandonaram” os seus cargos. Coordenaram essa assembleia o sr. Paulo Montalvão de Jesus como presidente da mesa, o sr. Nicolau Sajo como secretário e o sr. Gildo Bellini como escrutinador. Essa assembleia elegeu uma nova diretoria, composta pelos operários: Ernesto Bastos (presidente), Oswaldo Cruz (secretário), Fausto de Oliveira (tesoureiro). Para o conselho fiscal foram: Fioravante Sajo, Benedito Nascimento, Sílvio Sajo, Benjamim Silveira Costa, Pedro Gomes do Nascimento, Luis Correa, João Maturano e Hermínio Sajo.

Participou dessa assembleia o sr. Alfeu Ottoni, representante do delegado de polícia. Nesse período, a Associação funcionou na Rua São Bento, nº 43, 2º andar, e encaminhou diversas reivindicações salariais junto a várias empresas da cidade, entre elas: Irmãos Notari, Monteiro e Cia., Irse Mencacci, Posto Archila, Fábrica de Facas e Facões Sorocabanos e Indústria Metalúrgica Nossa Senhora Aparecida S.A. É importante destacar o caráter pacífico dessas reivindicações, pois o resultado das negociações entre a entidade e os patrões era acatado, mesmo quando não atendiam às necessidades dos trabalhadores.

Isso se explica pela verificação de situações extremas nesse período. De um lado, conquistas importantes obtidas pelos trabalhadores, como a jornada de 8 horas diárias (até então a jornada variava entre 12 e 16 horas), regulamentação do trabalho da mulher e do menor, salário mínimo, lei de férias etc. De outro, uma perseguição às lideranças operárias, particularmente às ligadas ao Partido Comunista, que comandavam os Sindicatos por meio do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), terminando com a decretação da ilegalidade de ambos.

Ainda nesse período surgiram como forma de controle e cooptação dos Sindicatos: o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o assistencialismo estatutário.

No cenário internacional, a bipolarização entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas acirrava-se. Em 1949, os estadunidenses articularam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e os soviéticos responderam com o Pacto de Varsóvia. A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, assistia, impotente, aos movimentos dos dois gigantes.

Os países americanos, inclusive o Brasil, sofreram com essa disputa, pois ambos investiram, prioritariamente, na Europa e na Ásia, regiões em disputa. Logo, a América e a África não receberam investimentos nem distribuíram os seus produtos nessas áreas.

Assim, isolado, o governo usou de todas as armas para sufocar o crescente descontentamento popular devido ao desemprego e à carestia. Uma dessas armas atingiu os Sindicatos, que passaram a ter vigilância em suas ações e na de seus dirigentes ou já haviam sido tomados por membros de confiança do governo, que aceitavam, pacificamente, os limites da legislação vigente, sem promover movimentos de massa e com objetivos reivindicatórios.

## O reconhecimento do SINDIMETAL

Nessa conjuntura, os metalúrgicos de Sorocaba, que tiveram a Associação reconhecida desde 1946, conseguiram no dia 12 de abril de 1954 ser contemplados com o reconhecimento de seu Sindicato, recebendo do governo a tão esperada “Carta Sindical”.

Compunham a diretoria os operários: Ernesto Bastos Netto, Fioravante Sajo, Benedito Rosário do Nascimento, Hermínio Sajo, Benjamim Silveira Costa, Benedito de Almeida, Euclides Cavichioli, Jairo Castro e Luiz Rodrigues da Cruz. A comunicação foi feita por meio de telegrama enviado pelo sr. José Sanches Duran, então presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo. O Sindicato tinha sua sede social situada na Rua São Bento, nº 225.

A primeira diretoria eleita para o Sindicato era composta pelos seguintes membros: Ernesto Bastos (presidente), Jairo de Castro (secretário), Benedito Rosário do Nascimento (tesoureiro), os srs. Hermínio Sajo, Francisco Daniel e

Nicolau Sajo (suplentes da diretoria), os srs. Benedito de Almeida, Waldemar Gomes da Silva e Benjamim Silveira Costa (conselho fiscal), os srs. Diogo Gomes, Euclides Cavichioli e Guilherme de Almeida (suplentes do conselho fiscal), os srs. Ernesto Bastos Netto e Benedito Rosário do Nascimento (delegados ao conselho da federação) e os srs. Hermínio Sajo e Benedito de Almeida (suplentes de delegados ao conselho da federação).

Essa diretoria foi empossada no dia 19 de setembro de 1954, e consta dos registros do SINDIMETAL uma ajuda por parte do Serviço Social da Indústria (SESI) no valor de CR\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros). Esse valor foi entregue pelo sr. Armando Pannunzio, na época relegado regional do SESI.

Nesse período, estavam associados ao SINDIMETAL aproximadamente 450 operários, e a diretoria buscava estender sua base territorial para São Roque (SP), visando atingir os 1.200 operários da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e também ampliar a arrecadação do Sindicato, principalmente por meio do perverso imposto sindical, verdadeira muleta do dirigente sindical descomprometido com a sua base. No final do ano de 1958, a extensão de base para São Roque foi regulamentada.

No ano de 1963, o Sindicato mudou-se para a sua sede própria, na Rua da Penha, nº 748, local onde funcionou até adquirir a nova sede, situada na Rua Julio Hanser, nº 140.

No final da década de 1950 e início da de 1960, o Brasil passou, novamente, por transformações profundas. Getúlio Vargas venceu a eleição em 1950 para presidente, voltando ao poder. Governou de 1951 até 1954, período em que criou a Petrobrás, empresa estatal destinada a fortalecer a economia nacional, contrariando interesses internacionais. Com isso passou a sofrer forte pressão de setores de dentro e fora do país, o que o levou ao suicídio no dia 24 de agosto de 1954. Abandonado pelos militares, pelos burocratas do governo, pelos políticos e até por seu vice-presidente, Café Filho, o presidente Getúlio Vargas só tinha uma saída na madrugada do dia 24 de agosto: renunciar. Mas, quando seus adversários já comemoravam a vitória política, Vargas mudou o rumo da história. Por volta das 5 horas, segundo sua filha Alzira Vargas, o presidente, sozinho em seu quarto, disparou um tiro fatal no peito.

Seu sucessor foi Juscelino Kubitschek, que lançou o Plano de Metas, cujo slogan era: “50 anos em 5”. Esse plano consistia no estabelecimento de indústrias, usinas hidrelétricas, construção de estradas etc.

Atingiu seus objetivos com a instalação da indústria automobilista em São Paulo, sendo as grandes montadoras de carros então localizadas na região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Com relação a hidrelétricas, construiu as de Furnas e Três Marias. Garantiu ainda incentivo à indústria naval e construiu a Rodovia Belém-Brasília. Aliás, sua marca foi a construção de Brasília, a nova capital da República, no planalto de Goiás, que foi planejada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e inaugurada no dia 21 de abril de 1960.

Em 1960, o ex-governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros venceu a eleição para suceder Juscelino, derrotando o general Lott. Jânio, ao assumir em 1961, procurou equilibrar as finanças e tomou diversas medidas de caráter moralizante. Sua política externa caracterizou-se pelo contato com os países socialistas, visando desenvolver o comércio. Seus atos não agradaram ao Congresso, a União Democrática Nacional (UDN) e as multinacionais, e, após uma campanha desencadeada por Carlos Lacerda, líder da UDN, e por pressões internas e externas, Jânio resolveu renunciar em 25 de agosto de 1961, ou seja, sete meses após o início de seu governo.

Logo após a renúncia de Jânio, assumiu o governo o presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzilli, porque o vice-presidente João Goulart estava viajando a negócios pela China Popular. Mas alguns militares não queriam que Goulart assumisse, pois o consideravam de esquerda, e criaram uma situação delicada, levando o Congresso Nacional a adotar o sistema parlamentarista. Posteriormente, em 1963, houve um plebiscito para decidir sobre o sistema parlamentarista ou presidencialista, com vitória deste último, e, assim, João Goulart pode assumir a presidência com poderes normais.

Jango, como era chamado, implantou o chamado Plano Trienal, que visava ao combate à inflação e à implantação da reforma agrária. Porém fracassou, e o custo de vida aumentou. Começaram as greves dos trabalhadores e um descontentamento geral, principalmente de grandes empresários, de elementos da igreja e de militares graduados. Usando mais uma vez do argumento da ameaça comunista, os oficiais militares resolveram depor o presidente, fato concretizado

entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964, com um golpe político-militar. Iniciavam-se, dessa forma, no Brasil, os 20 anos de regime militar, caracterizado pela força, perseguições políticas, prisões, torturas, assassinatos etc.

Nesse mesmo período, dois fatos significativos ocorreram na América: a vitória da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, e a formação da Frente Sandinista, na Nicarágua, em 1962. Ambos foram seguidos por forças que resistiram ao regime militar, por exemplo: o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) do capitão Lamarca, a Vanguarda Armada Revolucionária (Var-Palmares), a Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighela, entre outras

## Intervenção e peleguismo

A partir de 1964, após o golpe militar, houve intervenção nos Sindicatos, e foram nomeadas pessoas de confiança dos empresários para substituir as diretorias combativas.

O SINDIMETAL não escapou dessa violência, e revezaram-se nos cargos de direção, entre outros: Carmo Ferreira da Silva, Benedito Abrão, Sidney Soares, Wantelino Ribeiro, Benedito Dias Batista, Luis Nunes Ferreira, Roque Machado, Rubens Tagliarini e Antonio Mauro de Abreu. Assim, foram 19 anos de colaboração de classes, suspensão das lutas e esvaziamento da entidade. Sim, pois essa foi a linha de ação dessas diretorias, ou seja, quanto menos trabalhadores participando da entidade, melhor; mais que isso, permitiu que uns poucos apadrinhados desfrutassem do assistencialismo prestado pelo SINDIMETAL, que recebia muito dinheiro via o famigerado imposto sindical.

Nesse período, a cidade de Sorocaba havia se transformado, e a categoria acompanhou esse crescimento violento, principalmente com a implantação na cidade, nos anos de 1960, da zona industrial, o que trouxe uma diversidade de ramos, como o metalúrgico, o de máquinas pesadas, de material bélico, eletro-eletrônico, autopeças, entre outros. Isso, somado às bases territoriais de São Roque, Mairinque e Votorantim, cidades do interior paulista, apresentava uma categoria com mais de 30 mil metalúrgicos.

A cidade de Sorocaba, particularmente, justificava ainda mais o título de “Manchester Paulista”, cedido em uma referência à cidade inglesa de Man-

chester, berço da Revolução Industrial. As antigas e pequenas oficinas, em sua maioria, disputavam então mão de obra com grandes grupos nacionais, transnacionais e multinacionais.

Os metalúrgicos passaram a conviver com transporte, restaurante, uniformes, convênio médico extensivo à família, grêmios recreativos e, por que não dizer, melhores salários. É evidente que essas “vantagens” não caíram do céu, mas refletiam, acima de tudo, um estágio mais desenvolvido na luta dos trabalhadores nos países de origem dessas empresas e que foram para cá transportadas. Além disso, buscava-se conseguir mão de obra especializada, que, na época, era escassa na cidade.

Nacionalmente, sem uma direção confiável nos Sindicatos, os trabalhadores passaram a se organizar dentro das fábricas. Surgiram as oposições, que, em 1968, venceram as eleições em Osasco (SP) e Contagem (MG).

Em Sorocaba, a oposição metalúrgica concorreu às eleições em 1972, 1975 e 1978, no entanto não conseguiram derrubar os esquemas montados pelas diretorias pelegas. Ainda em 1979, cresceu o movimento de oposição, mas seu objetivo esgotava-se na disputa da direção da entidade, sem ter um programa claro e objetivo para a categoria.

Em março de 1980, esse movimento ganhou em assembleia geral a tarefa de representação nas negociações salariais junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A diretoria do Sindicato foi desautorizada a negociar, e criou-se uma comissão de negociação formada por Juscelino Araújo e Silva, Nelson Benites, Josias da Conceição, Marcos Vinicius Ferraz de Toledo, Manoel Soares da Silva, Antonio Rodrigues, José Antonio do Amaral, Marco Antonio Freire, Jurandir Sonydel, José Torres de Camargo e Sidney Soares (presidente do Sindicato). Essa mesma assembleia geral decidiu romper com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e negociar com os metalúrgicos do ABC. Nesse ano a categoria parou por 7 dias para reivindicar melhores salários, junto com São Bernardo do Campo (SP), que paralisou 40 dias. Foi nessa greve que Lula foi processado pela Lei de Segurança Nacional e afastado da presidência do Sindicato do ABC.

Em Sorocaba, a diretoria do Sindicato, por ser contra o movimento, pôs em prática o lema “Dividir para imperar”, convencendo os operários, em grupos isolados, a voltar ao trabalho: a greve foi suspensa.

No ano de 1981, o SINDIMETAL teve eleição para renovação da diretoria. As chapas registradas foram encabeçadas por Sidney Soares (chapa 1) e por Juscelino Araújo e Silva (chapa 2), esta com alguns membros da comissão de negociação de 1980 e ampliada com novas lideranças, entre elas João Batista da Silva.

Logo depois do registro das chapas, dois membros da chapa 2, que trabalhavam na CBA, desistiram de concorrer por pressões da empresa. Outro membro que trabalhava na Faço II foi impugnado, pois não tinha os dois anos na categoria necessários para ser candidato. Desse modo, a oposição poderia ser impugnada – e foi – por não ter o número mínimo de membros necessários para participar das eleições. Inconformada, pois alegava que os problemas foram causados porque foi feito o registro às pressas, já que as inscrições fecharam um dia antes do prazo, a chapa 2 resolveu apelar à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), pedindo a apuração das irregularidades.

Apareceram ainda membros de uma terceira chapa – a chapa 3 – que não chegaram a se inscrever, mas que recorreram à justiça por meio de dois de seus membros: Rogério Senno e Romeu Pires de Barros, orientados pelo advogado dr. João Kakimori, alegando também a antecipação do prazo para a inscrição das chapas.

Mesmo assim, com processo na justiça, a eleição aconteceu, e apenas com a participação da chapa 1. Com relação às denúncias da chapa 2 junto ao DRT, este compactuou com as manobras dos pelegos.

Os membros da oposição começaram a ser demitidos: 13 dos 14 membros da chapa 2 foram mandados embora das empresas em que trabalhavam e não conseguiram mais emprego na região. Os empresários deram os retoques finais nas manobras dos pelegos.

Restava então aguardar o julgamento do mandado judicial apresentado pelos membros da chapa 3. Esta obteve, em outubro de 1981, sentença favorável, considerando nula a eleição. Mas passaram-se dois anos para que o caso fosse julgado definitivamente.

Enquanto isso, novas lideranças despontavam na categoria, muitos fugindo da perseguição empresarial do ABC, e começaram a reorganizar a oposição. Possuíam grande experiência na organização dentro das fábricas, nas formas de reivindicar, e alguns apresentavam ótimas oratórias. Wilson Fernando da Silva, popularmente conhecido como Bolinha, destacou-se entre eles. Juntaram-se a

eles militantes de Sorocaba que conseguiram escapar da caça às bruxas promovida pelos pelegos e pelos empresários, com destaque para João Batista da Silva, pessoa de muito carisma junto à categoria.

Em março de 1983, foi executada a sentença judicial e a diretoria do Sindicato, apesar da resistência em cumpri-la, foi destituída. A nova eleição foi marcada para dos dias 16, 17 e 18 de agosto de 1983.

Concorreram três chapas: a chapa 1 foi composta por lideranças políticas da cidade, militantes das fábricas e por um racha na situação que se dizia inocente útil da antiga diretoria; a chapa 2 foi formada só por membros ligados à Federação dos Metalúrgicos, não caracterizando nenhuma mudança; e a chapa 3 foi formada pelas novas lideranças vindas do ABC, mais militantes sindicais de Sorocaba. Esta última, encabeçada por Bolinha, venceu as eleições e apresentou, entre outras, as seguintes propostas:

- a) lutar pela organização da classe trabalhadora e pela sua libertação;
- b) lutar pelo fim da estrutura sindical atrelada ao governo e aos patrões;
- c) lutar por uma Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- d) lutar ainda pela estabilidade no emprego, por CIPAs eleitas democraticamente, por salário igual para trabalho igual, pelo contrato coletivo de trabalho, pelo direito de greve, pelo salário desemprego etc.

## Da reconquista aos nossos dias

O avanço das forças populares na luta pela democracia, somado ao esgotamento do modelo imposto pelos governos militares, obrigaram que estes iniciassem um processo de abertura política ainda no Governo Geisel, com a revogação dos atos institucionais. Já no Governo Figueiredo, a sociedade conquistou a anistia para milhares de exilados e prisioneiros políticos. Ocorreu também a reforma partidária, com o surgimento de novos partidos que disputariam suas propostas junto ao Partido Social Democrático (PSD) – Ex-Arena – e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), únicos partidos permitidos até então pelos militares.

Entre os novos, destacavam-se o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, e o Partido Popular (PP), de Tancredo Neves, que saíra do PMDB.

Já nas eleições de 1982, a oposição elegia vários governadores nos principais centros do país, a começar por São Paulo, que escolheu o peemedebista Franco Montoro. Tancredo Neves (que voltara ao PMDB) elegeu-se governador de Minas Gerais, e, no Rio de Janeiro, quem venceu foi Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nessas eleições destacou-se a candidatura do operário e dirigente sindical do ABC Luis Inácio Lula da Silva ao governo de São Paulo pelo PT. No entanto, a eleição para presidente da República não se daria pelo voto popular, e sim pelo chamado colégio eleitoral.

Em novembro de 1983, foi lançada a “Campanha das Diretas” para presidente. As primeiras manifestações não levaram mais que 10 mil pessoas. Em janeiro de 1984 já eram 50 mil no comício em Curitiba (PR); 300 mil na Praça da Sé em São Paulo; 25 mil em Teresina (PI); 60 mil em Belém (PA); e 300 mil em Belo Horizonte (MG). No dia 10 de abril já contava 1 milhão na Candelária, no Rio de Janeiro. No dia 16 de abril, mais de 1 milhão no Anhangabaú, em São Paulo.

Todos esses comícios e manifestações visavam dar um basta ao regime militar e forçar a aprovação da emenda do deputado federal Dante de Oliveira, a qual restabelecia a eleição direta para presidente da República. No entanto, essa demonstração de descontentamento popular não sensibilizou os parlamentares do Partido Democrático Social (PDS), que, liderados por José Sarney, rejeitaram no Congresso Nacional essa Emenda, mantendo-se fiéis aos militares.

O colégio eleitoral, em eleições indiretas, elegeu Tancredo Neves para presidente, candidato pela Aliança Democrática. Paulo Salim Maluf, candidato do PDS, saiu derrotado. O PT recusou-se a participar do colégio e proibiu seus parlamentares de participar também.

Tancredo Neves venceu, no entanto seu vice, José Sarney (o mesmo que liderou os parlamentares do PDS a rejeitar a emenda pelas Diretas Já), foi quem assumiu a presidência, pois Tancredo Neves veio a falecer por problemas de saúde. Era o fim do regime militar no Brasil, mas os militares tinham em José Sarney a tranquilidade pretendida.

No plano internacional, esse período foi marcado pela crise do petróleo. Os países árabes aumentaram muito os preços do barril de petróleo, causando graves consequências para a economia mundial. Iniciou-se mais uma crise capitalista, que implicava em recessão, desemprego, arrocho salarial, inflação etc., e se estendeu até o início de 1983.

O movimento sindical nacional viveria um período de grande crescimento. Após rasgar o silêncio imposto pela ditadura militar, com a realização de enormes greves no final da década de 1970, agora caminhava para a consolidação de um antigo sonho: “criar uma central sindical”, mesmo com a proibição da legislação vigente na época.

Após um período de aparente unidade entre todas as forças do movimento sindical – dos pelegos aos autênticos –, no sentido de encaminhar a criação dessa central, ocorreram várias divergências entre esses setores, principalmente no que diz respeito à participação dos trabalhadores de base nas instâncias dessa central. Os pelegos não aceitavam essa participação, e os autênticos não abriam mão dela.

Dividido, o movimento sindical acabou criando duas entidades. No dia 28 de agosto de 1983, uma plenária realizada em São Bernardo do Campo aprovou a formação da CUT, que deveria ser um organismo “representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos”. No entanto, os setores divisionistas criaram, em novembro de 1983, na Praia Grande (SP), a Coordenação da Classe Trabalhadora, que não procurava se assumir como central sindical.

Em agosto de 1984, novamente em São Bernardo do Campo, realizava-se o I Congresso Nacional da CUT. Participaram 5.222 delegados representando 937 entidades sindicais. O SINDIMETAL estava entre essas entidades e somava-se às entidades e dirigentes sindicais mais consequentes e comprometidos com os trabalhadores na época.

As várias lutas ocorridas na categoria, ainda em 1983, e, principalmente, na campanha salarial, em abril de 1984, trouxeram várias conquistas, entre elas: as “comissões de fábrica”. Na prática, assistimos o resgate da credibilidade da entidade à frente das lutas dos metalúrgicos.

O surgimento dessas comissões exigiu da diretoria uma nova postura, pois era fundamental democratizar as instâncias de decisão.

Assim, ocorreu o I Encontro dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sorocaba (comissões e grupos de fábrica), em Praia Grande, nos dias 16 e 17 de junho de 1984. Participaram 60 metalúrgicos das comissões e grupos de fábrica, representantes dos trabalhadores das seguintes empresas: Yanes, Pirelli, Catu, Metalúrgica NS Aparecida, Grupo Maquinasa, Barros Monteiro e Faço. Os temas

discutidos passaram pela relação das comissões com a diretoria do Sindicato, pelo funcionamento das comissões em cada local de trabalho, no intercâmbio das experiências vividas por cada uma delas e, principalmente, por um plano de formação política voltada aos metalúrgicos. O clima de companheirismo e de disposição de luta norteou esse I Encontro.

A categoria metalúrgica, definitivamente, estava viva e disposta a escrever uma história de conquista junto aos Sindicatos combativos. Participou das principais lutas da época, da construção da CUT, tendo inclusive membros na direção nacional, estadual e o primeiro presidente da CUT Regional Interior I, com sede na cidade de Campinas (SP).

No entanto, os empresários estavam desarticulados, e nem mesmo o uso da repressão policial intimidou os metalúrgicos.

No ano de 1985, como resposta ao grande número de desempregados, o movimento cutista – o SINDIMETAL junto – priorizou a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Essa bandeira incendiou a categoria, e as greves estouravam todos os dias. Nesse ano, várias empresas reduziram sua jornada de trabalho, mas somente na empresa Pries chegou-se às 40 horas semanais. Essa luta teve como consequência a demissão de vários ativistas sindicais da categoria.

Na cidade de Sorocaba, outras categorias começaram a se articular para reconquistar os seus Sindicatos. Apoiados pela CUT, via SINDIMETAL, os condutores e os têxteis foram os primeiros a derrotar os pelegos. Demais categorias, como os funcionários dos correios, as costureiras, os químicos, cimenteiros, entre outros, realizaram várias greves organizadas e lideradas pelos metalúrgicos e pela CUT.

O movimento nos bairros, o movimento estudantil e os sem-terras também tinham nos metalúrgicos um forte aliado para suas justas causas.

Se na política desenvolvida junto à categoria e na relação com a sociedade tudo era solidariedade e companheirismo, internamente, ou seja, dentro da diretoria, as disputas eram visíveis.

O estrelismo atingiu alguns diretores, a inveja e a omissão, outros, e a desilusão ou interesses particulares já haviam tirado vários membros da diretoria. Isso tudo acabou acomodando-se em duas posições: uma liderada pelo presidente do Sindicato, Wilson Bolinha, reforçada pela maioria das comissões

de fábrica e grupos de fábrica; e outra liderada pelo secretário geral do Sindicato, João Batista, e a chapa 3, encabeçada por Wilson André.

Se as chapas 1 e 2, embora com divergências, estavam no campo cutista, a chapa 3 representava o peleguismo oportunista e foi montada pelos empresários da cidade em conjunto com os adversários da CUT.

Nessa eleição, a diretoria foi aumentada em 10 membros, com a criação do conselho consultivo, passando de 24 para 34 diretores. Somente a chapa 1 apresentou todos os membros, deixando claro o seu trabalho de base junto à categoria.

Nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1986 aconteceu a eleição, marcada por um clima de grande disputa nas portas das fábricas e por momentos de violência em várias ocasiões. No dia 14, à noite, Sorocaba foi invadida por simpatizantes das três chapas em disputa. A apuração dos votos realizou-se no ginásio municipal de esportes. Votaram 4.702 eleitores, sendo que a chapa 1 obteve 2.682 votos, a chapa 2 obteve 991 e a chapa 3 obteve 797 votos; ainda apurou-se 70 votos em branco e 162 nulos.

De acordo com o estatuto da entidade, embora a chapa 1 tivesse uma grande diferença em relação às outras duas chapas, ela não obteve maioria absoluta e foi convocado um segundo escrutínio para os dias 18, 19 e 20 de agosto do mesmo ano. Na prática, somente a chapa 1 continuou no processo, pois os membros da chapa 2 e da chapa 3 abandonaram a disputa. O segundo escrutínio respeitava apenas o estatuto. No dia 20 de agosto, foi realizada a apuração dos votos. Concluída a contagem, foi computado o total geral dos votos atribuídos a cada chapa, sendo o seguinte o resultado: chapa 1 com 3.352 votos, chapa 2 com 195 votos e chapa 3 com 573 votos. Vencia a chapa 1, repleta de membros das comissões e grupos de fábrica:

- comissão da Pirelli: Carlos Roberto de Gáspari, Nelson Gonçalves, Francisco Pedro de Medeiros, Antonio Benedito Bernabé, José Rubens Nunes e Manoel Rodrigues Carrilho;
- comissão da ZF: Reinaldo Ubirajara M. de Oliveira e Cícero Gomes Neto;
- comissão da Villares: José Francisco Mancio;
- comissão da Catu: Miguel Benedito Costa, Roberto Ferreira da Silva e Pedro Magoga Mome;
- comissão da Case: José Orlando de Almeida;

- comissão da Yanes: Moacir Alves Taveira e Élcio Rice;
- comissão da Pries: João Carlos Oliveira;
- como membros de grupos de fábrica: Geraldo Titotto Filho, Vera Lúcia Rocha, Carlino Fernandes, Osvaldo Cruz Proença, Aldenir Marinho de Souza, Flávio Rangel de Souza, José Leocádio Conceição, Wanderlei Pedroso de Almeida, Moacir dos Santos, Romeu Pires de Barros (o mesmo da chapa 3, em 1981) e Hamilton Pereira;
- da diretoria do Sindicato eleita em 1983: Wilson Bolinha, Edson João Mora, José Carlos Pereira, Lourival Garcia, Alvacy Lopes Ferreira, José Eduardo Assunção e Jair Pereira da Silva.

Essa diretoria, do ponto de vista ideológico, tinha vários membros ligados à pastoral operária, outros com orientação marxista-leninista e alguns independentes. Isso apontou como prioridades a ação sindical para o aprimoramento da organização no local de trabalho, para a formação política dos metalúrgicos, pelo fortalecimento da CUT e do movimento popular, para a democratização dos organismos da entidade e na compra de uma nova sede social que pudesse acompanhar o crescimento da categoria. Mas, sem dúvida alguma, a grande marca seria a da moralização da atividade do dirigente sindical e da boa utilização do patrimônio da categoria.

A diretoria encaminhou todas as lutas da categoria, desde as que buscavam resultados imediatos para a categoria como as que buscavam objetivos comuns a todos os trabalhadores, como as greves gerais chamadas pela CUT nesse período.

Em dezembro de 1987, realizou-se na cidade de Campinas o 2º Encontro dos Metalúrgicos de Sorocaba (dias 5 e 6). Participaram, entre trabalhadores de base, dirigentes sindicais e funcionários do Sindicato, 108 pessoas, sendo que, destas, 8 eram mulheres. No conjunto representavam 31 fábricas, onde trabalhavam 15.413 operários.

Constam das indicações desse 2º Encontro as seguintes questões referentes à categoria: reforçar o trabalho com as comissões de fábrica, CIPAs e grupos de fábrica; estender o trabalho de organização, atingindo os desempregados e os trabalhadores nos bairros; definir uma política sindical para as pequenas e médias empresas; relacionar junto aos trabalhadores as pequenas lutas do dia a dia com os grandes problemas nacionais.

Já no plano geral: desenvolver um sindicalismo classista que atuasse nas lutas por reajustes salariais e pequenas conquistas, mas que também tivesse como meta o avanço das ideias socialistas no Brasil; lutar pela CUT, defendendo que ela fosse sempre uma central democrática, livre e constituída pela base em todos os níveis; fortalecer as lutas populares na região, dando ênfase aos sem-terras e a luta contra Aramar.

Finalmente, o 2º Encontro serviu para aprofundar as discussões, visando à preparação da campanha salarial de abril de 1988.

Nesse sentido, em um balanço de final de mandato, observa-se que três questões significativas foram encaminhadas pela diretoria:

- no que diz respeito à luta dos sem-terras, assim que um grupo foi assentado próximo a cidade de Porto Feliz (SP), os metalúrgicos não pouparam esforços para viabilizar o assentamento, a produção e a distribuição dos produtos agrícolas;
- na luta contra o projeto Aramar, instalado na Fazenda Ipanema, na cidade de Iperó (SP), destinado à produção de urânio enriquecido e à construção de protótipo do reator para o submarino nuclear brasileiro, e mantido de forma clandestina por vários anos, o SINDIMETAL não só denunciou, organizou a população para as gigantescas manifestações de rua, que culminaram com uma passeata de 10 mil pessoas, em 20 de novembro de 1987, como também foi coautor do livro: “De Angra a Aramar – Os militares a caminho da Bomba”, juntamente com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (DESEP) da CUT e o Núcleo Ecológico Morro de Ipanema (NEMI). Essa obra detalhava todo o programa nuclear brasileiro, gerado no seio da ditadura militar, e que tinha como objetivo, pelo menos do ponto de vista técnico, a construção da bomba atômica brasileira;
- a compra de uma sede própria, situada na Rua Júlio Hanser, nº 140. Um prédio de quatro andares, com várias salas, que acomodaria toda a infraestrutura necessária para o trabalho sindical e cultural. Além disso, a área compreenderia dois enormes terrenos laterais ao prédio e uma quadra de cimento para a prática de esporte.

Finalmente, essa diretoria iniciou um programa de formação profissional, com a implantação de vários cursos no Sindicato, e também abriu suas

instalações para atividades de teatro, culminado com a consagração do grupo engrenagem, que apresentava uma peça em vários eventos operários e em assentamento de sem-terras.

Nesse período, mais exatamente após agosto de 1986, a CUT começou a viver disputas internas, entre as várias forças que a constituíram (depois de criada em um processo de unidade e livre dos pelegos), pelo controle político da CUT e, por que não dizer, dos seus aparelhos.

Duas grandes forças surgiram: a “Corrente Articulação”, comandada pelos antigos Autênticos, para a qual o referencial era o sindicalismo do ABC paulista, e a “CUT pela Base”, comandada pelos metalúrgicos de Campinas e pela oposição sindical metalúrgica de São Paulo. A primeira era formada por várias posições políticas dentro de si, e a segunda tinha forte presença da pastoral operária.

Essa disputa atingiu o SINDIMETAL e quase provocou um novo racha nas eleições de 1989. No entanto, militantes pressionaram no sentido da unidade, e, após muita discussão, chegou-se a um acordo. Essas discussões foram feitas por quatro diretores, e nelas estavam, teoricamente, representadas as duas posições da diretoria: de um lado, Geraldo Titotto Filho e Hamilton Pereira, e, do outro, Pedro Magoga Mome e Vanderlei Pedroso de Almeida.

Resolvido os impasses, foi montada a chapa que disputaria a eleição dos dias 2, 3 e 4 de agosto de 1989. Dos 34 inscritos, 11 pertenciam à diretoria anterior e os demais eram novos militantes de base. Essa unidade desencorajou uma possível oposição, que chegou a ser articulada pelos empresários e políticos burgueses com a participação dos velhos pelegos.

Assim, no dia 24 de setembro, tomava posse a chapa 1, que concorreu sozinha na eleição. Ela foi composta da seguinte forma: Geraldo Titotto Filho (presidente), Hamilton Pereira (vice-presidente), Carlos Roberto de Gáspari (secretário geral), Vanderlei Pedroso de Almeida (primeiro secretário), Pedro Magoga Mome (tesoureiro geral), João Carlos Oliveira (primeiro tesoureiro) e Edson João Mora (diretor de patrimônio). Os suplentes da diretoria foram: José Carlos Teixeira, Nelson Gonçalves, Osmael Claudiano Pires, Roberto Lapa, Célia de Oliveira, Edjalma Bernardo de Oliveira e Antonio Rodrigues dos Santos. Para o conselho fiscal: Antonio Arnaud Pereira, Marco Antonio Jucelino de Oliveira e João Antonio Prado. Como suplentes: Roseli A. M. Berlamino, Roberto Ferreira da Silva e Miguel Benedito Costa. Como delegados da federação: Adilson da Silva e Márcio da Silva Souza. Como suplentes: Rosicler Rosa de Oliveira e Márcio Ferreira Alves. Finalmente,

para o conselho consultivo: João Edson Ventura, Francisco de Assis Lopes, Admilson Ramos Monteiro, Duarte Aparecido de Moura e Moacir Alves Taveiro. Como suplentes: Flávio Rangel de Souza, Francisco Ferreira Leite Filho, Edson Paulo Basseto, Reinaldo Mendonça Silva e Waldir dos Santos Ferreira.

Essa diretoria tinha como propostas: reforçar o trabalho de formação política da categoria; a organização no local de trabalho; o aprimoramento dos cursos de formação profissionalizante dentro do Sindicato e das atividades culturais e, principalmente, modernização e profissionalização das secretarias do SINDIMETAL.

Assim sendo, vários setores foram informatizados: a gráfica ganhou novos equipamentos e um novo espaço; foi firmado um convênio e implantado uma subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) na cidade; os cursos profissionalizantes foram ampliados etc.

No plano geral, o SINDIMETAL procurou ações intersindicais visando à ação conjunta dos trabalhadores com grupos de empresas, como a Villares, e a uma atuação mais internacionalista. Continuou assumindo a sua parcela de responsabilidade, no sentido de construir a CUT, a qual já era uma realidade na cidade e em todo país. Resistiu à perversidade da política recessiva das elites nacionais.

Na política local, cobrou das autoridades legais uma política social justa, participou da construção da secretaria de saúde dos trabalhadores e ofereceu um de seus membros, Hamilton Pereira, ao conjunto da sociedade para a função de prefeito municipal. Este, é claro, concorreu por meio de seu partido político, já que no Brasil essa é a única forma de disputar uma eleição.

Como candidato do PT, Hamilton Pereira abalou as estruturas do poder local, chegando ao segundo turno e perdendo por uma pequena margem de votos para o candidato das elites – na verdade depois de um processo violento de calúnias, mentiras e de uma avalanche de recursos financeiros do candidato vencedor pelo PMDB, Paulo Mendes.

Essa diretoria enfrentou todo período de Collor de Mello, do sequestro da poupança popular, do arrocho salarial, do desemprego, das falências de várias empresas, no Brasil de mentiras, da corrupção, enfim, do chamado neoliberalismo do terceiro mundo. No entanto, viveu também todo processo pelo resgate da cidadania, pela resistência das forças democráticas, do visual dos “caras pintadas”, pelo impedimento do presidente corrupto etc.

Ainda na defesa do patrimônio dos metalúrgicos, essa diretoria entrou com processo de usucapião da antiga sede da Rua da Penha, nº 748, contra

a Federação de São Paulo e terminou de pagar as prestações da nova sede. A entrega da chave teve a presença de Lula e aconteceu de forma festiva no dia 21 de dezembro de 1991.

No entanto, se a diretoria estava unida nas lutas travadas contra a burguesia, internamente, a disputa, marcada pelas divergências antigas, havia aumentado. Os que haviam lutado pela unidade no passado estavam desiludidos ou frágeis diante do estágio da disputa.

O Brasil tinha mudado; a Europa mudara; os países socialistas do Leste Europeu sofreram profundos golpes, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estava dividida; o muro de Berlim fora derrubado; enfim, os ventos sopraram em todas as direções.

O SINDIMETAL não poderia conviver com essas divergências dentro da diretoria. A divisão talvez fosse o melhor caminho. E assim aconteceu. Nas eleições de 27, 28 e 29 de junho de 1992, duas chapas cutistas se enfrentaram: a chapa 1, ligada à “Articulação” e encabeçada por Carlos Roberto de Gáspari, e a chapa 2, ligada à “CUT Pela Base” e encabeçada por Edson João Mora. Ambas traziam membros da diretoria anterior e vários militantes de base que haviam despondido nas lutas da categoria.

No dia 29 de julho, após a apuração de todos os votos, tinha-se o seguinte resultado: a chapa 1 com 3.357 votos e a chapa 2 com 2.786 votos.

Assim, no dia 24 de setembro de 1992, a chapa 1 tomou posse como verdadeira representante dos metalúrgicos de Sorocaba, sabendo que a diferença que lhe conferiu a vitória residia em 571 votos e que agora deveria trabalhar e representar também os 2.786 votos conferidos a chapa 2.

Essa nova diretoria foi composta da seguinte forma: Carlos Roberto de Gáspari (presidente), Wilson Bolinha (vice-presidente), Antonio Arnaud Pereira (secretário geral), Circe Jesus de Camargo (primeiro secretário), José Carlos Fernandes (tesoureiro geral), Ademir Pinto da Silva (primeiro tesoureiro), Antonio Carlos da Silva (diretor de patrimônio). Os suplentes da diretoria eram: João Antonio Prado, José Carlos Teixeira, Daniel Antunes de Oliveira, Soraia Regina Maschio, Roberto Lapa, Wanderlei Alberto de Almeida e Manoel Vieira e Carvalho. Para o conselho fiscal: Osmel Claudiano Pires, Antonio Rodrigues dos Santos e Roseli Aparecida Martins Belarmino. Como suplentes: Manoel Antonio Sobrinho, Antonio dos Santos e Ricardo Benedito de Paula. Os delegados junto

à federação eram: Reinaldo Mendonça Silva e Viviane Cristina Oliveira. Como suplentes: Luis Ifanger e Fernando Rodrigues da Silva. Para o conselho consultivo: João Batista de Oliveira, Osvaldo Gonçalves Durães, Francisco de Assis Lopes, Samuel dos Santos e Izídio de Brito Correia. Como suplentes: Cláudio Garcia Urtado, Valdomiro Gonçalves Neto, Ivo Alves Bueno, José de Oliveira e Jair Boldrin Lopes.

Essa diretoria apontou para as seguintes bandeiras de luta: destaque para a cultura e o lazer como forma de resgate da cidadania; lutas pelo contrato coletivo de trabalho, visando unificar as conquistas dos trabalhadores nos mais diversos níveis; articular uma política alternativa para Sorocaba, a partir das experiências e interesses dos metalúrgicos; criar novas formas de organização e funcionamento do Sindicato, visando ao seu papel histórico; trabalhar para a integração campo-cidade, reforçando a luta pela reforma agrária em todos os níveis.

Nesse sentido, essa diretoria cumpriu com os seus objetivos:

- no dia 23 de janeiro de 1993, foi realizado na sede do Sindicato o 3º Encontro Metalúrgico de Sorocaba e Região;
- no mês de agosto, o SINDIMETAL elegeu a primeira Comissão de Condições de Trabalho, Saúde e Meio Ambiente do país. Essa Comissão fez parte das propostas da CUT para a área e visava preencher as debilidades apresentadas pelas CIPAs. O pioneirismo foi fruto da organização dos 400 trabalhadores da indústria Cooper de Sorocaba e da vontade política da diretoria do SINDIMETAL. Sem dúvida, essa conquista colocou o SINDIMETAL na vanguarda da luta pela segurança e saúde do trabalhador e na preservação do meio ambiente;
- em outubro, o SINDIMETAL, junto com outros sindicatos cutistas da cidade, denunciou o excesso de horas extras e o nível de desemprego. Mais que isso, cobrou do prefeito e do DRT medidas para conter esse abuso e suas conseqüentes distorções. Enquanto isso, realizou piquetes nas portas das empresas que exigiam horas extras nos finais de semana;
- ainda em outubro, cansados pelo atraso dos pagamentos, 170 operários da empresa Bestetti de Sorocaba propuseram, juntamente com o SINDIMETAL, a cogestão da indústria. Produtora de macacos hidráulicos, a Bestetti, sem perspectiva de futuro, aceitou a cogestão. Foi a primeira experiência na categoria, e as coisas mudaram para melhor;

- nos dias 11 e 12 de novembro, o SINDIMETAL organizou um seminário sobre terceirização e suas consequências para os trabalhadores, com a presença de sindicatos de Vitória (ES), Santos (SP), Monte Alto (SP), Pindamonhangaba (SP), ABC, Rio de Janeiro, Federação dos Metalúrgicos Cutistas e a APEOESP de Sorocaba.

A discussão apontou para a continuidade do debate, capacitação dos dirigentes sobre o tema, abertura da discussão junto aos trabalhadores, unificação das lutas etc.

Em 27 de novembro do mesmo ano, foi inaugurado o Espaço Cultural dos Metalúrgicos, na antiga sede da Rua da Penha, com a coordenação a cargo do teatrólogo sorocabano Carlos Roberto Mantovani.

## O sindicato cidadão

Com um novo conceito, o SINDIMETAL passou a agir em defesa do trabalhador, além do chão de fábrica, defendendo seus direitos na sociedade, nos bairros, na cidade, no país. Em resumo, defendia os direitos de cidadania, tais como educação, cultura, saúde, habitação, emprego, participação política, informação e lazer, entre outros.

A implantação desse conceito entre os metalúrgicos de Sorocaba, em 1992, resultou em diversas parcerias, ações sociais, respeitabilidade social e conquistas políticas para a categoria.

A seguir, alguns desses resultados obtidos após a incorporação dessa mentalidade no cotidiano da entidade e após a prática do sindicalismo cidadão:

- criação do Espaço Cultural dos Metalúrgicos (1993);
- investimento em comunicação com a categoria e a sociedade (1993);
- criação da Campanha Natal Sem Fome de Sorocaba (1993);
- participação na Comissão Municipal de Emprego de Sorocaba;
- participação no Conselho Municipal de Saúde;
- participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento;
- parceria com o Grupo Imagem/registros de imagens, exposições, eventos etc.;
- parceria com a secretaria de cultura de Votorantim;

- parcerias na área de crédito habitacional;
- estreitamento das relações com lideranças comunitárias e religiosas, entidades filantrópicas, universidades etc.;
- eleição de, na época, representante da categoria na Câmara de Sorocaba;
- eleição de um deputado estadual metalúrgico;
- apoio e participação no Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Emprego e Cidadania (CEADEC);
- apoio à Rede Cata-Vida de coleta seletiva e reciclagem;
- apoio as lideranças que representem os interesses dos trabalhadores nas instâncias de poder;
- criação do Fórum de Desenvolvimento Regional (1999);
- realização de eventos que incluem prestação de serviços à população (1º de Maio e CUT Cidadã, por exemplo);
- participação mais efetiva e organização de eventos como Dia da Mulher, Dia da Consciência Negra etc.;
- implantação do Banco de Alimentos de Sorocaba;
- apoio à Folia de Reis (desde 1994) e outras iniciativas folclóricas e culturais;
- parcerias para supletivos/telecurso no Sindicato;
- desenvolvimento de parcerias para qualificação profissional nas sedes;
- criação do coletivo Juventude Metalúrgica;
- criação da Comissão Metalúrgica de Esportes;
- criação da Secretaria Metalúrgica de Políticas Sociais;
- espaço na sede para eventos culturais e religiosos;
- divulgação de eventos filantrópicos e culturais;
- providências em atenção aos portadores de necessidades especiais: rampas, elevador e sanitários apropriados na sede, intérprete de libras em assembleias etc.;
- procura pela mídia para comentar assuntos diversos, além dos tipicamente sindicais e trabalhistas;
- apoio à imprensa alternativa, como Revista do Brasil, Provocare, rádios verdadeiramente comunitárias etc.;
- defesa do Sindicato Cidadão em congressos, encontros e seminários da CUT;

Por isso o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região hoje é uma referência na categoria e na sociedade. E por isso também o Sindicato continua como sempre foi nas últimas décadas: um exemplo de atuação séria, firme, ousada, criativa e representativa para outras categorias profissionais.

Após dois mandatos de muito trabalho, desafios e superação, Gaspari elegeu Izídio de Brito Correia como seu sucessor. No ato de posse do novo presidente do Sindicato, em 24 de setembro de 1998, o deputado estadual Hamilton Pereira destacou aos novos dirigentes a importância do SINDIMETAL para o sindicalismo brasileiro e para a cidade de Sorocaba e região. Com a palavra, Izídio assumiu o compromisso de levar adiante a luta pelas conquistas imediatas e históricas dos trabalhadores e pelo fortalecimento das instâncias cutistas, compromisso sintetizado em três eixos distintos:

1. fortalecer o Sindicato no local de trabalho e ampliar as conquistas da categoria;
2. estreitar os laços da categoria com a comunidade e aumentar a inter-relação do Sindicato nas decisões político-sociais;
3. preparar o Sindicato e a categoria para os desafios do novo milênio.

A chapa 1, liderada por Izídio, recebeu 7.120 votos dos 7.297 metalúrgicos que votaram, consolidando a liderança e a força da CUT na categoria metalúrgica em Sorocaba e região.

### Anos 2000...

A partir dos anos de 2000, com a liderança de Izídio, que dirigiu o Sindicato até 2010, quando se afastou para assumir a vereança em Sorocaba, o Sindicato adotou uma nova forma de organização: surgiram os Comitês Sindicais de Empresa (CSEs). Contrariando mais uma vez a legislação vigente, a diretoria foi ampliada e a Organização no Local de Trabalho (OLT) passou a ser prioridade.

Agora, para fazer parte da diretoria, o trabalhador deveria primeiro ser eleito pelos trabalhadores da empresa onde trabalha e só depois, em um segundo turno, ser eleito diretor do Sindicato.

O resultado foi significativo, aumentou a representatividade e a participação da categoria: mais de 50 fábricas contavam com CSEs, o que garantiu conquistas importantes, inclusive de aumento real nos salários.

Na relação com a sociedade, o projeto iniciado com a Campanha Natal Sem Fome evoluiu, dando origem ao Banco de Alimentos, que, desde sua fundação, tem diminuído as desigualdades em nossa cidade e permitindo vida digna a centenas de indivíduos socialmente excluídos.

No plano político, Izídio de Brito foi eleito vereador em Sorocaba com uma proposta de mandato popular e de consulta permanente as bases. Em seu lugar, assumiu Ademilson Terto da Silva, diretor do Sindicato desde 1995, reeleito nas eleições de 2011, liderando a chapa 1, junto com João de Moraes Farani (vice-presidente), Alex Sandro Fogaça (secretário de finanças), João Evangelista de Oliveira (secretário geral), Valdeci Henrique da Silva (secretário de organização), Adilson Faustino e Clodoaldo Aparecido Garrote (diretores executivos), defendendo as seguintes propostas e compromissos, entre outras: lutar pelo fortalecimento dos CSEs; trabalhar pela OLT e formação de militantes e cipeiros na categoria; manter a luta pela redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário; lutar pela Campanha Salarial Unificada para todos os ramos metalúrgicos; combater a precarização na categoria; criar políticas que valorizem o jovem, incentivando sua participação na política; lutar pelo reconhecimento dos aposentados e pelo fim do “Fator Previdenciário”, criado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; criar políticas específicas de valorização da mulher, tanto na fábrica como na sociedade etc.

Nesse período, a diretoria do Sindicato também fez crescer o patrimônio da categoria investindo em novas sedes (Piedade, Araçariguama e Iperó, cidades do interior de São Paulo), e áreas de lazer (colônia de férias e clube de campo), além de reformar e modernizar a sede da Rua Júlio Hanser, nº 140.

### A luta continua...

O momento atual tem sido de planejamento. Assim, o investimento na formação da diretoria e em novos militantes e a consolidação dos CSEs passaram a ser prioridade.

Finalmente, essa Diretoria reafirmou a disposição de luta para avançar nas conquistas imediatas e históricas dos trabalhadores metalúrgicos e brasileiros, o que exige investimentos no setor de formação do Sindicato e no preparo da futura geração que conduzirá as lutas da categoria.

# A APEOESP E O TRABALHO DO PROFESSOR: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DESSE SINDICATO

TÂNIA MARA DE ALMEIDA PADILHA<sup>1</sup>

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) é hoje o maior da América Latina. No estado de São Paulo existem 400 mil professores na rede pública de ensino – estadual e municipal –, sendo 240 mil só na rede estadual. As 93 subsedes que existem espalhadas pelo estado de São Paulo possuem 180 mil associados. Por esse motivo diversos grupos políticos disputam essa máquina hoje.

Seu surgimento aconteceu na década de 1940, como associação, na cidade de São Carlos, e, nesse primeiro momento, o que marcou a atuação desse Sindicato foi a esfera jurídica. Nos anos que se seguiram à ditadura militar não teve espaço para atuar diretamente pelos interesses de classe do magistério paulista e somente a partir de 1980 passou a travar embates mais diretos com o governo.

Como principal meio de mobilização, as greves e as passeatas, o Sindicato contou, ao logo desses anos, com grande participação do professorado. Em 1981, por exemplo, as caravanas a Brasília conseguiram a aposentadoria aos 25 anos de trabalho. Em 1989, os professores se mobilizaram em greve por 80 dias

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* Marília. Professora de Sociologia da rede pública de ensino do estado de São Paulo. E-mail: [tanciasociais@gmail.com](mailto:tanciasociais@gmail.com)

em defesa da escola pública e por um piso salarial profissional, resultando na maior greve já realizada. Naquele ano, a conquista foi um reajuste de 51 a 126%.

Diversas formas de pressão foram encampadas contra o governo estadual. Ao observar as gestões dos governantes desde o governo Maluf (1979-1982), passando por José Maria Marin (1982-1983), André Franco Montoro (1983-1987), Orestes Quêrcia (1987-1991), Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1995), Mário Covas Júnior (1995-2001), Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (2003-2006), Cláudio Lembo (2006-2007), José Serra (2007-2010), Alberto Goldman (2010-2011) e, atualmente, mais uma vez, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, pode-se afirmar com clareza que a luta dos professores caminha não só por conquistas para a categoria, mas também para barrar as políticas de desvalorização implantadas por boa parte desses governantes. O fato é que nunca houve um governo que valorizasse o professorado com políticas efetivas. Muitas vezes abre-se um diálogo com a categoria, mas a realização de parte das reivindicações só acontece com a pressão por meio de greves, passeatas e mobilizações.

Importante ressaltar que o não comprometimento por parte dos governos não se dá apenas nesse setor da sociedade. A classe trabalhadora nunca fora privilegiada no atual sistema político-econômico-social-cultural vigente e, diante da crise estrutural do capitalismo, vê-se amiúde das suas conquistas trabalhistas de outrora. Dessa forma, entender que a situação do professorado está inserida na lógica global do avanço capitalista nos permite compreender que as reivindicações do magistério devem estar atreladas a dos trabalhadores em geral, pois, somente dessa forma, conseguiremos abrir brechas no capitalismo, ou seja, romper com a lógica de desvalorização dos trabalhadores, entre outras.

Contudo, a complexidade das mediações presente no real, ou seja, a infinidade de possibilidades que são apresentadas no nosso cotidiano, implícita ou explicitamente, muitas vezes não permite que os trabalhadores se vejam como classe nesse processo. A correria cotidiana, a falta de perspectiva, o parco salário, os processos de individuação, e, no caso do professorado, a carga extenuante de trabalho quase sempre impossibilitam o trabalhador de se reconhecer enquanto sujeito modificador da realidade.

Dessa forma, compreender ao menos as mediações mais diretas presente no cotidiano do trabalho é uma das formas de englobar mais sujeitos no

processo de luta contra o capitalismo. Nesse sentido, torna-se uma necessidade que os sujeitos à frente das esferas de representatividade, os Sindicatos, por exemplo, estejam de fato atuando e vivendo a realidade do trabalhador. E aqui se faz uma crítica a atual direção do Sindicato: alguns dirigentes conseguem afastamento para atuar no Sindicato, mas acabam se afastando também da rotina dos professores.

Sabemos que a realidade social está em constante transformação, e se os dirigentes não forem capazes de apreender esses processos, eles estarão cada vez mais distantes da categoria, fazendo com que a representatividade dos Sindicatos seja questionada pela categoria, como vem recorrentemente acontecendo. Os laços entre a representação sindical e os trabalhadores acabam se enfraquecendo, e as lutas e bandeiras acabam por ser questionadas nesse processo. Viver e compreender uma realidade social são impreteríveis para modificá-la.

Portanto as reivindicações mais diretas só serão abarcadas pelo Sindicato se seus representantes estiverem de fato no chão da escola, em sala de aula, com a capacidade real de viver e entender as mediações presentes no seio do universo escolar, fazendo com que a relação entre teoria e prática se efetive também na escola e no Sindicato.

Para tanto, cabe ao Sindicato confrontar-se com diversas frentes de atuação, sendo a formação política da categoria uma delas. É preciso formar sujeitos questionadores capazes de transcender o universo escolar, dentro da escola. É preciso entender que as mudanças no seio do ambiente escolar estão inseridas no contexto mundial da hegemonia neoliberal. É preciso compreender que a educação que realmente forma sujeitos questionadores da ordem social não está inserida na lógica do capital.

Na contramão disso, o Sindicato, nesses últimos anos, adotou uma postura de passividade frente aos ataques que a educação vem sofrendo, principalmente no âmbito federal, uma vez que o grupo majoritário que dirige o Sindicato pertence ao mesmo partido que ascendeu a presidência da República em 2003. Isso só reforçou o distanciamento do grupo majoritário com as reivindicações da categoria que está em sala de aula.

Essa relação é comprovada quando temos um setor da sociedade civil e professores que reivindicam 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para se in-

vestir em educação, e o Sindicato acaba por não abarcar essa bandeira, uma vez que a federação recua ao debate. Estudantes e especialistas defenderam na Confederação Nacional da Educação (CONAE), por exemplo, a aplicação de pelo menos 10% do PIB em educação no país. Hoje, são investidos na área cerca de 5% do PIB. Na Câmara tramita um projeto (Projeto de Lei nº 8.035 de 2010<sup>2</sup>) que prevê o aumento dessas verbas para 7% até 2020. Mais uma vez, para ressaltar: o Sindicato se esquivou do debate. Pede os 10%, mas aceita os 7%.

De toda a forma, cabe ressaltar que diversas forças políticas estão presentes na APEOESP, e, nesse sentido, existem forças atuando pela efetividade do Sindicato nas demandas da categoria e demandas sociais em geral. No entanto, o setor majoritário, na busca por não perder a centralidade política dessa ferramenta social, não se atém a concretude do Sindicato como auxiliar na luta política pela, entre outras, valorização do professor como trabalhador inserido na lógica perversa do capital.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

# SINPSI — SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE SÃO PAULO

LEANDRO DE CAMPOS FONSECA<sup>1</sup>  
LUCIO COSTA<sup>2</sup>

## Introdução

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SINPSI), uma organização de base estadual, representa os interesses da categoria por uma remuneração condizente com sua formação e por condições adequadas de trabalho: desde jornada de trabalho até as condições que possibilitem um exercício técnico e ético da profissão. O Sindicato é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), Federação Estadual dos Trabalhadores em Seguridade Social (FETSS), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para o SINPSI, a luta sindical clássica de corte corporativo deve estar articulada aos interesses mais amplos da sociedade, tais como: democracia universal e participativa, luta contra todas as formas de preconceito, discriminação e violência e conquista de direitos que garantam a justiça social.

---

<sup>1</sup> Membro da atual diretoria do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SINPSI) (2010-2014). Professor da Universidade Paulista (UNIP), campus Sorocaba. Membro do comitê gestor do Núcleo Sorocaba da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSOS). Membro do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Mestrando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [psic.ldcf@gmail.com](mailto:psic.ldcf@gmail.com)

<sup>2</sup> Membro da atual diretoria do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SINPSI) (2010-2014). Membro do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo da 6ª Região (CRP-06). E-mail: [luciopsa3@hotmail.com](mailto:luciopsa3@hotmail.com)

Portanto somos um Sindicato de corte classista e de luta, com ações no campo sindical e participação nos fóruns da sociedade civil (SINPSI, 2011).

## O surgimento do SINPSI: um histórico de lutas sociais para além do corporativismo

A história do SINPSI se confunde com momentos de reorganização da sociedade brasileira, por meio da ação dos principais movimentos políticos do período da ditadura militar e após a democratização.

No início, a primeira forma de organização da categoria se deu com a construção da Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo (APPESP), em 1969, a célula embrionária do SINPSI<sup>3</sup>. A criação dessa Associação acontecia em um momento quando a ditadura militar brasileira se instaurava e viria a se estender pelos próximos 14 anos. Há registros que indicam que a Associação teve vínculos significativos com o regime militar, inclusive pensando, inicialmente, as questões relativas à consolidação de uma entidade representativa da categoria como algo que deveria estar afinado com os princípios do regime vigente. A construção efetiva do Sindicato se deu no ano de 1973. Mesmo com a homologação formal da entidade, existem registros indicando que houve dirigente indicado pelo regime, sendo ele um militar sem formação em psicologia<sup>4</sup>.

Com o crescimento da psicologia no país, tanto do ponto de vista acadêmico e profissional como também com um maior interesse da categoria – diga-se de passagem, interesse da categoria que não aceitava as práticas do regime militar –, ocorreu, em 1979, um processo de apropriação do Sindicato por representantes da própria categoria. Nessa data, um grupo realmente envolvido com a reflexão sobre as características da profissão, com suas formas de inserção na sociedade e com os desafios que vinha enfrentando passou então a dirigir a entidade, buscando consolidar um projeto, uma agenda, que envolvesse a participação da categoria nas lutas populares, demarcando um posicionamento ético-político da

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o surgimento e atuação das entidades representativas da psicologia no início dos anos 1970, remetemos o leitor ao artigo “A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 1970” (HUR, 2007).

<sup>4</sup> Essa informação faz parte do vídeo institucional do SINPSI, produzido em 2008, em comemoração aos 35 anos de luta sindical.

psicologia em relação ao momento histórico e político no Brasil daquela época. Esse grupo progressista de oposição ao regime começou a traçar novas perspectivas de debate para a categoria. A nova direção passou a convocar a categoria para assumir bandeiras, como a redemocratização do país, a construção da CUT, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a Luta Antimanicomial e a humanização do atendimento aos portadores de sofrimento mental, dentre outras bandeiras, que, naquele momento, emergiam na sociedade.

Um primeiro passo para a “deselitização” da Psicologia foi compreender o psicólogo como trabalhador, inserido nas lutas da contradição de classes sociais e sujeito à dominação e, não mais, como profissional liberal, autônomo, independente, senhor de si. O Sindicato criou uma atuação crítica na qual defendia o trabalhador, problematizava o lugar do psicólogo e apoiava os movimentos sindicais gerais como a CUT (HUR, 2005, p. 208).

O SINPSI assumiu então a vanguarda de debates que trouxeram à categoria a ampliação de sua inserção profissional, os quais, ao final da década de 1980, não estavam mais isolados apenas no setting analítico, mas se ampliavam para os debates sociais, buscando dar ouvidos à parcela da população que até então não havia sido alvo da escuta, da teorização e das intervenções dos profissionais da psicologia. A partir de uma aproximação com as camadas mais carentes e oprimidas da população e do posicionamento crítico em relação às formas de violência, exclusão e marginalização promovidas pelo Estado e em relação às teorias psicológicas importantes e aplicadas de maneira acrítica, com tendências individualizantes e naturalizantes, o Sindicato se comprometeu com a defesa de princípios que iam para além das questões meramente corporativas, de interesse exclusivo da categoria, mas passava a militar também na defesa de bandeiras que se distribuíam pelos mais diversos segmentos da sociedade civil.

Atualmente, o SINPSI é filiado à CUT, CNTSS, FETSS e FENAPSI. Os objetivos contemporâneos da entidade estão voltados para a ampliação do número de profissionais sindicalizados, com o intuito de ampliar e fortalecer a atuação sindical no Estado, particularmente na região de Sorocaba, buscando tornar a subsede da cidade uma referência para os profissionais das cidades situadas ao seu redor. A busca por uma maior participação da categoria visa também ampliar os recursos e os instrumentos de luta da entidade, além da definição e fortalecimento da luta política

em defesa das bandeiras caras à categoria e que representam espaços de inserção profissional, e também ampliar o acesso da população aos serviços da psicologia. Uma das tarefas fundamentais é a construção de um lugar cada vez mais destacado na luta e nas estratégias de promoção de saúde, de cidadania, de humanização das formas de atenção e de militância em defesa de uma sociedade justa.

### Alguns desafios atuais e futuros da luta sindical no campo da psicologia

#### O “Ato Médico”

Os parlamentares em exercício aprovaram dois projetos de lei (o Projeto de Lei nº 268 de 2002 no Senado<sup>5</sup> e o substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.703 de 2006 na Câmara dos Deputados<sup>6</sup>) que dão a 340 mil médicos a exclusividade de exercer atos privativos de 3 milhões de profissionais da saúde, quais sejam: biomédicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, profissionais da educação física, psicólogos, técnicos em radiologia e terapeutas ocupacionais.

A categoria dos psicólogos, na fala do presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, apontou problemas no texto do projeto de lei, como o artigo 4º, que determina como atividades privativas do médico o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica. Em outras palavras, determina que só os médicos podem diagnosticar uma doença e decidir sobre o tratamento. Dessa forma, o projeto de lei fere o exercício profissional das outras áreas da saúde, impedindo a contribuição de todo o conjunto de profissionais da área para a promoção as saúde.

O impacto desse dispositivo à população é o de enfrentar uma fila a mais no Sistema Único de Saúde (SUS) ou pagar uma consulta a mais, no caso de atendimentos particulares. No SUS, a espera por consultas pode durar meses. Essa espera iria, no mínimo, dobrar se todos os pacientes das outras 13 profissões da saúde tivessem antes que passar pelos médicos em primeiro lugar mesmo sem necessidade. Verona pediu ainda que o Ministério da Saúde participasse

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=53750](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=53750)>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=339409](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=339409)>. Acesso em: 13 out. 2011.

das discussões sobre o projeto, tendo em vista que é no campo de atuação do órgão que a proposta causa seu impacto mais profundo, ao impedir o atendimento integral à saúde da população<sup>7</sup>.

O SINPSI se posiciona frente a essa problemática enfatizando o caráter delicado do projeto. Não se trata de um desrespeito ao trabalho do médico ou qualquer tentativa de diminuir sua função no trato das questões relativas à saúde, mas da defesa da importância fundamental do diagnóstico multidisciplinar, corresponsabilizado, como forma de trabalhar em direção à garantia da concretização dos princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

Os psicólogos seriam afetados com a aprovação desse projeto de lei, pois seriam privados da possibilidade de realizar um diagnóstico diferenciado do diagnóstico do médico, levando-se em consideração os recursos, recortes e instrumentos específicos da leitura de saúde, doença e cura próprias dos saberes psicológicos. Nesse sentido, haveria uma espécie de restrição das possibilidades de compreensão das formas de sofrimento dos sujeitos, por conta da primazia outorgada ao olhar e aos recursos da medicina como a última palavra no diagnóstico e prognóstico dos diferentes modos de sofrimento. Não se trata de lutar por uma hierarquização dos saberes, mas, justamente, optar pelo diálogo, pela construção coletiva do diagnóstico e das estratégias de promoção de saúde.

Fica evidente, dessa perspectiva, que não apenas os psicólogos são afetados por essas propostas, mas todas as categorias profissionais da saúde que desenvolveram seus instrumentos teóricos e metodológicos para a prevenção, compreensão e intervenção sobre as formas de sofrimento.

Nesse sentido, é importante destacar que o SINPSI vai escrevendo sua forma de atuação sindical em uma tradição que inclui um compromisso com pautas que estão para além das questões corporativas, certamente presentes em relação a esse projeto de lei em especial.

### O SINPSI e a Luta Antimanicomial: exemplo atuação sindical comprometida socialmente

A história do SINPSI começou em uma década em que as lutas por melhorias nas condições de vida da população brasileira estavam em franca ascensão. Um dos movimentos fundamentais da década de 1970 e 1980 com os quais a psicologia e, particularmente, o SINPSI tiveram envolvimento significativo é o movimento da Luta Antimanicomial.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://sinpsi.org.br/noticias.php?id=1989>>. Acesso em 13 out. 2011.

Uma das principais frentes de luta pela cidadania, a Luta Antimanicomial se configura até hoje como um movimento que busca a garantia e a concretização de espaços de tratamento e promoção de saúde mental que não recorram a estratégias de encarceramento como recurso terapêutico. A luta pela criação de condições para que o usuário dos serviços de saúde mental possa ter outras opções de atenção que não os manicômios é uma das bandeiras com as quais o SINPSI dialoga frequentemente. Diversos foram os eventos ocorridos sobre essa temática que contaram com apoio do SINPSI, ajudando a concretizar e a dar visibilidade para a situação de graves violações de direitos humanos que, historicamente, ocorrem nessas instituições<sup>8</sup>.

O SINPSI vem dando destaque a notícias sobre a temática em seu site<sup>9</sup>, além de participar de um programa de entrevista promovido pela TVCUT sobre o assunto<sup>10</sup>. O SINPSI também contribuiu para a publicação do relatório parcial do Levantamento de Indicadores dos Manicômios de Sorocaba e Região, ainda em processo de elaboração nesse momento (segundo semestre de 2011), buscando dar visibilidade à problemática de violação de direitos humanos nessas instituições, além de destacar a importância da discussão para a inserção profissional da categoria na atenção à saúde mental. Nesse sentido, essa estratégia busca contribuir para a ampliação desse debate dentro da categoria, buscando mobilizar as diferentes posições para o diálogo construtivo, promotor de diretrizes que possam ser encampadas nas lutas da entidade. Uma das ações mais recentes do SINPSI foi o auxílio na promoção e divulgação do III Encontro Estadual da Luta Antimanicomial, ocorrido nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2011. Foram discutidas nos grupos de trabalho questões que foram desde a reforma psiquiátrica até a saúde mental do trabalhador.

### Pela redução da jornada de trabalho: “Campanha 30 horas Já!”

O SINPSI, ao lançar seu site da “Campanha 30 horas Já!”<sup>11</sup>, criou um espaço de depoimentos<sup>12</sup> para que, de forma democrática, o psicólogo e a psicóloga pudessem expor as suas opiniões e relatar as dificuldades, as exigências e as pressões impostas que uma jornada superior a 30 horas semanais causa ao

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre a situação dos manicômios de Sorocaba e região, polo manicomial do estado de São Paulo, consulte: FLAMAS (2011).

<sup>9</sup> Site do SINPSI: <[www.sinpsi.org](http://www.sinpsi.org)>.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=1439>>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/videos.php?id=4>>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=1597>>. Acesso em: 13 out. 2011.

profissional no dia a dia. As declarações mostram a atualidade desse debate nas novas modalidades de inserção da categoria em espaços de trabalho, os quais vão para além dos consultórios privados, reduto tradicional da prática psicológica desde os tempos de sua regulamentação, em 1962. Hoje, estamos no SUS, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Defesa Civil, da Defensoria Pública, nos fóruns, em instituições das mais diversas naturezas, configurando um novo universo de demandas e desafios aos profissionais da psicologia.

A regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas para os psicólogos e as psicólogas está disposta no Projeto de Lei de Câmara (PLC) nº 150 de 2009<sup>13</sup>. A iniciativa do SINPSI e da FENAPSI de articular a tramitação do projeto de lei das 30 horas com a senadora por São Paulo e vice-presidente do Senado, Marta Suplicy, já rendeu fruto. A audiência pública do dia 11 de agosto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado foi o passo inicial para a aprovação do PLC nº 150/09. Essa parceria com a senadora iniciou-se em 2010, ainda durante as eleições, quando a então candidata assinou e divulgou um manifesto em que se comprometia a defender a redução da jornada dos (as) psicólogos (as) para 30 horas semanais<sup>14</sup>.

O SINPSI, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo da 6ª Região (CRP 06), e a FENAPSI assinaram um Manifesto<sup>15</sup> enviado aos senadores da República, enfatizando a importância da aprovação do projeto para o desenvolvimento e a qualificação dos serviços prestados pelos profissionais da psicologia. Em depoimentos postados pela categoria no site do SINPSI, é possível perceber o quanto a categoria considera necessária a redução, principalmente como forma de ampliação das possibilidades do profissional de investir em seu aprimoramento técnico, mas também na participação e reflexão sobre as questões que atravessam sua atuação e inserção na sociedade.

Atualmente, o SINPSI vem investindo também em uma aproximação com o profissional recém-formado<sup>16</sup>, buscando situá-lo nas discussões mais amplas sobre a inserção da categoria no mercado de trabalho atual, marcado por uma série de avanços tanto na democratização do acesso à saúde e à educação como também com a ampliação das modalidades de atuação profissional para além

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=92306](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92306)>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>14</sup> Disponível na íntegra em: <<http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=1503>>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=990>>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/videos.php?id=1>>. Acesso em: 13 out. 2011.

da clássica abordagem dos processos de saúde-doença. Hoje, a promoção da cidadania e o envolvimento no processo de luta por uma sociedade justa são temas que não podem passar ao largo da formação do profissional da psicologia, tamanha a integração que a dimensão subjetiva possui com as esferas da vida social marcadas pela desigualdade.

A PLC nº 150/09 passou ileso pelo prazo para interposição de recurso. A categoria se mobilizou e milhares de manifestos foram encaminhados aos senadores. O SINPSI enviou ofício para os senadores que assinaram recurso contra o projeto de lei das fonoaudiólogas solicitando que não fizessem o mesmo com o nosso projeto de lei: “[...] os mais de 240 mil psicólogos e psicólogas do Brasil saberão reconhecer o gesto de vossa excelência”, afirmava o ofício<sup>17</sup>.

Agora a batalha é na Câmara dos Deputados. Lá a lei terá que ser aprovada em plenário e a nossa chance é de que seja aprovado em acordo de líderes. O SINPSI, a FENAPSI e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estão empenhados em identificar em cada estado um ou mais deputados que tomem o nosso projeto de lei como prioritário e, assim, criar as condições para a aprovação. A batalha é mais difícil, mas já temos experiência e muita disposição de luta. Em breve iniciaremos a campanha direta, com manifesto e outras formas de pressão.

## Referências bibliográficas

- FÓRUM DE LUTA ANTIMANICOMIAL DE SOROCABA (FLAMAS). *Levantamento de Indicadores sobre os Manicômios de Sorocaba e Região*. 2011. Disponível em: <<http://flamasorocaba.files.wordpress.com/2011/09/dossie-setembro-18-09-2011.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- HUR, Domenico Uhng. *Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – USP, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 1970. *Revista de Psicologia Política*, v. 7, n. 13, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=17&layout=html>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE SÃO PAULO – SINPSI. *Sobre o SINPSI*. Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/sobre.php>>. Acesso em: 13 out. 2011.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/noticias.php?id=1625>>. Acesso em: 13 out. 2011.

# SINDIQUINZE: UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO

JOSÉ EDSON DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

Nessa aventura de promover o I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, minha participação se deu e se dá, mais uma vez em minha existência, em razão de forças que não controlo e por circunstâncias que não antevero ou planejo.

Coube-me representar o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SINDIQUINZE), de Campinas, entidade sindical a que pertencço e que representa a minha categoria profissional. Em minha apresentação na primeira reunião, expus posição pessoal e apaixonada sobre assuntos diversos, tais como sociedade, representação, educação, atualidades, povo, trabalhador, direitos e deveres. Percebi, depois de ouvir a gravação dessa fala, que incluir minhas posições nesse depoimento e em um livro seria desonesto com aqueles que realmente fizeram a história de nosso Sindicato e seria um ato de egoísmo e egocentrismo.

Dessa forma, busquei dados e informações que pudessem ser transmitidas e viessem a compor este livro, mas, infelizmente, não encontrei nada pronto e acabado. Assim, socorri-me dos atores da história, e eles, por sua vez, puderam contar como a viveram. Para tanto, reproduzo os depoimentos de um de nossos primeiros presidentes (Antonio Aquilino Conejo) e nosso último presidente (Joaquim Castrillon), mantendo, na medida do possível, imaculado seus depoimentos, na vã tentativa de agregar ao texto uma maior carga de realidade. Antes das histórias humanas, trago dados técnicos que procuram evidenciar

---

<sup>1</sup> Oficial de Justiça e representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SINDIQUINZE) no I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. E-mail: [jeosor@terra.com.br](mailto:jeosor@terra.com.br)

nossa dificuldade de atuar em um território muito grande (mais de 70% do estado de São Paulo!!!), sem que a ideia de municipalização seja possível, visto que a atuação sindical como ente único já encontra resistência muito grande, e, fragmentando essa representação, ficaria mais fácil nada se fazer.

No final, traço dados da atuação específica da especialidade dos Oficiais de Justiça Avaliadores (grupo ao qual pertença), os quais, muitas vezes, são atores invisíveis na atividade jurisdicional e no hercúleo trabalho de concretizar o verdadeiro Estado de Direito que a sociedade brasileira experimenta hoje.

Meus agradecimentos aos presidentes de nossa entidade e à nossa assessora de comunicação, Caroline P. Colombo.

## Nossos dados técnicos

O SINDIQUINZE foi fundado em 24 de junho de 1989. Até então, ele era uma associação. Os presidentes que já o conduziram foram: Antônio Aquilino Conejo (que, segundo o diretor Jorge, permaneceu na presidência por quase 14 anos), Antônio Francisco Pololi, Luiz Sferra e Joaquim Castrillon. Atualmente, o número de associados é 2.640, em um universo possível de aproximadamente 3.500 servidores.

## Dados técnicos do Ministério do Trabalho

SINDIQUINZE - Sind. Serv. Publ. Fed. da Justiça do Trab. da 15ª Região

Grau de entidade: Sindicato

Área geoeconômica: Urbana

Tipo: trabalhador

Classe: Servidores públicos.

Denominação da Entidade: SINDIQUINZE – Sind. Serv. Publ. Fed. da Justiça do Trab. da 15ª Região

CNPJ: 57.503.922/0001-39

Razão Social: Sindicato Prof. Servidores Publ. Fed. Just. Trab. 15 Região

Endereço: Rua Doutor Quirino - de 406/407 a 630/631 -, 594; Bairro: Centro; CEP: 13015-080; Cidade: Campinas; UF: SP

Telefone 1: (19) 3233-3940; Telefone 2: (19) 9764-7521

Endereço eletrônico: presidente@sindiquinze.org.br

Página eletrônica: <http://www.sindiquinze.org.br>

Categoria: Profissionais Servidores Públicos Federais Justiça do Trabalho

Filiação: Central Sindical UGT - União Geral dos Trabalhadores

Federação: Confederação: CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

Forma de eleição: Direta

Total de eleitores: 0

Total de votantes: 1.683

Total de dirigentes eleitos: 25

Número de chapas: 2

Nº de votos da chapa vencedora: 968

Início do mandato: 01/12/2007

Término do mandato: 01/12/2011

Funcionamento da direção: Presidencialismo

Base Territorial Intermunicipal

Unidade Federativa: SP

Municípios: Adamantina, Adolfo, Aguai, Águas da Prata, Águas de Lindoia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Agudos, Alambari, Alfredo Marcondes, Altair, Altinópolis, Alto Alegre, Alumínio, Álvares Florence, Álvares Machado, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Americana, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Amparo, Analândia, Andradina, Angatuba, Anhemi, Anhumas, Aparecida, Aparecida d'Oeste, Apiaí, Araçariguama, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Aramina, Arandu, Arapeí, Araraquara, Araras, Arco-Íris, Arealva, Areias, Areiópolis, Ariranha, Artur Nogueira, Aspásia, Assis, Atibaia, Auriflamma, Avaí, Avanhandava, Avaré, Bady Bassitt, Balbinos, Bálamo, Bananal, Barão de Antonina, Barbosa, Bariri, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Boituva, Bom Jesus dos Perdões, Bom Sucesso de Itararé, Borá, Boraceia, Boreborema, Borebi, Botucatu, Bragança Paulista, Braúna, Brejo Alegre, Brodowski, Brotas, Buritama, Buritizal, Cabrália Paulista, Cabreúva, Caçapava, Cachoeira Paulista, Caconde, Cafelândia, Caiabu, Caiuá, Cajati, Cajobi, Cajuru, Cam-

pina do Monte Alegre, Campinas, Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cananeia, Canas, Cândido Mota, Cândido Rodrigues, Canitar, Capão Bonito, Capela do Alto, Capivari, Caraguatatuba, Cardoso, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Castilho, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cerqueira César, Cerquillo, Cesário Lange, Charqueada, Chavantes, Clementina, Colina, Colômbia, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Coroados, Coronel Macedo, Corumbataí, Cosmópolis, Cosmorama, Cravinhos, Cristais Paulista, Cruzália, Cruzeiro, Cunha, Descalvado, Dirce Reis, Divinolândia, Dobrada, Dois Córregos, Dolcinópolis, Dourado, Dracena, Duarte, Dumont, Echaporã, Eldorado, Elias Fausto, Elisiário, Embaúba, Emilianópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Turvo, Estiva Gerbi, Estrela do Norte, Estrela d'Oeste, Euclides da Cunha Paulista, Fartura, Fernando Prestes, Fernandópolis, Fernão, Flora Rica, Floreal, Flórida Paulista, Florínia, Franca, Gabriel Monteiro, Gália, Garça, Gastão Vidigal, Gavião Peixoto, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guaiara, Guapiaçu, Guapiara, Guará, Guaraçá, Guaraci, Guarani d'Oeste, Guarantã, Guararapes, Guaratinguetá, Guareí, Guariba, Guataparã, Guzolândia, Herculândia, Holambra, Hortolândia, Iacanga, Iacri, Iaras, Ibaté, Ibirá, Ibirarema, Ibitinga, Icém, Iepê, Igarapu do Tietê, Igarapava, Igaratá, Iguape, Ilha Comprida, Ilha Solteira, Ilhabela, Indaiatuba, Indiana, Indaiópolis, Inúbia Paulista, Ipaussu, Iperó, Ipeúna, Ipiúna, Iporanga, Ipuã, Iracemópolis, Irapuã, Irapuru, Itaberá, Itá, Itajobi, Itaju, Itanhaém, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itapirapuã Paulista, Itápolis, Itaporanga, Itapuí, Itapura, Itararé, Itariri, Itatiba, Itatinga, Itirapina, Itobi, Itu, Itupeva, Ituverava, Jaborandi, Jaboticabal, Jacaré, Jaci, Jacupiranga, Jaguariúna, Jales, Jambuí, Jardinópolis, Jarinu, Jaú, Jeriquara, Joanópolis, João Ramalho, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Jumirim, Jundiá, Junqueirópolis, Juquiá, Lagoinha, Laranjal Paulista, Lavínia, Lavrinhas, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lindoia, Lins, Lorena, Lourdes, Louveira, Lucélia, Lucianópolis, Luís Antônio, Luiziânia, Lupércio, Lutécia, Macatuba, Macauba, Macedônia, Magda, Mairinque, Manduri, Marabá Paulista, Maracá, Marapoama, Mariópolis, Marília, Marinópolis, Martinópolis, Matão, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Miguelópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Miracatu, Mirandópolis, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mirassolândia, Mococa, Mogi das Cruzes, Moji Mirim, Mombuca, Monções, Mongaguá, Monte Alegre do Sul, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte

Castelo, Monte Mor, Monteiro Lobato, Morro Agudo, Morungaba, Motuca, Murutinga do Sul, Nantes, Narandiba, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Campina, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Europa, Nova Granada, Nova Guataporanga, Nova Independência, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Nuporanga, Ocaucu, Óleo, Olímpia, Onda Verde, Oriente, Orindiúva, Orlândia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Ouro Verde, Ouroeste, Pacaembu, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Palmital, Panorama, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Paraíso, Paranapanema, Paranapuã, Parapuã, Pardinho, Pariquera-Açu, Parisi, Patrocínio Paulista, Paulieia, Paulínia, Paulistânia, Paulo de Faria, Pederneiras, Pedra Bela, Pedranópolis, Pedregulho, Pedreira, Pedrinhas Paulista, Pedro de Toledo, Pereira Barreto, Pereiras, Peruíbe, Piacatu, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Pindorama, Pinhalzinho, Piquerobi, Piquete, Piracaia, Piracicaba, Piraju, Pirajuí, Pirangi, Pirapozinho, Pirassununga, Piratininga, Pitangueiras, Planalto, Platina, Poloni, Pompeia, Pongá, Pontal, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Potim, Potirendaba, Pradópolis, Pratânia, Presidente Alves, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Quadra, Quatá, Queiroz, Queluz, Quintana, Rafard, Rancharia, Redenção da Serra, Regente Feijó, Reginópolis, Registro, Restinga, Ribeira, Ribeirão Bonito, Ribeirão Branco, Ribeirão Corrente, Ribeirão do Sul, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Preto, Rifaina, Rincão, Rinpópolis, Rio Claro, Rio das Pedras, Riolândia, Riversul, Rosana, Roseira, Rubiácea, Rubineia, Sabino, Sagres, Sales, Sales Oliveira, Salmourão, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Salto Grande, Sandovalina, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Branca, Santa Clara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Esperança, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Ernestina, Santa Fé do Sul, Santa Gertrudes, Santa Lúcia, Santa Maria da Serra, Santa Mercedes, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rita d'Oeste, Santa Rosa de Viterbo, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Anastácio, Santo Antônio da Alegria, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Aracanguá, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio do Pinhal, Santo Expedito, Santópolis do Aguapeí, São Bento do Sapucaí, São Carlos, São Francisco, São João da Boa Vista, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São João do Pau d'Alho, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, São José do Barreiro, São José do

Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Manuel, São Miguel Arcanjo, São Pedro, São Pedro do Turvo, São Roque, São Sebastião, São Sebastião da Gramma, São Simão, Sarapuí, Sarutaiá, Sebastianópolis do Sul, Serra Azul, Serra Negra, Serrana, Sertãozinho, Sete Barras, Severínia, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennucci, Sumaré, Suzanápolis, Tabapuã, Tabatinga, Taciba, Taguaí, Taiacu, Taiúva, Tambaú, Tanabi, Tapiraí, Tapiratiba, Taquaral, Taquaritinga, Taquarituba, Taquarivaí, Tarabai, Tarumã, Tatuí, Taubaté, Tejupá, Teodoro Sampaio, Terra Roxa, Tietê, Timburi, Torre de Pedra, Torrinha, Trabiju, Tremembé, Três Fronteiras, Tupã, Tupi Paulista, Turiúba, Turmalina, Ubarana, Ubatuba, Ubirajara, Uchoa, União Paulista, Urânia, Uru, Urupês, Valentim Gentil, Valinhos, Valparaíso, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vera Cruz, Vinhedo, Viradouro, Vista Alegre do Alto, Vitória Brasil, Votorantim, Votuporanga, Zacarias.

## Visões históricas de nossos presidentes

### Resumo Histórico do SINDIQUINZE, por Antonio Conejo

Em 1987, alguns meses após a instalação do TRT da 15ª Região em meados de novembro/dezembro de 1986, fundou-se a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 15ª Região, tendo como seu primeiro e único presidente o colega Antonio Aparecido Pereira da Costa. A Associação funcionava na sala de trabalho do seu presidente na sede do TRT, tendo ali começado a organização dos servidores e foi a célula do Sindicato. Com o advento da Constituição de 1988, iniciou-se a discussão da fundação de nosso Sindicato e de seu primeiro estatuto social. Essas discussões, estudos e trabalhos, das quais participei desde seu início, resultaram na fundação do Sindicato Profissional dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em 24 de junho de 1989, pela transformação da Associação respectiva em Sindicato, com mais de 90% dos servidores filiados.

Ainda em 1989, filiamo-nos à Federação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (FENASTRA). A sigla SINDIQUINZE surgiu algum tempo depois. A assembleia de fundação, além de aprovar seu estatuto social, também elegeu por aclamação e empossou a primeira diretoria do Sindicato, a qual tive o privilégio e desafio de presidir, sendo que esse primeiro mandato era provisório, até que

se obtivesse o registro junto ao Ministério do Trabalho, quando após isso se realizariam as primeiras eleições gerais da entidade. Isso ocorreu no segundo semestre de 1990, quando ocorreram as primeiras eleições gerais em outubro, com a posse da nova diretoria em 1º de dezembro de 1990, e continuei na presidência do Sindicato. Ainda em 1990, adquirimos, reformamos e inauguramos nossa primeira sede própria em Campinas, no bairro do Taquaral, que é nossa até o momento. O período de mandato no estatuto inicial era de três anos.

Em 1990, um dos colegas diretores sugeriu adotar a sigla SINDIQUINZE, pois o Sindicato dos servidores do TRT da 7ª Região tinha a sigla SINDISÉTIMA. Durante o mandato de dezembro de 1990 a novembro de 1993, buscamos a consolidação da entidade, sua organização, além, é claro, a luta por melhores condições de trabalho, salário e as reivindicações de interesse da categoria. Em 1991, fomos convidados e participamos da fundação da Central Sindical Força Sindical, onde permanecemos filiados por menos de dois anos, de onde saímos por não concordarmos com suas posições e manifestações contra os servidores públicos.

Participamos e fomos fundadores e filiados da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE), em 1992, do qual nos desfiliamos tempos depois por não concordar com o pagamento de 10% da arrecadação mensal do Sindicato, pois o retorno oferecido não era satisfatório, além de ser a entidade aparelhada a um grupo político partidário, não representando os reais interesses dos servidores, usados muitas vezes como massa de manobra em greves intermináveis. Em 1993, conseguimos a doação oficial por parte do governo do estado do terreno da nossa futura colônia de férias em Caraguatatuba. Também em 1993, foi realizada uma reforma no estatuto social, no qual se destacou a instituição das delegacias sindicais (chamadas de subsedes) em seis regiões do estado (Araçatuba, Bauru, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba), com a descentralização das assembleias que aconteciam apenas em Campinas para todas essas subsedes e outras cidades dessas regiões, em um enorme esforço para levar o Sindicato a toda a sua base territorial de atuação, com sucesso. Não existe delegacia sindical ou subsede oficial em Presidente Prudente, pois pertence à região de Araçatuba.

Em 1993, também ocorreu a segunda eleição geral para a diretoria do Sindicato, que já tinha sua sede própria em Campinas, o terreno doado da futura colônia de férias em Caraguatatuba e aproximadamente US 100.000,00 em caixa,

com a divisão da diretoria em três chapas que disputaram as eleições, com a vitória da chapa encabeçada por mim, para mais um mandato de três anos. Também em 1993, iniciamos os estudos para a criação de nossa Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (COOPERQUINZE) e os estudos e negociação de criação de um único Sindicato estadual com as diretorias dos Sindicatos dos Servidores do TRT da 2ª Região, da Justiça Eleitoral e Federal/Militar, que, por divergências ideológicas e políticas, fracassaram (por iniciativa deles, que resolveram criar o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD), sem o SINDQUINZE).

Em 1994, continuamos nossas atividades e trabalhos, iniciando as obras de construção de nossa colônia de férias. Em 1995, realizamos nova reforma estatutária, que, entre outras alterações, ampliou o período de mandato para cinco anos, com a prorrogação do mandato em andamento dos três para cinco e reeleição indeterminada para todos os cargos. Também em 1995, filiamos-nos à Central Sindical Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e inauguramos a primeira parte da colônia de férias já para uso dos associados.

Em 1996, além de continuar na luta e trabalho sindical, organização da categoria, inauguramos uma segunda etapa das obras da colônia de férias e conquistamos junto à administração do TRT: a FC 02 para todos os servidores, antiga reivindicação do Sindicato; e, nossa grande vitória, o PCS 01, da luta em que o SINDQUINZE teve grande participação juntamente com várias associações de servidores de Brasília, as quais tiveram à época papel fundamental na conquista do PCS 01.

Em 1987 e 1988, ingressamos, além de inúmeras outras ações judiciais ao longo de todos esses anos, com as ações dos 11,98% individuais que conquistamos na Justiça Federal para todos os associados do Sindicato, o qual teve filiação massiva, com mais de 80% da categoria filiada. Fato curioso é que o presidente do TRT à época se recusava a cumprir as decisões de pagar os 11,98%, sendo requerida sua prisão e destituição da presidência do TRT no STJ. O mandado de prisão foi cumprido, ficando o MM Juiz Presidente preso em sua sala por algumas horas, até que conseguiu a revogação!

Em 1998, finalmente foi fundada a COOPERQUINZE, hoje Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores e Magistrados do Judiciário Federal do Estado de São Paulo (COOPERJUSP), sendo seu primeiro presidente o presidente do SINDQUINZE, Antonio Conejo (ninguém queria ser o presidente). Também em 1998, ocorreu

a terceira eleição geral do Sindicato, e a diretoria decidiu que o então diretor tesoureiro Pololi encabeçaria a chapa daquele ano, e o presidente Conejo ficaria como tesoureiro, sendo eleita a chapa 01 para um mandato de cinco anos (dezembro de 1998 e novembro de 2003).

Em 1998, foi entregue as obras de construção da Colônia de Férias de Caraguatuba, como se encontra até hoje, com uma grande festa, com a presença dos associados, familiares, autoridades civis, militares e eclesiásticas, inclusive com a apresentação do Coral do TRT da 15ª Região, que o SINDIQUINZE ajudou a criar, custear e patrocinar por longos anos, durante a minha gestão na presidência.

Em 1998 e 1999, tivemos uma grande luta com vitórias judiciais e uma enorme batalha contra o fim da Justiça do Trabalho, participando e patrocinando várias caravanas de servidores a São Paulo e Brasília, também vitoriosas. Em 1999, tivemos uma grave crise na diretoria do Sindicato, pois o presidente Pololi foi denunciado por desvio de dinheiro do Sindicato, afastado, destituído, denunciado pelo MP e processado criminalmente. Em fins de 1999, quem assumiu interinamente foi a vice-presidente Guiomar Armas Hernandez. Depois, indicado pela diretoria por consenso quem assumiu a presidência foi o secretário-geral Luiz Sfera e ficou pouco mais de um ano no cargo, quando renunciou. Então foi designado o diretor tesoureiro Antonio Conejo para assumir a presidência em meados de setembro de 2001, até o fim do mandato, em novembro de 2003.

Ainda em 2001, o SINDIQUINZE liderou uma grande paralização e passeata em Campinas, do Fórum da Orozimbo Maia até a sede do TRT, sendo recebidos pelo seu presidente. Em 2002, com a ameaça da perda das FC 02 e em luta pelo PCS 02, o Sindicato liderou a primeira greve da 15ª Região de quase dois meses, que foi vitoriosa, embora o fim da questão das FC 02 só tenha terminado mais recentemente. Ainda em 2001, adquirimos e reformamos a nossa nova sede no centro de Campinas, na rua Dr. Quirino, onde o Sindicato funciona até hoje. Em 2002, buscando ampliar a organização da categoria, fomentei como presidente do Sindicato a fundação da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da 15ª Região (ASSOJAF-15), que teve como seu primeiro presidente o colega oficial Paulo José de Ribeirão Preto. Em 2003, o SINDIQUINZE ainda presidido por mim liderou mais uma greve de mais de um mês em meados de julho, também vitoriosa em suas reivindicações. Após isso, tivemos a quarta eleição geral para a diretoria do Sindicato, e o grupo indicou o servidor Joaquim Castrilon, apoiado,

eleito e empossado por mim, sendo que permaneci no Conselho de Representantes do SINDIQUINZE até 30 de novembro de 2007. Em 2007, montamos a chapa Aliança Participativa, encabeçada por mim e que foi arbitrária e ilegalmente impedida de participar das eleições. Finalizando o relato do período solicitado e mais um pouco, quero registrar que a administração do Tribunal tem me perseguido e prejudicado profissional e financeiramente desde 2002, quando perdi a minha FC 02, pelo desconto de um mês de salário da greve de 2003, e meu exílio em Paulínia até minha aposentadoria em julho de 2011. Saudações. Conejo.

### Entrevista com o presidente Joaquim Castrillon

**Pergunta:** Como era a política do SINDIQUINZE quando de sua associação?

**Resposta:** Associei-me ao SINDIQUINZE já faz bastante tempo. Assinei a minha ficha de filiação no dia 28 de março de 1994 e não me recordo muito de como era feita a política sindical naquela época, pois a minha participação era apenas associativa, e não militante. Passei a participar mais ativamente no ano de 2002, por ocasião das greves pelo plano de carreira. Naquela época, o SINDIQUINZE era filiado à Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESPESP), na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e na Central Sindical Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Daí para frente procurei, com o auxílio e apoio da diretoria e com a maciça participação da categoria, realinhar o SINDIQUINZE nas entidades sindicais de grau superior com participação majoritária dos servidores do Poder Judiciário Federal. Assim, hoje estamos filiados na Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (FENANUFE), permanecemos vinculados à CSPB e migramos para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde se encontram também a grande maioria das entidades de servidores do Judiciário Federal.

**Pergunta:** O que te motivou a ser candidato à presidência do Sindicato por duas vezes?

**Resposta:** A minha motivação foi amor pela carreira judiciária e pelo serviço público. Ser presidente de um Sindicato é uma das maneiras de contribuir para a valorização da carreira que meus colegas e eu abraçamos como opção de vida e também uma maneira de servir a meus pares e meu país. Afinal de contas, com uma carreira judiciária valorizada, reconhecida e bem remunerada, ganham os servidores públicos, ganha o povo brasileiro e também ganha o país, que construímos cada vez mais democrático e forte nas suas instituições.

**Pergunta:** Qual foi o seu principal argumento de campanha?

**Resposta:** Meu principal argumento de campanha e também de meus colegas de diretoria sempre foi procurar a melhor representatividade para a categoria dos servidores do TRT da 15ª Região. Assim, procurei sempre formar chapas com a participação de servidores de todas as carreiras do Judiciário: analistas, técnicos, Oficiais de Justiça, agentes de segurança, auxiliares judiciários e aposentados. Procurei também que as chapas tivessem a maior participação possível de cidades da 15ª Região, que tem grande extensão territorial. Dessa maneira, a representatividade vertical – participação de todas as carreiras – e horizontal – representação de todas as subsedes da 15ª Região – foram fatores primordiais na argumentação de uma campanha vitoriosa.

**Pergunta:** Qual é o principal direcionamento do trabalho desenvolvido pelos associados?

**Resposta:** A principal linha de trabalho desenvolvido pelos associados é a participação no processo decisório da entidade. Todas as deliberações importantes são tomadas em assembleia da categoria, com ampla participação e oportunidade de argumentação. Aqui no Sindicato os associados têm voto e também têm voz.

**Pergunta:** Qual foi o motivo pela filiação à CUT?

**Resposta:** O SINDIQUINZE sempre se pautou por participar ativamente em todas as atividades das entidades de grau superior que foi filiado. Entretanto, nas épocas passadas, as entidades as quais pertencíamos não possuíam em seus quadros nenhum Sindicato do Poder Judiciário Federal, o que sempre deixava o SINDIQUINZE isolado nos debates ocorridos no cenário nacional. Na FENAJUFE, por exemplo, a maioria dos Sindicatos é filiada à CUT, o que coloca o SINDIQUINZE no mesmo cenário de debates sobre a carreira e junto com as demais entidades representativas dos outros Tribunais do Trabalho e também das Justiças Eleitoral, Militar e Federal e ainda do Ministério Público da União (MPU). Assim, as ideias circulam por uma ampla gama de entidades similares, e o SINDIQUINZE participa de um debate frutífero e enriquecido, ao mesmo tempo em que contribui com nossas experiências e vivências. A filiação à CUT, a maior central sindical brasileira, é o fruto de um caminho de unidade entre os servidores e os Sindicatos da categoria do Judiciário Federal. Nesse caminho está agora o SINDIQUINZE, pronto a colaborar com as reivindicações da categoria e com as cores dessa entidade plural e democrática.

**Pergunta:** Quais são as perspectivas políticas e ideológicas do SINDIQUINZE para os próximos anos?

**Resposta:** Um Sindicato não pode se afastar da identidade de sua categoria. Posso afirmar, portanto, que politicamente o Sindicato manterá para os próximos anos o seu perfil democrático, seja na participação da categoria para todas as tomadas de decisão, seja também na realização de um processo eleitoral transparente e participativo. Ideologicamente, o SINDIQUINZE sempre defenderá as conquistas da categoria, buscando sempre ampliá-las por meio da participação de todas as formas de pensamento dos seus associados. As instâncias deliberativas do SINDIQUINZE seguem e seguirão ideologicamente, portanto, os princípios democráticos e as regras estatutárias da entidade.

**Pergunta:** Você considera que o SINDIQUINZE sofre a influência de algum partido político? Se sim, qual e por quê?

**Resposta:** Apesar de ter diretores e diversos associados filiados aos partidos políticos, o que é natural da vida em sociedade, o SINDIQUINZE nunca sofreu influências direta ou indiretamente de qualquer desses partidos ou de correntes políticas. Todos os processos de tomada de decisão aqui no SINDIQUINZE têm a participação de toda a diretoria, pois fazemos reuniões da executiva rigorosamente uma vez por mês e da categoria todas as vezes que a situação exige a convocação de assembleias: para deliberar sobre ações judiciais, greves, atos e manifestações. Posso afirmar, portanto, que o SINDIQUINZE obedece ao “PC”, ou seja, o Partido da Categoria. Aqui o servidor do TRT-15 está sempre em primeiro lugar.

#### A HISTÓRIA HERÓICA DA ORGANIZAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA FEDERAIS NO BRASIL

A **Fenassojaf** – Federação das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais surgiu de uma assembléia realizada por algumas associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26/11/1998.

De lá para cá e em apenas 12 anos chegamos longe, conseguimos alcançar muita coisa, mas muito ainda resta para ser realizado.

Hoje os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais estão organizados nacionalmente em todo o país. **São 25 Assojafs no Brasil** e o único Estado onde ainda não existe por enquanto uma associação é o de Santa Catarina.

A Fenassojaf tem sede em Brasília, Distrito Federal, conta com uma diretoria executiva, eleita a cada dois anos pelos seis delegados de cada Assojaf reunidos em assembléia.

Além da diretoria executiva existe um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética, sendo também órgão da Fenassojaf o Conselho de Representantes, que reúne quando necessário os presidentes de Assojafs filiadas à Federação para auxiliar e assessorar a diretoria executiva em suas ações.

A Fenassojaf também **mantém em caráter permanente uma assessoria parlamentar**, que cuida de fazer a ligação entre a Federação e sua Diretoria Executiva e o Congresso Nacional, acompanhando a tramitação dos projetos de interesse dos Oficiais de Justiça e construindo acessos aos deputados e senadores. **Também possui uma assessoria jurídica** por meio de um escritório de advocacia, onde a parte legal e jurídica dos nossos interesses é debatida, dando ferramentas à Diretoria Executiva para que alcancemos nossos objetivos.

Mas a atuação da Fenassojaf extrapola os limites das lutas em defesa das reivindicações específicas dos Oficiais, e jamais descuidou da parte cultural e educacional do oficialato.

**Uma parte importante da Diretoria Executiva da Fenassojaf são as diretorias regionais**, em número de seis, que por meio de seus coordenadores regionais assessoram a presidência da Federação e reforçam a ligação com as Assojafs das respectivas regiões do país.

As seis coordenadorias regionais são a **Coordenadoria Regional Sul, Coordenadoria Regional Sudeste, Coordenadoria Regional Centro Oeste, Coordenadoria Regional Norte, Coordenadoria Regional Nordeste I e Coordenadoria Regional Nordeste II**.

Em nível regional, as coordenadorias regionais realizam, por meio das filiações, **Encontros Regionais** com temas de interesse nacional e local. Também é função do Diretor Coordenador Regional representar o presidente da Fenassojaf perante as Assojafs, tribunais e parlamentares locais quando for necessária a intervenção da Fenassojaf em assuntos daquela região.

**Anualmente a Fenassojaf realiza o Conojaf – Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais**, que já está em sua quarta edição, indo agora para a quinta edição e anteriormente era realizado com a denominação de Enojaf – Encontro Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais. Nesses congressos nacionais são realizadas palestras e workshops onde os temas caros aos Oficiais são discutidos e debatidos, também aproveitando-se a ocasião para as assembleias e reuniões tanto da Diretoria Executiva como do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal da Federação e a cada dois anos a eleição para renovação da Diretoria Executiva, Conselho de Ética e Conselho Fiscal.

Por fim, a longa trajetória de organização do Oficialato Federal passa também pela nossa filiação, decidida no Encontro Nacional realizado em Gramado, em

outubro de 2004, à **Union Internationale de Huissiers de Justice/International Union Of Judicial Officers (União Internacional dos Oficiais de Justiça)**, com sede em Paris e que congrega organizações de Oficiais de Justiça no mundo todo. No último Congresso Mundial da UIHJ, realizado na cidade de Marselha, França, a Fenassojaf esteve representada pelo presidente da Aojustra, Oficial Neemias Ramos Freire.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA FENASSOJAF

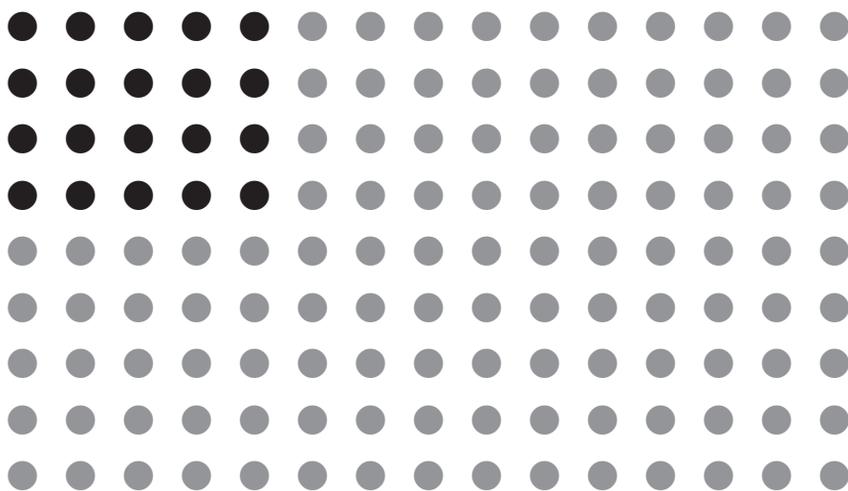
FENASSOJAF: GUARDANDO AS MEMÓRIAS DE NOSSAS LUTAS!<sup>2</sup>

### Brevíssima história da ASSOJAF-15

A ASSOJAF-15 procura agrupar os oficiais avaliadores do TRT 15 em torno de seus interesses mais diretos, ligados à atividade funcional, em especial. Nossa associação nasceu do sonho de alguns companheiros – dentre os quais nomeio apenas o oficial Gustavo Amaral para não cometer injustiças históricas – de ver os inúmeros ataques diretos e indiretos perpetrados contra nossos colegas, em especial por nossos dirigentes e superiores hierárquicos, quando não por nossos próprios colegas de trabalho (seja por ação ou omissão), respondidos à altura. Até o momento colecionamos muitas derrotas, mas as vitórias não teriam sido obtidas se a associação não estivesse organizada. Ela é o exemplo concreto de que, sem uma união de pessoas e com movimentação organizada, não é possível a obtenção de mudanças significativas em qualquer tipo de organização social. Permito-me indicar que nossa associação é o exemplo de que, unidos, um grupo, representando menos que 10% dos servidores do TRT 15, consegue levantar mais poeira e provocar mais mudanças que todo o restante da categoria, sem desmerecer o excelente trabalho da entidade sindical que nos representa. Mais do que uma expressão profissional, nossa associação é um movimento social perpetrado por um grupo que visa melhorias para si, o que provoca a melhoria de todos os demais colegas, pois tem a coragem de colocar em xeque dogmas há muito estabelecidos e tidos como imutáveis!

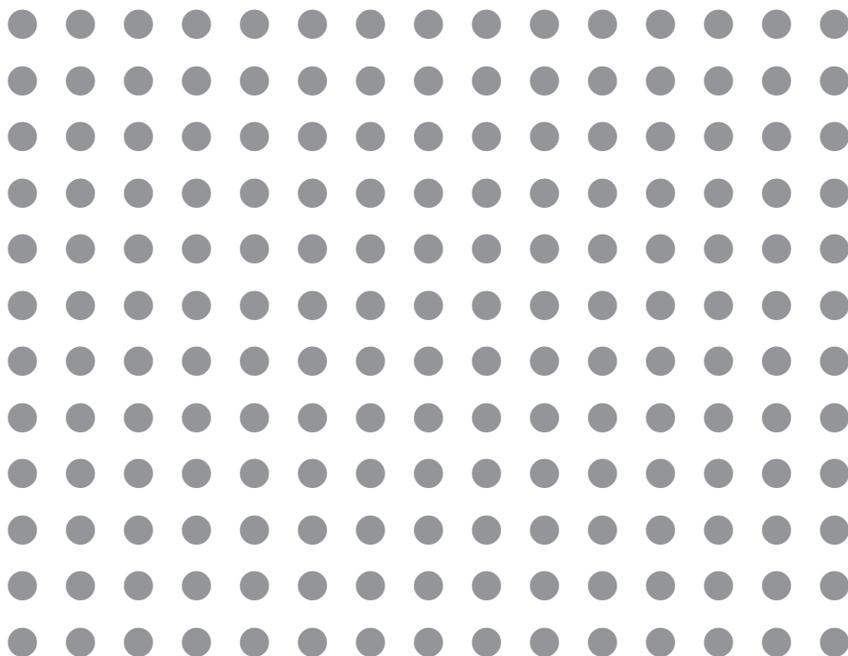
---

<sup>2</sup> Texto extraído do site da FENASSOJAF. Disponível em: <[http://fenassojaf.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=631:a-historia-heroica-da-organizacao-dos-oficiais-de-justica-federais-no-brasil&catid=1:noticias&Itemid=14](http://fenassojaf.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=631:a-historia-heroica-da-organizacao-dos-oficiais-de-justica-federais-no-brasil&catid=1:noticias&Itemid=14)>. Acesso em: 7 nov. 2011.



## Parte II

### SAÚDE





# A SAÚDE NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS: REFLEXÕES SOBRE O I ENCONTRO UFSCAR - MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA

ADRIANA ROSMANINHO CALDEIRA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

## Introdução

O I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba começou a ser pensado por um grupo de professores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, que via a necessidade de buscar maior aproximação entre a universidade e os movimentos sociais e sindicais da região.

Nosso primeiro objetivo era conhecer os movimentos sociais e sindicais da região, visto que no *campus* Sorocaba a universidade tem apenas cinco anos de existência, e a grande maioria de nós, docentes, não somos oriundos daqui. O intuito era buscar maior diálogo entre os movimentos sociais e sindicais e a UFSCar Sorocaba.

Algumas reuniões foram convocadas pelo Prof. Marcos Francisco Martins para a preparação do evento, até que nos dias 1 e 2 de julho de 2011 deu-se então o I Encontro. Este teve como estrutura mesas temáticas que reuniram

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestre em Tecnologia Educacional para Saúde e docente do curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: [adrianacaldeira@ufscar.br](mailto:adrianacaldeira@ufscar.br)

representantes de diversas entidades e instituições da sociedade civil, do terceiro setor e outras ainda relacionadas ao poder público, a fim de discutir questões relevantes para segmentos sociais diretamente participantes do evento.

O conjunto de questionamentos e proposições levantados e sistematizados pelas mesas temáticas, realizadas de modo concomitante no período da manhã, foi exposto e discutido no período da tarde, dando início ao processo de formação do Fórum Permanente Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. Esse Fórum tem o significado prático da continuidade dos debates iniciados no I Encontro, proporcionando desdobramentos concretos das demandas e propostas do coletivo de entidades e instituições parceiras.

Este capítulo traz o relato da mesa temática “Saúde”. Pretende ser uma memória do debate ocorrido no dia pelos militantes que participaram ativamente e ainda se dispõem a suscitar novos debates, questionamentos e proposições aos integrantes do referido Fórum e dos leitores interessados no tema.

### Os representantes dos movimentos sociais e sindicais, suas contribuições e os debates relacionados à saúde em Sorocaba e região

O I Encontro teve como particularidade a responsabilidade compartilhada entre os representantes de movimentos sindicais e sociais e os organizadores diretos do evento, a autoria dos seus resultados, bem como de seus desdobramentos teóricos e práticos. Essa característica marca a pluralidade de campos de atuação dos seus participantes. Porém o que é fator preponderante e comum a todos é a luta por condições de vida melhores, por meio de esforços coletivos entre sociedade civil, universidade, poder público e terceiro setor.

O eixo de trabalho que versou sobre o tema da saúde foi se articulando um grupo de entidades: Atenção Humanitária à Saúde (ATHUS), representada pelo sr. Celso Aparecido Fattori Junior; Sindicato dos Metalúrgicos, representado pelo dr. Paulo Kaufmann; Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba, representado pela sra. Regina Vieira Pedrozo (Presidente da Associação Raízes); Associação Afro Avante Zumbi, representada pela sra. Maria Aparecida Costa; Movimento de Apoio à Humanização do Parto em Sorocaba (MAHPS), representado pela sra. Gisele Leal; Sindicato dos Médicos, representado pelo dr. Antonio Sérgio Ismael; Sindicato dos Psicólogos

no Estado de São Paulo (SINPSI), representado pelo sr. Lúcio Costa; Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS), representado pelo sr. Sérgio Garcia.

Os trabalhos tiveram início com a presença dos palestrantes e se caracterizaram como um grupo de trabalho. Em um primeiro momento, o representante de cada uma das entidades presentes fez uma breve apresentação do histórico, das dificuldades e das lutas de suas respectivas entidades, evidenciando um quadro bastante diversificado do coletivo então reunido. Questões de diversas ordens foram apresentadas, desde a ausência de espaço físico para a continuidade das atividades desenvolvidas até proposições de parcerias entre as entidades participantes e a UFSCar. Podemos reunir elementos de cada um dos relatos para compor um panorama geral e preliminar da situação das entidades ligadas aos movimentos sindicais e sociais em Sorocaba e região. A seguir apresentaremos algumas passagens dos relatos realizados, os quais foram sintetizados, tentando ser o mais fidedigno e seguindo como temas norteadores o histórico, conquistas e desafios dos Sindicatos e dos movimentos sociais de Sorocaba e região.

Gisele Leal, representando o MAHPS, fez um relato histórico do surgimento do grupo em 2001. O principal objetivo do MAPHS é apoiar as mulheres e profissionais ligados à gestação, parto e puerpério com base nas diretrizes do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), de forma que possam trabalhar para reduzir o número de intervenções de rotina, de cesáreas desnecessárias e de todas as suas consequências que, além de serem onerosas ao sistema público de saúde, comprometem a saúde da mulher e dos recém-nascidos, bem como só fazem crescer o número de complicações e mortes materno-fetal. A representante do MAHPS destacou em sua exposição a problemática de saúde em Sorocaba relacionada aos partos. Trouxe informações sobre o percentual de cesárias realizadas na cidade, sendo que nas instituições privadas são de 93% e no setor público são cerca de 50% dos partos. Ainda pontuou que a questão relacionada à humanização do parto inclui ações como incentivo ao aleitamento materno, lei do acompanhante, educação perinatal e assistência ao parto. Socializou informações de recursos recebidos pela Prefeitura Municipal de Sorocaba. Como desafio primordial do MAHPS foi colocado a importância em trazer recursos federais para implantação de programas oficiais já estabelecidos e ainda não implantados e implementados. Ainda como desafios surgem como intenções a inclusão das parteiras, doulas, entre outros profissionais, nos serviços públicos de saúde.

O Sindicato dos Médicos de Sorocaba, que esteve representado pelo seu atual presidente, dr. Antonio Sérgio Ismael, foi fundado em 1992 devido às grandes dificuldades de articulação com o Sindicato dos Médicos de São Paulo. Sua abrangência é a cidade de Sorocaba e Votorantim e aglutina cerca de 1.800 profissionais. Vale salientar que é o Sindicato com o menor número de associados do estado de São Paulo. Algumas ações vêm sendo pautadas por esse Sindicato, como a greve no atendimento aos usuários de planos de saúde, ocorrida em agosto de 2011. Relatou-se ainda que a Prefeitura Municipal de Sorocaba tem uma relação bastante difícil com o funcionário médico, visto que o pagamento é feito pela produtividade. Outra conquista relevante é a participação como membro do Conselho Municipal de Saúde. Entre os desafios postos estão a garantia dos honorários médicos conforme a tabela do Conselho Federal de Medicina (CFM) e a busca pela equidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Associação Raízes esteve representada na pessoa da sra. Regina Vieira Pedrozo, que também é conselheira do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba. Ela foi a terceira integrante da mesa a trazer seus relatos. Esse grupo teve sua fundação em agosto de 2005 e como meta busca a implantação da melhoria da saúde dos negros. Tem como marco inicial de sua luta o I Encontro Nacional de Quilombolas, ocorrido no município de Eldorado Paulista, em novembro de 2010. A tônica era o afastamento dos negros das políticas públicas. Tal Encontro de Quilombolas gerou uma carta aberta que foi apresentada durante o I Encontro UFSCar, o que de alguma forma já garantiu conquistas como a maior atenção dada aos quilombos. A região do Vale do Ribeira concentra um dos maiores quilombos do estado de São Paulo. O maior problema da saúde tipicamente relacionado aos negros é a anemia falciforme, problema esse que atinge até a quinta geração. No entanto, esse problema pode nos dar outra linha de discussão relacionada à dificuldade de admitirmos a miscigenação à qual todos brasileiros são passíveis. Os desafios prioritários a serem perseguidos pela Associação Raízes são a inclusão no “teste do pezinho” do exame eletroforese, que infelizmente só é feito quando a mãe é negra, o que leva ao atraso quando o tratamento se faz necessário, o projeto de conscientização aos profissionais de saúde sobre a anemia falciforme e ainda buscar a formação de um núcleo direcionado a saúde dos negros.

O dr. Paulo Kaufmann, representando o Sindicato dos Metalúrgicos, foi o quarto a debater o tema. Trouxe para a discussão a necessidade do fortalecimen-

to da implantação do Programa de Saúde do Trabalhador. Informou que no Brasil há cerca de 50 mil médicos do trabalho com o predomínio de um trabalho tecnocrata. Porém afirmou que, quanto maior a presença do profissional tecnocrata no âmbito da saúde, menor a autonomia do trabalhador sobre sua saúde.

A sra. Maria Aparecida Costa da Associação Afro Avante Zumbi iniciou sua fala trazendo um histórico da associação. Fundada em 2001 em Votorantim, a Associação agrega cerca de oito cidades da região. Como conquistas já alcançada pelo movimento pontuam-se a adoção do dia 20 de novembro como feriado em Sorocaba e a oficialização da semana da Consciência Negra também nesse município. Conforme relato da sra. Aparecida Costa, os maiores problemas relacionados à saúde a serem enfrentados são o tratamento adequado para a anemia falciforme e, em particular, o enfrentamento do nível da Previdência Social durante a crise falcêmica. Essa crise dura em torno de sete dias, e, muitas vezes, o paciente necessita ser internado e afastado do trabalho. Porém o afastamento é pontual nesse período de tempo, e a questão se faz com relação ao afastamento do trabalho. Para efeito da Previdência Social, o trabalhador portador de anemia falciforme e que apresenta crises falcêmicas recorrentes é considerado deficiente, e esse fator tem um impacto extremamente forte nas relações psicossociais do sujeito. Como ser considerado deficiente se somente na crise o sujeito fica impossibilitado de exercer suas funções laborais?

O FLAMAS esteve representado na pessoa do Sr. Sérgio Garcia. Ele relatou que o Fórum é constituído por profissionais ligados à área da saúde mental e militantes da área dos direitos humanos. Teve sua fundação no dia 10 de outubro de 2009. O foco de ação do FLAMAS é a luta por uma saúde pública de qualidade focada na saúde mental, orientada pelas diretrizes do MS. A cidade de Sorocaba e a região possuem cerca de 2.800 pacientes internados em hospitais psiquiátricos, onde mais de 70% desses pacientes são moradores, ou seja, estão internados há mais de um ano sem interrupção. O modelo de política pública adotado em Sorocaba na saúde mental é arcaico: encontra-se ainda fortemente organizada no modelo hospitalocêntrico. Além disso, os hospitais psiquiátricos descumprem a Portaria nº 251/2002<sup>2</sup>, do Ministério da Saúde, que estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria, reclassifica os hospitais psiquiátricos, define e estrutura a porta de entrada para as internações psiquiátricas na

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-251.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

rede do SUS. Todos os esforços do FLAMAS buscam a melhoria na assistência à saúde mental e a diminuição da segregação do paciente psiquiátrico.

A ATHUS, representada na pessoa do sr. Celso Aparecido Fattori Junior, é uma associação jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Foi fundada em 10 de outubro de 2008 com o objetivo maior de prestar assistência às pessoas com transtornos psíquicos, emocionais e neurológicos e ainda procurar mudanças na forma como são vistas pela sociedade, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida. Devido à necessidade efetiva da reintegração social de pacientes moradores portadores de transtornos mentais dos hospitais psiquiátricos de Sorocaba, possui, atualmente, quatro residências terapêuticas, onde são atendidas exclusivamente mulheres.

O SINPSI é uma organização de base estadual que representa os interesses da categoria por salários, remuneração condizente com sua formação e por condições adequadas de trabalho em amplo sentido: da jornada até as condições que permitam um exercício técnico e ético da profissão. O SINPSI, a partir de 1979, assumiu a vanguarda de debates que permitiram que a categoria ampliasse a sua inserção profissional. Ao final da década de 1980, os debates não estavam mais isolados apenas no setting analítico, mas se ampliavam para os debates sociais, buscando dar ouvidos à parcela da população que até então não havia sido alvo da escuta, da teorização e das intervenções dos profissionais da psicologia. Atualmente, o SINPSI é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), à Federação Estadual dos Trabalhadores em Seguridade Social (FETSS) e à Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI). No campo da saúde, o Sindicato tem envolvimento significativo no movimento da Luta Antimanicomial. Por meio de seu site, destaca as notícias sobre a temática, contribuindo para a publicação do relatório parcial do Levantamento de Indicadores sobre os Manicômios de Sorocaba e Região, ainda em processo de elaboração nesse momento (segundo semestre de 2011), buscando dar visibilidade à problemática de violação de direitos humanos nessas instituições, além de destacar a importância da discussão para a inserção profissional da categoria na atenção à saúde mental. Outra bandeira importante sustentada pelo SINPSI é com relação a não aprovação do “Ato Médico”, Projeto de Lei nº 268 de 2002<sup>3</sup>, que tramita no Senado atualmen-

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=53750](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=53750)>. Acesso em: 8 nov. 2011.

te, e do substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.703 de 2006<sup>4</sup>, que está na Câmara dos Deputados. Não se trata de um desrespeito ao trabalho do médico ou qualquer tentativa de diminuir sua função no trato das questões relativas à saúde, mas da defesa da importância fundamental do diagnóstico multidisciplinar, responsabilizado, como forma de trabalhar em direção à garantia da concretização dos princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

### Possíveis parcerias: proposições e encaminhamentos para uma saúde mais equânime em Sorocaba e região

Após a apresentação de cada uma das instituições participantes, foi sistematizado um conjunto de proposições e encaminhamentos resultantes das discussões iniciais à plenária de encerramento do evento. A seguir, estão listadas as propostas feitas: promover e aprofundar o diálogo sobre a consolidação do papel do movimento social na cidade de Sorocaba; fomentar uma maior participação das entidades nos conselhos municipais; garantir a continuidade dos encontros dos movimentos sociais e criar uma rede dos movimentos e entidades participantes, mediada pela UFSCar.

Essas sugestões, propostas e encaminhamentos foram apresentados na plenária final, que reuniu todos os participantes do evento.

### O histórico dos movimentos sociais e as questões relativas à saúde

Para melhor entendimento do lugar de onde os movimentos sociais e sindicais falam, segue um breve histórico sobre a questão proposta.

No século XX, a política de saúde no Brasil passou por profundas alterações: de simples assistência médica ao direito à saúde. Nesse panorama, a construção do SUS teve grande contribuição dos movimentos sociais, assim como a institucionalização da participação popular que, posteriormente, veio garantir o lugar de importância dos Conselhos de Saúde. Os Conselhos de Saúde são instâncias fundamentais na elaboração e execução de políticas de saúde dos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=339409](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=339409)>. Acesso em: 8 nov. 2011.

estados e municípios. Esses Conselhos são espaços institucionalizados de participação dos movimentos sociais no SUS.

Ainda no século XIX, os serviços de saúde surgiram no Brasil com uma organização precária, baseada na polícia médica. Nessa época, as questões de saúde eram responsabilidade exclusivamente individual, sendo o indivíduo o único capaz de garantir sua saúde através do “comportamento adequado”. Já às políticas públicas de saúde se ocupavam do controle das doenças epidêmicas, do espaço urbano e do padrão de higiene das classes populares.

Até 1930 a grande maioria da classe trabalhadora era excluída dos benefícios previdenciários, tendo que recorrer aos serviços públicos de saúde ou ao atendimento dos profissionais liberais. Somente os trabalhadores de algumas grandes empresas contavam com benefícios previdenciários e, em outros casos, pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

A partir de 1930, devido às reivindicações operárias pelo estabelecimento de leis que garantiam alguns direitos aos trabalhadores, consolidou-se a medicina previdenciária, que tinha como objetivo atender aos grupos mais organizados de trabalhadores urbanos. Com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), sob a condução do governo ficou notória uma tendência acentuada no sentido de efetivar o poder nacional centralizada. A organização técnica e financeira da estrutura organizacional dos IAPs era demasiadamente limitada, assim como a amplitude de sua cobertura populacional. Nessa perspectiva, o que vimos frutificar ao longo de boa parte do século XX foi uma crescente separação entre a área da saúde pública e o atendimento médico individualizado propiciado pela medicina previdenciária.

Impregnada de práticas clientelistas, típicas do regime político da época, a implantação dos programas e serviços de auxílio e de atenção médica tiveram essa marca na sua implantação, estendendo-se ao atrelamento dos sindicatos e dos Institutos ao estado, por meio do controle da seleção, eleição e formação dos seus dirigentes, bem como a participação e gestão nesses dois tipos de organização social. Tal controle se justificava pela nascente organização e mobilização de importantes parcelas de trabalhadores, desde as décadas anteriores.

Uma rápida expansão da medicina previdenciária ocorreu no período seguinte, permitindo o crescimento das redes públicas estaduais e municipais, di-

rigidas predominantemente ao atendimento do pronto-socorro e da população marginal ao sistema previdenciário.

Nessa época, as condições de vida da maior parte da população se mantiveram, mas a consciência da dificuldade dessas condições foi se tornando cada vez mais clara no período. Porém, em consequência da impossibilidade de soluções reais por parte das instituições, essa consciência originou um impasse nas políticas de saúde.

Uma saída histórica para esse impasse foi proposta pelo grande movimento social dos anos 60 no país, liderado e conduzido pelas elites progressistas que reivindicavam “reformas de base” imediatas, entre as quais uma reforma sanitária consistente e conseqüente (LUZ, 1991, p. 80).

O debate na esfera pública sobre o papel do Estado nacional na implantação de um sistema de saúde efetivo esquentou bastante e teve como marco a III Conferência Nacional de Saúde. A 3ª CNS ocorreu em 1963, após dez anos da criação do MS, e representou a proposta inicial de descentralização na área de saúde. Propôs que fossem definidas as atribuições dos governos federal, estaduais e municipais no campo das atividades de assistência à saúde, para que, inspirados nos pressupostos da reforma estudada, colocassem em prática a descentralização executiva dos serviços, com a efetiva participação dos municípios na solução dos problemas de saúde pública. Porém a reação das forças sociais conservadoras levou ao golpe militar de 1964, interrompendo o debate que vinha se dando até então.

Durante o período da ditadura militar teve como marca a completa reversão da tendência descentralizadora observada no período anterior. O regime militar propunha uma lógica em que a centralização tornou-se obrigatória.

A lógica centralizadora do período militar e a supressão do debate de alternativas políticas no bojo da sociedade permitiram que o governo federal implantasse suas reformas de cunho institucional, as quais afetavam profundamente os modelos de saúde pública e medicina previdenciária originados no período anterior.

Em meados da década de 1970, devido à forte pressão social, iniciou-se timidamente um tipo de abertura política. A partir desse período, começou a re-

organização do movimento social. O retorno da função política dos movimentos sociais e comunitários ocorreu nesse período e serviu de mote para a mobilização da população nas eleições de 1974 e das lutas pela redemocratização do país.

Os movimentos sociais assumiram uma função fundamental no período político vigente. Passaram a denunciar a situação falida da política de saúde pública e previdenciária de atenção médica, exigindo do poder público soluções para os problemas.

Nesse contexto somou-se o movimento dos internos e residentes médicos descontentes, que começaram a denunciar a má qualidade dos serviços médicos prestados à população.

O centralismo autoritário do regime militar estava sob forte crítica por parte dos cientistas, acadêmicos e tecnocratas progressistas que discutiam em congressos e seminários nacionais e internacionais a degradação das condições de vida da população, consequência da política econômica que levava ao milagre brasileiro. Esse grupo propunha alternativas para a construção de uma política de saúde pública verdadeiramente democrática.

No contexto de transição à democracia, eclodiu um processo que buscava a reformulação da política de saúde e que culminou com a proposta da Reforma Sanitária. Esse processo, autodenominado Movimento Sanitário, teve seu início em meados dos anos de 1970.

Paralelo a esse grupo, o Movimento Popular de Saúde adquiriu forças. Teve origem nos bairros pobres das periferias das grandes cidades e/ou nas favelas localizadas dentro dos grandes centros urbanos, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo em meados dos anos de 1970. O Movimento Popular de Saúde era composto por médicos sanitaristas, estudantes, religiosos, militantes católicos, integrantes de partidos políticos clandestinos e das populações carentes.

Nos anos de 1980, surgiram propostas de um modelo de saúde que tivesse tendo como base a democratização, com participação popular, a universalização dos serviços de saúde, a relevância do sistema de saúde e a descentralização.

Concomitante a esses acontecimentos, o MS convocou e organizou em 1980 a VII Conferência Nacional de Saúde, cujo tema foi os Serviços Básicos de Saúde. Apesar de não contar com a participação popular, com um plenário restrito aos técnicos da área da saúde, principalmente aos da saúde pública, o

debate centrado nos programas de extensão de cobertura das ações básicas de saúde possibilitou uma ampliação da discussão sobre a descentralização, tanto assistencial quanto organizacional, do modelo de atenção à saúde.

Já em 1986, com ampla participação popular, a VIII Conferência Nacional de Saúde discutiu amplamente os princípios da Reforma Sanitária, assim sintetizados: universalidade, participação popular, descentralização, equidade e integralidade das ações de saúde.

Em 1987, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o Movimento Sanitário buscou aliar-se com a frente parlamentar ligada à saúde, conseguindo garantir a aprovação do texto constitucional que afirmava ser a “saúde um direito de todos e dever do estado”, com a participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas de saúde e controle de sua execução, e que descentralizava os serviços por meio da implantação do SUS.

Na regulamentação desse dispositivo, a Lei Federal nº 8.142 instituiu que o SUS:

[...] contará em cada uma das esferas de governo, sem prejuízo das funções do Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- I - a Conferência de Saúde; e
- II - o Conselho de Saúde.<sup>5</sup>

Ainda a Lei nº 8.142 define que:

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2011.

De acordo com Doimo (1995, p. 114), o Movimento de Saúde no Brasil é “[...] o mais bem-sucedido movimento reivindicativo de ação direta, no que se refere à institucionalização de canais legais de controle e participação em políticas públicas”, entrando, assim, em uma nova fase: a fase propositiva e “[...] por aí tem de avançar, influenciando nas políticas públicas e desenvolvendo uma reflexão mais ampla rumo ao salto de qualidade” (DOIMO, 1995, p. 114)

Desde então a presença da participação dos movimentos sociais vem sendo fundamental para a implantação e implementação das políticas públicas de saúde. Muito ainda se faz necessário caminhar, mas é no debate das questões que se constrói uma sociedade mais democrática. A parceria entre a UFSCar e os movimentos sociais e sindicais pode vir a colaborar muito na região em relação ao avanço dessas questões.

### Referências bibliográficas

- FÓRUM DE LUTA ANTIMANICOMIAL DE SOROCABA – FLAMAS. *Levantamento de Indicadores sobre os Manicômios de Sorocaba e Região*. 2011. Disponível em: <<http://flamasorocaba.files.wordpress.com/2011/09/dossie-setembro-18-09-2011.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2011.
- COSTA, Nilson do Rosario. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” – anos 80. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. v. 1, n. 1, p. 77-96, 1991.
- RIBEIRO, Lúcia. Os movimentos sociais e sua relação com a questão da saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 264-275, jul./set. 1989.
- SOARES, Nina Rosa Ferreira; MOTTA, Manoel Francisco Vasconcelos da. *As políticas de saúde, os movimentos sociais e a construção do Sistema Único de Saúde*. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/as\\_politicas\\_de\\_s.html](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/as_politicas_de_s.html)>. Acesso em: 30 nov. 2011.
- STOTZ, Eduardo N. Movimentos sociais e saúde: notas para uma discussão. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 264-268, abr./jun. 1994.

# ATHUS — ATENÇÃO HUMANITÁRIA À SAÚDE

CELSO APARECIDO FATTORI JÚNIOR<sup>1</sup>

*Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos.*  
(Lao-Tsé)

## Histórico

A Associação de Atenção Humanitária à Saúde (ATHUS) é uma associação jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Foi fundada em 10 de outubro de 2008, com a união de 44 associados, e mantém sua sede social na Avenida Barão de Tatuí, nº 1051, sala 4, no centro de Sorocaba (SP).

Ela tem como principais propósitos prestar assistência às pessoas com transtornos psíquicos, emocionais e neurológicos e ainda procurar mudanças na forma como são vistas pela sociedade, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de suas vidas.

A Associação, dentre os seus projetos de atuação, implantou o referente às residências terapêuticas. Esse projeto é baseado na legislação federal, a qual propõe a criação de serviços residenciais terapêuticos, de acordo com a Portaria GM nº 106, de 11 de fevereiro de 2000, que rege sobre a “[...] necessidade de reestruturação do modelo de atenção ao portador de transtornos mentais [...]”

---

<sup>1</sup> Psicólogo com experiência em hospital psiquiátrico. Funcionário concursado do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes de Itu (SP). Um dos fundadores da Associação de Atenção Humanitária à Saúde (ATHUS), da qual é o atual presidente. E-mail: [fattorijr@yahoo.com.br](mailto:fattorijr@yahoo.com.br)

de garantir uma assistência integral [...] de humanização [...] melhoria de qualidade da assistência [...]”.<sup>2</sup>

Esse projeto de implantação dessas residências terapêuticas foi também baseado em proposta de apoio do governo estadual, no sentido de desinstitucionalização de pacientes de longa permanência nos hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo, a partir do Censo Psicossocial realizado em 2008.

Como resultado desse Censo, visualizamos que o município de Sorocaba possui nos quatro hospitais psiquiátricos (Hospital Psiquiátrico Jardim das Acácias, Instituto de Psiquiatria Prof. Dr. André Teixeira Lima, Hospital Psiquiátrico Vera Cruz e Mental Medicina Especializada Ltda.) um total de 1.396 leitos psiquiátricos, sendo que 1.039 são ocupados por moradores, ou seja, pacientes internados em tempo igual ou superior a um ano, a partir do dia 30 de novembro de 2007. Esse número de moradores acaba perfazendo um total de 74% dos leitos do município, ou ainda correspondendo a 16% de todos os leitos de moradores do estado de São Paulo.

## Conquistas

A ATHUS implantou quatro residências terapêuticas pela necessidade efetiva da reintegração social das moradoras portadoras de transtornos mentais, oriundas do Hospital Mental Medicina Especializada Ltda.

Essas residências terapêuticas são casas localizadas no espaço urbano. Cada residência acomoda até seis moradoras, com suporte profissional sensível às demandas e necessidades de cada uma delas. Além disso, são incentivadas iniciativas que facilitem a reinserção social dessas moradoras, tais como a capacidade de dialogar, dando atenção também à necessidade dos outros no lidar com frustrações e na aceitação de limites próprios ao dia a dia de qualquer cidadão, de modo que possam se tornar agentes de si mesmas futuramente.

No histórico dessas conquistas, em 8 de março de 2009, a Associação, em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, conseguiu a aprovação do projeto das residências terapêuticas.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=23119](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=23119)>. Acesso em: 7 nov. 2011.

Posteriormente, dando encaminhamento a esse trabalho, foi protocolado, em 12 de agosto de 2009, junto à Divisão Regional de Saúde da Região de Sorocaba (DRS-16), uma proposta à Secretaria Estadual de Saúde de incentivo financeiro para a implantação do projeto. E, em 21 de agosto de 2009, em reunião em Brasília (DF), junto a representantes da Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, a ATHUS defendeu o pedido de incentivo financeiro para a implantação do referido projeto. Tanto que, em 22 de setembro de 2009, foi realizado pelo Ministério da Saúde o crédito à Prefeitura Municipal de Sorocaba da verba de implantação de cinco residências terapêuticas.

Dando sequência, em janeiro de 2010, foram alugados quatro casas em um condomínio no bairro Wanell Ville. Em 24 de fevereiro de 2010, efetivou-se o contrato com a Prefeitura para implantação de quatro residências terapêuticas e consequente liberação da verba para a efetiva implantação do projeto, no sentido de compra do mobiliário para a recepção das moradoras.

Aguardou-se até 14 de maio de 2010, quando foram liberadas as primeiras 5 moradoras. Depois, em 6 de julho de 2010, outras 7 moradoras e, por fim, em 3 de agosto de 2010, mais 6 novas moradoras, perfazendo, portanto, um total de 18 moradoras, frente ao projeto implantado para 24 moradoras.

Das 18 moradoras liberadas para participar desse projeto, 10 não possuíam qualquer documento de identificação. A equipe conseguiu, em 30 de julho de 2010, recuperar a cidadania de duas moradoras, das primeiras liberadas, que eram consideradas ignoradas e que se encontravam internadas em regime pleno há 36 e 38 anos. Essas moradoras obtiveram, por meio do empenho pessoal do oficial do 1º Cartório de Registro Civil de Sorocaba, sr. Sebastião Santos da Silva, sua certidão de nascimento extemporânea. Posteriormente, em 20 de agosto de 2010, mais três moradoras receberam esse mesmo documento. E, por fim, em 19 de novembro de 2010, foram obtidas as últimas cinco certidões de nascimento extemporâneas.

Com isso, aos poucos, essas pessoas, a princípio sem certidão de nascimento ou outro documento qualquer, ganham seu espaço na sociedade. Hoje, já devidamente documentadas (certidão de nascimento, RG, CPF, Cartão SUS, conta bancária), podem usufruir dos benefícios decorrentes dessa cidadania, inclusive participando do Projeto de Volta Para Casa, com o benefício pecuniário mensal.

Dessa forma, ainda com supervisão, estão aprendendo a lidar com valores monetários, fazendo suas compras e adequando gastos ao orçamento.

As moradoras participam ainda de eventos sociais, tanto nas residências, comemorando os seus aniversários e datas festivas, como Natal, Páscoa etc., quanto em ambientes externos, tais como: restaurantes, pizzarias, igrejas, padarias, parques, zoológico, circo, cinemas, piscina, festa junina e, inclusive, viagens à praia, interagindo espontaneamente com as pessoas, descobrindo um mundo que muitas não conheciam, por causa da pouca idade que tinham na época da internação.

Enfim, entre tantas situações vivenciadas, essas moradoras comemoram as vitórias sobre as batalhas que gradativamente conquistam.

### Desafios atuais

A ATHUS visa, no momento, ao reconhecimento dos resultados do projeto por parte da Secretaria Municipal de Saúde e uma equiparação do valor das Autorizações de Procedimento de Alto Custo (APACs), que é de R\$ 25,30, pago como diária das residentes, com o valor das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), que varia de R\$ 35,58 a R\$ 49,70, valores esses das diárias psiquiátricas e diárias das moradoras das residências terapêuticas mantidas pelos hospitais psiquiátricos.

A Associação busca a continuidade do processo de reintegração social das moradoras já beneficiadas e ainda complementar e ampliar a capacidade operacional desse projeto, dando às outras moradoras de hospitais psiquiátricos a mesma oportunidade de reintegração social.

Por fim, a ATHUS pretende realizar campanhas com o propósito de minimizar os preconceitos e estigmas da sociedade em relação ao portador de transtornos mentais.

# MAPHS — MOVIMENTO DE APOIO AO PARTO HUMANIZADO EM SOROCABA

GISELE LEAL<sup>1</sup>

*Se quisermos mudar o mundo, há que  
se mudar a forma como nascemos.*  
(Michel Odent)

## Introdução

O Movimento de Apoio ao Parto Humanizado de Sorocaba (MAPHS) nasceu formalmente como movimento social em maio de 2011, a partir de uma passeata que fizemos na cidade de Sorocaba (SP), para comemorar o Dia Internacional da Parteira, no dia 5 de maio. Essa passeata aconteceu em várias cidades do Brasil como manifesto por melhorias no modelo de assistência à gestante, parturiente e lactante.

Após esse primeiro manifesto, que foi divulgado por jornais impressos e emissoras da cidade e região, reunimo-nos para traçar os objetivos e as estratégias do movimento.

O principal objetivo do MAPHS é apoiar as mulheres e profissionais ligados à gestação, parto e puerpério com base nas diretrizes do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), de forma que possamos

---

<sup>1</sup> Gisele Leal é bióloga, doula e graduanda em Obstetrícia pela Universidade de São Paulo (USP). Autora do blog Mulheres Empoderadas <<http://mulheresempoderadas.wordpress.com>>. Ativista da rede Parto do Princípio e do MAHPS. E-mail: giseleleal1976@yahoo.com.br

trabalhar para reduzir o número de intervenções de rotina, bem como cesáreas desnecessárias e todas as suas consequências, que, além de serem onerosas ao Sistema Público de Saúde, comprometem a saúde da mulher e dos recém-nascidos e só fazem crescer o número de complicações e mortes materno-fetal.

Nosso grupo, atualmente, é formado por profissionais da área, representantes da mídia e mães que conseguiram um parto humanizado.

Fazemos reuniões periódicas para discutir estratégias e diretrizes para tomarmos ações e, assim, promovermos as mudanças previstas nas diretrizes do MS, no modelo de assistência que temos hoje na cidade.

Há anos o Brasil vem aumentando caoticamente as taxas de cesáreas, na contramão do que recomenda a OMS. Fechamos o ano de 2010 com vergonhosos 53% de cesáreas, enquanto a recomendação da OMS é de 10% a 15% de cesáreas no total de partos. Se analisarmos os índices de cesárea no sistema privado, nos quais os partos são pagos pelos convênios, esse índice alcança inacreditáveis 85% ou mais, dependendo da região. A região Sudeste, onde estamos inseridos, é a campeã em cesáreas desnecessárias. Em Sorocaba, esse número chega a 90% no sistema privado, excluindo o Hospital Amigo da Criança.

A cesárea é uma cirurgia de grande porte, que submete o binômio materno-fetal a riscos como qualquer outra cirurgia. Por isso deve ser indicada quando há real risco de vida para mãe e/ou bebê, quando os benefícios da cirurgia são maiores do que os riscos que ela traz.

Infelizmente, o modelo de assistência à gestante, parto e puerpério em nosso país promove um deturpamento do que é direito da gestante e dever do obstetra. Nós, enquanto movimento, temos como objetivo mostrar à população que esse modelo vigente não é o único, que está muito longe do ideal e que países desenvolvidos, cujos governos atuaram fortemente na questão da assistência à gestação, parto e puerpério, centram o atendimento dessas mulheres na enfermeira obstétrica ou obstetriz, cabendo ao médico a intervenção com uso de tecnologias, quando há evidências de risco para mãe ou bebê.

Estamos alinhados com a rede Parto do Princípio, uma rede nacional de apoio à humanização do parto.

Portanto MAPHS e Parto do Princípio defendem e focam suas ações juntos a outros grupos de ativistas e apoio à gestação.

## Incentivo ao aleitamento materno

Tão caótico quanto os índices de nascimento no nosso país, encontra-se o índice de aleitamento materno. Enquanto a OMS recomenda amamentação exclusiva por seis meses e continuada com introdução de outros alimentos a partir dos 6 meses até 2 anos ou mais, nossa média nacional de aleitamento é de 54 dias apenas. Esse quadro agrava-se a cada dia com cada vez mais influência da industrialização de fórmulas infantis, livremente divulgada e promovida pela mídia e pelos pediatras.

Além da forte campanha que o governo federal tem veiculado na mídia, incentivando a amamentação, profissionais da saúde que atendem à mulher durante o período pré-natal, parto e puerpério precisam passar por reciclagem e voltar o atendimento ao que tem de melhor para mãe e para o bebê: o aleitamento.

Recentemente, o MAPHS recebeu votos de congratulações da Câmara Municipal de Sorocaba pela iniciativa do “Mamaço”. O “Mamaço” foi um manifesto pacífico que aconteceu no fechamento da Semana Mundial da Amamentação, no qual chamamos a atenção para a questão da licença-maternidade de 180 dias, manifestando apoio à PEC 515/2010<sup>2</sup>.

De acordo com a OMS e o MS, os bebês devem ser amamentados exclusivamente por seis meses. Porém a licença-maternidade só contempla 120 dias (quatro meses), deixando as mulheres no dilema entre a maternidade e o trabalho. Introduzir outros alimentos à dieta do bebê antes dos seis meses é fator que diminui sua imunidade e gera doenças, o que, de certa forma, prejudica a trabalhadora duplamente: tanto em sua vida profissional quanto no papel de mãe.

Hoje, servidoras públicas federais e algumas funcionárias de grandes empresas que aderiram a programas federais já gozam de licença de seis meses, sendo esse privilégio uma injustiça com as demais mulheres brasileiras.

Reivindicamos a inclusão e aprovação da PEC 515/2010, que aumenta para 180 dias a licença-maternidade, para que todas as mulheres possam decidir amamentar seus bebês até os seis meses pelo menos.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=484643>>. Acesso: 16 jun. 2011.

## Lei do Acompanhante

Repudiamos o descumprimento sistemático da Lei do Acompanhante no parto. Em 2005, foi promulgada a Lei do Acompanhante (Lei nº 11.108 de 2005<sup>3</sup>), que garante o direito de toda gestante escolher qualquer pessoa de sua preferência para lhe acompanhar antes, durante o trabalho de parto e na recuperação, seja parto normal ou cesárea.

Alertamos para o descumprimento sistemático desse direito de todas nós, mulheres. Nenhum hospital público ou privado de Sorocaba cumpre à risca essa lei.

Atribui-se a Vigilância Sanitária o dever de fiscalizar, advertir e multar o descumprimento da Lei do Acompanhante, conforme a Resolução RDC 36 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)<sup>4</sup>. A presença de um acompanhante promove uma série de benefícios à saúde da mãe e do bebê, conforme comprovado por inúmeros estudos científicos. Impedir a presença do acompanhante é mais do que descumprimento da lei; é ferir um direito das cidadãs e das famílias sorocabanas.

Entendemos que muitos hospitais precisam de adequação em suas estruturas e, por isso, precisam de um planejamento. Mas oras, essa lei está em vigor desde 2005! Há seis anos! E o que já foi feito aqui em Sorocaba para que essa lei fosse cumprida? Muito pouco!

No ano de 2005, a legislação vigente estabeleceu período de seis meses para que hospitais e maternidades se adequassem à Lei do Acompanhante. Seis anos se passaram, e, em vez de realizarem as adaptações exigidas por lei, mesmo diante dos recursos governamentais disponibilizados, os hospitais alegam falta de estrutura para receber os acompanhantes de escolha das parturientes, mesmo quando os serviços podem recorrer às alternativas de baixo custo (como divisórias de eucatex para preservar a privacidade de parturientes em enfermarias coletivas).

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2008/040608\\_1\\_rdc36.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2008/040608_1_rdc36.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

No mesmo âmbito, reivindicamos adequação da nova Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar à Portaria nº 2.418 de 2005<sup>5</sup> no que se refere ao tempo de cobertura do acompanhante da parturiente, de acordo com a Lei do Acompanhante.

A Agência Nacional de Saúde divulgou a redação da nova Resolução Normativa que contempla os procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos de saúde. Segundo essa nova redação, não há obrigatoriedade de cobertura das despesas do acompanhante conforme previsto pela Portaria nº 2.418 de 2005, que regulamenta a Lei do Acompanhante. Assim, as mulheres atendidas por plano de saúde permanecem vulneráveis quanto ao seu direito a um acompanhante de livre escolha, seja pela cobrança de taxa adicional para que o acompanhante possa permanecer com a mulher, seja pela limitação de tempo para permanência do acompanhante.

## Educação perinatal

A Prefeitura Municipal de Sorocaba deveria investir recursos para contratar e capacitar pessoal para a realização de grupos de apoio à gestante nas Unidades Básicas de Saúde.

O Programa de Pré-Natal não pode ser reduzido a breves consultas médicas para avaliar o resultado dos exames, mas sim o momento de preparo e apoio à mulher que está se transformando em mãe e que vai passar por inúmeras mudanças psicossociais em seu corpo e em sua vida durante e após a gestação.

As mulheres têm direito de conhecer a fisiologia do parto e compreender a importância e os benefícios do parto normal e da amamentação exclusiva até os seis meses, para que essas duas ações não lhes sejam impostas por políticas públicas e/ou costumes sociais.

A gestante bem informada tem maior responsabilidade sobre a sua saúde e a saúde do bebê. Dessa forma, ela se torna apta a participar ativamente do processo de gestação e parto, colaborando com a equipe médica, reduzindo o tempo de internação hospitalar, gerando, por consequência, redução nos

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-2418.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

gastos da saúde pública. Além dos benefícios para o sistema de atendimento, o preparo das gestantes também gera confiança, conhecimento e maior satisfação da mulher com relação ao atendimento obstétrico e ao processo de nascimento de seu filho(a).

São também estratégias para reduzir a vulnerabilidade das grávidas às cesáreas por conveniência médica, por conferir maior equilíbrio à relação entre paciente e profissional de saúde e também por desmistificar o processo de parturição. Essas informações são fornecidas de modo insuficiente pelos serviços obstétricos atuais.

Os grupos de apoio à gestante podem ser uma alternativa para realizar educação pré-natal, favorecer o empoderamento feminino, incentivar o parto normal e fornecer apoio ao enfrentamento das inúmeras mudanças psicossociais que as mulheres experimentam em seu corpo e em sua vida durante a gestação.

### Assistência ao parto

#### Solicitação para substituir o tipo de veste usada no pré-parto e parto

Quando dão entrada nos serviços de saúde para dar à luz, mulheres, frequentemente, relatam que se sentem constrangidas por serem obrigadas a vestir os aventais que deixam as nádegas à mostra. Em algumas cidades, como em Americana (SP), esses aventais foram substituídos por quimonos com abertura frontal, evitando constrangimento desnecessário e também facilitando a amamentação logo após o parto.

#### Apoio e incentivo à capacitação de doulas comunitárias voluntárias

As doulas dão apoio físico e emocional às mulheres durante o parto, e as pesquisas científicas indicam que sua presença é benéfica à evolução do parto fisiológico, tanto que na cartilha de diretrizes do MS há recomendação para que os serviços de saúde permitam a presença das doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto.

A doula comunitária voluntária é uma estratégia adotada em várias cidades do país para melhorar a experiência de parto e os resultados perinatais e também para realizar o controle social.

Apoio e incentivo ao trabalho de enfermeiras obstetras e obstetizas na

assistência ao parto normal de baixo risco em hospitais e maternidades

As enfermeiras obstetras e obstetizas são profissionais de nível superior, com capacitação para assistência e manejo do parto normal de gestantes de baixo risco. Essas profissionais podem oferecer atendimento de qualidade e segurança e, por sua formação focalizada no processo fisiológico do parto, constituem boa estratégia para favorecer o parto normal e reduzir a ocorrência de cesarianas desnecessárias. Essas profissionais estão aptas a identificar problemas de progressão no trabalho de parto, assim como a necessidade de intervenção por médico obstetra. Esse modelo de assistência é o modelo vigente em países desenvolvidos que atingiram excelentes resultados de redução de morbidade materno-fetal e complicações pós-parto.

Apoio e incentivo à construção e funcionamento de centros de parto normal: abertura do diálogo para participação das mulheres

Os Centros de Parto Normal (CPNs) são modelos de serviços de assistência ao parto mais adequado às gestações de baixo risco, adotados com sucesso em vários países e em algumas cidades do Brasil. Apesar de serem apoiados pelo Programa Federal Rede Cegonha, as discussões sobre a criação e o funcionamento desses centros foram emudecidos pelo corporativismo médico.

É necessário abrir o diálogo sobre os CPNs em sintonia com a estratégia saúde da família por meio de: promoção de seminários com o relato de experiências brasileiras de CPNs; promoção e divulgação de pesquisas nacionais e internacionais a respeito dos resultados perinatais dos CPNs, bem como da satisfação das mulheres atendidas nesses serviços; apoio e incentivo à participação de profissionais de saúde e suas respectivas classes, como as de enfermagem, obstetrícia e serviço social.

Reivindicação de atenção humanizada e baseada em evidências

Reivindicamos incentivo à implantação de atenção humanizada e com base em evidências científicas nos serviços de assistência à gestação, ao parto, nascimento e puerpério, conforme o preconizado pela OMS, com princípios reiterados pela Rede pela Humanização do Parto e Nascimento. Reivindicamos também pelo fim da violência institucional na assistência ao período reprodutivo.

Segundo pesquisas, 25% das mulheres relatam alguma forma de violência na atenção ao parto. São humilhações, ofensas, ameaças e mesmo agressões

físicas. Exigimos o fim da violência institucional na assistência ao período reprodutivo, que ocorre tanto no setor público como no setor privado.

#### Reivindicação da abolição da episiotomia de rotina – “pique”

Desde a década de 1980 há evidência científica sólida que recomenda a abolição da episiotomia de rotina. Contudo, o corte no períneo, também conhecido como “pique”, continua a ser realizado rotineiramente na assistência ao parto normal, sem qualquer indicação médica, sem aviso prévio à mulher e sem seu consentimento. Muitas vezes o corte na vulva e/ou sua sutura são realizados sem anestesia. Trata-se de lesão corporal grave e desrespeito à integridade e autonomia da mulher.

São necessários: atualização obrigatória e urgente dos profissionais e acadêmicos quanto às indicações baseadas em evidências; combate à episiotomia didática; intervenções educativas por meio dos conselhos regionais de medicina.

#### Reivindicação da liberdade de escolha da posição para dar a luz

A posição deitada de barriga para cima prejudica a dinâmica do parto, prejudica a saúde da mãe e prejudica, principalmente, a oxigenação do bebê, conforme atestam inúmeras pesquisas científicas.

A OMS recomenda que a mulher permaneça em posições não deitadas para o trabalho de parto e parto, com liberdade para se movimentar e mudar de posição. Porém mulheres continuam sendo obrigadas a deitar-se de barriga para cima para dar a luz, posição que só favorece ao conforto do médico.

### Políticas

#### Reivindicação de políticas para redução efetiva de cesáreas

De acordo com o mais recente relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Brasil possui a maior taxa de cesáreas do mundo. É necessário e urgente adotar estratégias efetivas para reduzir o índice de cesáreas desnecessárias. A cesárea é uma cirurgia de médio a grande porte. Submeter mulheres a cirurgias desnecessárias é uma violação do direito à saúde e à integridade corporal.

São necessários: capacitação e atualização de médicos e enfermeiros para realizarem assistência e manejo ao parto normal com qualidade e segurança;

atenção às orientações da OMS quanto ao manejo do parto normal; combate à cesárea por conveniência médica.

### Apoio e incentivo à participação das mulheres na definição e fiscalização de políticas de saúde da mulher

Devem-se criar fóruns com a comunidade local a partir da territorialização utilizada pela estratégia Saúde da Família no município.

Para isso, é preciso: capacitação dos agentes de saúde da família para promoção e divulgação dos fóruns, com a participação da população e de outros profissionais (assistentes de saúde, médicos, enfermeiros, gestores); desenvolvimento de estratégias de controle social; acompanhamento realizado por meio de visitas das mulheres à maternidade ou hospital de referência, entrevista com mães e profissionais sobre possíveis queixas e demandas.

### Reivindicação da implementação da Instrução Normativa nº 2 de 2008 da ANVISA<sup>6</sup> e

A instrução normativa estabelece indicadores para a avaliação dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal que seriam divulgados no site da ANVISA. Porém esses indicadores não estão sendo divulgados. A tabulação e divulgação desses índices são de extrema importância para a elaboração de políticas para melhoria da assistência à saúde da mulher.

Os indicadores são: taxa de cesárea; taxa de episiotomia; taxa de partos com acompanhante; taxa de mortalidade neonatal precoce; taxa de infecção puerperal relacionada a partos normais e cesáreas.

### Diversidade

É preciso ocorrer uma adequação à diversidade étnica e cultural na assistência à saúde da mulher, especificamente na assistência ao parto e nascimento.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/instrucao-normativa/13852-2.html>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

Algumas adequações simples já foram adotadas no interior de São Paulo para assistência ao parto de Guarani (Resolução SS 72/08<sup>7</sup>). É possível realizar assistência de qualidade respeitando a cultura de indígenas, ciganas e quilombolas.

## Conclusão

Nossos desafios são de longo prazo. Sabemos que estamos 30 anos atrás do movimento que mudou o modelo de assistência obstétrica em Londres, por exemplo. Países de primeiro mundo já adotam um modelo humanizado, que provam, por meio de resultados de redução de taxas de mortalidade materno-fetal e complicações de parto e pós parto, ser um modelo melhor do que o modelo intervencionista presente em nosso sistema de saúde.

Temos algumas ações em andamento para o próximo período de forma que possamos nos aproximar cada vez mais do nosso objetivo: garantir que as diretrizes do MS e da OMS sejam cumpridas pelos hospitais públicos e privados.

Queremos que Sorocaba siga exemplos de estrutura e modelo de assistência de hospitais e centros de parto normal que já existem em funcionamento no Brasil, por intermédio de ações que garantam que parte dos R\$ 9,6 bilhões destinados ao Programa Rede Cegonha venha para assistência à gestante de Sorocaba.

Podemos citar como excelente exemplo, em Belo Horizonte (MG), o hospital Sofia Feldman (público), e, em São Paulo, a maternidade São Luiz (privado). Ambos dispõem de salas de parto natural, com banheiras para banhos que aliviam a dor, incentivam a presença de doulas como parte da equipe e permitem presença de acompanhante de livre escolha da mulher durante toda a internação. Além disso, o parto natural é acompanhado por parteiras/enfermeiras obstétricas, e o obstetra só atua em caso de real necessidade.

Prover informações baseadas em evidências no momento mais importante da vida de uma mulher possibilita escolhas conscientes e, por conseguinte, a oportunidade de a mulher protagonizar e vivenciar uma gestação mais tranquila, refletindo uma experiência prazerosa, um parto mais seguro e o sucesso do aleitamento materno.

<sup>7</sup> Disponível em: <[ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe\\_eletronico/2008/iels.julho.08/iels131/E\\_RS-72\\_150708.pdf](ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.julho.08/iels131/E_RS-72_150708.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

# MOVIMENTO EM FLAMAS: O FÓRUM DA LUTA ANTIMANICOMIAL DE SOROCABA

CARINE GOTO HAINZ<sup>1</sup>

CAROLINA GOMES DUARTE<sup>2</sup>

SÉRGIO AUGUSTO GARCIA JUNIOR<sup>3</sup>

*Falaram-me em homens, em humanidade,  
Mas eu nunca vi homens nem vi humanidade.  
Vi vários homens assombrosamente diferentes entre si,  
Cada um separado do outro por um  
espaço sem homens.  
(Fernando Pessoa)*

O trágico cenário da precarização da saúde mental na cidade de Sorocaba (SP), ainda restrita ao modelo médico-hospitalocêntrico, não é novidade. No presente texto, faremos um breve esboço do movimento social intitulado Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS), que luta pela garantia da ocorrência da reforma psiquiátrica no município.

Para resgatar um pouco dessa história de enfrentamento à violação de direitos humanos dentro dos hospitais psiquiátricos, destaca-se o dia 10 de outubro de 2009, quando ocorreu a primeira reunião formal do FLAMAS no auditório da Casa do Cidadão, na Ordem dos Advogados (OAB) de Sorocaba.

---

<sup>1</sup> Psicóloga social e coordenadora de centro de referência da assistência social. Membro do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Membro do grupo de pesquisa Saúde Mental e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: carinesayuri@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Psicóloga da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Membro do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Associada da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPS). E-mail: carolina\_cgd@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Psicólogo e membro da comissão gestora do Conselho Regional de Psicologia (CRP), subsede de Sorocaba. Membro do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Associado da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPS). E-mail: sjgarcia5@hotmail.com

O FLAMAS começou a se constituir meses antes da primeira reunião formal e após encontros preparatórios dos quais participaram estudantes e profissionais de diferentes áreas, sobretudo da psicologia. O intuito era chamar a atenção das autoridades locais e gestores para a alta concentração de leitos psiquiátricos de longa permanência situados e distribuídos em sete hospitais na região de Sorocaba, bem como para a falta de políticas públicas, apoiadas pelo município, para a implementação de uma rede de assistência substitutiva aos manicômios.

Nesse contexto, passou a ser cobrada a efetivação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001<sup>4</sup>. Esses fatos tornaram-se públicos por meio de redes sociais e da grande mídia, tanto local quanto nacionalmente.

Trabalhando em parcerias e construindo uma rede de contatos com pessoas e instituições que lutam pelos direitos humanos e “por uma sociedade sem manicômios”, como preconizado pela reforma psiquiátrica, o FLAMAS cresceu como grupo e se remodelou com a divulgação de informações pela internet, por meio da construção de grupos virtuais e de um blog, que ultrapassou as expectativas e possibilitou dar voz aos familiares.

A aproximação dos familiares de pessoas em sofrimento psíquico com o FLAMAS, de fato, proporcionou acesso estrito e sensível à experiência dos que passam ou passaram por essas instituições asilares, onde sofrem ou sofreram pela desassistência promovida. Dessa maneira, o movimento social pode constituir um maior vínculo com os sujeitos vítimas dessa estrutura perversa, legitimando sua luta.

Vale ressaltar que o FLAMAS empenhava-se em realizar pesquisas para melhor conhecer essa realidade sorocabana. As iniciativas de investigação se fortaleceram com a entrada de um pesquisador experiente, o qual passou a coordenar a pesquisa referente ao grande número de hospitais e de leitos em Sorocaba e região. Posteriormente, foram contemplados os números de profissionais de nível superior em diversas áreas, dentro do quadro de equipe técnica desses hospitais, assim como as mortes que ocorreram no interior dos manicômios, montante de verbas repassadas a essas instituições e dados sobre a rede substitutiva local. A análise desses dados indicou que a rede de saúde mental existente era precária em número de equipamentos, profissionais, além de a rede substitutiva perpetuar o paradigma médico-hospitalocêntrico-medicalizador, já que continuaram vinculadas aos manicômios.

---

<sup>4</sup> Lei Paulo Delgado. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

Nesse caso ficou evidente que os equipamentos, ditos substitutivos, de saúde mental eram utilizados como camuflagem dos serviços manicomiais, como aconteceu com as comunidades terapêuticas nas décadas de 1960 e 1970.

Se as comunidades terapêuticas tinham como projeto ser a solução do problema manicomial e resolver a questão da liberdade no interior do hospício, quanto a isso fracassaram [...]. De fato, sabe-se que a experiência não teve impacto sobre o modelo e foi absorvida pelos manicômios privados não interessados em mudança, servindo ao marketing do manicômio, que incorporava um verniz moderno, sem deixar de ser conservador (TENÓRIO, 2002, p. 29).

Em outras palavras, no município temos a grande maioria dos serviços substitutivos sendo utilizados pelos manicômios, em uma tentativa de não perder o espaço no mercado de mercantilização da vida. Trata-se do sistema econômico vigente capturando as mais diversas formas de existência, objetificando, desassujeitando e gerando novas formas de relação interpessoal baseadas na extrema falta de solidariedade como adaptação a uma realidade opressora. A centralidade no paradigma psiquiátrico e na medicação produz a objetificação do sujeito, ou seja, não existe mais um ser humano, mas uma doença que precisa de medicamentos.

Com o apontamento desses dados, as irregularidades vieram à tona, junto com toda uma estrutura de violações e desrespeito ao ser humano. A primeira vez que essas pesquisas apareceram no meio acadêmico foi no X Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSOS) e intitulou-se: “Manicômios ou campos de concentração?: negligência e mortes nos hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba”, realizado em São Paulo entre os dias 14 e 17 de outubro de 2010 e reapresentado no XVI Congresso Nacional da ABRAPSOS no dia 13 de novembro de 2011, no qual comemoraram-se os 30 anos de existência dessa entidade da psicologia no Brasil.

Historicamente, o paradigma psiquiátrico preocupa-se com o processo saúde-doença-medicação para responder ao sofrimento psíquico e às demandas de subjetivação, causando uma objetificação da doença e do sujeito. Seus efeitos são de “[...] exclusão, clausura, medicalização, normalização, tamponamento, alienação” (COSTA-ROSA, 2002, p. 16).

O paradigma psicossocial vem substituir o paradigma psiquiátrico e compreende a descentralização psiquiátrica e medicamentosa, promovendo uma nova visão do conceito saúde/doença. A pessoa que precisa de cuidados deve ser compreendida em sua totalidade e, portanto, amparada de diversas formas. Daí a constituição de equipes multidisciplinares nos serviços substitutivos ao

manicômio para o trabalho na saúde mental. Tenta-se diminuir a crença na medicação milagrosa, inexistente, e trabalham-se aspectos psicológicos e sociais. O objeto passa a ser o sujeito em sua “existência-sofrimento” (ROTELLI, 2001, p. 32), “[...] e um sujeito do significante, um indivíduo com inconsciente, encarnado nas mais diversas figuras “sintomáticas”.” (COSTA-ROSA, 2002, p. 16).

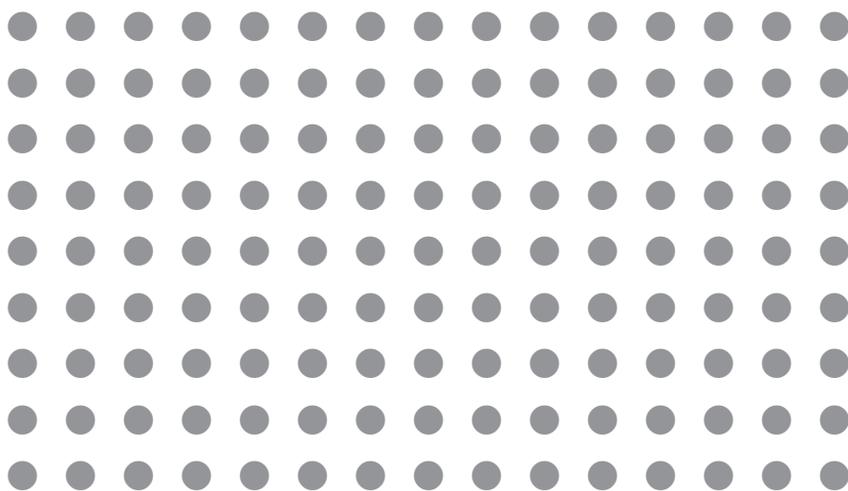
Essa mudança de paradigma não acontece por leis, mas por movimentos dos agentes sociais, sendo que a luta por hegemonia pode correr o risco de tornar-se exclusivamente política e ideológica – nesse caso, esquecendo-se novamente do seu propósito: enxergar os sujeitos excluídos na visão psiquiátrica. Nesse sentido, os movimentos sociais representaram a construção e embate de paradigmas. Para que um modelo substitutivo ao hospital e ao paradigma psiquiátricos esteja de fato nos moldes do paradigma psicossocial, deve haver a incansável e a permanente problematização das práticas, amparada por amplo material de conhecimentos. A construção de conhecimento, sobretudo científico, nos diversos aspectos da saúde mental, fortalece-nos enquanto sujeitos e subsidia o embate de paradigmas, ampliando a luta política e ideológica.

Não obstante aos avanços conquistados em termos de desconstrução de um modelo falido de assistência ao transtorno mental, bem se sabe que a constituição da cidadania implica um processo mais complexo de mudança de cultura e formas de subjetivação.

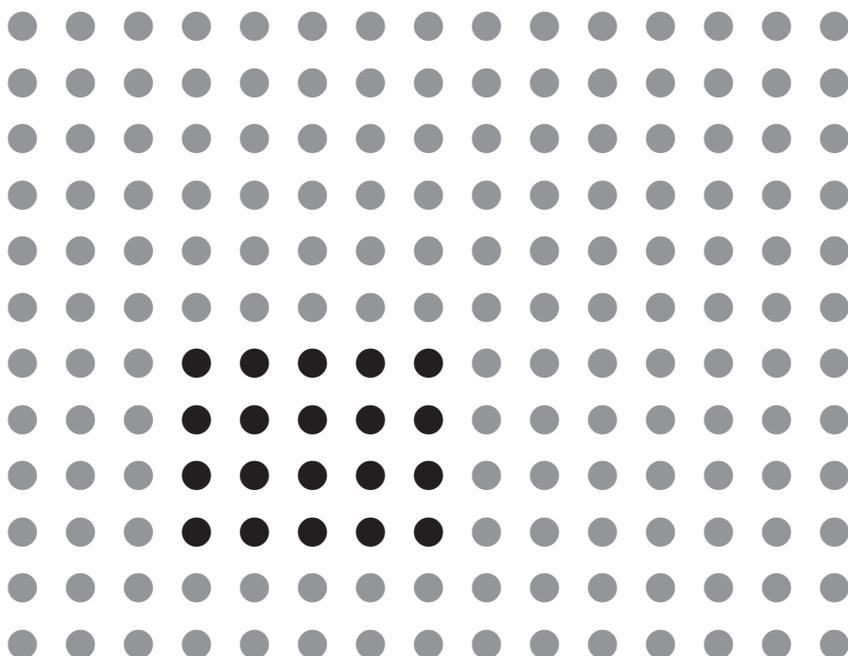
Assim, o FLAMAS ratifica seu compromisso de apresentar e discutir dados relevantes, frutos de pesquisas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e com a Lei nº 10.216/2001, prezando pela desinstitucionalização das pessoas em sofrimento mental atrelada à criação de serviços substitutivos eficientes, diversificados e comunitários que contribuam para a inclusão social e construção da cidadania.

## Referências bibliográficas

- COSTA-ROSA, Abílio. *A instituição de saúde mental como dispositivo de produção de subjetividade*. Assis: UNESP, 2002. (mimeo).
- ROTELLI, Franco; DE LEONARDIS, Otta; MAURI, Diana. Desinstitucionalização, uma outra via. In: NICÁCIO, Fernanda (Org.). *Desinstitucionalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-59.
- TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira de década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos, *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, jan./abr. 2002.



**Parte III**  
**EDUCAÇÃO**





# DIÁLOGO EM TORNO DA EDUCAÇÃO NO I ENCONTRO UFSCAR - MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA: REAFIRMANDO QUE UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL<sup>1</sup>

DULCINÉIA DE FÁTIMA FERREIRA PEREIRA<sup>2</sup>

*Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da bora atual, se põe a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas.*

(Paulo Freire)

---

<sup>1</sup> Quando falamos em “um outro mundo possível”, inspiramo-nos nos Fóruns Sociais Mundiais (FSM). “O FSM é um dos pilares do movimento global que, há cerca de dez anos atrás, começou a questionar a globalização neoliberal, a qual nessa altura emergia como expressão do triunfo histórico do capitalismo com a pretensão de prever o futuro de todas as sociedades do mundo. Ao pôr em questão o destino histórico que a globalização neoliberal proclamava simbolizar, o movimento de protesto e a formulação de alternativas então geradas apresentaram-se, desde o início, como um tipo de globalização alternativa e contra-hegemônica, baseada na articulação entre lutas locais, nacionais e globais, conduzidas por movimentos sociais e organizações não-governamentais, unidos pela convicção de que um outro mundo é possível” (SANTOS, 2005, p. 9).

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. Membro do Grupo de Pesquisa “Educação, Comunidade e Movimentos Sociais” da UFSCar-Sorocaba. E-mail: dulceferreira@ufscar.br

No I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, colocamo-nos como problema, indagamo-nos sobre o nosso fazer e estar no mundo. Antes de adentrar no espaço de discussão em torno do “Eixo Temático 3: Educação”, queremos destacar a potência desse acontecimento.

### A potência do encontro num cenário de políticas neoliberais

O fato de mobilizar e de colocar em diálogo diversos grupos, instituições, organizações não governamentais (ONGs) e Sindicatos em torno do que temos em comum – as consequências do capitalismo neoliberal atuando sobre todos nós, de forma assustadora, a precariedade do modo como temos vivido e o desejo de uma vida e uma sociedade melhor – já seria motivo digno de explicitarmos e reconhecermos o valor social e político desse I Encontro. No entanto, realizar tal ação de forma participativa e democrática em um contexto de políticas neoliberais é o que constitui, a meu ver, seu grande potencial.

A participação em um coletivo como esse abre várias possibilidades para maximizarmos o que nos une e diminuirmos o que nos divide; para cultivarmos as parcerias no lugar de alimentarmos as disputas pelo poder. É uma forma de nos “religarmos” às pessoas/instituições e grupos que continuam atuando em campos de resistência ao capitalismo global.

A potência do I Encontro também se revela na medida em que, ao nos aproximarmos, contribui com o fortalecimento das diversas experiências locais contra-hegemônicas, criando brechas para a construção de alternativas ao modo de viver instituído pelo modelo social e econômico neoliberal, no qual;

[...] os indivíduos estão cada vez mais isolados [...] São pessoas desenraizadas, sem pertencimentos. Uma sociedade onde incluídos competem em grupos seletos e muitos excluídos vagam e migram em diferentes áreas e espaços, porque são ‘sobrantes’ (GOHN, 2005, p. 97).

O traço político mais perigoso do neoliberalismo é que:

[...] ele se propõe como a alternativa possível, válida para toda sociedade. Articula-se, estreitamente, com a ideia de que a história já terminou e que o que temos a fazer é a repetição da consolidação do esquema ‘democrático’ liberal atual (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 81).

No entanto, nós sabemos que:

[...] a repetição do presente é a repetição da fome e da miséria para uma parte cada vez mais importante da população mundial, é a repetição de novos fascismos transnacionais, públicos e privados, que, sob a capa de uma democracia sem condições democráticas, estão a criar um *apartheid* global; é, finalmente, a repetição do agravamento dos desequilíbrios ecológicos, da destruição maciça da biodiversidade, da degradação de recursos que até agora garantiram a qualidade de vida na Terra (SANTOS, 1996, p. 16).

Não podemos nos esquecer de que o I Encontro aconteceu em um cenário em que a política econômica neoliberal vem, há mais de 20 anos, ditando as regras e impondo às economias nacionais como devem se organizar e se abrir para o mercado mundial. São regras claras e explícitas que diminuem o poder local:

[...] os preços locais devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização, a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais equivocadamente vulnerabilizados pela atuação do mercado (SANTOS, 2001, p. 35).

Embora tivéssemos vivido um período muito fértil de atuação dos movimentos sociais no Brasil em resistência à ditadura militar no final dos anos de 1970, com os movimentos contra o custo de vida, pela anistia, pela democracia e pela abertura política, e nos anos de 1980 com um enorme crescimento da organização popular e de suas experiências de participação política na sociedade<sup>3</sup>, o projeto neoliberal obteve vitória<sup>4</sup> na primeira eleição para presidente

---

<sup>3</sup> Pudemos ver nascer o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985. Além disso, em 1984, houve a luta pelas “Diretas” e, na sequência, o movimento em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou, em 1988, na nova Constituição

da república logo após a ditadura militar, com a eleição de Fernando Collor de Mello. Com essa vitória iniciou-se o processo rápido de sucateamento dos serviços públicos nas áreas sociais, seguido de segregação e exclusão<sup>5</sup>, além de diversas medidas e intervenções para conter a mobilização popular que vinha em um crescente.

No início da década de 1990, pudemos ver as medidas de reestruturação e flexibilização do mercado de trabalho que geraram o aumento de concentração de renda. Salários reais reduziram-se em magnitudes significativas. Muitos trabalhadores, que atuavam em setores com rendas mais baixas, acabaram buscando na informalidade, ou em serviços precários, possibilidades para sua sobrevivência.

Mesmo sofrendo alguns abalos, com as políticas neoliberais, os movimentos sociais encontraram forças e voltaram às ruas contra a corrupção e desvios de recursos públicos que envolviam diretamente o presidente. A campanha “Fora Collor”, que culminou no seu impeachment, em 1992, trouxe uma grande contribuição para a democratização do país.

Novas eleições foram realizadas, e, em 1994, mais uma vez o projeto neoliberal venceu as eleições com Fernando Henrique Cardoso, que realizou um governo totalmente articulado com a referida ideologia e a política do capitalismo globalizado, aprofundando ainda mais as políticas de exclusão social.

---

Nacional, conhecida como “constituição cidadã”. No ano 1989, tivemos a primeira eleição para presidente pelo voto direto, após longos anos de ditadura militar.

<sup>4</sup> A disputa de projetos políticos para a sociedade ficou explícita nas eleições presidenciais em que se opuseram Lula e Collor. “Esta eleição marca uma disputa muito acirrada pela hegemonia da sociedade, materializando-se pela oposição entre dois projetos políticos claros e distintos: o Projeto Neoliberal e o Projeto Democrático Popular. O Projeto Neoliberal, proposta das elites dominantes, traz como objetivo principal a chamada política de modernização da economia, construída sobre os pilares da privatização e desregulamentação. O Projeto Democrático Popular, proposta dos setores organizados do povo brasileiro, traz fundamentalmente o fim da submissão aos interesses externos (Fundo Monetário Internacional), a justa distribuição das riquezas produzidas, a garantia da igualdade de oportunidades e a elaboração de políticas sociais capazes de responder às demandas das camadas populares, gerando melhorias concretas em suas condições de vida” (MEB, 1993, p. 17).

<sup>5</sup> O conceito de exclusão é relativamente recente na linguagem das ciências humanas e sociais, embora por trás dele se esconda uma realidade nada nova. São por demais conhecidos os fatos da fome, da convivência com a injustiça, do não acesso aos meios de saúde e educação, da discriminação de raça e gênero, enfim, tudo aquilo que faz com que alguém seja “menos gente”. A linguagem nova é sinal de que essa mesma realidade se apresenta com cara diferente e, portanto, como um novo desafio prático e epistemológico (STRECK, 2001, p. 51).

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique, as orientações do Fundo Monetário Internacional passaram a interferir diretamente na formulação das políticas públicas internas. Nessa nova paisagem do estado brasileiro, reforçou-se o processo de privatização das estatais e sua ausência das responsabilidades sociais. Investiu-se no sucateamento dos serviços públicos e na privatização. Era preciso provar que o estado estava inchado e que o setor privado possuía mais competência para oferecer os mesmos serviços de modo mais eficiente, com melhor qualidade.

No campo da educação, silenciosamente, foram transformando o direito social à educação, garantido na Constituição Nacional de 1988, em uma mercadoria, um bem de consumo, algo que pudesse ser comprado de acordo com as leis do mercado.

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a idéia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma 'racionalidade' e uma 'vocação', capazes de levar ao crescimento econômico (SOARES, 2002, p. 40).

Hoje, deparamo-nos com escolas particulares para todos os níveis econômicos. O processo de privatização implantado vende a idéia de que quanto maior o poder de compra, maior a possibilidade de acesso a uma escola "melhor". "É evidente que a desigualdade assim gerada está relacionada com um conjunto de outras desigualdades de consumo (habitação, transporte, recreação, etc.), que são vividas pelos mesmos grupos sociais" (BALL, 2001, p. 211).

Nessa lógica, criam-se escolas pobres para os pobres e ricas para os ricos.

No campo da mobilização popular, a forma de atuar do capitalismo neoliberal afetou e abalou as bases dos movimentos sociais. Diante do desemprego, que se espalhou pelo país, os Sindicatos passaram por um processo de recuo nas negociações e na pressão política. As privatizações realizadas também abalaram a mobilização dos servidores públicos.

As consequências dessa política no humano foram e ainda são perversas, a tal ponto que a esperança de que um outro mundo é possível foi afetada. Muitos militantes e educadores passaram a se questionar sobre a viabilidade da transformação da sociedade. Vários foram capturados pela lógica do mercado, caindo na desesperança, no sentimento de impotência, entregando-se ao fata-

lismo, segundo o qual “[...] não é possível juntar forças indispensáveis para o embate recriador do mundo” (FREIRE, 1992, p. 10).

Em 2003, com o apoio de parcela significativa dos movimentos sociais, Lula assumiu a presidência da República, em um cenário de destruição do estado pelo capital internacional. Mesmo sob muitas críticas da burguesia, o processo de privatização foi estancado, e, assim, conseguimos vislumbrar algumas mudanças.

O governo retomou o investimento em políticas sociais, como é o caso do Bolsa Família<sup>6</sup>, e, no que tange à educação superior, podemos citar o PROUNI<sup>7</sup> e o REUNI<sup>8</sup>. Ao trazer para o estado a responsabilidade pela educação, como prevê a nossa Constituição de 1988, nessa gestão criou-se, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual reconhece:

[...] na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre a socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo (BRASIL, 2007, p. 5).

O governo Lula, por meio de uma visão sistêmica da educação, assumiu, com esse plano, trabalhar no sentido de superar algumas falsas oposições entre:

<sup>6</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Integra o Fome Zero, um programa que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

<sup>7</sup> O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096 de 2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

<sup>8</sup> A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

1. educação básica x educação superior;
2. atenção exclusiva ao ensino fundamental x descaso com a educação infantil e ensino médio;
3. ensino médio x educação profissional;
4. alfabetização x educação de jovens e adultos;
5. educação regular x educação especial.

O nível de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos e a mudança na rota, frente às questões sociais, iniciadas no governo Lula, foram reafirmados com a posse da presidenta Dilma, que assumiu o governo em 2011 e propôs ao país o “Plano Brasil sem Miséria”<sup>9</sup>. Essa opção também demonstra o compromisso dessa nova gestão com políticas sociais de inclusão, diferentemente do que ocorreu nos governos da década de 1990.

Esses exemplos, embora muito singelos, demonstram uma mudança de rota, um desvio no rumo das políticas públicas do Brasil, um país que cresceu e está realizando uma maior distribuição da renda, que voltou a se preocupar com as questões sociais. Sabemos que estamos bem distantes da sociedade que sonhamos, mas o importante é que a crença de que um outro mundo é possível voltou a ser um “inédito-viável”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o governo federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro. A expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza norteiam o Brasil Sem Miséria. Para isso, o plano prevê o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados, aliados à sensibilização, mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida. O objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. O Plano prevê o apoio à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Para esse público, está prevista a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitana. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

<sup>10</sup> “O inédito-viável não é uma simples junção de letras ou uma expressão idiomática sem sentido. É uma palavra na acepção freireana mais rigorosa. Uma palavra-ação, portanto práxis. Uma palavra epistemologicamente construída para expressar, com enorme carga afetiva, cog-

Após mais de 20 anos da instauração da política neoliberal, em nosso país assistimos a uma crise mundial, que confirma a inviabilidade do capitalismo globalizado. Os movimentos sociais retomam as ruas pelo mundo. No Brasil, embora tenhamos conseguido manter a política econômica que garante espaços para projetos sociais, com muitos sacrifícios, não podemos nos esquecer de que o capitalismo globalizado continua firme no seu propósito de produzir não apenas mercadorias ou uma forma de gerenciar a economia, mas modos de vida, modos de existência. Sabemos que a produção capitalista não tem como meta apenas a criação de objetos, mas também de sujeitos.

É nesse cenário de crise, de consumismo exacerbado, competição, individualismo, desvalorização das experiências locais e trivialização do sofrimento humano, que o I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba se apresenta como um campo contra-hegemônico, mobilizador da esperança – esse é o seu grande potencial.

Ao nosso ver, o processo democrático de organização do encontro, coordenado pelo Prof. Marcos Francisco Martins, e o engajamento tanto dos militantes dos movimentos sociais como dos estudantes e docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em torno de um projeto coletivo colocam em diálogo diversos atores sociais e as experiências locais. Possibilitam trocas so-

---

nitiva, política, ética e ontológica, os projetos e os atos das possibilidades humanas. Uma palavra que traz nela mesma o germe das transformações possíveis voltadas para um futuro mais humano e ético. Uma palavra que carrega no seu âmago, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontade e possibilidade de saber, fragilidade e grandeza humanas. Carrega inquietude sadia e boniteza arraigada na condição de ser-se homem ou mulher. Palavra na qual estão intrínsecos o dever e o gosto, como gostava de dizer Paulo, de mudarmos a nós mesmos dialeticamente mudando o mundo e sendo por esse mudado. Que traz na essência dela mesma o que sentimos, desejamos, lutamos e sonhamos. O que nos incomoda, nos inconforma e nos entristece nas fraquezas dos seres humanos levados pela ingenuidade verdadeira ou pela deformação da anti-eticidade. Uma palavra na qual cabe nela mesma a compreensão do tempo e do espaço, da denúncia e do anúncio. Tempo e espaço no qual impacientemente pacientes alimentamos a curiosidade epistemológica que deve levar aos conhecimentos filosófico e científico e estes à concretização da esperança ontológica e histórica através da criatividade transformadora dos sonhos humanos. [...] Palavra que, assim, criou uma nova epistemologia a partir dessa nova leitura de mundo esperançosa. Que nos induz, pois, a criarmos um novo homem e uma nova mulher para uma nova sociedade: mais justa, menos feia, mais democrática” (FREIRE, 2000, p. 15).

lidárias, reconhecimento e validação de saberes já existentes na comunidade. Abrem espaço para a constituição de parcerias e fortalecimento da mobilização popular contra a lógica do fim da história, mas da história como possibilidade de criação de outros modos de viver, outro modelo de sociedade.

Ao nos encontrarmos nos dias 1 e 2 de julho de 2011, além de fortalecermos as experiências de resistência à lógica capitalista neoliberal, pudemos realizar um trabalho arqueológico de escavar a nossa memória, buscando identificar na história elementos mobilizadores para nossa ação militante no mundo.

O I Encontro possibilitou-nos a aproximação, o diálogo e a releitura da realidade. Pudemos identificar na história das organizações e movimentos sociais envolvidos sua vinculação com processos de resistência que ocorreram em outros tempos da história. Pudemos compartilhar trajetórias de lutas, fragilidades e potencialidades. Validamos saberes e tecemos novas redes de solidariedade entre os grupos. Podemos dizer que fortalecemos o nosso potencial de resistência ao capitalismo neoliberal.

Esse I Encontro nos apontou pistas de que os movimentos sociais, as lideranças comunitárias, os educadores, pessoas inquietas, engajadas e comprometidas, movidas pela crença de que a história não chegou ao seu final, estão novamente retomando o cenário político e social. Partimos de algo muito simples, que nos aproxima e nos une, aquilo que nos é comum: o nosso desejo de viver melhor, de criar outros modos de existência, uma sociedade mais justa e humana.

Para a realização desse “sonho possível”<sup>11</sup>, a educação é fundamental, pois uma das tarefas essenciais nesse momento é “romper com a lógica do capital internalizada” (MÉSZÁROS, 2005). Essa tarefa exige de nós habilidades que ainda estamos a desenvolver. Para isso, revisitamos as experiências de mobilização popular, analisando com maior acuidade as artimanhas das políticas de desmobilização social, e fortalecemo-nos a partir do que temos em comum: a precariedade que nos assola e o desejo de viver em um mundo mais justo e humano.

---

<sup>11</sup> “Nós que temos compromisso com um mundo melhor, que sentimos hoje mais do que nunca que nossos sonhos estão sendo “*rasgados*”, que, mais uma vez, procuremos em e com Paulo re-fazer socialmente os *sonhos possíveis* de transformação, pois sabemos que só aparentemente eles foram “*desfeitos*”, pois *sonbar* é destino dado. Isto é, estamos irremediável e felizmente “condenados” todos e todas que se *existenciaram*, que se fizeram por milênios de séculos seres humanos, a *sonbar*. A *sonbar* os sonhos humanizadores” (FREIRE, 2001, p. 20. grifos do autor).

No I Encontro, dialogando sobre educação, pudemos reafirmar que um outro mundo é possível.

## UFSCar e movimentos sociais entre o ensino, a pesquisa e a extensão

*[...] não se faz pesquisa, não se faz docência como não se faz extensão como se fossem práticas neutras. Preciso saber a favor de que e de quem, portanto contra que e contra quem, pesquiso, ensino ou me envolvo em atividade mais além dos muros da Universidade.*

(Paulo Freire).

A UFSCar tem, durante seus 40 anos de existência, desempenhado seu papel de promover e divulgar a produção do conhecimento e da cultura. No *campus* Sorocaba, fundado em março de 2006, vivemos o desafio de dar continuidade a essa trajetória, criando uma cultura universitária que integre a formação acadêmica, profissional, cultural, política, ética, estética e humana, que estabeleça diálogos com os diversos setores da sociedade, colocando a universidade em contato e a serviço da comunidade.

Reafirmando o compromisso da UFSCar com a sociedade, docentes e discentes perguntavam-se sobre como tecer a aproximação do *campus* Sorocaba com a comunidade local, de modo a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, presente no plano de desenvolvimento institucional da UFSCar – princípios, diretrizes gerais e específicas aprovados em 2004.

Sob a liderança do Prof. Marcos Francisco Martins, iniciamos as primeiras discussões e fomos, gradativamente, estabelecendo contato com os movimentos sociais, Sindicatos e ONGs da região, que prontamente aceitaram o convite para contribuir na organização do I Encontro. De forma participativa, vários encontros ocorreram. Esse processo foi dando suporte para a elaboração do projeto de extensão para a realização desse I Encontro.

É importante ressaltar que as atividades de extensão nos possibilitam romper com a lógica dominante que separa universidade e comunidade. A partir da extensão, podemos estabelecer novas relações comunitárias e outras formas de produção de conhecimento, acompanhamento de processos, bem como de intervenção na sociedade.

Ao ir ao encontro da comunidade, a universidade contribui para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que se realimenta e revitaliza o modo como vem produzindo ensino e pesquisa, pois os projetos de extensão são, na verdade, ações processuais e contínuas de caráter educativo, cultural, científico.

Quando um projeto é construído e acompanhado coletivamente, ele responde melhor às necessidades da comunidade, desse modo a universidade atua mais como parceira, como “colaboradora” na produção ou validação de saberes, e não como doadora de conhecimentos. A meu ver, como docente, extensionista e pesquisadora do grupo de pesquisa “Educação, comunidade e movimentos sociais”<sup>12</sup>, foi isso que aconteceu.

No que tange à nossa ação no mundo, podemos dizer que o conhecimento é gerado e produzido na tensão ação-reflexão-ação, ou seja, é na relação entre a experiência, o saber e o não saber que buscamos respostas ou saídas para as inquietações ou questões que nos afligem; ao nos perguntarmos e nos movermos para além da aparência das coisas, ao investigarmos, criamos novos conhecimentos.

Esse trabalho de extensão fomentou muitas perguntas, inclusive algumas já foram respondidas por meio de pesquisa realizadas durante o I Encontro.

A ideia desse I Encontro é fortalecer as experiências aqui na região de Sorocaba, promover encontro da universidade com a comunidade local, resgatar a história, as conquistas e os desafios dos movimentos sociais na região e, depois, pensar desafios e possibilidades de parceria no campo da educação e dos movimentos sociais e sindicais.

## Diálogo em torno da educação no I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba

Ao nos encontrarmos em uma mesa-redonda para compartilhar experiências e dialogarmos em torno da educação, pudemos conhecer um pouco mais a realidade que nos inserimos. O debate que travamos aconteceu com o foco em dois campos de análise, específicos e interligados: o primeiro são as nossas experiências, e o segundo, as teorias.

---

<sup>12</sup> O grupo de pesquisa “Educação, Comunidade e Movimentos Sociais” foi criado no ano de 2010 como parte do desafio de criar um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação na UFSCar, *campus* Sorocaba.

As apresentações ocorreram de modo singular, sem a preocupação de maquiar as vivências. Os representantes compartilharam trajetórias, fragilidades e potencialidades da instituição ou grupo que representa. Essas práticas historicizadas serviram de matéria-prima para realizarmos as reflexões sobre educação e sua relação com a sociedade. Pudemos confirmar que:

[...] as determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais (MÉSZÁROS, 2005, p. 43. grifos do autor).

Também confirmamos nos relatos das experiências e nas teorias o que Barros e Abdalla (2004) vêm discutindo: se é verdade que o modo de produção capitalista atua sobre nós, tentando naturalizar situação vivida de submissão e repetição, fragilizando o potencial de autonomia do trabalhador, mas que isso não significa que ocorra o sufocamento absoluto dos processos inventivos e de resistência. “O engessamento das ações não se efetiva de forma tranqüila, ou seja, a submissão nunca é total, absoluta” (BARROS; ABDALLA, 2004, p. 110)

Isto significa responder à capacidade humana de decidir, de optar, submetida embora a condicionamentos, que não permitem a sua absolutização. Significa ir mais além de uma explicação mecanicista da História. Significa assumir uma posição criticamente otimista que recusa, de um lado, os otimismo ingênuos, de outro, os pessimismos fatalistas. Significa a inteligência da História como possibilidade (FREIRE, 2000, p. 100).

Nessa mesa pudemos confirmar, que “[...] processos desobedientes [estão] colocando em questão a ditadura da desesperança em curso” (BARROS, ABDALLA, 2004, p. 111). A meu ver, nossa teimosia em resistir se apoia na ideia de que, se foram os seres humanos que criaram essa sociedade, nós também temos o potencial de reinventá-la. “O mais importante da palavra “reinventar”, é a ideia de que a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diverso, até oposto” (BRANDÃO, 1984, p. 99).

É preciso destacar que a educação é uma invenção humana, ela carrega consigo projetos de sociedade e de seres humanos. Sempre acontece de modo

a responder a alguns interesses políticos, sociais e econômicos, de uma certa época e de uma certa sociedade. Nunca é neutra nem desinteressada; é nesse sentido que reafirmamos a politicidade da educação. Afinal, “[...] a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1987, p. 29).

Os processos educativos nos acompanham por toda a vida, estão em toda parte, não apenas dentro das escolas. Eles também ocorrem em espaços não escolares e de modo informal: “[...] aprende-se a todo momento, mas o que se aprende depende de onde e como se faz este aprendizado” (MÉSZÁROS, 2005, p. 16).

Na mesa de diálogo em torno da educação não nos esquecemos de que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Nós, que nascemos e vivemos no mundo ocidental capitalista e fomos educados dentro dessa lógica, muitas vezes temos a impressão de que o modelo que conhecemos é o único modo de existir. Fomos sendo constituídos a partir de uma forma de funcionamento da sociedade.

A educação que serve aos interesses do capitalismo, que ainda possui hegemonia em nossas escolas, é aquela que Freire chamou de educação domesticadora ou “educação bancária”<sup>13</sup>. Sabemos que toda concepção pedagógica carrega uma concepção de mundo e de ser humano. Nesse caso, o que interessa ao ca-

---

<sup>13</sup> Educação bancária “[...] faz do processo educativo um acto permanente de depositar conteúdos. Acto no qual o depositante é o ‘educador’ e o depositário é o ‘educando’. A concepção bancária, ao não superar a contradição educador-educando, mas, pelo contrário, ao enfatizá-la, não pode servir senão à ‘domesticação’ do homem. Da não superação dessa contradição decorre que o educador é sempre quem educa; o educando, o que é educado; a) que o educador é quem disciplina; o educando, o disciplinado; b) que o educador é o que fala; o educando, o que escuta; c) que o educador prescreve; o educando, segue a prescrição; d) que o educador escolhe o conteúdo do programa; o educando o recebe na forma de “depósito”;

pitalismo é fazer dos sujeitos sociais meros objetos de reprodução desse modelo de sociedade. Interessa o embrutecimento das pessoas, e não a sua emancipação.

Se realmente desejamos reinventar a educação e a sociedade, precisamos nos fazer a nós mesmos como problema, como propunha Freire no início deste texto! Precisamos nos perguntar:

- Para onde devemos levar e conduzir os processos educativos que nos envolvemos?
- Por que educamos?
- Para quem educamos?
- A serviço de quem?
- Contra quem?
- Como educamos?

Movidos por nossos sonhos, iniciamos o diálogo!

Parodiando o poeta Thiago de Mello (2002, p. 99), sabemos que não temos um caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar! Aprendemos, o caminho nos ensinou a caminhar cantando, como convém a nós e aos que vêm conosco...

### Debate em torno do “Eixo Temático 3: Educação”

*Pois aqui está a minha vida.  
Pronta para ser usada.  
Vida que não se guarda  
nem se esquivava, assustada.  
Vida sempre a serviço da vida.  
Pra servir ao que vale  
a pena o preço do amor.  
Ainda que o gesto me doa,  
não encolho a mão: avanço  
levando um ramo de sol.  
Mesmo enrolada em pó,  
dentro da noite mais fria,  
a vida que vai comigo é fogo:  
está sempre acesa.  
(Thiago de Mello)*

---

e) que o educador é sempre quem sabe; o educando, o que não sabe; que o educador é o sujeito do processo; o educando seu objeto” (FREIRE, 1974, p. 14).

Para compartilhar a vida a serviço da vida, cinco experiências diferentes e singulares estiveram presentes em torno da mesa 3, cujo tema era “Educação”. Todas dispostas a apresentar sua trajetória de luta, os desafios que enfrentam e as formas de resistência que criam para permanecer na caminhada em busca de um mundo mais justo e mais humano.

Pudemos conhecer os trabalhos realizados e tecer novos elos de aproximações entre as instituições/pessoas/experiências envolvidas que resistem à lógica do fim da história na região de Sorocaba. Esse primeiro contato disparou um processo de colaboração, de trabalho colaborativo, abriu janelas para a criação e fortalecimentos das redes já existentes no campo da educação.

A seguir socializaremos um pouco do diálogo das pessoas e instituições/movimentos presentes: André Mazzini, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP/Sorocaba); Mariana Martha, do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba (Projeto Cultural Quilombinho); Paulo Gil, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba; Michel Serigato Mansano, orientador pedagógico do Centro de Atividades e Estudos em Educação Pública (CAEP) do município de Sorocaba; Duda, do Rasgada Coletiva.

Iniciamos com a apresentação dos participantes da mesa que representavam as entidades presentes, seguindo o seguinte roteiro combinado durante a organização dos trabalhos: uma breve apresentação do histórico, das dificuldades e formas de resistência.

O primeiro a se apresentar foi Michel Serigato Mansano do CAEP. Conforme relatou, o CAEP começou a se organizar em setembro de 2010. No que se refere à sua história, afirma que estão apenas engatinhando, mas já possuem vários planos e desafios.

O CAEP nasceu da necessidade de reflexão de alguns educadores nos ambientes escolares. É formado por professores, mas, principalmente, orientadores pedagógicos. Seu foco é a educação pública, e as discussões giram em torno dessa temática.

Iniciaram-se as discussões refletindo sobre questões relacionadas ao município, mas no decorrer dos debates as temáticas foram se aprofundando e tomando outro corpo. Os integrantes perceberam que o debate em torno da educação ia além do município, então se discutiram temáticas nacionais e internacionais.

As reuniões acontecem mensalmente, com a contribuição de professores que atuam tanto no ensino fundamental como em faculdades. O CAEP iniciou os trabalhos com 8 educadores, passou para 20 e, atualmente, são 15 pessoas participando.

O CAEP vem tentando construir sua identidade. Quer sair do eixo Sindicato/associação e ver de que maneira pode atuar na sociedade de maneira mais competente.

Nessa busca, o grupo já possui algumas certezas. Uma delas é que se definem pela liberdade de expressão dos participantes; é um grupo político, mas não é partidário, pois não gostam de ficar atrelado a um partido político.

Como a maioria trabalha em escolas, cada um faz a sua parte na formação dos professores, que ocorre nos HTPs ou reuniões pedagógicas. O representante do CAEP disse: *Estamos nos aprofundando nos estudos educacionais*. Ele destacou um filme chamado “O pequeno grão de areia”, que conta a história de educadores mexicanos em defesa da educação. Afirmou que alguns momentos do filme revelam exatamente o que se está tentando trabalhar: criar uma corrente para que se possa trabalhar juntos e buscar alternativas e soluções.

O segundo a compartilhar a experiência educativa nos movimentos sociais foi Paulo Gil, representando o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba. Sua apresentação destacou, mais especificamente, a formação profissional e sua relação com a educação. Afirmou que o Sindicato tem uma visão, um conceito de Sindicato Cidadão, ou seja, um Sindicato que vai além das demandas específicas da categoria, atuando também em questões da sociedade como um todo.

Um exemplo citado é que o Sindicato atua tanto na área de segurança alimentar, com os bancos de alimentos, como na qualificação profissional que está articulada à educação.

Esse conceito de Sindicato Cidadão entende que o trabalhador não se constitui como tal apenas no seu local de trabalho, mas também no local onde vive. Por esse motivo e por pensar o desenvolvimento econômico que integre a inclusão social é que o Sindicato busca ser atuante nas questões sociais de Sorocaba e região.

Falando mais especificamente sobre a qualificação profissional, identificou como ponto mais visível, que se articula com a educação, o ensino profissionalizante, seja o ensino técnico ou outros projetos.

Segundo o expositor, hoje existem alguns programas do governo federal que contemplam a qualificação profissional e a educação, como o ProJovem e o Segundo Tempo.

O Sindicato tem um programa de certificação profissional/escolar com o objetivo de reconhecer e formalizar os saberes que os trabalhadores já têm. Por meio desse programa, certificam os saberes da experiência gerados no próprio trabalho e ampliam o nível de escolaridade.

Ressaltou que no Brasil existem diferentes ideias sobre os programas de qualificação. Há os que olham para a qualificação apenas como preparação para atuação no mercado de trabalho. Nesse modelo, a formação significa apenas preparar o trabalhador para o conjunto de atividades relacionadas àquelas ocupações disponíveis.

Destacou que a qualificação não gera a ocupação; é preciso ter a oferta da ocupação para qualificar. Nos anos de 1990, como não observamos crescimento econômico, era comum ouvir um discurso muito forte, afirmando que as pessoas estavam desempregadas por falta de qualificação profissional, atribuindo a responsabilidade pelo desemprego ao próprio desempregado. No entanto, se uma economia não gera ocupação, o desemprego é determinado pelo contexto, e não por falta de qualificação profissional do trabalhador. O problema é social, e não individual.

Nesse contexto criou-se o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) com uma desarticulação com o mercado. Esse programa estabeleceu uma meta de qualificar 20% da mão de obra. Com o Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), os recursos para a qualificação aumentaram, e o Sindicato passou a ter uma fonte estável para os projetos de formação, mas os cursos oferecidos não tinham relação com o mercado de trabalho. Eram realizados apenas para ocupar o tempo dos trabalhadores desempregados. Nesse contexto, o Sindicato enfrentou problemas como o da evasão.

Durante esse percurso, identificou-se que um dos problemas nos projetos de qualificação profissional era a não participação dos trabalhadores no processo de pensar o conteúdo da formação, pois, ao pensar o processo de formação, o trabalhador participa tanto da produção do conhecimento que se gera no trabalho como também produz novos conhecimentos, uma vez que a qualificação vai muito além das tarefas do cotidiano do trabalhador.

A partir de 2003, buscou-se uma reformulação no sistema público nos processos de formação do trabalhador, fortalecendo e incorporando o trabalho com temas como cidadania e a maior participação dos Sindicatos.

Um dos sonhos que surgiu, em 2005, dentro da política pública nacional de qualificação foi o Plano Setorial de Qualificação Profissional (PLANSEQ), destinado aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que procura articular desenvolvimento, economia, qualificação e participação. Ele é elaborado dentro de uma demanda de um determinado setor, como foi o caso do PLANSEQ 2006, em Osasco (SP) e Sorocaba (SP).

A partir de uma demanda de vagas, pensa-se a formação específica. Esse formato exige a participação do setor patronal, poder público e dos Sindicatos. Mas a execução dos cursos foi realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que vê a formação como uma questão técnica. É um formato muito rígido para o trabalhador que tem dificuldade de repor uma aula, de horários. Dentro desse processo, foram qualificadas 722 pessoas.

Segundo Gil, o que ajuda a romper a dicotomia tecnicista é a participação do Sindicato no processo de formação. O desafio é conseguir articular o desenvolvimento regional, a qualificação e a participação dos atores.

A relação da educação com a qualificação profissional no Sindicato se dá pelo PLANSEQ, por meio de alguns cursos. O Sindicato também está articulado com a Associação Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (ANATEC), que tem atuado na ampliação das unidades físicas das escolas técnicas do governo federal.

Sobre os recursos destinados à qualificação, afirmou que 2/3 são destinados ao “Sistema S”, que deve atender tanto aos estudantes da rede de ensino público como aos segurados do desemprego com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e com Bolsa Família.

Destacou a importância da universidade nessa mesa, pois, além das reflexões, pode auxiliar com pesquisas que auxiliem nas políticas públicas e nas ações sindicais.

Representando a APEOESP/Sorocaba estava André Mazzini. Ele iniciou sua apresentação agradecendo o grupo “Escola da Luta”, que, atualmente, dirige o Sindicato dos professores em Sorocaba. Parabenizou a UFSCar pela iniciativa de realizar o I Encontro. Percebeu que a intenção da comunicação era a de ir para além da diversidade política. Destacou que nessa aproximação devemos buscar

a unidade frente à lógica capitalista, que se colocou sobre nós como um “tsunami”, que de um modo ou de outro interfere na nossa vida e na vida de todos trabalhadores, assim como na sua forma de organização.

Disse que, além da diversidade, devemos buscar a unidade, pois acredita que o nosso inimigo é a lógica global do capitalismo, a qual, por sua natureza expansionista, de forma combinada se manifesta no mundo e interfere em nossas vidas.

Comentou que passou a perceber essa lógica interferindo em sua vida quando trabalhava como boia-fria nas lavouras de algodão, no Paraná. Naquele momento, percebia, mas não entendia muito bem como esse processo podia interferir na sua vida e na vida de sua família, quando a família veio para Sorocaba, em 1996, aos pedaços. Porque esta é a lógica do capital no campo: fazer com que os trabalhadores rurais venham aos pedaços para a cidade. Muitos ainda persistem e lutam como os trabalhadores sem terra ou também buscam outras formas de luta na cidade se unindo a outros movimentos sociais. Inicialmente, sentia essa lógica sem compreender.

Começou a compreender quando iniciou o curso de geografia e mais tarde como professor de geografia. Desde a 5ª série queria ser professor, mas quando foi se inscrever no vestibular uma professora lhe disse: *Filho, faça geografia e você vai entender por que não é ninguém e vai continuar sendo ninguém, mas poderá saber por que não é e, então, terá mais força para lutar diante da vida.*

A partir desse momento não teve dúvidas e foi fazer geografia. O conhecimento foi se apresentando como arma de luta. Há um bom tempo que encara o conhecimento como arma de luta. A sua prática parte desse princípio.

Na lógica capitalista o conhecimento não é socializado da mesma forma para todos nós – trata-se de lutarmos para que isso ocorra. Ao contatar alguns Sindicatos e subsedes locais, foi se identificando e entrando no movimento.

É importante ressaltar que a APEOESP é um dos poucos Sindicatos que estão presentes em todo o estado de São Paulo. Ele é gigantesco. Tem 180 mil associados e por volta de 240 mil professores no estado de São Paulo. Com uma arrecadação de milhões, existe um jogo político interno enorme, e é nesse turbilhão que o “Escola da Luta”, do qual faz parte, insere-se como grupo.

Esse grupo formou-se a partir de 2003 como oposição sindical à chapa 1 desse Sindicato. Não porque os companheiros não foram combativos em alguns

momentos da história, porque foram. A APEOESP começou sua atuação em 1945 como associação no estado, mas foi em 1979 que um grupo de militantes tomaram essa associação e voltaram esse Sindicato à luta para combater os casos de espoliação com os professores.

Segundo o apresentador, o grupo se constituiu como oposição, pois no processo histórico o Sindicato foi se vinculando ao governo do estado por meio de uma política de conciliação de classe, e não de luta entre as classes. Uma oposição de quase 40% dos votos. Nessa eleição, inclusive de cargos executivos que foram votados, dos 25 conselheiros para escolher o coordenador, o secretário-geral, o tesoureiro, de acordo com André, eles elegeram 21, então se entende que é um trabalho de militância que está articulada com base. O grupo tem representatividade no estado todo. Na última greve de 2010 tiveram a adesão de mais de 80% da categoria na cidade. Pode-se afirmar que essa adesão se deve à militância dos companheiros da cidade.

Estão inseridos dentro desse gigante Sindicato (APEOESP) como oposição para direcionar um pouco o foco. Estão desenvolvendo umas indicações para que o Sindicato reflita sobre o cotidiano da escola. É preciso pensar a questão didática, as questões das concepções teóricas e metodológicas que estão presentes nos currículos e direcionar o trabalho educativo do professor.

O Sindicato não pode reduzir a sua atuação a uma luta salarial. Ela é importante, mas não apenas essa questão. O Sindicato também tem a ideia de corporativismo. Em alguns casos ele pode até ser necessário, mas precisa abrir como esse I Encontro da UFSCar para conhecer, dialogar, trazer a crítica, tentar a superação.

É necessário entender que o Sindicato deve buscar fortalecer a discussão a partir da educação escolar, fazendo um enfrentamento local às reformas do governo do José Serra, que assumiu o poder no estado de São Paulo, em 2007, e, em 2008, fez uma reforma que dilacerou a nossa produção, pois precarizou nosso campo de trabalho e não reajustou o salário – período em que a categoria não obteve nenhum reajuste.

No governo Alckmin, se não tivesse ocorrido a greve, em 2010, e o povo não tivesse ido às ruas dizer que basta, não teríamos nada, mas com a pressão lançaram a proposta de 42% em 4 anos, que até é uma conquista, mas bem limitada.

O Sindicato aqui em Sorocaba está fazendo um enfrentamento, um grupo de estudo para entender em profundidade essa reforma curricular. O que se

vê nesse grupo de estudo em formação é que, de fato, ela é neoliberal. Ela não é neoliberal nas aulas e ensino em si somente e em seu aspecto de implementação. Ela é neoliberal no próprio conteúdo pedagógico. O grupo traz elementos muito fortes da década de 1970 e diz o que o professor deve fazer. Elementos da pedagogia do aprender por aprender, cunhado da década de 1990, e os quatro pilares da educação, que desvaloriza o conhecimento sistematizado, direcionando a questão do aprender simples. Aliás, nem o aprender é o aprender por aprender. Ao analisar o material, pode-se perceber que ele é vazio de conteúdo; só tem o mínimo. E esse conteúdo mínimo precisa ser questionado. A questão não é só metodológica, mas também é teórico-metodológica.

Na APEOESP/Sorocaba foi criado o projeto que agora é chamado de formação itinerante. A ideia é, para o próximo semestre, visitar os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) e as escolas e a região. Querem fazer uma oposição sindical pelo interior, onde o grupo “Escola da Luta” tem mais força. A secretaria de formação é estratégica. Nesse movimento de visitar as escolas, pretende-se atuar na formação dos quadros.

Na região de Sorocaba, o Sindicato também está engajado na defesa dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Lutam pelo Plano Estadual de Educação em um contexto em que o Plano Nacional de Educação (PNE) ainda não foi aprovado – está em tramitação. Esse plano é um avanço, segundo André, que acredita que será boicotado como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi em 1996.

O Plano traz limites, pois a própria Conferência Nacional de Educação (CONAE), que antes elegeu 10% do PIB, agora, no documento final, aprovou uma porcentagem de 7%: *Precisamos ver se será aprovado.*

Diante desses limites, o Sindicato precisa estar livre dos patrões, dos governos e dos partidos políticos, que, muitas vezes de forma oportunista, veem no Sindicato uma forma de direcionar as ações para a via parlamentar como ponto de fuga. O Sindicato precisa fazer frente a essas reformas e aos interesses que elas atendem; ele tem um papel importante nessa intervenção: *A via parlamentar é um campo de luta, mas não é a saída para nós enquanto grupo. O Sindicato precisa ter o entendimento quanto a isso, senão nós vamos perecer.*

A APEOESP é filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE), mas a direção de So-

rocaba tem uma crítica muito grande à CUT, por entender que está perdendo o foco (não sabe o que se quer). Não se vê os Sindicatos falando em socialismo na conjuntura atual. Críticas podem ser vistas, mas falta: Para onde? Para quê? O que se quer?

O grande desafio da esquerda como grupo articulado localmente é dar um didatismo à educação formal, nessa instituição chamada escola, comprometida com a transformação radical do capital, para além do capitalismo como no livro de István Mészáros (2005) – autor que vem sendo estudado bastante na regional e que tem um grupo de estudos com duas frentes: uma ajuda a entender a lógica do capital global e a outra estuda como essa lógica se manifesta nas reformas do estado (nessa frente há um aprofundamento no estudo dos documentos oficiais do estado de São Paulo).

A APEOESP/Sorocaba tem uma concepção de formação adotada nos encontros do Sindicato. Entende-se que todo encontro é formativo, é espaço para socializar com os professores esse conhecimento discutido nos grupos de formação. A preocupação é que os encontros de formação não virem um HTPC, como hora de informes e recados. A regional vem pensando em uma nova política de formação.

Como princípio defende que se deve fazer a defesa pela socialização do conhecimento na escola. O conhecimento é um instrumento de luta que a escola precisa socializar.

André encerra dizendo:

*Não trago baião, não,  
Tinha as mãos atadas ou algemadas  
e mesmo assim os dedos dançavam, voavam desenhavam palavras  
Quando é verdadeira  
Quando nasce da necessidade de dizer  
O ato da voz humana / Se me levam à boca ela fala ao coração  
Falam, pelos poros  
Pelas mãos, pelos dedos.*

A próxima expositora a se apresentar foi Mariana Martha de Cerqueira Silva, representando o Centro Cultural Quilombinho. Esclareço que sua apresentação está registrada no artigo seguinte: “Centro Cultural Quilombinho: Luta de Criança é Luta de Gente Grande!” (cf. p. 191 a 196 deste livro).

Após o encerramento das apresentações, Duda, do Rasgada Coletiva, fez uma breve colocação dizendo que o Rasgada existe há um ano e alguns meses e que é um agrupamento de pessoas por afinidades estéticas, que acreditam na transformação por meio da arte. Conseguiram implementar um espaço com ações periódicas, de mostra e de troca, dos artistas da cidade e da região de Sorocaba. Estão estabelecendo diálogos com a comunidade, e o desafio é pensar e implementar projetos com formação na comunidade e com educadores. Estão procurando formas de ampliar as ações em parceria com a Secretaria da Cultura do município.

No segundo momento da mesa tivemos como preocupação pensar e registrar possibilidades de tecermos relações, projetos, parcerias que potencializassem as nossas práticas no campo da educação transformadora-emancipadora. Dessa etapa do trabalho surgiram 17 propostas que foram apresentadas na plenária final do I Encontro. São elas:

1. parceria do Centro Cultural Quilombinho com a Oficina Pedagógica-Diretoria de Ensino de Sorocaba;
2. apoio ao 3º Encontro Regional de Educação da APEOESP;
3. participação e colaboração das entidades e grupos presentes desse grupo temático do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba nas duas reuniões de representantes de escolas da APEOESP, que seriam ocorridas no segundo semestre de 2011;
4. “apropriação do Espaço Urbano” com performances artísticas, culturais e educativas;
5. fórum de discussão dos movimentos sindicais e sociais de Sorocaba e região para articulação e criação de um plano municipal de educação;
6. proposta de parceria com o grupo Rasgada Coletiva com a Oficina Pedagógica-Diretoria de Ensino de Sorocaba, com o objetivo de trabalho cultural e social dentre os grêmios estudantis das escolas públicas de Sorocaba;
7. curso de formação de educadores do Centro Cultural Quilombinho em parceria com a APEOESP, Oficina Pedagógica-Diretoria de Ensino de Sorocaba e UFSCar;
8. a UFSCar se disponibiliza a organizar e adotar projetos de cursos de extensão/ Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) em parceria com Sindicatos e entidades presentes no I Encontro;

9. os docentes da UFSCar se dispõem a verificar a possibilidade de os professores das redes públicas se matricularem como alunos ouvintes nas licenciaturas;
10. os Sindicatos, movimentos e grupos sociais e culturais presentes no I Encontro se dispõem a oferecer cursos e orientações para os alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID);
11. apoiar projeto de formação complementar para estudantes de licenciatura;
12. criar uma rede de apoio de trocas de experiências e pesquisas relativas à educação, cultura e movimentos sociais, não só virtual;
13. retomada do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, abrangendo questões relativas à educação, cultura e movimentos sociais e ambientais;
14. articular uma proposta de publicação de cadernos de educação que priorize a produção acadêmica de educadores da rede pública e dos movimentos sociais. Essa publicação poderia ser virtual, com possibilidades de impressão e distribuição gratuita ou a preço de custo;
15. apoiar a iniciativa de formação itinerante da APEOESP;
16. participação dos presentes no I Encontro da UFSCar (mesa 3 – Educação), em grupos de estudo e pesquisa em educação da UFSCar;
17. apoio dos Sindicatos e movimentos sociais presentes ao I Encontro da UFSCar (mesa 3 – Educação) à organização do ciclo de comemorações dos 90 anos de Paulo Freire na UFSCar, *campus* Sorocaba.

### Frutos do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba

Como podemos ver, o I Encontro nos possibilitou a aproximação. Maximizamos o que temos em comum, o nosso desejo de reinventar o mundo. Agora, alguns meses após o I Encontro, podemos ver que ele já deu frutos. Caminhamos para o fortalecimento das experiências locais, resistindo à lógica da competição neoliberal. Tecemos parcerias, apoios e campos de resistência.

Ao nos encontrarmos em uma mesa-redonda para discutir educação, pudemos fazer uma releitura da realidade. Dedicamos tempo das nossas vidas para algo de fundamental importância, pois, ao compreendermos melhor

a forma como a sociedade se organiza, como as forças de poder estão em jogo, ampliamos o nosso modo de olhar e atuar no mundo. Ao retermos a realidade, podemos também identificar que o contexto está cheio de potencialidades, que, mesmo diante da precariedade da vida, podemos nos deparar com experiências que estão atuando de forma contra-hegemônica.

São diversos desafios que precisaremos enfrentar para continuar resistindo e desenvolvendo os trabalhos que nos fortaleçam nessa ação. É preciso, como canta Gonzaguinha, ter “fé na vida, fé no homem, fé no que virá, nós podemos muito, nós podemos mais, vamos lá fazer o que será!”

Afinal, “a luta continua!”

## Referências bibliográficas

- BALL, Stephen J. Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe. In: GENTILLI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 196-227.
- BARROS, Maria Elisabeth Barros de; ABDALLA, Maurício. (Orgs.) *Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. São Paulo: Paulus, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília: MEC, 2007.
- CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *A vida na escola e a escola da vida*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREIRE, Ana Maria Araujo (Org.). Utopia e democracia: os inéditos-viáveis na educação cidadã. In: AZEVEDO, José Clóvis de et al. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-21.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Uma educação para a liberdade*. Porto, Portugal: Textos Marginais, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Política e educação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). *Relatório trienal - 1990 a 1992*. Brasília: MEB, 1993.
- MELLO, Thiago de. *Poemas preferidos: pelo autor e seus leitores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEREIRA, Dulcineia de Fatima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. 2010.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luis Heron da; José Clóvis de SANTOS, Edmilson Santos dos. *Novos mapas culturais, novas perspectivas*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33
- \_\_\_\_\_. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001. p. 31- 106.
- \_\_\_\_\_. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- STRECK, Danilo R. *Pedagogia no encontro de tempos: ensaios inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis: Vozes, 2001.

# CENTRO CULTURAL QUILOMBINHO: LUTA DE CRIANÇA É LUTA DE GENTE GRANDE!

MARIANA MARTHA DE CERQUEIRA SILVA<sup>1</sup>

O Centro Cultural Quilombinho existe há oito anos e foi fundado por duas pedagogas sorocabanas: Rosângela Alves e Marilda Correa. Sua sede inicial foi no Clube 28 de Setembro, local que também se destina a promover e valorizar a cultura afro-brasileira. Mais tarde, transferiu-se para sua atual sede na Vila Leão, por meio de uma parceria com o ator sorocabano Paulo Betti, dono das residências onde funcionamos hoje.

Nosso principal intuito é valorizar e difundir a cultura afro-brasileira na cidade de Sorocaba (SP), atingindo todas as faixas etárias, mas com foco principal no grupo de crianças e adolescentes. O objetivo é promover, além de conhecimentos culturais e conceituais, um convívio de respeito e o resgate da autoestima da população afrodescendente.

A valorização e a difusão acontecem a partir do momento em que colocamos a história e cultura afro-brasileira como centro de todas as atividades desenvolvidas com as crianças. Assim, elas realizam aulas de capoeira, canto, música, danças populares de matriz africana, teatro e cidadania. Também são oferecidos, em caráter opcional, maracatu e bateria de samba.

O aspecto da difusão pede que nossas práticas tenham extensão na nossa comunidade. Dessa forma, procuramos com que muitas de nossas atividades

---

<sup>1</sup> Pedagoga formada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Desde 2000 atua na área da educação. Atualmente é orientadora pedagógica do Centro Cultural Quilombinho e membro da Executiva e do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba. E-mail: marimcs05@yahoo.com.br

envolvam a comunidade. O Bloco de Carnaval Amigos do Quilombinho, o Projeto Panela do Samba e a concessão do nosso espaço para eventos que promovam a cultura afro-brasileira como hip hop, samba-rock, maracatu e bumba meu boi são exemplos disso.

Todas as nossas atividades têm foco educacional não formal e se organizam em prol do princípio da diversidade, na medida em que diferentes grupos etários, sociais e étnicos compõem nosso público, oferecendo a visão da cultura afro como parte integrante da formação do povo brasileiro. Tentamos complementar a carência da escolarização formal que, em grande parte, ainda coloca a cultura afrodescendente como uma cultura à parte da cultura nacional, tratando-a apenas em termos de contribuição cultural, no que se refere ao samba e à feijoada.

O que comumente se deixa de lado nos bancos escolares é o papel da população negra e afrodescendente na constituição da história política e artística brasileira. Diversos fatos históricos têm informações preciosas – referentes a essa temática – abafadas ou alteradas, reafirmando, assim, a ideia da passividade negra ou oferecendo um papel de coadjuvante a uma população que foi e é sujeito na história do Brasil. Como exemplo podemos analisar as informações históricas sobre a época da escravidão nos livros didáticos de ensino fundamental e médio. Uma observação criteriosa permite-nos perceber que a visão europeia/branca se impõe à concepção do que é a história do Brasil. Além disso, as formas de trabalho, castigos e diferenças raciais evidentes sempre foram o foco da discussão e do estudo sistemático, relegando aos movimentos de resistência negra um papel secundário, quando não inexistente.

Falsificaram os livros de história,  
trocaram os heróis,  
botaram máscara de carnaval  
nos fatos, botaram fogo nos documentos  
do tráfico e do crime  
e então ficamos sendo os que não vieram,  
ficamos sendo os que não são,  
ficamos sendo só os que estão.  
Ficamos sendo estas ruínas  
Em auto-reconstrução (SILVEIRA, 1987, p. 14).

Um dos focos da educação antirracista é fazer a diferença na autoestima de uma criança/adolescente/adulto ao saber, por exemplo, que seus ascendentes não aceitaram o sistema escravocrata e descobrir como eles conseguiram vencer (ou resistir) diante das dificuldades impostas naquela época e nos dias de hoje. Em nosso contexto de trabalho, percebemos que faz diferença você saber que não há mal algum em desenvolver serviços braçais, mas que isso não é fruto da condição racial, mas uma possibilidade de escolha, e que, da mesma forma, você pode escolher ser professor, administrador, engenheiro, arquiteto. Enfim, é preciso tornar evidentes ações, fatos e reflexões acerca do universo racial, e esse é um dos papéis do Centro Cultural Quilombinho.

Além das aulas que são desenvolvidas com as crianças de segunda a sexta e das atividades extras oferecidas à comunidade no período noturno e nos finais de semana, o Centro Cultural Quilombinho desenvolveu, ao longo desses anos, outras ações pontuais.

Em 2007, o Centro Cultural Quilombinho, em parceria com professores da rede pública, com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e com o Conselho da Comunidade Negra de Sorocaba, organizou um grupo de estudo que contemplasse as diretrizes da Lei Federal nº 10.639 de 2003<sup>2</sup>, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio deste país. Dessa movimentação inicial, nasceu um projeto de lei, em caráter municipal, que reforçava a necessidade de efetivação da lei. Esse projeto contou com apoio de dois políticos da cidade: da então deputada federal Iara Bernardi (PT), na época representante do Ministério da Educação (MEC), que nos ofereceu uma série de materiais de estudo, e também do vereador sorocabano Dr. Ismael (PT), que solicitou uma audiência pública para mobilizar a população e fomentar a discussão do assunto. Nessa audiência, contamos com a presença da Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* São Carlos, e também relatora da referida lei federal. No entanto, após o protocolamento do projeto de lei, fomos informados de que ele não seria aprovado porque possuía caráter inconstitucional.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 7 jul. 2011.

Na verdade sabemos que a aprovação de uma proposta como essa, em âmbito municipal, não deixaria saída para que o poder público se movimentasse e criasse propostas e práticas que concretizassem as proposições da lei. Além disso, se houvesse interesse político, os indicativos de inconstitucionalidade poderiam ser revistos e reelaborados. Infelizmente, nesse momento faltou mobilização política do grupo e das entidades que o apoiaram para seguirmos em frente.

Em 2008, iniciamos o Cine Clube Quilombinho com a proposta de exibição e discussão de filmes que contemplassem o universo racial. Essa atividade continua até hoje com esse mesmo caráter e conta com a participação tanto da comunidade quanto de alunos das escolas públicas da região, especialmente as da rede estadual, já que funciona no período noturno. Os filmes escolhidos seguem um critério de temas diversos (religioso, político, questão de gênero, aspecto social) e de localidades diversas (africanos, brasileiros, europeus, norte-americanos). A intenção é mostrar que o assunto da diversidade e da luta pela igualdade racial é mundial e está em pauta há bastante tempo.

Desde 2009 assessoramos a Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba em atividades referentes à Consciência Negra, promovendo atividades reflexivas nas escolas e oferecendo formação pedagógica ao grupo de educadores da rede municipal (professores formadores da rede e orientadores pedagógicos das escolas). No entanto, essas atividades têm nos causando certo desconforto na medida em que se referem apenas a uma data específica (20 de novembro), de novo colocando a atuação da população negra como coadjuvante na história do Brasil, além de ir de encontro ao que propõe a Lei Federal nº 10.639/03, quando destaca que o estudo dessa área deve ser ministrado em todo currículo escolar (nas mais diferentes disciplinas com destaque para história, educação artística e literatura). Ora, uma simples atividade pedagógica solicitada como tarefa escolar e não como conteúdo de aprendizagem de um currículo oficial, portanto, sem sequência didática de ensino (objetivos, procedimentos, metodologias, avaliações específicas), não dá conta de difundir e muito menos valorizar a cultura afrodescendente.

A partir daí, nesse mesmo ano, o Centro Cultural Quilombinho produziu um projeto de formação de educadores e o apresentou à rede municipal de educação que já o avaliou diversas vezes, mas ainda o mantém “em espera”. Será que terá hora para sair de lá? Será que há, da parte do poder público, interesse político nessa concepção de ensino?

Muitos professores queixam-se de falta de conhecimento acerca da temática racial, tanto para abordar conteúdos escolares quanto para lidar com situações de conflito racial que permeiam o dia a dia na escola. A intenção desse projeto de formação é lidar exatamente com essas questões, fornecendo material pedagógico de ordem teórica e prática que quebrem esse paradigma educacional e ofereçam a visão da história do oprimido, de quem sempre foi agente dos movimentos sociais.

Em 2010, iniciamos nova parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba, agora promovendo um dia de vivência no Centro Cultural Quilombinho para crianças que frequentam o Projeto Oficina do Saber (que é o projeto que confere educação em tempo integral a algumas crianças dessa rede de ensino), já que Sorocaba apresenta-se como “Cidade Educadora”, e, dentre as ações que organiza nesse contexto, existe o Roteiro Educador da Cidade, que é percorrido pelas crianças da Oficina do Saber e do qual Centro Cultural Quilombinho é um dos destinos.

Esse dia de vivência inclui uma discussão sobre preconceito e a discriminação racial por meio da exibição do filme ficcional “Vista Minha Pele”, de Joel Zito Araújo. Em seguida, as crianças são convidadas a participar da aula/oficina ministrada no dia da visita e conhecem todo o espaço da organização não governamental (ONG). Nesse percurso nossas crianças interagem e vivenciam, portanto, a cultura brasileira.

Em 2011, o Centro Cultural Quilombinho firmou parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Sorocaba, que nos concedeu 16 bolsas de estudo em cursos técnicos para adolescentes de nossa instituição, alunos e ex-alunos. Além de frequentarem o SENAI, esses adolescentes participariam de aulas de cidadania com foco na questão racial, ministradas em nossa ONG, uma vez por mês durante cinco meses.

Ainda em 2011, em parceria com o cineasta Werington Kermes (ex-secretário da cultura de Votorantim), seria desenvolvida uma oficina de vídeo-documentário, aberta ao público, para ensinar o processo de produção e execução de um documentário. O Projeto culminaria, dentre outros produtos, com a produção de um vídeo-documentário sobre um aspecto da história do negro em Sorocaba.

Como se vê nossa luta por educação é ampla e cada vez mais alcança novos horizontes.

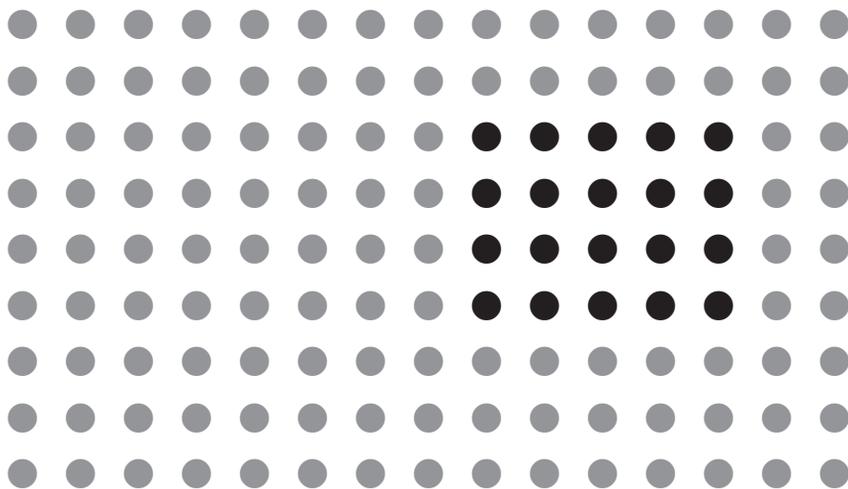
Para nossas novas caminhadas contamos com apoio do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba no sentido de mobilizar o poder público, estabelecendo contato direto com aqueles que têm poder de decisão. Nesse rol de reivindicações não deixamos de fora o projeto de formação de educadores e a pressão pelo atendimento universalizado da creche e educação infantil, já que, além de ser função oficial do poder municipal (descrito na Lei de Diretrizes e Bases), atinge diretamente a população negra que, estatisticamente, aparece como a que mais utiliza esse serviço. Políticas públicas que favorecem a população de baixa renda têm que ser bandeira dos movimentos negros.

Ademais, precisamos de apoio público e institucional para prover materiais referentes ao estudo da população negra que sirvam de fonte de pesquisa para população sorocabana: vídeos, revistas, filmes, enfim, a proposta é ajudar a construir um centro de referência da população negra de Sorocaba e região.

Gostaria de terminar reforçando o ponto de vista de uma grande teórica do assunto da educação e do universo racial brasileiro, a Profa. Dra. Eliane Cavalleiro da Universidade de Brasília (UnB): “Buscar soluções para esse problema não representa um trabalho apenas em favor dos alunos negros. Mais do que isto, representa um trabalho em favor do ser humano e em prol da cidadania, da democracia e da sociedade brasileira” (CAVALLEIRO, 1999).

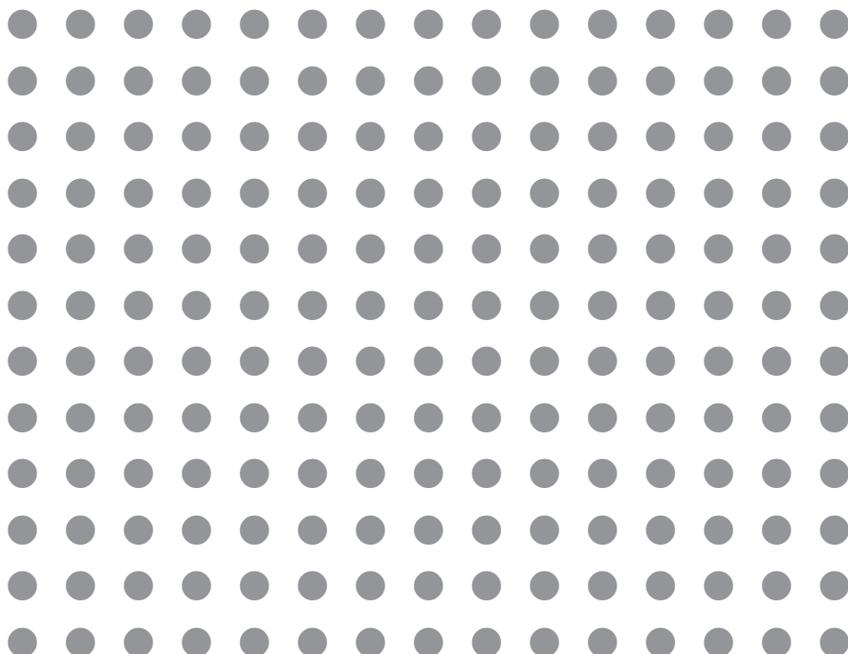
### Referências bibliográficas

- SILVEIRA, Oliveira. *Poemas sobre Palmares*. Porto Alegre: Edição do autor, 1987.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 1998.



## Parte IV

### MEIO AMBIENTE





# MOVIMENTOS SOCIAIS OU SOCIEDADE CIVIL? REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E SUA PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO UFSCAR - MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA

ANDRÉ CORDEIRO ALVES DOS SANTOS<sup>1</sup>

O primeiro encontro entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e os movimentos sociais e sindicais de Sorocaba e região é uma das formas de a universidade colocar em prática seu plano de desenvolvimento institucional (PDI). O PDI da UFSCar, que foi construído de forma participativa, tem entre seus princípios:

- universidade compromissada com a sociedade;
- universidade promotora de valores democráticos e da cidadania;
- livre acesso ao conhecimento.

Esse modelo de universidade e, em especial, esse conceito de universidade pública atuando ao lado dos movimentos sociais são novidades na região de Sorocaba, onde algumas instituições de ensino têm relação com os setores mais elitizados da sociedade e com pouco interesse às demandas sociais.

---

<sup>1</sup> Biólogo, mestre e doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência nas áreas de Limnologia e Gestão dos Recursos Hídricos. Atualmente é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: [andrecas@ufscar.br](mailto:andrecas@ufscar.br)

Deve-se deixar claro que esse modelo, no qual a universidade cumpre seu papel social e é vinculada às demandas sociais, não é unanimidade dentro da UFSCar, sendo que há grupos que acham que a instituição deve permanecer à parte da sociedade, como uma ilha de sabedoria, sem vínculo com as necessidades populares.

Felizmente, essa visão isolacionista na universidade não é hegemônica, pelo menos na UFSCar, o que permite que eventos como esse sejam realizados.

Desde que começamos a organizar e discutir dentro da UFSCar esse I Encontro a partir de um convite do grupo organizador, uma questão se impôs: As entidades ambientalistas são ou não movimentos sociais?

Como minha área de atuação e pesquisa não é as ciências humanas, essa questão nunca fez parte das minhas reflexões, apesar de vir ao encontro de uma série de considerações sobre o movimento ambientalista que tenho feito nesses 25 anos de militância.

Atuando há muitos anos em Comitês de Bacia, um dos únicos fóruns permanentes em que o movimento ambientalista participa, estava acostumado a pensar no movimento ambientalista composto por várias organizações não governamentais (ONGs) com interesses às vezes conflitantes como sociedade civil, e não como movimento social.

E qual é a diferença? Para mim, que não sou especialista na área, a diferença entre sociedade civil e movimento social é que o primeiro faz parte do pensamento hegemônico, ajudando a referendar o sistema de dominação social, enquanto o segundo tem um componente claro de conflito com as relações sociais de dominação.

Portanto, apesar de o movimento ambiental se encaixar nas definições dos Novos Movimentos Sociais, a relação de conflito nas estruturas sociais hegemônicas não é completamente clara. O objetivo desta reflexão não é, na verdade, definir qual a posição dos movimentos ambientalistas dentro de um contexto de movimento social, mas levantar algumas questões que fazem com que essa relação se torne ambígua.

Do meu ponto de vista, e baseado somente na minha experiência, as entidades ambientalistas, principalmente as ONGs, têm dificuldade para atuar como verdadeira força de mudança social em função da sua gênese, atuação, representatividade e financiamento.

Muitas entidades ambientalistas foram formadas a partir da década de 1980, quando a fragmentação da União Soviética e o fim do bloco socialista desencadearam a hegemonia do pensamento neoliberal, decretando-se, assim, o fim da direita e da esquerda e de todas as ideologias. Muitas entidades formadas naquela época incorporaram no seu discurso um viés “apolítico”, não se alinhando a nenhuma definição ideológica preexistente.

Esse conceito de ambientalismo apolítico foi também influenciado pela origem de grande parte da discussão ambiental, que ocorreu, inicialmente, nas universidades. Nesse ambiente, o tecnicismo predominante nas áreas de engenharia e ciências exatas propõe que as decisões ambientais sejam técnicas, e não permeadas pelas questões e processos políticos.

Essa visão da técnica *versus* política ainda faz parte da discussão em vários fóruns que discutem e decidem as políticas de gestão ambiental. Poucos parecem notar que toda decisão técnica também é política, a partir do momento em que é necessário optar por soluções técnicas distintas para resolver um mesmo problema.

Outro fator importante é que o movimento ambientalista tem sua gênese na classe média urbana, mas que não se coloca, necessariamente, ao lado dos interesses da maior parte da população brasileira no final do século passado.

As primeiras “bandeiras”, pelo menos no movimento ambientalista paulista, foram contra a caça às baleias, em defesa da floresta amazônica ou do mico-leão-dourado. Nenhuma dessas questões exigia, obrigatoriamente, uma reflexão sobre as condições de vida das grandes cidades ou a discussão sobre as relações de trabalho.

Atualmente, as discussões que mais chamam a atenção, principalmente na grande mídia, são o código florestal e a construção de usinas hidrelétricas em rios da bacia amazônica, agendas que mantêm o distanciamento e simplificam uma questão complexa em um simples antagonismo entre aqueles que querem a destruição da floresta e aqueles que querem a manutenção dela.

A agenda de discussão desses dois problemas poderia se dedicar a questões tão urgentes, mais próximas e relacionadas às populações urbanas, por exemplo: as Pequenas Centrais Elétricas (PCH) em rios da Bacia do Tietê ou

a utilização das Áreas de Proteção Ambiental (APP) como as margens de rios urbanos nas pequenas, médias e grandes cidades.

A gênese urbana também contribuiu para o antagonismo de tratamento dos proprietários rurais ou mesmo das populações de áreas isoladas em muitas discussões ambientalistas. Somente os povos indígenas são perdoados, e somente nesse caso se mantiverem sua cultura ancestral “imaculada”.

Quanto à atuação, o movimento ambientalista foi criando, com a ajuda da educação ambiental e setores da mídia, uma imagem de “do bem”, e como esse movimento defende o “meio ambiente”, defende todos nós. Essa posição de “do bem” torna quase natural, e, algumas vezes, é obrigatório concordar com todas as “teses” defendidas pelos ambientalistas, mesmo sabendo que algumas delas foram criadas para manter o *status quo* e a dominação de parte da sociedade sobre a sua totalidade.

Por exemplo, muito se fala sobre desenvolvimento sustentável, definindo ser o tipo de desenvolvimento que utiliza os recursos naturais, garantindo o uso desses recursos para as gerações futuras. Porém poucos se perguntam: Quais gerações futuras? Das pessoas que hoje já têm acesso aos recursos ou para todas as pessoas? Ou então como aplicar o desenvolvimento sustentável, se não há divisão igualitária dos recursos? Como fazer a divisão mais igualitária, se não há a possibilidade de todos influenciarem nas decisões sobre o uso de recursos por meio de fóruns democráticos? Como permitir a todos o poder de decisão, se não há a difusão plena das informações ambientais e do conhecimento?

No início do movimento ambientalista era muito maior o número de entidades chamadas de “românticas”, que davam ênfase à mudança social e pregavam a revolução na forma de se relacionar com o ambiente. Essas entidades, geralmente com alguma influência da contracultura e de uma visão anticapitalista, ainda sobrevivem, mas com menor apoio, mesmo dentro do movimento ambientalista, além do que, muitas vezes, não são consideradas nos fóruns de discussão.

Essas entidades e grupos, muitas vezes, são chamados de “eco-chatos”, por darem muita ênfase à mudança dos padrões de comportamento na relação com o meio ambiente, que em um extremo passa quase a ser um tipo de ludismo.

No movimento ambientalista, hoje, predominam as entidades consideradas como “pragmáticas”, que incorporaram em seu discurso a mercantilização do meio ambiente. Essas entidades se dizem mais maduras, pois se relacionam de forma menos conflituosa com as grandes empresas, bancos e governos. As entidades ambientalistas pragmáticas passaram a se dedicar ao mercado de créditos de carbono ou à valorização do meio ambiente. Atualmente, fazem projetos ambientalistas financiados por grandes bancos ou multinacionais. Essas entidades são mais palatáveis ao pensamento hegemônico, até porque incorporaram o mesmo discurso e são privilegiadas nos fóruns de discussão e de decisão. São empreendedores verdes que estão mais interessados nos seus projetos do que na mudança da sociedade, porém acreditam ainda estar contribuindo para mudança, influenciando o pensamento hegemônico “por dentro”.

A esses dois extremos se junta uma variedade de entidades com grupos de interesse diferentes. Os dois mais comuns hoje são aqueles que se especializaram em um nicho da questão ambiental (água, biodiversidade, florestas) e as associações de amigos.

Na representatividade, o problema é que muitas entidades não representam um grupo social ou mesmo um conjunto de pessoas muito amplo. Na realidade, muitas ONGs são conhecidas como INGs, ou seja, indivíduos não governamentais, pois são mantidas e encabeçadas por apenas uma pessoa ou por um grupo muito pequeno de pessoas.

Além dos problemas óbvios de representatividade nos fóruns de decisão, essas pequenas ONGs, em muitos casos, têm interesses específicos e muitos pontuais, contribuindo pouco com as discussões de políticas mais amplas e servindo somente para referendar as decisões governamentais.

Destoam um pouco desse padrão algumas entidades identificadas como amigos de bairro, de um rio ou de uma floresta. Nesse caso, a representação pode ser mais significativa, mas é voltada para preservar interesses daqueles que, atualmente, têm o direito de exploração do recurso e, muitas vezes, contra populações que não têm acesso, mas são interessadas no recurso. Não é uma visão de ambiente para todos, mas de ambiente para poucos.

Por exemplo, no final do século passado e início deste século, atuando no Subcomitê da Bacia do Guarapiranga, presenciei discussões ditas ambientais, mas que representavam uma clara luta de classes.

A região da Guarapiranga fica na zona Sul de São Paulo. A região, distante do centro e com características rurais, foi ocupada, a partir do início do século XX, pela classe média alta e classe alta, que ocuparam áreas da margem da represa Guarapiranga. Além disso, o clima ameno atraiu colônias de europeus, como os alemães, que predominam em algumas áreas, e vários clubes e náuticas foram criados nas margens da represa, aumentando a elitização da região.

Com o crescimento da cidade de São Paulo, e com mais ênfase a partir da década de 1970, populações de migrantes e trabalhadores começaram a ocupar a região, expulsos do centro da cidade, e, assim, muitas vezes, criaram-se comunidades em terrenos invadidos ou em loteamentos ilegais e sem infraestrutura.

As classes médias e altas dos bairros tradicionais criaram diversas ONGs para reivindicar a conservação da represa e da região em função da degradação ambiental resultante do aumento populacional, enquanto as populações dos bairros populares criaram associações para reivindicar melhorias na qualidade de vida, como asfalto, água encanada ou escolas e postos de saúde.

Apesar do Comitê de Bacia enfatizar suas discussões na questão da manutenção da qualidade da água da represa para abastecimento público, causa que todos pareciam concordar, essas duas vertentes da chamada sociedade civil eram motivo de conflito constante, pois a questão de fundo era quem tinha o “direito” de ocupar a região e explorar o recurso.

A questão do financiamento está diretamente ligada à representatividade. Sem um conjunto de pessoas dispostas a contribuir financeiramente com atividades da entidade, esta tem que recorrer a recursos públicos ou a financiamento de empresas e grupos de mídia e até grupos estrangeiros.

Em função dessa dependência financeira, ONGs têm uma relação próxima aos governos municipais, estaduais ou federais, orbitando, muitas vezes, grupos políticos partidários. Apesar de essa relação aproximar as ONGs das decisões políticas, isso as torna menos independentes em suas demandas, ainda

mais em um país como o Brasil, onde um dos maiores causadores dos problemas ambientais são os governos, seja por ação ou por omissão.

Em alguns casos, a falta de um financiador claro coloca em suspensão os interesses reais de algumas ONGs no movimento ambientalista, fazendo que, muitas vezes, questione-se se a motivação de alguma dessas entidades é ambiental, financeira ou de proteção e manutenção das estruturas de poder.

Apesar de levantar uma série de problemas relacionados com a atuação das ONGs no movimento ambientalista, quero deixar claro que muitas ONGs ainda lutam por mudanças nas estruturas de poder, e outras, mesmo não tendo um viés ideológico e não entrando em conflito com os mecanismos de dominação, atuam pressionando fortemente os vários níveis de governo para que cumpram, pelo menos, as leis já aprovadas.

De qualquer forma, apesar das limitações de atuação do movimento ambientalista como uma força de mudança real da sociedade, é inegável que a questão ambiental, hoje, permeia todas as discussões econômicas e administrativas. E apesar de alguns considerarem que não é uma mudança genuína, mas somente uma incorporação do discurso pelo pensamento hegemônico, essa era a intenção declarada pela maioria dos projetos de educação ambiental propostos nesses últimos 30 anos, ou seja, sensibilizar a sociedade.

Toda esta introdução serve para explicitar que a situação das entidades ambientalistas dentro dos movimentos sociais é, muitas vezes, não evidente e que as entidades que se apresentaram para participar do evento são entidades que, além da questão ambiental, têm algum elo com as questões sociais ou uma afinidade política ideológica aos movimentos sociais.

Na mesa de debates sobre Meio Ambiente do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba se apresentaram cinco entidades: duas voltadas para a formação e manutenção de cooperativas de catadores, duas ONGs locais que atuam como grupos de pressão política e uma entidade que realiza projetos de educação ambiental com menores.

Essas entidades já conseguiram vários avanços em suas áreas de atuação, porém as demandas que foram apresentadas nesse fórum são semelhantes:

1. informação e conhecimento: todas as entidades, cada uma em sua área de atuação, têm necessidade de maior informação, seja em méto-

dos e formas de fazer educação ambiental, seja no desenvolvimento de tecnologia de aproveitamento de resíduos ou no embasamento teórico sobre mecanismos de preservação e políticas públicas específicas para áreas de proteção urbanas. Essa troca de informação não é somente da universidade para as entidades, mas também entre as entidades, que não têm um fórum na região para troca de experiências nem agendas comuns, apesar da proximidade de ações. Além disso, o apoio da universidade para auxiliar na análise das informações e dados dos órgãos de governo parece ser também essencial;

2. participação e motivação: principalmente as ONGs que não são voltadas a processos de geração de renda, como as cooperativas de catadores, têm dificuldade de aumentar o grau de participação das suas comunidades no movimento ambientalista e, em alguns casos, deixam transparecer a característica personalista do movimento, fazendo com que muitas delas fiquem atreladas a uma única pessoa, o que inviabiliza a entidade a longo prazo;
3. participação política: todas as entidades presentes afirmaram a dificuldade para alcançar as esferas decisórias, principalmente nos governos municipais, nos quais, muitas vezes, a possibilidade de discussão se resume à boa vontade do prefeito da vez, havendo pouquíssimos fóruns de discussão democráticos e abertos e que são decisórios.

Para todas as demandas apresentadas, os integrantes do fórum decidiram criar inicialmente um fórum chamado de Observatório do Meio Ambiente Regional para permitir a troca de experiências e a formação de agendas conjuntas.

# CEADEC — CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E CIDADANIA

RITA DE CÁSSIA GONÇALVES VIANA<sup>1</sup>

## Apresentação

Criado no ano de 1999, o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC) é uma organização não governamental, sem fins econômicos, com sede em Sorocaba (SP). Seus fundadores são lideranças sindicais e comunitárias, empresários e profissionais de diversas áreas que atuam nos movimentos social e sindical e na área do associativismo.

A primeira atuação da instituição consistiu no trabalho de assessoria em autogestão para trabalhadores das empresas metalúrgicas da cidade de Sorocaba, Domenico Bestetti e Indústria Superfecta, que se encontravam em estado falimentar. Com o apoio e o acompanhamento do CEADEC, os trabalhadores organizaram-se em cooperativas de produção para combater o desemprego.

Logo após, foram promovidas e executadas diversas ações na área do meio ambiente e, mais especificamente, ligadas à questão da coleta seletiva dos resíduos sólidos, como palestras em escolas, campanhas educativas e projetos de coleta seletiva. Essa atuação na área socioambiental motivou o CEADEC a apoiar e fomentar a criação da Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba (CORESO), a primeira do total de 12 cooperativas que foram criadas sob a coordenação do CEADEC, em parceria com outras instituições.

---

<sup>1</sup> Presidente do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (Ceadec).  
E-mail: [ceadec@ceadec.org.br](mailto:ceadec@ceadec.org.br)

O CEADEC fomentou a criação da primeira Rede Solidária de Cooperativas e Associações de Catadores Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo, formando uma rede de comercialização conjunta dos materiais coletados pelas cooperativas.

Em 2001, o CEADEC promoveu e articulou, na cidade Votorantim (SP), o I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis, motivando as organizações de catadores de materiais recicláveis da região de Sorocaba a formar uma Rede Solidária – até então uma iniciativa inédita no estado de São Paulo. Uma rede não só para comercializar os recicláveis de forma conjunta, mas também para praticar um novo modelo de organização e gestão, baseado nos princípios da economia solidária. Uma gestão em rede fundamentada na autonomia dos catadores, na participação coletiva, nas decisões e ações desenvolvidas.

Cooperativas de catadores e o CEADEC assumiram esse compromisso e, durante esse período de existência da Rede Solidária Cata-Vida, foram conquistando melhorias na infraestrutura e na renda e nas condições de trabalho e de saúde dos catadores, fundamentando as ações no tripé: inclusão de mais catadores, aumento da coleta seletiva nos municípios e melhoria da renda dos cooperados.

Recentemente, a Rede deu um passo decisivo rumo à garantia da sustentabilidade dos empreendimentos dos catadores, iniciando o processo de verticalização da coleta seletiva, ou seja, na cadeia produtiva da reciclagem, os catadores não estão mais apenas coletando, mas também processando materiais, como o óleo residual de fritura, o papel e o plástico. O objetivo é agregar mais valor na comercialização e aumentar a renda dos catadores.

Trata-se de um grande avanço, fruto do trabalho e do empenho dos catadores e do CEADEC em tornar concreto o sonho de criar e garantir a manutenção de uma rede de catadores na região, e também graças ao apoio das parcerias conquistadas ao longo do caminho, das quais destacamos a PETROBRAS, cujo apoio – desde o final de 2003 – tem sido fundamental para fortalecer a Rede. Hoje, a Rede Solidária é formada por dez empreendimentos de catadores.

Ao longo desse período, essa atuação tornou o CEADEC uma organização especializada na assessoria às organizações e empreendimentos dos catadores de materiais recicláveis, atuando como incubadora das cooperativas de catadores na região de Sorocaba e em outras regiões do estado de São Paulo.

## A missão

O CEADEC tem como missão apoiar, incentivar, assessorar e articular projetos de empreendimentos, cooperativas e iniciativas de economia solidária, visando à geração de emprego e renda; promover e apoiar iniciativas que estimulem atitudes e comportamentos que visem ao fortalecimento da auto-organização, solidariedade e formação para o exercício da cidadania; elaborar estudos, pesquisas e organizar debates e seminários que contribuam com o desenvolvimento sustentável e com a formulação de um modelo de gestão técnico-administrativo voltado à economia solidária; promover e apoiar iniciativas de educação ambiental e de preservação do meio ambiente.

## As principais experiências acumuladas

- organização, assessoria e apoio para a criação das Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Sorocaba, Votorantim, Salto de Pirapora, Araçoiaba da Serra, Guapiara, Itapeva e Capão Bonito, cidades do interior paulista;
- articulação e fomento à criação da primeira Rede Solidária de Cooperativas e Associações de Catadores Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo, reunindo, inicialmente, as organizações dos catadores de Sorocaba, Votorantim, Salto de Pirapora, Itapeva e Capão Bonito;
- promoção do I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, no ano de 2001, em Votorantim;
- execução do Projeto CATA-VIDA desde 2003, por meio de contrato com a PETROBRAS, para o fortalecimento da Rede Solidária das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis – hoje integrada por dez cooperativas de municípios da região: Sorocaba, Salto de Pirapora, Capão Bonito, Guapiara, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Piedade, Itapetininga, Itararé e Capela do Alto;
- execução do programa de capacitação socioambiental, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para 14 grupos de catadores de materiais recicláveis da região oeste da cidade, além de assessoria para a organização da Central de Triagem Leopoldina e

organização da Coleta Seletiva na região oeste da cidade de São Paulo, com a criação da CooperAção – Cooperativa Regional de Coleta Seletiva e Reciclagem –, como parte integrante do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura de São Paulo;

- realização de palestras sobre meio ambiente, coleta seletiva e reciclagem para estudantes da rede pública de ensino e escolas particulares de Sorocaba;
- parceria com o Programa Integrar/Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para organização de uma Rede Solidária de Cooperativas de Reciclagem nas cidades paulistas de Matão, Araraquara, Rincão, Dobrada, Jaboticabal e Monte Alto;
- elaboração de projeto de coleta seletiva e educação ambiental para as Prefeituras de Votorantim, São Roque, Salto de Pirapora, Itapeva e Alumínio, cidades do interior paulista;
- participação no I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília (DF); no I Encontro Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, em Caxias do Sul (RS); na Marcha Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Belo Horizonte (MG);
- participação no Grupo de Estudos do Fórum Lixo e Cidadania sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- participação nas Conferências Municipais e Estadual das Cidades;
- participação na I Conferência Regional e Estadual de Meio Ambiente;
- participação na Conferência Regional de Segurança Alimentar;
- participação e membro integrante da Campanha Natal Sem Fome em Sorocaba;
- parceria para instalação do Banco de Alimentos de Sorocaba;
- membro titular do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e do Médio Tietê;
- membro titular do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Sorocaba.

# CORESO — COOPERATIVA DE RECICLAGEM DE SOROCABA

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES DE MORAES<sup>1</sup>

## Apresentação

A Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba (CORESO) nasceu no ano de 1999, a partir de uma parceria envolvendo o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC), organização não governamental cuja missão principal é a organização e assessoria a projetos de geração de emprego e renda, e a Igreja Cristo Rei, que, na Campanha da Fraternidade de 1999, com o tema “Sem Trabalho Por Quê?”, desenvolvia a geração de renda com desempregados da comunidade, por meio da confecção de doces, temperos e sabão, a partir de óleo de cozinha.

Criada em um momento em que o país passava por uma profunda crise de desemprego, apresentou-se como uma alternativa concreta de garantia de renda para um grupo de pessoas que, alijadas, não vislumbrava nenhuma perspectiva de retorno ao mercado de trabalho.

Ao longo do tempo, os cooperados perceberam que a criação da CORESO representava muito mais que uma proposta emergencial de geração de renda com prazo de validade determinado. Assim, a crise do emprego foi embora, a CORESO continuou viva e seus cooperados perceberam que as atividades que exerciam iam além da renda que garantiam o sustento de suas famílias.

---

<sup>1</sup> Presidente da Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba (CORESO). E-mail: coresosorocaba@hotmail.com

As atividades de coleta, triagem, enfardamento e comercialização de materiais recicláveis permitem também que a CORESO e seus cooperados contribuam com a:

- a. alternativa de trabalho para os catadores individuais;
- b. independência em relação aos sucateiros/atravesadores;
- c. erradicação do trabalho infantil;
- d. prolongamento da vida útil dos aterros sanitários;
- e. educação socioambiental junto à população;
- f. economia aos cofres públicos, que coletam e aterram menos resíduos;
- g. limpeza nas vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes etc.;
- h. diminuição dos gastos e melhoria da saúde pública;
- i. matéria-prima para as indústrias recicladoras;
- j. preservação e conservação dos recursos naturais do país.

A criação da CORESO motivou também a organização de outras cooperativas de catadores em municípios da região Sorocaba, que atuavam de forma isolada e que, por não atingirem volumes suficientes para vender diretamente às indústrias recicladoras, vendiam os materiais coletados aos sucateiros e atravessadores, fato que acarretava em preços baixos.

Diante desse cenário, as cooperativas passaram a comercializar conjuntamente os materiais coletados e, no ano de 2001, realizaram na cidade de Votorantim (SP) o I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis da Região de Sorocaba, consolidando a Rede Cata-Vida e elegendo uma Coordenação Regional de Catadores. Hoje, a Rede Cata-Vida é constituída por 11 cooperativas de catadores nos municípios paulistas de Sorocaba, Salto de Pirapora, Capão Bonito, Guapiara, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Piedade, Itapetininga, Itararé, Itapeva e Itaí.

A CORESO chegou a contar com mais de 18 mil residências cadastradas praticando a coleta seletiva, 146 catadores cooperados e uma coleta mensal em cerca de 240 toneladas de materiais recicláveis. No ano de 2008, com a falta de mercado e queda nos preços em virtude da crise do mercado de recicláveis, foi obrigada a reduzir a coleta para 70 toneladas e o número de catadores para 30 cooperados. Nos dias de hoje, em franca recuperação, a CORESO conta com 90 cooperados e está coletando cerca de 160 toneladas por mês, resgatando parte das residências cadastradas que deixaram de ser atendidas durante o período de crise.

## Projetos realizados

A CORESO, ao longo de seus 13 anos de vida, firmou várias parcerias para a execução projetos com comunidades, escolas públicas ou privadas, empresas etc. Entre os projetos mais marcantes, no qual aparece como beneficiária, destacamos os contratos firmados, desde o ano de 2003, entre a CEADDEC e a PETROBRAS, que proporcionaram diversos avanços: o ingresso de novos catadores cooperados; o aumento do material reciclável coletado; aumento da renda dos catadores; aumento do faturamento; o fortalecimento da CORESO e das cooperativas integrantes da Rede Solidária Cata-Vida.

Em Sorocaba, essa parceria também permitiu, no ano de 2005, o desenvolvimento de um projeto-piloto na região leste do município, onde se implantou a coleta seletiva porta a porta, com a adesão de novos catadores, que passaram a integrar a CORESO e realizar a coleta por meio do caminhão, humanizando o processo.

Após sobreviver à crise, a CORESO buscou a ampliação da coleta seletiva em Sorocaba. Atualmente, conta com quatro núcleos de coleta: um galpão com terreno cedido pelo poder público municipal e construído com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um outro galpão cedido pelo poder público municipal e dois galpões alugados pela Prefeitura.

A CORESO conta com um outro galpão também cedido pela Prefeitura Municipal, que abriga a Divisão Óleo – usina de filtragem e clarificação do óleo residual de fritura – e a Divisão Polímeros – unidade de beneficiamento dos polímeros PP e PE, que conta com a linha de trituração, lavagem, secagem e extrusão de PP e PE em granulados e tubos para a rede de esgoto. Ambas as linhas de produção foram adquiridas por meio de contrato entre o CEADDEC e a PETROBRAS. Uma parceria com o BNDES viabilizou a instalação de um transformador e de uma cabine de força no local, equipamentos necessários para o funcionamento da divisão de polímeros.

A CORESO participa, atualmente, do Programa Municipal de Coleta Seletiva da cidade de Sorocaba, juntamente com outras três cooperativas, sendo que sua área de atuação atinge cerca de 50% do município.



# SOS ECO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

FRANCINE PERES GONZALES PINTO<sup>1</sup>  
VANDERLEI DA SILVA<sup>2</sup>

O Projeto SOS ECO desenvolve duas fases de ações ambientais em área de propriedade do SOS, situada ao lado de sua sede administrativa da organização. Essas ações são implementadas com duas finalidades principais:

1. utilizar a área de 6 mil m<sup>2</sup> que o serviço de obras sociais possui em local privilegiado para produção de hortaliças e mudas nativas. As vantagens da utilização dessa área são: estar localizada ao lado da sede administrativa do SOS; ser próxima a uma nascente e, por isso, possuir água em abundância;
2. ser um espaço alternativo de educação ambiental e trabalho para os usuários dos seguintes projetos sociais desenvolvidos pelo serviço de obras sociais:
  - a) SOS Albergue: as estufas são um local em que as pessoas em situação de rua podem receber aulas de educação ambiental e aprender técnicas de trabalhos nessa área. Dessa forma, não precisam ficar nas ruas da cidade, trabalhando como “flanelinhas” ou recolhendo recicláveis;

---

<sup>1</sup> Bióloga do SOS-ECO. E-mail: francine@sossorocaba.org.br

<sup>2</sup> Advogado com especialização em Direito do Terceiro Setor. Mestre em Educação. Doutorando em Educação. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). Gerente Geral do SOS de Sorocaba. Presidente do CMAS - Sorocaba. Presidente da UNIONG. Presidente da Comissão de Direito do 3º Setor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Votorantim. Faz parte da Diretoria da Cáritas Arquidiocesana de Sorocaba, da Associação Pró-Mulher de Votorantim e da Academia Votorantinense de Letras, Artes. e História. E-mail:sos@sossorocaba.org.br

b) Clube do Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS): os adolescentes que participam do Clube do NAIS são encaminhados para desenvolver atividades nas estufas;

c) Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): os jovens que receberam essa medida podem ajudar na produção de mudas nativas e em seu plantio em espaços públicos e privados da cidade. A execução da medida socioeducativa de PSC no Projeto SOS ECO proporciona aos jovens o aprendizado de uma atividade laborativa, além de dar-lhes a oportunidade da inserção na realidade social em que vivem, assim como no mercado de trabalho, por meio da participação na recuperação de matas nativas. O objetivo é capacitá-los em atividades de jardinagem e floricultura e oferecer-lhes aulas de educação ambiental. O programa acolhe, acompanha e orienta os adolescentes em cumprimento da medida de PSC, atendendo os seguintes objetivos:

I. redimensionar o histórico do adolescente, levando-o a refletir sobre a prática do ato infracional e oferecendo-lhe oportunidades diferenciadas daquelas ligadas à infração;

II. propiciar um ambiente com possibilidades favoráveis para a reeducação e orientação dos adolescentes, fazendo-os redescobrir todas as suas potencialidades;

III. desenvolver e estimular a cidadania por meio da conscientização dos direitos e dos deveres da participação e consciência social e política.

### Metas do Projeto SOS ECO

1. capacitar os jovens atendidos pelo NAIS e PSC, adultos atendidos pelo SOS Albergue e jovens do Lar Bethel no cultivo de hortaliças hidropônicas, produção de flores e de mudas nativas;
2. oferecer educação ambiental e ensinar técnicas para recuperação de áreas degradadas e margens de córregos e rios, com mudas de espécies nativas.

## Estufa para produção de mudas de espécies nativas

O SOS ECO produz mudas de plantas nativas, uma vez que a recuperação de áreas degradadas exige elevada diversidade de espécies. Estas podem ser obtidas com o plantio de mudas e/ou técnicas de semeadura direta, indução e/ou condução da regeneração natural. De acordo com a resolução SMA nº 47, de 26 de novembro de 2003<sup>3</sup>:

Art. 10 - A Secretaria do Meio Ambiente, de forma integrada com outras Secretarias de Estado, Universidades, Instituições Científicas, Ministério Público, outras esferas de governo e organizações não governamentais, estimulará o desenvolvimento de pesquisas e extensão, bem como o aprimoramento do conhecimento científico das medidas estabelecidas nesta resolução, visando: [...]

II – Estabelecer modelos alternativos, visando à obtenção de maior eficiência e menor custo, para recuperação de áreas degradadas; [...]

IV – Estimular processos de certificação de viveiros florestais, que garantam a produção de mudas com diversidade florística e genética. [...]

O SOS ECO, de uma maneira geral, visa ajudar na recuperação da mata nativa existente no município e, de modo específico, criar um núcleo de produção de mudas nativas que possa não somente produzir tais mudas, mas também executar projetos em propriedades públicas e privadas que necessitem de recuperação florestal, por exemplo, a recuperação da mata ciliar em torno das nascentes e do rio Sorocaba.

A prioridade é pela reprodução de espécies de rápido crescimento, pioneiras rústicas de fácil adaptação, bem como de árvores fornecedoras de alimento para a fauna. No plantio, são empregados métodos e tratamentos que sejam favoráveis ao cultivo, adaptação e crescimento das mudas.

Além da parte prática de produção e plantio, o SOS ECO desenvolve, conjuntamente, um programa de educação ambiental que objetiva estimular, educar e criar o senso crítico dos jovens sobre o meio em que vivem, visando à construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_urbanismo\\_e\\_meio\\_ambiente/legislacao/leg\\_estadual/leg\\_est\\_resolucoes/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SMA%20N%2047.htm](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SMA%20N%2047.htm)>. Acesso em: 25 set. 2011.

e competências que contribuam para a participação de todos na melhoria das condições socioambientais no município paulista de Sorocaba.

O programa de educação ambiental oferece aos jovens a oportunidade de participação de aulas teóricas sobre o meio ambiente, que são desenvolvidas no auditório do serviço de obras sociais, ao lado da estufa de mudas. Nessas aulas, são apresentadas as características da região, métodos de preservação do meio ambiente e a exibição de vídeos que estimulam a preservação ambiental.

Os adolescentes em conflito com a lei, que participam do Projeto NAIS e da prestação de serviços à comunidade, participam do processo de produção e do plantio das mudas nos espaços destinados para essa finalidade. Todas as atividades são definidas conjuntamente com o técnico responsável pelo SOS ECO e pelos monitores responsáveis pelo NAIS e PSC.

Inicialmente, os adolescentes participam dos cursos de produção e manejo das mudas nativas; depois, passam para as aulas práticas de plantio.

O projeto de produção de mudas de espécies nativas do SOS ECO traz várias vantagens para a cidade de Sorocaba, pois, com a oferta de matas nativas replantadas, haverá uma redução da pressão que hoje as poucas matas nativas sofrem. E havendo um aumento da cobertura florestal atual, isso vai incidir diretamente na qualidade de vida da população. Além disso, estamos promovendo a educação ambiental da comunidade como um todo, pois a educação dos jovens permite uma rápida inserção de ideias na sociedade, formando divulgadores da política ambiental. Dessa forma, o projeto pode contribuir com a sociedade de uma forma geral por meio dos seguintes benefícios:

- melhoria na genética florestal, fornecendo sementes e mudas de qualidade, por meio de padrões de qualidade que serão adotados na produção;
- diminuição das perdas de mudas, fornecendo orientação técnica adequada;
- redução do custo da mudas fornecidas para plantio.

### Equipe técnica

- gerente administrativo;
- coordenador;

- bióloga;
- dois estagiários de engenharia ambiental da Universidade de Sorocaba (UNISO);
- três serviços gerais;
- um funcionário da Cooperativa de Egressos e familiares de Egressos (COOPERESO).

### Atividades desenvolvidas no Projeto SOS ECO

- preparo da terra (peneiração e mistura de terra, esterco e areia);
- preparo de embalagens plásticas para o plantio de mudas;
- coleta de sementes realizadas no município de Sorocaba monitorada pelos técnicos do projeto;
- semeadura de sementes de árvores em canteiros de areia e tubetes plásticos;
- transplante das mudas germinadas em canteiros de areia para as embalagens;
- oficinas (reciclagem, lixo, economia de água);
- oficinas de culinária com alimentos da horta, confecção de sabão com óleo de cozinha, confecção de papel reciclado para serem utilizados em oficinas pedagógicas;
- vídeos educativos conscientizando sobre a educação ambiental e a cidadania;
- visitas especializadas em viveiros da cidade, parques e universidades;
- palestras de cidadanias com profissionais especializados.

### Conquistas

O projeto de educação ambiental e cidadania conta, desde o seu início, com o apoio da UNISO. Em 2009, foi aprovado em primeiro lugar na seleção de projetos realizado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), para receber apoio financeiro do Fundo da Criança e do Adolescentes (FUNCAD).

Em 2010, recebeu uma premiação da Fundação Itaú de Excelência Social (FIES). Essa premiação se deve a uma seleção de projetos inscritos por 600 organizações não governamentais (ONGs) de todo o Brasil que se inscreveram, das quais 20 foram selecionadas para receber a verba destinada ao projeto. Por meio desse prêmio, o projeto passou a receber apoio técnico e financeiro da FIES.

A partir de 2011, o SOS ECO se tornou, oficialmente, um parceiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sorocaba. Por meio dessa parceria, o projeto passaria a fornecer mudas para serem plantadas na cidade de Sorocaba. Em contrapartida, receberia da Secretaria do Meio Ambiente o apoio técnico, com fornecimento de insumos e de mão de obra.

Outra importante conquista foi a construção da estufa para a produção de verduras pelo sistema de semi-hidroponia e o do prédio. Essas melhorias foram executadas com os recursos advindos da FIES, sendo que no prédio seriam instalados escritório, laboratório e depósito.

## Desafios do projeto

Um dos maiores desafios enfrentados pelo projeto é o de despertar o interesse dos adolescentes pelas atividades agrícolas que estão sendo desenvolvidas, pois ainda existe uma resistência quando se trata de ações relacionadas com a agricultura.

Nesse sentido, os técnicos do projeto procuram demonstrar que existe um amplo mercado de trabalho para as pessoas que possuem conhecimento na área, principalmente no campo da recuperação de áreas degradadas. Por esse motivo os técnicos que atuam no projeto também são jovens, que demonstram que as profissões relacionadas com a agricultura e o meio ambiente estão em alta.

Outro desafio que precisa ser enfrentado é a questão da sustentabilidade do projeto, uma vez que as parcerias que temos no momento são voltadas para os recursos materiais. Por isso temos buscado outros parceiros que viabilizem o pagamento das despesas com os recursos humanos, imprescindíveis para todas as ações.

# GRUPO DE TRABALHO AMBIENTAL JERIVÁ

DAVI SANTOS GENESI<sup>1</sup>  
LUCÉLIA MATILDE FERRARI<sup>2</sup>

## Um pouco de história

Em 2004, no Parque Ecológico do Matão, em Votorantim (SP), reuniram-se pessoas de diferentes setores da sociedade com a finalidade de construir um Fórum Ambiental na cidade.

Dentre as organizações não governamentais (ONGs) presentes na época, tínhamos: Associação Amigos dos Animais de Votorantim (AAAV), Grupo Interdisciplinar Ambiental (GIA), Associação de Proteção Ambiental (APA) Parque do Matão, Escoteiros Voturaty, Clube dos Amigos e Protetores dos Animais (CAPA), Cascata Branca, Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC), Fórum Ambiental Jerivá. Desde então, obteve-se diversas conquistas ambientais. Entre as mais importantes, destaca-se a criação do órgão ambiental municipal na cidade: Secretaria de Meio Ambiente de Votorantim, em 2005, além de outras mobilizações, como almoços ambientais, campanhas educativas, participação em eventos socioambientais.

Os acampamentos eram atividades importantes desempenhadas pela ONG, bem como as trilhas monitoradas, monitoramento das águas do rio Sorocabá e Cachoeira da Chave, almoços ambientais e naturais que Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá realizava no Parque do Matão nos anos de 2004, 2008

---

<sup>1</sup> Presidente do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá. E-mail: [daviambiente@gmail.com](mailto:daviambiente@gmail.com)

<sup>2</sup> Diretora do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá. E-mail: [luceliferrari@bol.com.br](mailto:luceliferrari@bol.com.br)

e 2010, em parceria com Prefeitura de Votorantim, por meio da Secretaria de Meio Ambiente.

No ano de 2008, integrantes resolveram dar uma personalidade jurídica ao Fórum, que tem sempre como principal objetivo alavancar as demais entidades ambientalistas de Votorantim. A primeira presidente oficial da ONG Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá foi Lucélia Ferrari, que também coordenava o Fórum desde 2004. Ela teve como vice Felipe Zamboni.

No ano de 2010, a ONG passou por uma nova eleição, sendo a seguinte a composição da atual diretoria:

- presidente: Davi Santos Genesi;
- vice-presidente: Gustavo Gil Rangel Miguel;
- secretária executiva: Alessandra Fernandes de Moraes;
- tesoureiro: Evandro Messias;
- conselho fiscal: Edson Locatelli, Fernando Ploom e Manoel Troiano Cuco;
- conselho consultivo: Lucélia Matilde Ferrari, Edileusa da Silva Alencar e Alberto.

Assim, a ONG Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá obteve novas conquistas: assumiu a Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental do Comitê das Bacias dos rios Sorocaba e Médio Tietê e participou do Conselho Gestor da APA Itupararanga.

## Missão

Promover e incentivar os povos à cultura de proteção e preservação permanente de todo o ecossistema terrestre, seja das matas ciliares, rios e lagos, e de todos os seres neles viventes, garantindo um futuro capaz de garantir condições dignas de vida.

## Visão

Vivermos em um planeta longe do perigo de desequilíbrio do clima e desarmonia entre as espécies.

## Valores

Respeito às diferentes formas de vida. Integridade com nossas ações, baseadas na transparência com nossos públicos, em uma conduta honesta.

## Novos direcionamentos 2011

Com a posse da nova diretoria do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá, a ONG passou por uma reestruturação e teve como ápice o ano de 2011. Nesse ano foram realizados:

### Ampliação de novos sócios e participação socioambiental

No sábado do dia 27 de agosto de 2011, na Faculdade Pitágoras (grande parceira da ONG), em Votorantim, foi realizada a reunião dos novos associados da ONG Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá.

### Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá apoiou a I Feira Socioambiental do Interior Paulista

A I Feira Socioambiental do Interior Paulista foi um sucesso. Ela contou com a organização da Canovas Construções Ltda., e entre os apoiadores estavam: o Shopping Sorocaba, a Secretaria de Meio Ambiente de Sorocaba, o Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá e a Revista. E como patrocinadores: Unimed Sorocaba, Eldorado Veículos, Emaximóvel e Águas de Itu, o que possibilitou aos artesãos presentes uma estrutura adequada e aconchegante. Pudemos contar com a presença de inúmeras autoridades: prefeito de Votorantim (Pivetta); vice-prefeito de Votorantim (Marcos Mâncio) e sua esposa (Priscila); vereadores de Votorantim (Heber e Fernando de Oliveira Souza); secretária de Meio Ambiente de Itu (Patrícia Otero); secretária de Meio Ambiente de Sorocaba (Jussara de Lima Carvalho); diretor de Meio Ambiente de Sorocaba (Welber Smith); gestoras ambientais da Secretaria de Meio Ambiente de Sorocaba (Viviane e Letícia); administradora do Sorocaba Shopping (Ângela Mendes); presidente do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá (Davi Santos Genesi); vice-presidente do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá (Gustavo Gil Rangel)

Miguel); coordenador da Coleta Seletiva em Votorantim (Edson Locatelli); representantes da Unimed de Sorocaba (Simone Panini e Jéssica); secretário de Cidadania e Geração de Renda (João Soares de Queiroz) e sua esposa (Marlene Queiroz); Secretaria de Cultura de Votorantim (Clayton Leme e equipe); produtora e apresentadora dos programas Jornal em Revista e Planeta Azul da Rádio Cruzeiro FM (Maria Helena Amorin); assessor (Zelão) do presidente da Câmara Municipal (vereador Marcão Papeleiro); assessora (Edileuza Alencar) da vereadora Marilene Newman; chefe de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Sorocaba (Maria Cláudia); e, é claro, eles, os artesãos ambientais, pois, graças à sua fidelidade, conseguimos ficar juntos cinco dias. Ao Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá coube a estrutura e montagem das mesas e a logística da entrega dos convites.

#### Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá assume a CTEEA/CBH-SMT

A ONG Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá estará à frente da coordenação da Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental (CTEEA) do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) durante a sua nova gestão até março de 2013.

#### Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá apoia mobilização com os cooperados da COOPERVOT

Na parte da manhã do dia 3 de junho de 2011, os catadores de recicláveis de Votorantim, juntamente com trabalhadores de Cooperativas das cidades paulistas de Itapeva, Taquarivaí, Ribeirão Grande e Araçariguama, fizeram uma caminhada, partindo de frente à escola Armando Rizzo, na Vila Irineu, e percorreram as principais vias daquele bairro, passando pela Rua Joaquim Fogaça no Dominguinho, Avenida 31 de Março, até chegar à Praça Zeca Padeiro, no centro de Votorantim.

Segundo o coordenador da Cooperativa de Recicláveis de Votorantim (COOPERVOT), Edson Locatelli, o objetivo era chamar a atenção da população sobre a importância da coleta seletiva na cidade, além de incentivar as pessoas a separar os materiais recicláveis, óleo de cozinha e materiais eletrônicos a fim de entregá-los aos catadores que passam semanalmente em cerca de 45% do município.

Segundo conta, desde o início da Cooperativa até os dias atuais, foram coletados cerca de 4 mil toneladas de resíduos, que, antes, iam para o aterro sanitário. Atualmente, são cerca de 60 a 80 toneladas coletadas por mês no município. Faltam, porém, algumas estruturas, como caminhão e espaço físico para os catadores poderem trabalhar e chegar a 100% das residências.

Locatelli conta que foi entregue um projeto de coleta seletiva na Fundação Banco do Brasil, o qual já foi habilitado, porém o presidente da Cooperativa diz que está esperando o retorno. No projeto, pedem-se um caminhão, uma balança e uma prensa a fim de melhorar os trabalhos dos catadores.

O presidente da Câmara Municipal, vereador Marcão Papeleiro (PT), esteve presente em toda a caminhada. Ele disse: “Quero parabenizar esse projeto que já é um sucesso em nosso município, devido ao comprometimento de todos os envolvidos, principalmente pelos trabalhadores e trabalhadores que, sem eles, não teríamos esse maravilhoso trabalho em Votorantim. Também do apoio de tanta gente, como o prefeito Pivetta, que tem contribuído tanto com o sucesso da coleta seletiva, e Sindicato dos Trabalhadores Papeleiros, que enviou o caminhão de som para apoiar essa caminhada.”

A presidente da Cooperativa de Recicláveis de Araçariguama (COOPRAM), Nauva Alves, não economiza elogios ao município: “Em outras cidades, as Cooperativas de recicláveis têm muita dificuldade em se reestruturar como Votorantim. O prefeito Carlos Pivetta está de parabéns pelo apoio que tem dado a Cooperativa local.”

O evento contou com o apoio da empresa de ônibus São João, ONG Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá, Prefeitura Municipal de Votorantim, Sindicato dos Papeleiros de Sorocaba e Região e Polícia Militar.

O Dia Nacional dos Catadores foi instituído pelo governo Lula como sendo 5 de junho, que já se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.

### Limpeza simbólica na Cachoeira da Chave, em Votorantim

Um sucesso! Assim pode ser definido o encontro promovido pelo Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá a fim de promover uma limpeza, simbólica, na Cachoeira da Chave.

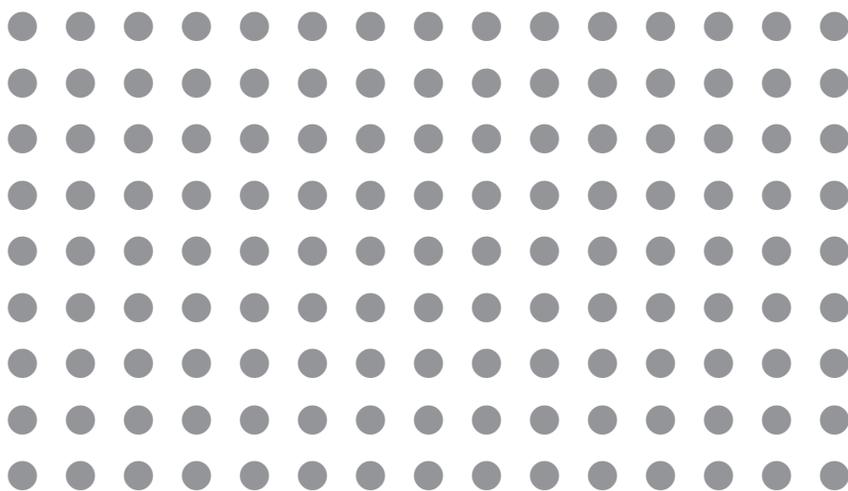
O evento, que começou pontualmente às 14h, do sábado de 24 de setembro, coincidiu com a Semana Municipal de Meio Ambiente de Votorantim e

início da primavera. Segundo o presidente da ONG, Davi Genesi, a intenção do evento era retirar o excesso de lixo do entorno da cachoeira e chamar a atenção para a importância da conservação do meio ambiente e da população em geral para o debate.

Além de garrafas pets, sacos plásticos de mercados, restos de roupas retiradas da cachoeira, foram encontrados restos de objetos religiosos, como estátuas de gesso, velas queimadas, alimentos, como milho e amendoim, e potes de barro. Sem sombra de dúvidas, as religiões que fazem despachos próximos à cachoeira devem se atentar para a necessidade de preservar aquela área, que pertence a toda a população do município.

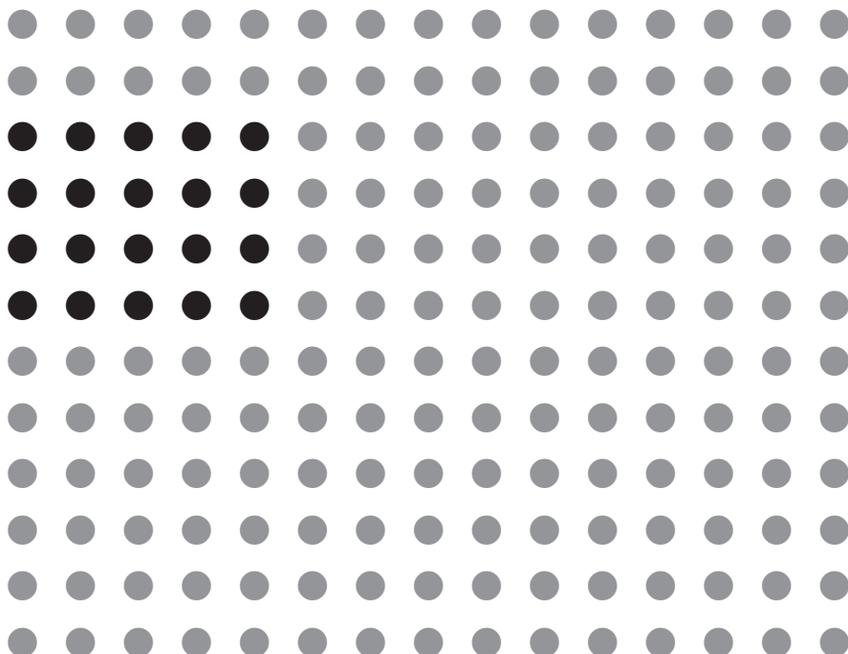
Além dos membros da ONG, estiveram presentes: o Corpo de Bombeiros do Município, a COOPERVOT, a Associação Mundo Inteiro de Capoeira, Polícia Militar e o grupo de escoteiros de Votorantim.

Após o evento, membros do Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá já debatiam as datas para o próximo evento, que será divulgada na ocasião apropriada.



## Parte V

# CULTURA E COMUNICAÇÃO





# ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DE PESQUISA NA REGIÃO DE SOROCABA

TERESA MARY PIRES DE CASTRO MELO<sup>1</sup>

## Introdução

A mesa temática “Comunicação e Cultura” reuniu as seguintes organizações: Ação Periférica, por meio de Márcio Brown; Rasgada Coletiva, representada por Ary Holtz; Culturama, com a presença de Renata Braga; Capoeira Nacional, com a presença de Eduardo Alves Santos (mestre Falcon); Associação Cultura Votorantim, por meio de Werinton Kermes e Luciana Lopez; Central Única de Favelas (CUFA), sendo representada por Claudia Rafael e Fátima Pires; e a Associação Escola e Cultura em Foco, representada por Marcelo Nascimento. Além dessas organizações, participaram também outros interessados no tema, que contribuíram nas reflexões, no levantamento da realidade local, debates e propostas de encaminhamento.

As falas dos representantes das organizações trouxeram o esboço do cenário das fragilidades e potencialidades em relação à comunicação e à cultura na região – esse cenário foi apresentado a partir da riqueza da diversidade de objetivos de cada grupo, de sua organização interna e das diferentes compreensões sobre os temas.

Não foi, entretanto, difícil reunir os desafios apresentados e suas conseqüentes demandas em uma síntese de propostas, as quais passam pelas questões

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: tere-samelo@ufscar.br

relativas à sustentabilidade econômica (institucionalização dos grupos, participação em editais, elaboração de projetos, espaços de produção comunitária), pela reflexão e formação dos agentes de cultura e comunicação (valorização dos processos de produção cultural, conhecimento de legislação e possibilidade de comunicação comunitária), constituição de instâncias, agendas e espaços comuns (Fórum Permanente, espaços físicos públicos, canais de comunicação universitários).

Tais encaminhamentos estão detalhados no Capítulo “Universidade e compromisso social: a título de prólogo” deste livro. O que talvez não esteja expresso ali é o desejo de, além de enfrentar os desafios, desvelar e revelar a força da comunicação “alternativa” e da produção cultural da região, existente de maneira fragmentada, mas profícua.

O texto que se segue apresenta o resultado de uma pesquisa aplicada para aferir as ações de comunicação das organizações presentes ao I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. Estão presentes questões relativas à comunicação interna, externa e relações com a mídia local e comunitária, assim como o entendimento da comunicação como um direito humano. O instrumento escolhido foi um questionário semiestruturado com dez questões, e o pré-teste de compreensão e pertinência das questões foi realizado junto a representantes das organizações, em uma das reuniões preparatórias para o I Encontro (vale dizer que foram realizadas seis reuniões conjuntas entre os docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e os representantes dos movimentos sociais e sindicais para planejar o evento).

A proposta de pesquisa foi apresentada às organizações como uma ação de autoadesão, da qual participaria o representante que tivesse mais afinidade com o tema. Das 43 organizações presentes, 24 responderam ao questionário: 21 organizações de Sorocaba (SP) e 3 de Votorantim (SP).

## Comunicação como direito humano

O direito à comunicação está, de maneira preliminar, expresso na Carta dos Direitos Humanos, assim como na Constituição do Brasil, que garantem o

direito à liberdade de expressão como um direito individual de pensar e expressar suas ideias, sem censura.<sup>2</sup>

Este é um direito relativamente conhecido dos indivíduos, mas não abrange, sozinho, a ideia do “direito à comunicação”, termo criado na década de 1960 por Jean D’Arcy,<sup>3</sup> funcionário do Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas, que chamou a atenção para uma necessidade de ampliação do direito à liberdade de expressão, entendendo que esta é uma das vertentes do conceito de “comunicar”. Essas reflexões foram incorporadas na década de 1980 ao documento “Um Mundo Muitas Vozes”, junto ao debate na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC).<sup>4</sup>

Essa ideia, que está sendo construída desde então, torna-se agora premente no debate sobre comunicação, conforme avalia o Intervezes (2010, p. 15):

Com a convergência tecnológica e a efetivação da globalização econômica, tornou-se ainda mais necessário atualizar as formulações das últimas décadas e observar quais são características desse conceito, como ele muda e o que o define.

---

<sup>2</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XIX: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” A Constituição do Brasil, no capítulo I, Art. 5º, inciso IX, diz que: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

<sup>3</sup> “Tempo virá em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo do que o direito do homem à informação, prevista pela primeira vez vinte e um anos atrás, no artigo 19. Este é o direito do homem de se comunicar. Este é o ângulo a partir do qual o desenvolvimento futuro das comunicações terá que ser considerado para ser totalmente compreendido” (D’ARCY, 1977, p. 1. tradução livre).

<sup>4</sup> A Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), lançada na década de 1970 e apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é um projeto internacional para buscar o equilíbrio dos fluxos de informação. Tendo sido alvo de oposição das organizações da mídia privada, o projeto foi sendo abandonado e substituído por outras agendas da UNESCO, como a da inclusão digital e da democratização da comunicação.

O Intervezes (2010, p. 15) aponta como dificuldades no avanço do debate a falta de experiência de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas no setor e a precariedade de “[...] evidências e referências, qualitativas e quantitativas, sobre as diferenças no acesso aos meios de produção e difusão da comunicação [...]”.

O direito ao acesso à produção da chamada sociedade da informação, em um importante debate impulsionado pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), ainda se apresenta dentro da lógica das possibilidades reais nas quais um grupo produz a informação e outro grupo apenas consome a informação. Pasquali (2005, p. 45) considera essa situação como uma “anomia setorial”, devido às desigualdades, no cenário mundial, das condições de produção e acesso:

Os esforços, pelos quais aqueles que geram quase toda a informação disponível, no sentido de fazer avançar a Sociedade da Informação de uma forma desregulada e quase num vácuo legal, parecem ser semelhantes à iniciativa das nações marítimas em impor um tratado de livre navegação às nações sem saída para o mar.

Pasquali (2005) desdobra então o direito à comunicação a partir de dois movimentos:

1. o direito ao acesso aos meios de comunicação, assim como ao uso das NTICs. Esse direito garante o consumo das informações produzidas local e globalmente;
2. o direito à participação, que garante a produção, publicação e divulgação de comunicação por indivíduos, grupos, comunidades ou países.

Ao analisar o equilíbrio entre essas duas necessidades, Pasquali (2005, p. 38) pondera:

A saúde comunicativa de uma sociedade pode ser mensurada em termos das complementaridades e do saudável equilíbrio existente entre a pluralidade e qualidade das mensagens as quais ela tem acesso, e em termos de sua cota de participação na geração de mensagens e na transmissão.

E complementa:

A crescente facilidade de acesso faz a participação mais difícil e pode inibi-la (vice-versa), gerando mais dependência, paternalismo e cibertinização social, o que explica o fato de que a palavra acesso abunda no discurso econômico hegemônico, enquanto participação raramente aparece (PASQUALI, 2005, p. 38).

Esse debate, portanto, passa a incorporar a possibilidade de participação na produção de comunicação e discute suas centralizações e capilaridades, desde as condições físicas para isso (satélites, cabeamentos, retransmissoras, receptoras) até a legislação e os marcos regulatórios sobre o conteúdo produzido pelas grandes empresas de comunicação e a concessão de canais não comerciais.

Assim, embora historicamente a maioria dos esforços tenha sido no sentido de garantir o acesso aos meios, tem-se, com maior frequência, atentado para a necessidade de possibilitar a produção de comunicação descentralizada a partir de grupos, comunidades e países, assim como a presença dessa produção em um contexto globalizado que tem assumido com uma de suas virtudes a valorização da “diversidade”.

O que se coloca, nesse momento, é a necessidade de se estabelecer canais que garantam a bidirecionalidade de produção, divulgação e acesso em nível mundial e nacional das produções de comunicação, além de garantir sua capilaridade regional, local e comunitária. No entanto, no bojo desse debate, insere-se também a necessidade de pensar o processo da produção dessa comunicação para que não sejam replicadas as condições alienadas de produção das empresas de comunicação.

Multiplicam-se, nessa direção, as experiências e as pesquisas sobre gestão e produção coletivas, criando novos modelos de comunicação, a partir da interação entre sujeitos reunidos em torno de interesses e identidades. Esses modelos apresentam-se como possibilidades de se constituírem como comunicação comunitária, a qual vamos examinar rapidamente a seguir.

## Comunicação comunitária

A comunicação comunitária será aqui exposta brevemente sob dois pontos de vista: o de sua natureza de ação comunicativa humana e o da legislação brasileira que a regula.

Enquanto ação humana, esse tipo de comunicação faz interfaces com os conceitos de comunicação popular e comunicação alternativa. Segundo Peruzzo (2006, p. 2)

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares.

Na mesma linha, pensadores latino-americanos da comunicação dialógica, como Mário Kaplún, consideram essa ação comunicativa como um processo educativo e libertador, em cuja prática evidenciam-se a ampliação da compreensão das questões sociais, a constituição da identidade, a possibilidade de resistência, o reconhecimento dos saberes, fragilidades e potencialidades locais, a experimentação.

Para Kaplún (1985, p. 17), utilizar os meios de comunicação a partir desse ponto de vista é lançar mão deles como “[...] instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”.

Do ponto de vista da legislação, a comunicação comunitária é uma categoria de concessão de canais de radiodifusão, cuja outorga passa pelo Ministério das Comunicações, que assim a define em texto de seu site na internet:

A radiodifusão é a transmissão de ondas de radiofrequência que se propagam eletromagneticamente através do espaço. A radiodifusão é o meio de comunicação ao qual a maioria da população tem acesso como ouvinte. As radiofrequências usadas na radiodifusão e nos demais serviços de telecomunicações são um bem escasso e importante para os povos. Sua utilização permite a comunicação entre pessoas e máquinas eletrônicas.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao>>. Acesso em: 25 out. 2011.

As concessões dos veículos de radiodifusão (de qualquer categoria) têm sido objeto de estudo, debate e pressão social para sua alteração, transparência e fiscalização, devido à sua importância social e à sua definição na Constituição Brasileira, assim resumida pelo mesmo texto do Ministério das Comunicações:

Os serviços de radiodifusão, como definidos na Constituição, têm por fundamento filosófico a finalidade educativa e cultural, a promoção da cultura nacional e regional e o estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, sendo permitida a exploração comercial desses serviços, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade.<sup>6</sup>

O serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) também é outorgado por meio de autorização, de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998<sup>7</sup>. A regulamentação dessa modalidade de mídia prevê que:

Art. 7º São competentes para executar o serviço de RadCom: a) as fundações e b) as associações comunitárias sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade a ser servida pela estação e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Art. 18. As prestadoras de RadCom poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos a estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Reunindo as naturezas conceituais e legais da comunicação comunitária, Peruzzo (2009) elenca suas características, as quais estão aqui organizadas nas categorias “conteúdo”, “produção” e “gestão” e apresentadas resumidamente:

- quanto ao conteúdo: divulgar assuntos específicos das comunidades que normalmente não encontram espaço na mídia convencional. Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discrimina-

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao>>. Acesso em: 25 out. 2011.

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9612.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm)>. Acesso em: 25 out. 2011.

ção da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública;

- quanto ao processo de produção: quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc.) as mensagens não é, necessariamente, um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum, sendo usada como estratégia a participação direta das pessoas do próprio lugar na programação;
- quanto à gestão: não tem finalidades lucrativas. É autofinanciada ou recebe doações, além de trabalhar apenas com apoio cultural, e não com anúncios publicitários. Há um entendimento de que caso haja excedentes econômicos, estes não devam ser apropriados privadamente, mas revertidos para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação. Existe a participação direta das pessoas do próprio lugar na gestão, e, nas experiências mais avançadas, desenvolve-se gestão do tipo coletiva.

Colocadas, assim, as premissas que embasam a intenção, a formulação e a análise da pesquisa aqui apresentada, vamos à análise de seus resultados.

### Questões gerais: perfil das ações comunicativas das organizações

Vamos, em um primeiro momento, considerar a totalidade das análises das questões para, em seguida, examinar mais de perto as que estão ligadas à proposta deste trabalho. A estruturação das questões em respostas de múltiplas escolhas, mas com um desdobramento de resposta livre, tornou possível fazer a análise qualitativa, além da quantitativa.

Nas questões relativas à percepção da representação de cada organização na mídia comercial local, 33% consideram-na adequadamente representada e atribuem a presença de um profissional contratado para essa inserção, enquanto 67% avaliam de maneira negativa essa representatividade, seja pela falta de acesso, pelo pouco interesse desses veículos de comunicação social às causas representadas ou a distorção de seus objetivos.

Em relação ao processo de produção de comunicação, 63% das organizações contam com a colaboração dos militantes, apenas 13% têm um profissional contratado para essa função e 16% trabalham esse processo na perspectiva de produção coletiva. Do total de entrevistados, 8% não responderam à questão.

Entre os veículos de comunicação utilizados para interagir com a comunidade, aqueles elaborados em meios digitais (blogs, redes sociais, sites) somam 51%; entretanto, individualmente, a utilização de panfletos foi a mais apontada. Para a elaboração desses veículos, 58% das organizações necessitam de verba externa com parcerias, colaborações de militantes, editais ou moeda solidária.

Os canais de distribuição do material de comunicação equilibram-se entre os meios digitais e presenciais, como eventos na cidade ou mesmo o “boca a boca”. Já os canais de comunicação direta com o público dão-se preferencialmente nos meios digitais.

A participação em redes de comunicação é de 21% – falta de acesso, conhecimento ou oportunidade e organização interna insuficiente são os motivos apontados para a não participação.

## Organizações e comunicação comunitária

Quando se trata da relação de cada organização com os meios de comunicação comunitária, embora os números apontem que 44% se relacionam com eles, percebe-se alguma confusão sobre o que é comunicação comunitária. Peruzzo (2003) atribui essa dificuldade de “delimitação de fronteiras entre local e comunitário” a dois fatores. O primeiro diz respeito aos próprios conceitos:

No espaço local as relações sociais entre aqueles que vivem ou participam do cotidiano tendem a ser menos orgânicas e mais heterogêneas entre si, do que em comunidades. Porém, não existem padrões universais de classificação do sujeito local. Cada espaço local é distinto do outro. Tem suas singularidades e diversidades, simultânea e dialeticamente relacionadas. O mesmo vale para comunidade: cada uma só pode ser compreendida em suas especificidades, embora existam princípios – cientificamente comprovados – que ajudam a compreensão do fenômeno comunitário (PERUZZO, 2003, p. 6).

O segundo fator, segundo a autora, diz respeito às dificuldades de identificar a natureza da comunicação comunitária e da comunicação local, uma vez que os conteúdos, as práticas e as simbologias se confundem:

Ocorre que determinados conteúdos dos meios de comunicação e as estratégias de envolvimento das pessoas nos mesmos em princípio são gerados no âmbito da comunicação comunitária e concebidos como característicos dela, por vezes passam a ser apropriados por outros tipos de veículos de comunicação. [...] O inverso também ocorre quando meios comunitários, ou que assim se autodenominam, assumem posturas características da mídia comercial convencional [...] (PERUZZO, 2003, p. 7).

Para uma melhor compreensão do cenário, apresentamos as condições atuais dos veículos de comunicação comunitária em Sorocaba, que assim se configuram:

- três rádios em funcionamento (Super FM, do Jd. Saíra; Legal FM, do Pq. das Laranjeiras; Majestade FM, do Jd. Itanguá) e uma em processo final de concessão. Há também 11 pedidos de concessão junto ao Ministério das Comunicações;
- um canal de TV disponibilizado pelo sistema a cabo – TV COM.

Votorantim conta com a TV Votorantim, que é híbrida (50% comunitária e 50% comercial), e a Rádio Nova Tropical FM, no Jd. Araújo. Tramita um pedido de concessão junto ao Ministério das Comunicações.

Assim, as duas cidades contam com seis veículos de mídia comunitária. As organizações pesquisadas que afirmaram não utilizar essa modalidade de mídia justificam essa ausência de relacionamento pela falta de contato com os veículos, falta de conhecimento da existência, falta de estrutura interna para buscar essa parceria, ou porque nunca procuraram e foram procurados.

Do grupo que declarou relacionar-se com a mídia comunitária, apenas duas organizações classificaram adequadamente esses veículos. As demais incluíram revistas especializadas, redes sociais, jornais locais ou informativos de outras organizações.

## Organizações e o direito à comunicação

A questão relacionada ao direito à comunicação foi assim formulada: Como são as discussões sobre direito à comunicação na organização na qual você milita? Qual a sua opinião pessoal sobre o tema? As respostas a essa questão podem ser agrupadas em cinco categorias, numericamente equilibradas.

### Organizações/militantes inseridos no debate

As respostas desse grupo evidenciam um encaminhamento das discussões sobre direito à comunicação, embora ainda não aprofundadas. Estão presentes as questões sobre trabalho colaborativo, a atitude proativa e não dependente do poder público, sobre o direito intelectual e internet, tecnologias em software livre, formação, capacitação e fomento às tecnologias livres midiáticas.

Incorporam-se também ao debate iniciativas para concretizar esse direito, como a TV Cela, programa da TV Votorantim elaborado por presidiárias da Cadeia Pública de Votorantim e que vai ao ar em 48 emissoras comunitárias do estado, ou o Vozes Periféricas, projeto no qual moradores de todas as idades de bairros periféricos aprendem a produzir produtos audiovisuais e acessar manifestações culturais e artísticas.

### Organizações/militantes não inseridos no debate, mas que reconhecem sua importância

Nesta categoria inserem-se as questões sobre a decisão do que é divulgado ou não pela mídia e a presença do poder político e econômico como proprietários de jornais e TVs, o que inviabilizaria qualquer discussão que confronte o sistema vigente.

Há o reconhecimento da necessidade de se buscar meios alternativos de comunicação, especialmente a partir da popularização da internet, tornando-se essencial o investimento no setor, como plano de internet livre para todos. A falta de estrutura interna foi apontada como um dos empecilhos ao debate, mas entendem que é preciso ampliar a discussão de forma que os movimentos organizados e sociedade em geral se apropriem do tema.

### Organizações/indivíduos que focam a liberdade de expressão ou regulação da mídia

Como apontado anteriormente, o conceito de liberdade de expressão está relativamente apropriado pelos indivíduos e sociedades. Neste grupo, o direito à comunicação se expressa na possibilidade de comunicação democrática em que todos têm “voz ativa” e podem falar e ser ouvidos em suas concepções e questionamentos.

O outro lado da questão diz respeito à necessidade de regulação da mídia, no sentido de que sejam garantidos os interesses públicos nos veículos de comunicação. Essa é uma interessante polarização, uma vez que a mídia massiva costuma reagir a qualquer movimento no sentido de regulação de seus conteúdos apelando para a liberdade de expressão e a não submissão a nenhum tipo de “censura”.

#### Organizações/indivíduos que encaminharam a resposta para as necessidades de comunicação do tema da organização

Nesta categoria estão reunidos aqueles que problematizam o tema em sua aderência às questões comunicacionais da organização. Há os que se consideram contemplados nesse direito – uma vez que a comunicação interna e externa da organização tem um bom fluxo – e os que se ressentem de falta de apoio do poder público, boicotes e/ou preconceito da mídia em relação ao objetivo do movimento.

Encontram-se também aqui as questões relacionadas a verbas para produção de comunicação externa, a qual é considerada como o único canal de contato com a comunidade.

#### Organizações/indivíduos que responderam que não existe o debate ou não responderam à questão

Aqui constam respostas como “não tem”, “não há” ou a ausência de qualquer resposta.

#### Algumas considerações

A partir desse primeiro levantamento de dados, foi possível perceber que, embora nem todas as organizações notem as necessidades de comunicação de maneira sistematizada, todas empreendem alguma ou várias iniciativas nesse sentido, com diferentes formas de auto-organização, planejamento, produção, distribuição e implementação de atividades comunicativas.

É também possível verificar que grande parte das organizações pesquisadas não utiliza os canais comunitários para comunicar-se, seja por desconheci-

mento dessa modalidade, pela não valorização desses veículos quando cotejados com os veículos de comunicação comerciais locais ou por julgá-los tão inacessíveis quanto os veículos da mídia comercial.

Em sua totalidade, as organizações entendem as ações de comunicação como necessárias para inserção na sociedade de seus temas de militância. No entanto, nem todas percebem que a comunicação não é apenas um objeto de reflexão enquanto campo em si, mas como um natural e necessário componente da visibilidade de seu tema de militância no debate social. Assim, o debate sobre comunicação não é pertinente apenas nas organizações que têm a comunicação como objeto de militância, mas como ação imprescindível para a organização interna e para a atuação externa de cada uma delas.

Dessa maneira, inserir a comunicação como um direito na pauta dessas organizações e discutir sua necessária apropriação de todos os meios de comunicação, inclusive e especialmente as comunitárias, passa a ser um dos objetivos do Grupo de Trabalho de Comunicação, organizado no I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, que tem se reunido periodicamente para pensar e encaminhar a comunicação interna e externa do Fórum.

Ao finalizar, quero agradecer aos participantes desse Grupo de Trabalho, que têm possibilitado a reflexão contextualizada sobre a busca de canais de mídia cidadã no sentido de legitimar e dar visibilidade ao conjunto dessas organizações sociais. Estão também presentes nos nossos encontros as questões sobre a possibilidade de nos constituirmos como um espaço de experimentação e pesquisa de produção coletiva de comunicação; o aprofundamento das questões sobre o uso de plataformas de software livre; a possibilidade da gestão horizontalizada; a promoção do escoamento da produção cultural e do conhecimento e reconhecimento da diversidade cultural da região.

## Referências bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 25 out. 2011.

- D'ARCY, Jean Direct Broadcast Satellites and the Right to Communicate. In: HARMS, L. S.; RICHSTAD, Jim; KIE, Kathleen A. (Eds.). *Right to Communicate: Collected Papers*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1977. p. 1-9. Originally published in EBU Review, 118 (1969): 14-18.
- INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação. *Contribuições para a construção de indicadores do direito a comunicação*. São Paulo: Intervozes, 2010.
- KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.
- PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). *Direitos à Comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005. p. 15-48.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003.
- \_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação popular, alternativa e comunitária. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, UnB, Brasília, 6 a 9 de setembro, 2006. *Anais...* Brasília: UnB, 2006.
- \_\_\_\_\_. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Um mundo de muitas vozes (Relatório McBride)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983

# AÇÃO PERIFÉRICA: COMPROMISSO COM A IGUALDADE RACIAL, CULTURA E A ARTE NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA

MÁRCIO BROWN<sup>1</sup>  
ÉRIKA FRANCINE<sup>2</sup>  
DEIVISON NKOSI<sup>3</sup>

## Histórico

Associação Ação Periférica é uma entidade formada por pessoas da periferia de Sorocaba (SP), comprometidas com a cultura e a arte, focadas na transformação social e encaradas como forma de resgate e promoção de autoestima. Promove ações em prol das periferias por meio da cultura, educação, cidadania, trabalho, renda e igualdade racial e social.

A seguir, são apresentados dois capítulos importantes do nosso Estatuto aprovados em nossa fundação, que descrevem nossos principais objetivos e campos de atuação:

### Capítulo I Da Denominação, Sede e Afins.

---

<sup>1</sup> Produtor Cultural, cursando Tecnologia em Marketing (Sorocaba/SP). E-mail: marciobrown89@gmail.com

<sup>2</sup> Técnica Contábil, cursando Pedagogia (Sorocaba/SP). E-mail: érika.francine@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Ciência da Saúde (Santo André/SP). E-mail: sdeivison@hotmail.com

Art. 1º – A ASSOCIAÇÃO AÇÃO PERIFÉRICA, ou simplesmente AAP, fundada em 21 de maio de 2006, é uma Associação Civil de natureza Filantrópica, sem Fins Lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua: Ministro Salgado Filho, 1264 – Vila Sônia – CEP. 18075-605, cujas atividades reger-se-ão pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

## Capítulo II

Das Finalidades e das atividades desenvolvidas

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO AÇÃO PERIFÉRICA tem por finalidade:

Organizar e representar o cidadão e cidadã junto aos poderes públicos e outras entidades de caráter público ou privado por todos os meios legais pertinentes possíveis, incluindo neste rol a possibilidade de promover ações civis públicas para defesa dos interesses da coletividade.

Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, estimulando o intercambio das várias organizações da sociedade civil.

Catalogar, Pesquisar, Elaborar e Divulgar nos diversos meios de comunicação em massa e próprios as informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo.

Estimular e Promover a apresentação de projetos de cunho social

Estimular e Promover atividades culturais visando a divulgação das culturas Hip-Hop, Rock e Samba dentre outras.

Representar os seus associados tomando posição em campanhas e ações de interesse público.

Desenvolver ações que garantam o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estabelecer parcerias públicas e/ou privadas para a formulação de políticas públicas voltadas para a juventude, crianças, mulheres e idosos.

Criar mecanismos de validação dos instrumentos que apresentam garantia do reeducando sobre os dispositivos legais existentes.

Fomentar e Acompanhar as Ações desenvolvidas pelos Órgãos Governamentais e Não Governamentais no tocante as Políticas de Prevenção e Assistência as DST/AIDS.

Fomentar e Acompanhar as Ações desenvolvidas pelos Órgãos Governamentais e Não Governamentais no tocante as Políticas Públicas de Saúde e assuntos relacionados à Igualdade Racial<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://acaoperifericasocial.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

## Nossos sócios-fundadores

Os fundadores da Ação Periférica são os seguintes:

- Márcio Roberto dos Santos;
- Wagner Luis Elias da Silva;
- Glaucia Alves da Costa;
- Juliana das Graças Santos;
- Caio Vinicio Rocha;
- Cleber Eduardo Gonzaga;
- Arnaldo Paes da Silva Jr.;
- Mauricio Miguel de Souza;
- Ednilson Parra Ortega;
- Valeriano Gomes Gaya;
- Everton de Oliveira Sápula;
- Benedito Baptista Machado.

Sentindo na pele a dura realidade da periferia de Sorocaba, pois todos fazemos parte dela, resolvemos fazer, de forma coletiva e organizada, o que já vínhamos fazendo em apoio a entidades comprometidas com as questões sociais: organizações não governamentais (ONGs), associação de moradores, grupos de jovens, movimento negro, cultura hip-hop, skatista, grafiteiros, DJs, rappers, b-boys, capoeirista, sambistas etc. Sempre lutamos por condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Surge daí a idealização e posterior fundação da nossa entidade: Associação Ação Periférica.

Morar na periferia, saber da dura realidade que nela impera (jovem sem perspectiva, desemprego, miséria, violência urbana e muitas outras coisas que são manchetes todos os dias), foi o nosso foco para a transformação e o resgate de vidas por meio da arte e da cultura. Sabemos que a mudança não virá da noite para o dia, mas, se nos unirmos hoje, amanhã nossos filhos terão mais perspectivas e novas referências para se espelhar. Queremos fazer nossa parte, acreditando no trabalho de parcerias que agregam e transformam. Por meio desse pensamento, criamos uma carta aberta na busca de parceiros para nossa luta, que segue:

### Carta Aberta para Parceria de uma Ação Periférica Social

Seja um de nossos parceiros...

A Associação Ação Periférica vem através desta te convidar a ser mais um parceiro, em nos ajudar a ajudar as comunidades de periferias em Sorocaba, por meio da nossa entidade social, com projetos para comunidades carentes. Queremos ser parceiros de pessoas, instituições, ONGs, poder público, privados e gente ligada à educação, cultura, trabalho e renda, saúde, juventude, mulheres, direitos humanos, igualdade racial e cidadania.

Procuramos parceria para apoio financeiro e também não financeiro, contamos com você nessa parceira para desenvolvermos nossos projetos de resgate social e de inclusão.

Pedimos também que possa nos ajudar na doação de livros (diversos temas), carteiras (tipo universitária), lousa (qualquer tamanho), disco de vinil, cds, dvds, para serem utilizados em nossos cursos, grupos de estudos e palestras ministradas pelos nossos membros e parceiros em prol da nossa comunidade, na reflexão, informação e conscientização do papel de um cidadão transformador.

### Nossas principais conquistas

Nossa primeira conquista foi uma sessão solene de fundação proposta pelo vereador Arnô Pereira e sua assessoria, em maio de 2006, como uma apresentação do nosso trabalho à sociedade.

Tivemos também apoio do Sindicato dos Correios, que cedeu uma sala em sua sede para que tivéssemos um espaço físico com estrutura, facilitando nosso contato com a comunidade. Recebemos doações de livros e demos início a criação de uma biblioteca comunitária. Ganhamos mesas, prateleiras, compramos uma lousa, carteiras e realizamos cursos gratuitos para a comunidade e sindicalizados.

Fizemos também parceria com a Pastoral do Menor e realizamos cursos para menores assistidos pela Pastoral no Programa de Liberdade Assistida.

Organizamos reuniões com o movimento hip-hop para realizações da Semana do Hip-Hop, atendendo à Lei Municipal nº 7359, de 7 de abril de 2005<sup>5</sup>,

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/529051/lei-7359-05-sorocaba-sp>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

que instituiu no calendário oficial do município uma semana de exibição e exposição da cultura hip-hop, com presença marcada desde a sua criação.

Iniciamos, junto com outras entidades, a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba, tendo hoje como presidente nosso sócio-fundador Márcio Brown.

Em parceria com a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) de São Paulo, realizamos a Plenária Sorocaba Contra o Racismo, que aconteceu no Clube 28 de Setembro, resultando em uma carta aberta à sociedade e uma sessão solene na Câmara Municipal.

Em parceria com a Crew de Breaking (equipe de dança de rua) e Suburban Breakers, criamos o Campeonato de Breaking King Of The Circle.

Além disso, criamos e participamos de variados eventos na comunidade, tais como: Festa das Crianças no Conjunto Habitacional Sorocaba H, no bairro do Horto; Festa do Pastel, no Guaíba; Domingo de Lazer, na Vila Carol; comemoração da Consciência Negra em escolas diversas; shows beneficentes com várias bandas e grupos, valorizando sempre a cultura local.

Por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal, Serviço Social do Comércio (SESC), oficinas culturais e escolas particulares, realizamos workshops, apresentações musicais, de dança e artes plásticas, além de oficinas e exposições.

Participamos da construção do Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE):

Como se define a juventude negra do Brasil? As especificidades são inúmeras, considerando-se as diferenças e desigualdades sociais, no que diz respeito à escolaridade, renda familiar, lazer, gênero, saúde e diversos outros fatores. Os (as) jovens negros (as), através de suas manifestações nos setores político, cultural e social, têm alcançado espaços de representação nos diversos segmentos da sociedade brasileira, apresentando-se como atores e atrizes capazes de estabelecer diálogos, oportunidades, conquistas e propostas políticas.

Com o objetivo de ampliar o diálogo sobre esta problemática, a juventude negra do país se reúne e prepara-se para a construção do I Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE, uma mobilização nacional de jovens negros e negras de vários estados do país.

A organização deste encontro possuiu um perfil afrocentrado e suprapartidário. Sua construção se deu de forma coletiva, contemplando as diversas juventudes e as particularidades de cada região, apontando para uma organização heterogênea, mas que mantém sua autonomia enquanto juventude negra.

A juventude negra organizada, fruto da ação histórica do movimento negro e já parte deste, vem construindo suas alternativas na luta anti-racista e pela promoção da igualdade étnico/racial de oportunidades. A cultura hip hop, os grupos culturais, a capoeira, as manifestações regionais, os coletivos de estudantes, entre outros grupos organizados; atuam como um amplo movimento que, mostrando capacidade de organização, tem mobilizado os (as) jovens negros e negras denunciando o racismo, a discriminação, a violência e a falta de oportunidades impostas pela sociedade a esta juventude. Neste sentido, a interação entre estes movimentos através deste encontro dará uma contribuição impar a luta do povo negro<sup>6</sup>.

Fizemos parte da criação do Fórum de Hip-Hop do Interior Paulista, fazendo com que a cidade fosse sede por duas edições: 2002 e 2009. Esse Fórum surgiu em 2002 idealizado por organizações do hip-hop do interior paulista e, desde então, vem realizando encontros esporádicos em diversas cidades do interior de São Paulo. Esses encontros de articulação política e cultural produziram importantes resultados a partir dos debates, oficinas e diversas atividades de caráter propositivo, que influenciaram as ações das (os) hip-hoppers nas diferentes cidades que integram o Fórum. O Fórum tem como objetivo fortalecer ativistas do hip-hop do interior paulista em suas diversas regiões e que se utilizam dessa cultura como instrumento de transformação social para intervir diretamente em ações que dão novas caras às comunidades de periferia. A partir dessa perspectiva, hoje se faz necessário estabelecer uma carta de princípios que oriente as ações que darão continuidade a essa iniciativa.

A nossa participação na construção desses eventos, tais como ENJUNE e Fórum de Hip-Hop do Interior, tornou-se tão importante para a juventude negra e a cultura hip-hop que mudou a forma de pensar e agir não só dos nossos militantes que adentraram nesses eventos, mas também foi fundamental na luta de políticas públicas para algumas cidades.

Lançamos o projeto Nossa Cara Preta, constituído por um blog ([www.nossacarapreta.blogspot.com](http://www.nossacarapreta.blogspot.com)), uma revista bimestral e o projeto cultural que agrega os elementos do hip-hop (DJ, MC, b-boy e grafite) misturado à cultura regional e afro-brasileira.

---

6 Disponível em: <<http://www.enjune.com.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

Conseguimos realizar todos nossos projetos com muito apoio cultural dos lojistas e comerciantes locais, além de muitos parceiros pessoas físicas e jurídicas.

## Desafios

Entre os desafios que visualizamos para o próximo período, entre outros, estão os seguintes:

- dar posse à nova direção e novos membros e parceiros;
- obter registro de utilidade pública para arrecadar fundos de empresas privadas e programas de incentivo do poder público de forma lícita e legal, para que possamos dar condições de trabalho, oportunidade, formação e capacitação a quem necessita;
- ter uma sede própria, com amplo espaço para podermos realizar diversas atividades simultâneas e independentes;
- criar estúdio de gravação musical comunitário, site, canal web, utilizando as ferramentas da internet para ampliar nossos horizontes;
- criação do portal Nossa Cara Preta;
- lutar pela criação da Casa do Hip-Hop de Sorocaba;
- lutar contra as drogas e o crack, resgatando e salvando dependentes químicos, tornando-os em agentes transformadores;
- continuar representando e atuando junto à periferia, sempre buscando proporcionar o acesso a uma vida melhor.

## Para reflexão: consciência negra

Árvore sem raiz não para em pé! Para as elites se manterem no poder, não adianta apenas reprimir, é necessário fazer o dominado acreditar que é inferior e que não tem outro jeito: “É assim mesmo, sempre foi e sempre será”, “Deus quis que fosse assim”. As elites racistas tentaram de tudo para manter-se no poder. Usaram a religião, a ciência, a moral, a estética, a cultura... cada um desses pontos dá um livro. O fato é que, se o oprimido tem autoestima, ele luta.

O nome “consciência negra” foi forjado na luta contra o colonialismo e o racismo como uma resposta a essa questão. Pois não tem luta sem autoestima,

sem amor próprio, sem conhecermos nossa história e nos orgulharmos dela. No entanto, não basta só ter orgulho e não lutar. Então as duas coisas devem estar juntas: orgulho e luta.

Foi pensando nisso que o movimento negro brasileiro lutou para que o Dia da Consciência Negra fosse no dia 20 de novembro (data que lembra de Zumbi e Quilombo dos Palmares), e não do 13 de maio (data da falsa abolição).

A consciência negra é algo que temos que ter o ano todo. Devemos conhecer a história de nosso povo, conhecer, valorizar e dar continuidade em nossa tradição cultural (presente na capoeira, candomblé, congadas, maracatu e, muitas vezes, nos ditados de nossos avós, em nosso jeito de fazer as coisas), mas ao mesmo tempo buscar sempre nos organizar e lutar contra o racismo e seus impactos em nossa vida. A luta sem identidade é vazia... A identidade sem luta é mentirosa.

Mas o que isso tem a ver com o hip-hop?

Simplesmente o fato de que o hip-hop é parte dessa luta. É uma expressão de luta da juventude negra, nos Estados Unidos, na França ou aqui no Brasil. Apesar de trazer em sua composição forte influência hispânica (os descendentes dos vários países da América Latina nos Estados Unidos), o hip-hop foi muito importante no fortalecimento da identidade negra. Do Public Enemy ao Racionais MC's, do Dead Press ao Posse Mente Zulu, fomos influenciados pelo orgulho de ser negro, pela crítica à nossa situação, pela sede de transformação. O hip-hop é parte da luta negra por um mundo verdadeiramente humano. Traz elementos da cultura africana em sua composição. É o nosso jeito de fazer arte. É continuidade do movimento negro, mas com características próprias.

O problema é que estamos perdendo isso. A cada dia o mercado vai tomando conta de nossa manifestação. As rádios vão selecionando os grupos mais comerciais e vazios; nos muros aparecem cada vez menos personagens negros, e por aí vai.

Felizmente a resistência permanece, pois no dia em que o hip-hop deixar de ser luta negra contra a desigualdade, contra o racismo, contra a situação que a periferia e favela estão submetidas, o povo negro perderá um importante escudo e o hip-hop perderá o sentido de existência.

# CULTURAMA

RENATA BRAGA<sup>1</sup>

*Cultura: O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização; [...] que é fruto de um esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores.*  
(Aurélio Buarque de Holanda Ferreira)

## Introdução

A cultura, como código simbólico, apresenta-se como dinâmica viva. Todas as culturas estão em constante processo de reelaboração, introduzindo novos símbolos, atualizando valores, adaptando seu acervo tradicional às novas condições historicamente construídas pela sociedade. A cultura pode assumir sentido de sobrevivência, estímulo e resistência.

Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. Por isso fortalecer a cultura de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo e, portanto, a democracia.

---

<sup>1</sup> Musicista sorocabana. Graduada em Música Popular pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro da diretoria do Coletivo de Cultura Culturama, no qual é responsável pelas questões referentes às políticas culturais. Militante da cultura sorocabana. Baixista da banda Hai Kai, compositora, arranjadora e comentarista de música popular. E-mail: rehaikai@gmail.com

## Culturama

Culturama é uma iniciativa de alunos, em parceria com o centro acadêmico de arte e com o diretório central dos estudantes da Universidade de Sorocaba (UNISO), e da comunidade artística da cidade que, até então, encontrava-se com os mesmos anseios, porém extremamente desarticulada.

O movimento Culturama surgiu, em março de 2011, para renovar o conceito de arte de Sorocaba (SP), devido ao cenário cultural defasado de nossa região, que tem um olhar para a cultura como forma de entretenimento. Vários motivos residem na falta do consumo de arte, por parte da cultura industrial, que, minimamente, fornece apoio à cultura e arte regional, o que gera uma desvalorização do trabalho artístico da nossa cidade. Em outras palavras, Sorocaba, antes de ser uma cidade universitária, sempre foi uma cidade industrial, cujo regime atrapalha a movimentação cultural.

Com pretensões grandiosas, mas com os pés no chão, esse coletivo estruturou um plano de cultura completo com as quatro vertentes da arte unidas no mesmo ideal: teatro, dança, música e artes visuais, com a responsabilidade de ser uma referência em cultura no interior do estado de São Paulo.

Nosso principal foco é o fomento ao trabalho autoral e ao processo de criação, apresentando ao artista a opção de conquistar seu espaço a partir da sua própria obra de arte, bem como incentivar a formação de um público consumidor para essa obra.

Com festivais, mostras, exposições, instalações, vivências e intervenções em espaços que antes eram inanimados, o Culturama quer provar, antes de tudo, que a arte está em todos os lugares, basta parar e observar. Para isso, criará, por meio dos projetos de cultura, novos e inusitados espaços em que o público poderá vivenciar a arte no seu cotidiano. Oficinas, workshops, cursos de curta duração e projetos com incentivos governamentais já fazem parte das ações culturais implantadas.

As atividades são apoiadas pela UNISO, sendo que as ações são realizadas, a princípio, dentro da própria universidade, expandindo-se para a comunidade gradativamente. Um cadastro de artistas, incluindo companhias de teatro, bandas, grupos regionais dentre outros, vem sendo desenvolvido para que haja oportunidade para todos, sem discriminação de gênero ou segmento de arte. Todos terão oportunidade de expandir e de expor sua produção cultural.

## Culturama e UNISO

No Ensino Superior Nacional, a UNISO é concebida como uma universidade:

Não Estatal, ou seja, não foi criada por iniciativa do Poder Público, nem por ele é mantida.

Não Estritamente Particular, isto é, no conjunto amplo e heterogêneo das Universidades Particulares do País, muitas pertencem a uma família, a uma Igreja, a um grupo econômico ou até mesmo a uma única pessoa. Criada e mantida por uma Fundação Educacional, a Uniso não é nem pode ser particular, porque não é nem pode ser subordinada a interesses privados, por mais nobres que eles possam ser.

Comunitária, pois é propriedade da comunidade e não do Estado nem de particulares. Por isso, para geri-la, além de o Conselho Superior e de sua Entidade Mantenedora serem integrados por nove membros categorizados da comunidade, a Uniso conta com Colegiados internos formados por dirigentes, professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a saber, Conselho Universitário – CONSU, Conselhos e Colegiados de Cursos. Sendo da comunidade, a Uniso existe para servi-la com eficiência, sem assistencialismo educacional, por meio de um gerenciamento rigoroso e sempre atualizado, sem possuir fins lucrativos<sup>2</sup>.

Por possuir certo número de membros estudantes da UNISO, o Culturama procurou apoio nessa instituição para seu pontapé inicial. Sendo ela uma universidade comunitária, que, portanto, pertence à comunidade e existe para servi-la, obtivemos um parecer favorável às nossas ações, as quais, acima de tudo, são voltadas para a comunidade.

### Culturama: estrutura organizacional

O Culturama aderiu a uma proposta de horizontalidade organizacional, ou seja, as decisões relacionadas a todas as ações do grupo são tomadas em conjunto, com todos os integrantes da equipe possuindo igual importância e poder de decisão.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://educacao.uniso.br/universidade/perfil.asp>>. Acesso em: 12 set. 2011.

O coletivo possui um núcleo durável de nove integrantes, sempre contando com a ajuda de uma rede de colaboradores composta por outros coletivos de cultura, artistas envolvidos no processo e quaisquer interessados na iniciativa proposta.

Entre os integrantes do núcleo durável foram distribuídas frentes de trabalho: PCult (Políticas Culturais); Sustentabilidade; Captação; Planejamento; Agenda; Teatro; Literatura; Dança; Música; Artes visuais.

A comunicação entre os núcleos é realizada via grupo de e-mails, no qual para cada um das frentes citadas são criados tópicos, cujas discussões ficam disponíveis para todos os componentes do grupo.

Grande parte da estrutura organizacional do Culturama é proveniente da linha de pensamento do movimento “Fora do eixo”, com o qual nosso coletivo tem firmado parcerias valiosas.

## Culturama: conquistas

### Bishow

Mesmo sendo um movimento cultural recente, o Culturama já teve muitas portas abertas e vem mostrando um grande repertório de projetos e conquistas alcançados.

Em 2010, surgiu o Bishow, um evento idealizado pela Profa. Dra. Renata de Lima, coordenadora do curso de biotecnologia. Nasceu ali um projeto ousado, desenvolvido com o apoio de parceiros indispensáveis, com a finalidade de integrar o aluno calouro, uma ação cultural organizada pelos calouros para a própria apreciação, inserindo-os totalmente no ambiente universitário, com diversificadas atrações nas variadas linguagens da arte, tais como: peças de teatro, performances, danças coletivas e shows musicais, oferecendo espaço ao aluno poder mostrar seu talento, sem perder também sua essência de inclusão social. O Bishow, acima de tudo, é um evento beneficente que oferece uma singela contribuição para as crianças pacientes do Grupo de Pesquisa e Apoio ao Câncer Infantil (GPACI) de Sorocaba com a arrecadação de material didático.

Em 2011, o Bishow tomou outras proporções. Foi um evento ainda destinado à inserção do calouro com intuito beneficente, com atividades culturais, mas organizado e desenvolvido em parceria com diretório central dos estudantes da UNISO, com a chapa “Nada Será como Antes”, centro acadêmico de arte e a Profa. Renata Lima, e foi o pontapé inicial do coletivo Culturama, com sua parceria consolidada com a UNISO.

O projeto veio com o intuito de fortalecer os laços entre alunos calouros e veteranos, com shows e atividades que interagissem com o público discente, a fim de inserir o aluno no ambiente universitário. Mesmo onde há tanta pressão, tanto sacrifício, tanta renegação e força de vontade, pudemos dar a oportunidade para o aluno apresentar sua habilidade artística, abrindo espaço para novos talentos, novas tendências, novas atrações culturais, inserindo cultura, paulatinamente, no universo estudantil, local em que futuros profissionais se formarão – acima de tudo profissionais formadores de opinião.

### Apreciarte

O projeto *Apreciarte* teve como objetivo levar a arte, nas suas mais diversificadas linguagens, para os alunos alemães de mestrado que faziam intercâmbio com a UNISO, por meio de workshops e oficinas de aproximadamente 20 minutos, apresentados em horários extracurriculares.

Do ponto de vista cultural, trata-se de uma experiência prática com maior possibilidade de participação criativa dos ouvintes, proporcionando aos participantes, além de um contato direto com a arte, uma compreensão maior de cada ação cultural levada ao ambiente escolar.

O projeto também trouxe ao conhecimento desse público as cargas culturais presentes na música, teatro, artes plásticas, artes visuais, dança e literatura, entre outras vertentes. Foi possível mostrar, por meio de uma conversa descontraída e interativa, que a arte pode e deve ser entendida e apreciada.

### Arte no Intervalo

O *Arte no Intervalo* volta-se à criação de espaços para a comunidade artística apresentar suas produções. Para tanto, o projeto procurou conceber o intercâmbio sociocultural por meio de mostras, instalações, intervenções, apresentações musicais, workshops e audições, com o compromisso de manter uma ligação direta entre as produções culturais e a comunidade escolar.

Com o intuito de criar um comportamento de consumo de arte entre os jovens, o *Arte no Intervalo* garante ao agente cultural a oportunidade de mostrar seu trabalho, concebendo uma conexão necessária com o público, interagindo com os espaços outrora inanimados, assim fomentando, por intermédio da arte, a criação e a reflexão.

O projeto ocorre nos intervalos, tanto na UNISO quanto em bares da cidade, com apresentações com duração de cerca de 20 minutos e uma enorme variedade das linguagens artísticas (tais como a dança, a música, o teatro e as artes visuais), com linguagens sofisticadas e próprias para o público-alvo.

Assim como todos os projetos do Culturama, é prioridade a apresentação de trabalhos autorais que estimulem a criação própria e valorizem o artista sorocabano.

### Vitrine do Meio Ambiente

Apresentações culturais (música, dança, teatro e exposições) no evento Vitrine do Meio Ambiente foi realizado pela UNISO no Esplanada Shopping, além de oficinas de reciclagem e arte com materiais recicláveis no evento de sustentabilidade ambiental da UNISO.

### Festival itinerante Bananas ao Vento

Acreditamos que a cultura é a base da vida diária de qualquer pessoa, seus hábitos, sua expressão, sua arte. Com sua arte é tudo o que a própria pessoa entende como tal, acreditamos que a cultura venha de dentro, que seja criada todo dia por todo mundo e que só “todo mundo” pode falar o que é cultura.

Partindo desse princípio, propomos, com intervenções artísticas, iniciar o diálogo sobre as decisões relacionadas à cultura de Sorocaba, tomando como palco “Se Liga Sorocaba” em comemoração ao aniversário da cidade.

Bananas ao Vento é um festival itinerante, independente dessa virada cultural, organizado por diversos agentes culturais da cidade, portando nada mais que autonomia e arte.

Esse festival foi a primeira iniciativa, dentre outras, tais como bate-papos e fóruns sobre cultura, para discutir e chegar a soluções práticas sobre o novo plano de cultura da cidade de Sorocaba. Foi o primeiro passo para uma maior integração e articulação da classe artística, por meio de união de coletivos da cidade (Culturama, Rasgada Coletiva, Sams Coletivo).

### Organização do projeto cultural da 3ª Feira de Profissões

O Culturama, no ano de 2011, foi incumbido de organizar a programação cultural do evento 3ª Feira de Profissões, em parceria com a Secretaria de Educação (SEDU) de Sorocaba, com a contribuição da Secretaria da Juventude

(SEJUV) de Sorocaba. O Culturama se responsabilizou pela montagem da agenda, contato e recepção dos artistas, produção e organização de palco e exposições.

Durante os dois dias de feira, 22 e 23 de setembro, colocamos à disposição do público escolar, que é o frequentador da feira, exposições em tempo integral, shows, apresentações culturais e minifóruns de cultura.

Foram 16 apresentações culturais: quatro pela manhã e quatro à noite, nos dois dias. Também montamos duas exposições de artes visuais, uma por dia. Já os minifóruns de cultura consistiram em um bate-papo, mediado por profissionais experientes nos assuntos abordados. Os fóruns foram voltados à comunidade escolar e artística, agregando ao evento um público diferenciado.

O evento foi concretizado com muito sucesso, em decorrência de uma organização estruturada, bem como o apoio de uma equipe responsável e artistas de excelente qualidade. Foi possível notar que, para uma primeira experiência em eventos desse porte, o Culturama mostrou grande empenho e dedicação, abrilhantando o excelente trabalho realizado pela SEDU.

#### Parceria com secretarias

Durante seu pouco tempo de vida, o Culturama conseguiu firmar boas relações com secretarias da Prefeitura de Sorocaba, tendo projetos aprovados ou em fase de aprovação na SEDU, SEJUV e Secretaria de Cultura (SECULT), bem como tem seus eventos divulgados pela Secretaria de Comunicação.

#### Parceria com o Circuito Fora do Eixo

O Circuito Fora do Eixo foi fundado em 2005 por quatro coletivos independentes dos estados de Mato Grosso, Paraná, Acre e Minas Gerais. Com o intuito de montar uma rede de trabalho constituída por grupos e empreendimentos solidários atuantes na cadeia produtiva da cultura, o Circuito já surge pautado nos princípios de autogestão e colaboração. Hoje, a rede conta com 50 coletivos situados em 23 estados brasileiros, trocando tecnologias e conhecimentos cotidianamente.

Com vistas a organizar melhor as atividades da rede, o movimento elegeu seis pontos de referência regional para articular e ser responsável pelo fluxo de trabalhos e discussões entre todos os pontos fora do eixo de cada região. O organograma geral da rede compreende: pontos fora do eixo, pontos parceiros,

sub-redes, além dos eixos temáticos que definem as frentes setoriais, frentes de mediação e frentes produtoras de trabalho.

Atualmente, o Culturama atua em Sorocaba como ponto parceiro do Circuito Fora do Eixo, tendo como articulador o Sams Coletivo, com o qual já realizou diversos empreendimentos.

Os pontos parceiros são organizações informais ou formais de qualquer natureza jurídica, que participam da Rede Estadual e que podem se caracterizar como pontos de distribuição, pontos de mídia, pontos de pesquisa etc. Os pontos parceiros devem estar devidamente conectados ao ponto fora do eixo, que tem a chancela e a autonomia local para gerenciar as parcerias. Os pontos parceiros podem, mediante solicitação e aprovação em quaisquer instâncias deliberativas pelo ponto fora do eixo, participar de reuniões e ambientes deliberativos estaduais – virtuais ou presenciais –, sendo-lhes concedido o direito a voz e a voto.

### Culturama: desafios

Acreditamos que um dos grandes desafios de nossa instituição seja conseguir abrir um diálogo horizontal com o poder público, possibilitando maiores e mais efetivas ações culturais em nosso município, visando a uma maior divulgação e democratização da arte, em todas as suas linguagens.

Outro grande desafio reside na sustentabilidade do coletivo, ou seja, captação de recursos junto ao poder público, por meio do envio de projetos para leis de incentivo ou a secretarias municipais, ou junto à iniciativa privada, a qual, infelizmente, tem estado bastante distante da produção artística em Sorocaba.

Vemos também na formação de público culturalizado, crítico, consciente de suas ações e consumidor de arte, um grande desafio para nossas ações. No entanto, temos a visão de que o público jovem (escolar e universitário, principalmente) pode ter um grande potencial para se tornar futuros parceiros e/ou artistas, bem como um público diferenciado para nossa cidade.

# CAPOEIRA NACIONAL: PROJETO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO

EDUARDO ALVES SANTOS<sup>1</sup>  
PAULO ROBERTO SOARES<sup>2</sup>

## Apresentação

A Associação de Capoeira Ginástica Nacional (exemplo, Cordão de Ouro), sob a direção do Mestre Falcon, vem desde 1978 desenvolvendo um amplo trabalho socioeducativo, cultural e desportivo em Sorocaba e região, com o objetivo de levar ao povo da região sorocabana o esporte e o lazer, como também divulgar a cultura, a história, o folclore e a arte marcial brasileira, que é a capoeira e sua prática, coerente e responsável no âmbito social. Tem desenvolvido um trabalho de socialização, de educação de crianças, adolescentes e jovens em geral.

Ao longo dessas mais de três décadas, a Nacional vem desenvolvendo um trabalho ímpar, caracterizado pela seriedade, responsabilidade e engajamento social, levando a capoeira a vários segmentos da sociedade, pois Mestre Falcon entende que a capoeira, por ser rica em conteúdos histórico e social significativo e de grande identidade popular, é um ótimo instrumento de socialização e de educação cidadã.

Sua prática coerente é orientada por profissionais competentes e de moral eticamente elevada, o que possibilita o desenvolvimento da autonomia, independência, cooperação e participação comunitária. A aprendizagem da capoeira não deve ter somente o aspecto técnico de luta ou esporte. O ensino deve ser acompanhado da transmissão de todos os elementos que envolvem sua cultura, história e

---

<sup>1</sup> Prof. Ms. Eduardo Alves Santos, Mestre Falcon, é presidente e mestre de honra do Grupo Nacional. E-mail: caponacional@ig.com.br

<sup>2</sup> Mestre Paulo Biro é assessor sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região. E-mail: comunica@rodoviariorocaba.org.br

evolução, ou seja, as atividades propostas são meios que atuam de maneira direta e indireta sobre os aspectos cognitivo, motor, afetivo e social dos alunos. Essa é a concepção e a prática do Mestre Falcon e dos integrantes da Academia Nacional.

Por meio do Projeto Capoeira Cidadã, o trabalho em vários segmentos na região está sendo ampliado, buscando desenvolver a cidadania (direitos e deveres), além dos aspectos físico, mental e espiritual, contribuindo na formação da personalidade das crianças e adolescentes de forma positiva e sadia, distanciando-os das drogas ilícitas e de outros vícios perniciosos à saúde e ao bem-estar individual e social. Atua também no combate à violência e à criminalidade tão comum na atualidade.

Os integrantes do Grupo Nacional estão sempre abertos ao diálogo e ao entendimento, desde que contribua para a união sincera e o desenvolvimento do indivíduo e da capoeira, dando o respeito e o devido valor a cada um e aos seus representantes.

A Capoeira do Grupo Nacional visa à preparação da mente e do corpo de modo que as pessoas adquiram recursos mais adequados para realizar ideais nobres e eticamente desejáveis no meio social. Segundo o Prof. Wilson Chelles (SANTOS, 2006, p. 12-13):

O Mestre Falcon sabia que o ensino da capoeira bem orientado e dotado de profissionais sérios, responsáveis e comprometidos, de boa formação moral, intelectual e ética, em muito podia contribuir com a formação da criança, do adolescente e da comunidade em geral.

Nas palavras de Roberto Freire (1991, p. 152) temos que:

A Capoeira, que provou ser o melhor e o mais completo exercício para a liberação bioenergética, bem como a forma ideal e mais brasileira de levar as pessoas ao necessário enfrentamento interpessoal que possibilite a sua libertação como ser social. [...] A Capoeira foi, no Brasil, a arma utilizada pelos negros escravos para a libertação. Neste período de escravização psicológica (neuroses), a juventude brasileira agora pode dispor da [...] Capoeira, para a sua libertação.

Por sua vez, para Silva (1993, p. 26): “A Capoeira é um dos trabalhos corporais mais completos que se conhece, pois sua prática envolve o uso de vários grupos musculares, além de melhorar as condições cardiorrespiratórias e os reflexos.”

## Capoeira Nacional: a luta por liberdade

A história da capoeira se mescla com a própria história do nosso país. Desde o processo colonial até a Independência e a República, passando por guerras e perseguições, a capoeira esteve sempre presente no curso de nosso povo. Pelo seu histórico de nascimento, resistência e consolidação, ela conduz o praticante a estudar períodos históricos da formação do povo brasileiro.

O termo “capoeira”, como nos explica Guérios (1979), vem do tupi e era, originalmente, uma designação para o mato ralo. Depois, provavelmente na época dos quilombos, o termo ganhou outro significado: fazia referência aos negros fugitivos que se escondiam nas capoeiras e, quando emboscados pelos capitães-do-mato, utilizavam certos golpes que, disfarçados de dança e diversão, eram treinados nas senzalas.

A nossa capoeira, como quase tudo que aqui se encontra, é uma mistura de três culturas diferentes: o negro, o índio e o branco. Considera-se que a maior parte de suas características seja oriunda da cultura africana, porém existem contribuições das outras culturas também.

Embora sua origem não seja completamente entendida, a capoeira teve papel fundamental na história dos escravos. Como dança, jogo ou luta, ela foi uma das armas que o negro usou para lutar por liberdade, e, ainda nos dias de hoje, é necessária, acrescentando-lhe o direito de lutar contra todas as formas de tirania, de exploração e de dominação social, econômica, cultural e política. Entende Marilena Chauí (1997, p. 365) que: “[...] a simples declaração do direito à liberdade não a institui concretamente, mas abre o campo histórico para a criação desse direito pela práxis humana”.

Cada vez mais praticada entre negros, a capoeira era motivo de grande preocupação da elite do século XIX, principalmente depois da libertação dos escravos, em 1888. Sem emprego, alguns capoeiras, em bandos ou sozinhos, assaltavam para sobreviver e para seingar dos anos de sofrimento das senzalas. Assim, com a crescente ocorrência de fatos como esses, a prática da capoeira, mesmo antes de sua criminalização, em 11 de outubro de 1890, já era motivo para prisões.

Em “Os Capoeiras”, escrito em 1886 por Plácido de Abreu, nota-se a preocupação não com o resgate, mas a constatação de que se tratava de uma: “[...] luta eminentemente nacional, criada, desenvolvida e aperfeiçoada entre nós” (ABREU, s/d, p. 46). Moraes Filho (1979, p. 257) diz:

A capoeira, que é uma luta nacional [...] tem merecido perseguições sem descanso, guerra sem condições [...] Entretanto na Europa [...] os jogos de destreza e força são regulados ao seu exercício, disciplinado pela arte, não havendo quem se oponha senão aos abusos.

No final do século XIX e início do século XX, assistimos às tentativas de legitimar a capoeira. Em 1907, é publicado um folheto “O Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira”. O autor, que dedica o trabalho à “distinta moçada”, coloca apenas as iniciais O. D. C. Segundo relatos, tratava-se de um oficial do exército que não quis revelar o nome devido ao preconceito com a capoeira. Em 1928, o intelectual carioca Anibal Burlamarqui, conhecido como Mestre Zuma, publicou o livro “Ginástica Nacional” (capoeiragem), metodizado e regrado, cujo prefácio de Mário Santos dizia:

Adotemos a capoeiragem, ela é superior ao boxe, que participa dos braços; ela é superior à luta romana, que baseia na força; é superior à japonesa, pois que reúne os requisitos de todas essas lutas, mais a inteligência e a vivacidade peculiares ao tropicalismo dos nossos sentimentos pondo em ação braços, pernas, cabeça e corpo (*apud* REIS, 1997, p. 90-91.)

Em “Negros e Brancos no Jogo da Capoeira: a Reinvenção da Tradição”, Letícia Vidor de Sousa Reis descreve a tentativa de Burlamarqui e de outros intelectuais do começo do século de transformar a capoeira em um esporte “branco” e “erudito”, ou seja, eles tinham para a capoeira um projeto nacional, implicando em uma única nomenclatura dos movimentos corporais da capoeira e no estabelecimento de um único conjunto de regras. No entanto, foi só na década de 1930, com projeto regional de dois mestres baianos, que a capoeira deu seus primeiros passos rumo à legitimação. Como afirma Letícia Reis (1997, p. 99):

[...] para viabilizar esse projeto regional e étnico, os negros baianos lançaram mão de duas estratégias diferentes: Vicente Ferreira Pastinha, mestre Pastinha, com a Capoeira Angola e Manuel dos Reis Machado, mestre Bimba, criando a capoeira Regional Baiana.

Conta o historiador Waldeloir do Rego que, no ano de 1937, Mestre Bimba recebeu a primeira licença oficial para o seu Centro de Cultura Física e Capoeira Regional. Ele obteve aprovação governamental ao dar à capoeira um caráter esportivo. Os capoeiristas eram vistos como vadios e delinquentes devido às bri-

gas, arruaças e confusões que faziam nas ruas e nas festas. Ao tirar a capoeira das ruas, ensinando-a com método e disciplina, a capoeira passou de “prática de baderneiros” a esporte nacional.

No ano de 1953, o presidente Getúlio Vargas assistiu a uma apresentação de Mestre Bimba e seus alunos, no Rio de Janeiro. Ele declarou que a capoeira era “a única colaboração autenticamente brasileira à educação física, devendo ser considerada a nossa luta nacional”.

Zuma, Bimba e mesmo Pastinha tinham em comum o fato de trabalharem para que a capoeira fosse reconhecida oficialmente como esporte. A luta brasileira foi a primeira, além do boxe, a conseguir tal reconhecimento por parte da Federação Carioca de Pugilismo, órgão que regulamentava todos os esportes naquele estado. Em 1941, com a criação da Confederação Brasileira de Pugilismo, a capoeira e outras artes marciais, como judô, caratê e jiu-jitsu, passaram a ser integradas à categoria de modalidades esportivas. Embora fosse um avanço significativo, a capoeira continuava proibida no código penal. Quem não fosse aprovado como praticante da luta brasileira, corria o risco de acabar no presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

O sociólogo Luiz Renato Vieira, em entrevista concedida à revista Mundo Capoeira, define como marco inicial do processo de organização desportiva da capoeira a Assembleia Constituinte ocorrida após a Independência do Brasil. Em sessão do dia 4 de junho de 1823, o deputado pela Província de Minas Gerais, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, apresentou, em nome da Comissão de Instituição Pública, um projeto de estímulo aos brasileiros para elaboração de um tratado completo de educação. Assim, alguns autores abordaram o tema, antes mesmo de Burlamaqui. Em 1874, Raul Pederneira, quando escreveu “Na Gíria Carioca”, defendeu a “desportivização” da capoeira e descreveu a primeira nomenclatura de movimentos de que se tem notícia.

Entre altos e baixos, a capoeira foi trilhando sua caminhada de lutas contra preconceitos e discriminações, pela legitimação, evolução e discernimento até a sua capitulação e sintetização histórica feita em reportagem por José Carlos Fineis, no Jornal Cruzeiro do Sul, em 28 de janeiro de 1984, referente a uma apresentação na Praça Frei Baraúna, em Sorocaba:

#### A CAPOEIRA NACIONAL NA FREI BARAUNA

Poucas pessoas caminham pela Frei Barauna. A segunda-feira é nublada e ameaça chover. Sem alarde, num dos canteiros, um grupo de

rapazes posiciona-se. Todos de roupas brancas. Na mão de um deles, o berimbau começa a gemer seu som monótono. A praça para, se espanta, se agita. Em poucos minutos, mais de sessenta pessoas assistem, atentas, a uma inesperada exibição de Capoeira, a luta que é jogo, que é dança que é esporte e folclore. A praça não é mais a mesma.

Difícil explicar o fascínio que a Capoeira exerce sobre as pessoas. Não há quem não goste, mas há quem se assuste. “Nossa, isso é perigoso” – exclamava uma senhora, diante dos golpes arrojados. Os mais machistas estranhavam a presença de mulheres lutadoras no grupo. E a reportagem do Mais Cruzeiro, que só queria tirar umas fotos, acabou realizando o seu primeiro evento cultural.

Em Sorocaba

Atualmente, em Sorocaba, a Capoeira equipara às outras lutas, em termos de número de alunos. Conforme Eduardo Alves Santos, o Falcon, proprietário da Associação de Capoeira Ginástica Nacional, poucos procuram a Capoeira enquanto luta:

– O pessoal, hoje, encara a Capoeira como um esporte, apesar de haver sempre a possibilidade de uso na defesa pessoal – conta ele.

Essa visão moderna da Capoeira, entretanto, não consegue – nem pretende – despi-la de todo o folclore que a cerca. O berimbau continua sendo o regente do jogo, determinando, mesmo com sua rusticidade musical, o ritmo e o tipo de luta, no que é auxiliado pelo atabaque e o pandeiro. Da mesma forma, o ato de “fechar o corpo” com um sinal da cruz, aos pés do instrumento, é mantido pelos capoeiras, tanto pelo folclore quanto pela crença de que isso dá proteção.

Falcon explica que, em exibições como a da Frei Baraúna, utiliza-se sempre um ritmo mais lento. Para não ferir o adversário, o lutador faz toda a evolução, mas retém os golpes. Numa luta de verdade, há golpes que podem matar. Uma “meia lua”, por exemplo, apresenta uma potência concentrada de 80 quilos sobre uma área de poucos centímetros, já que o golpe é dado com o calcanhar. O movimento circular do lutador e a velocidade favorecem a potência dos golpes.

Aprendizado

Geralmente, para alguém formar-se em Capoeira, leva cerca de três anos. Quando entra na academia, o aluno enverga apenas a roupa branca, he-

rança dos escravos negros que criaram a luta. Com seis meses ele passa por um teste, e, se aprovado recebe o cordão verde de batismo [...].

Como se trata de uma luta brasileira, os cordões sempre acompanham as cores nacionais. Para se chegar ao branco, de Mestre em Capoeira – o título máximo –, são necessários vários anos de prática, estágio, testes e muito treinamento. Poucos conseguem isso.

Em nível nacional, a Capoeira atrai, hoje, algumas personalidades famosas, como Lomato Junior e Juracy Magalhães, assim como atraiu, na década de 70, o craque Pelé e, mais antigamente, o Barão do Rio Branco, tido como exímio capoeirista. Hoje, em Sorocaba, quem faz isso são os jovens, geralmente na faixa de 12 a 15 anos, com presença marcante das mulheres. É o caso da Irene, Susana, Terezinha, três irmãs que adoram o esporte e o folclore que o envolve.

#### História

A Capoeira surgiu de necessidades, e seus criadores foram os negros escravos trazidos da África para mover engenhos de cana, em Salvador e lugarejos próximos. Não há registros precisos, mas deduz-se que a luta – no princípio rústica – foi a única maneira encontrada pelos negros para fazer frente aos brancos, já que não possuíam outras armas além dos seus próprios corpos.

Com a ameaça holandesa e a desestruturação do sistema então vigente, os negros obtiveram meios de fugir, embrenhando-se nas matas – as capoeiras – e criando suas comunidades. Eram os quilombos, nações independentes e auto-suficientes, com governo próprio.

Nos seus refúgios os negros aperfeiçoaram a capoeira. Era uma maneira de defender-se contra as armas [...] empregadas pelos brancos. No quilombo de Palmares, o mais famoso, registrou-se fato curioso: [...], os negros conseguiram derrotar 24 expedições chefiadas por capitães-do-mato.

#### Difusão

O fim dos quilombos fez com que os negros fossem comercializados e enviados para várias regiões do país, que então se povoava. Daí a existência da Capoeira em todo o Brasil, embora a ênfase continua sendo a Bahia. Até a proclamação da República, a luta era ilegal. Praticava-se clandestinamente. Somente depois disso voltou às praças já em nível de exibição e passou a ser difundida como folclore.

Como se vê uma jornada bastante longa da Capoeira. Das senzalas à Praça Frei Baraúna, onde dezenas de pessoas pararam para ver a “novidade” [...].

## A capoeira em Sorocaba e a Ginástica Nacional

Na história da capoeira o termo “nacional” se fez presente muitas vezes. Historiadores, escritores, capoeiristas e autoridades em geral referiam-se à nossa luta brasileira, à Ginástica Nacional. Após esclarecer a origem do termo “Ginástica Nacional”, é importante ressaltar que este teve maior divulgação após a publicação do livro do Mestre Zuma (Aníbal Bulamarque), em 1928, intitulado “Ginástica Nacional”, e foi, em particular, além das referências já citadas, que inspirou a designação da Academia Nacional de Sorocaba. A história do atual Grupo Nacional, nomeado e dirigido por Mestre Falcon (Eduardo A. Santos), tem sua origem na década de 1970, com sua chegada a Sorocaba.

No entanto, a prática da capoeira em Sorocaba vem de longe, como afirma o Professor Carlos C. Cavalheiro, em notas para a “História da Capoeira em Sorocaba (1850-1930)”, que discorre sobre documentos e notícias veiculadas à imprensa sorocabana: “A novidade são as diversas notas jornalísticas, dando conta da prática dessa luta no cotidiano da cidade nos séculos XIX e início do XX. Uma delas, datada de 1914, fala da habilidade de um capoeira sorocabano [...]” (CAVALHEIRO, 2005).

O texto recupera ainda personagens típicos e notoriamente capoeiristas, como Benedicto Gostoso, que, no início do século XX, promovia festas em homenagem a passagem do dia 13 de maio. O autor termina o artigo fazendo um questionamento sobre os motivos do desenvolvimento da capoeira em Sorocaba – ela ficou no “esquecimento” (anonimato) por longo tempo, quando ressurgiu com alguns capoeiristas e a formação das academias citadas na sequência, na referida década.

Em meados da década de 1970, chegou a Sorocaba, vindo de São Paulo, o Mestre Falcon com o intuito de trabalhar na cidade. Como era praticante de capoeira, buscou saber se ela existia na região. Encontrou uma filial da Academia Nova Luanda, no bairro Parada do Auto, onde tinha um instrutor chamado Sabugo, que dava aula. A princípio, o Mestre Falcon auxiliou o Professor Sabugo – este estava sob direção do Mestre Valdenor, representando a Nova Luanda na

cidade. Mas, pouco tempo depois, assumiu a maior parte das aulas. No ano de 1978, por intermédio de pessoas da cidade, abriu-se uma filial da Cordão de Ouro, do Mestre Suassuna. Após se desligar da Nova Luanda, Mestre Falcon passou a auxiliar nas aulas da Cordão de Ouro, já que as pessoas que atuavam não tinham maiores experiências e careciam de professor.

Nesse intermédio estava estagiando com Mestre Suassuna, em São Paulo, recém-chegado da Bahia, o Professor Pipoca, sendo designado para assumir as aulas de capoeira da Cordão de Ouro, em Sorocaba. Passados alguns meses, o Professor Pipoca resolveu voltar para São Paulo e, posteriormente, para a Bahia. Foi quando o Mestre Falcon assumiu, definitivamente, as aulas e a direção da Cordão de Ouro em nossa cidade. Em 1981, buscou um nome alternativo para representar seu trabalho. Buscou referência na história da capoeira e encontrou as inúmeras referências já citadas, entre as quais se destacava o nome Ginástica Nacional, adotado para designar e representar sua academia e seu trabalho em Sorocaba e na região.

A partir daí a capoeira em Sorocaba teve ampla divulgação, ganhando novo impulso por meio do trabalho sério, coerente, persistente e técnico do Mestre Falcon. A capoeira se expandiu e alcançou diversos segmentos da cidade e da região.

## Lutas e conquistas

A capoeira foi trabalhada como arte, luta, folclore, defesa pessoal e cultura, abrangendo sua história, os ideais de liberdade e justiça e a ligação direta e/ou indireta com outras manifestações socioculturais do nosso povo. Entre elas estava samba de roda, puxada de rede, jogo com navalha e jogo com facão, entre outras. Porém nada aconteceu de forma fácil. O preconceito, o desconhecimento, era grande, o que causava muita dificuldade. Assim, os obstáculos ocorriam das mais diversas formas: desde “portas fechadas”, pais que proibiam os filhos por acharem que era coisa de malandro ou religião, até os que achavam que era dança e, como tal, era inútil para “homens”. Para as mulheres, então, o preconceito machista ia ao extremo, com as difamações. Isso não impediu que, aos poucos, por meio do exemplo e da perseverança, barreiras fossem sendo quebradas e resultados surgissem. Alguns deles: conscientização de pessoas e alunos, a direção salutar para adoloscetes em grupo de risco propício ao envol-

vimento com drogas, outros com família desestruturada tendentes à violência e à marginalidade. Como conquista, resultam pessoas que, na atualidade, estão inseridas na sociedade e desenvolvem seu papel de cidadão.

## Engajamento social

No que se refere ao engajamento social, a Nacional vem, desde o início de 1980, participando dos movimentos sociais de forma crítica e metódica, no sentido de fazer valer a cidadania tão almejada, mas pouco vivenciada na prática. Nesse engajamento, participava intensivamente do movimento sindical, em especial os ligados aos metalúrgicos e também a outras categorias que lutavam pelos seus direitos, mas que não tinham o rabo preso com os “donos” do poder. Nessas lutas, Mestre Falcon e seus companheiros corriam até risco de vida por se colocarem em defesa dos direitos dos trabalhadores contra as forças poderosas de um grupo ou elite que aviltava esses direitos. Ativa desde seu surgimento, a Associação de Capoeira Nacional participou e ajudou a consolidação do novo sindicalismo em Sorocaba a partir de 1983, com a retomada do Sindicato dos Metalúrgicos das mãos dos pelegos e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Nacional tem, dentre seus membros, um delegado de fundação da CUT, ocorrida em agosto de 1983, sr. Paulo Roberto Soares – Mestre Paulo Biro, atual assessor sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região

Nas primeiras eleições sindicais dos metalúrgicos, quando se buscava o alicerce para o novo sindicalismo que surgia em Sorocaba, a Academia Nacional de Capoeira participou de forma aguerrida; as lutas foram ferrenhas, pois o antigo movimento sindical pelego, surgido nos tempos do getulismo e da ditadura implantada em 1964, fazia de tudo para “melar” as eleições, inclusive contratando bandoleiros para intimidar os participantes e até furtrar urnas para estragar o pleito. Foram – se assim se pode dizer – anos de chumbo para o movimento social e sindical em Sorocaba. Nesses tempos, a Nacional se orgulha de ter dado a sua contribuição para esse novo momento histórico.

Porém a luta da Nacional vem ocorrendo em várias frentes, para além do sindical, em especial nos campos artísticos, culturais e sociais. Sem jamais perder de vista sua identidade e aspecto histórico de trabalhar por uma sociedade melhor, mais justa, igualitária, na qual seus cidadãos possam viver de for-

ma digna com direitos e deveres, respeitando e sendo respeitados, contribuindo e solicitando a contribuição para que possamos melhorar nossa comunidade. Parte desse trabalho se reflete na fala do Prof. Chelles, em comemoração aos 25 anos da Nacional, citado a seguir:

MANIFESTO PELO JUBILEU DE PRATA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E  
DESPORTIVA CAPOEIRA GINÁSTICA NACIONAL

(Manifesto redigido e lido pelo Professor Wilson Chelles, no dia 4 de Julho de 2004, na festa em comemoração ao Jubileu de Prata da Nacional, realizado no salão do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba)

“São 25 anos de gloriosa existência divulgando a cultura brasileira em um trabalho de socialização da criança, do adolescente e dos “jovens de todas as idades”, enaltecendo os valores morais e éticos através do hábito salutar da prática desportiva.

Desde o ano de 1979, quando Eduardo Alves Santos, o Mestre Falcon assumia com responsabilidade e determinação, o grupo de capoeiristas de Sorocaba, que antes estava filiado ao Grupo Cordão de Ouro do Mestre Suassuna, não parou de crescer e produziu resultados que hoje soam como exemplares de sua boa administração.

O Mestre Falcon sabia que o ensino da Capoeira bem orientado e dotado de profissionais sérios, responsáveis e comprometidos, de boa formação moral, intelectual e ética, em muito podiam contribuir com a formação da criança, do adolescente e da comunidade em geral.

Coroados de êxito, o trabalho do Mestre Falcon, só podia mesmo refletir em um grande número de formados, contramestres, graduados e alunos que vêm ao longo do tempo recriando as possibilidades de expansão real da capoeira no contexto histórico-social, afastando aos nossos jovens dos malefícios causados pela desesperança de um povo oprimido.

A capoeira como manifestação genuína da cultura brasileira, nascida nas senzalas, pelo ideal de liberdade contra o regime de escravidão, jamais silencia. Ela foi proibida por lei e considerada contravenção penal desde o início dos anos da instalação da República. Os códigos da cultura dominante estavam ameaçados e julgavam que os praticantes de capoeira fossem degenerados sociais.

Já na década de 30, com a apresentação do Mestre Bimba ao então presidente Getúlio Vargas ela passaria a ser reconhecida como prática desportiva e caía por terra a lei que a proibia.

Mas foi somente no ano de 1972 que a capoeira foi institucionalizada por medida do Conselho Nacional de Desportos e hoje o grito de liberdade dos escravos pode ser ouvido nas escolas em todo o Brasil e em muitos países do mundo.

Em Sorocaba esse grito ecoou na voz do Mestre Falcon que comprometido com o trabalho social criou o projeto Capoeira Cidadã. Buscando desenvolver a cidadania plena e a conscientização dos direitos e deveres de seus adeptos, a capoeira ia mais além.

A formação da personalidade dos seus alunos de todas as idades não se limita ao físico, mas prima também pelo desenvolvimento mental e espiritual.

A capoeira do Mestre Falcon busca através da prática afastar aos nossos filhos das drogas ilícitas, estimulando a criatividade e o espírito amigo de seus praticantes, servindo como poderosa arma no combate à violência que tão aviltantemente desafia a nossa sociedade. Desde a violência doméstica até a violência social que impera nas ruas, criando um número de vítimas cada vez maior.

Por estes e tantos outros motivos, a Associação Cultural e Desportiva de Capoeira Ginástica Nacional, chega aos seus 25 anos de existência com total alegria e com o coração em festa. Esta festa pertence a todos vocês que juntos com o Mestre Falcon ajudaram a escrever esses 25 anos de história da capoeira em Sorocaba.

Trabalho reconhecidamente relevante para a cultura, a arte e o esporte sorocabano, sendo um acontecimento histórico ímpar para a cidade.

Nosso mais sincero agradecimento a todos os presentes.”

Atualmente, a Nacional contabiliza dezenas de formados, dos quais vários já são mestres ou contramestres e desenvolvem trabalhos com seus grupos em algumas comunidades. Os formados na Nacional e do Mestre Falcon são: Paulo Biro, Petroleo, Cheba, Docinho, Úrico, Baiano Mane, Lucas, Pedrinho Tainha, Polaco, Adalto, Baianinho, Pezão, Martelo, Careca, Toninho, Chocolate, Jamaica, Elias, Celsinho, Susana, Borracha, Fabrício, Junior, Piá, Bocão, Senzala, Pulga, Cabelo, Machado, Marco, Vitor Amanda, Jeremias, Capixaba, Rafael, entre outros.

A Capoeira Nacional, no entender de Mestre Falcon, é ativa, participativa, solidária, respeitosa, de vanguarda, ética e revolucionária, que busca a preparação do homem integral, o qual luta pelos seus direitos, mas que procura ser cumpridor dos seus deveres. É somente na formação do homem “novo” que se pode transformar a sociedade em vista de ideais nobres que beneficie a todos, e não alguns poucos privilegiados.

## Os desafios visualizados para os próximos anos

- Estabelecer contatos e parcerias com sindicatos e associações para que estas incluam em seus quadros de esportes e cultura a prática da capoeira;
- Criar um núcleo ou departamento de estudos, pesquisas e respectivos cursos de história da capoeira e cultura afro-brasileira;
- Conseguir apoio para a realização e divulgação da produção cultural: livros, revistas, CDs e DVDs, de maneira que estes venham melhor contribuir com o resgate histórico;
- Possibilitar que departamento de estudos gerais, como filosofia, psicologia, sociologia etc., por meio da participação e do debate, possa contribuir para a formação do cidadão crítico e consciente;
- Continuar na luta contra a discriminação pejorativa e o preconceito descabido que ainda impera em setores da sociedade contra a nossa arte marcial brasileira, a capoeira.

## Considerações finais

A capoeira, nas últimas décadas, vem sendo apropriada por várias áreas científicas enquanto objeto de estudo, citando, por exemplo, a história, a antropologia, a sociologia, a educação física e, muito pouco ainda, a educação, apesar de algumas tentativas pouco aprofundadas, pois a compreensão da capoeira como fenômeno educativo é ainda pouco explorado, talvez pela resistência de alguns segmentos da sociedade e dos educadores em compreender toda a sua dimensão educativa – potencial esse evidenciado em iniciativas populares promovidas por organizações governamentais e não governamentais.

Entendemos que, assim como outras modalidades desportivas possuem um potencial educativo, a capoeira é igualmente mais um recurso de natureza educativa, riquíssima em elementos de raiz histórico-culturais, rítmico, melódico e corporais da nacionalidade brasileira, recheadas de movimentos muito particulares, possuidora de formas multifacetadas que nos permitem trabalhar os seus aspectos social, lúdico, coreográfico, folclórico e desportivo.

A luta tem sido árdua, mas com a ajuda de muitos, graças a Deus, aos poucos vamos atingindo nossos objetivos. Dessa forma, vamos continuar lutan-

do na esperança de que a nossa cultura seja mais bem valorizada e que a justiça social faça parte da vida, do cotidiano de nossos descendentes. Esperamos firmar uma Academia que, por meio do ensino, da pesquisa, da prática e da integração comunitária, produza conhecimentos e forme profissionais (cidadãos) para serem agentes de mudanças sociais.

### Referências bibliográficas

- ABREU, Plácido. *Os capoeiras*. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola de Serafim José Alves, [S.d.].
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Notas para a História da Capoeira em Sorocaba (1850 - 1930). *Jornal do Capoeira*, edição 32, 30 de maio a 5 de junho de 2005.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.
- FINEIS, José Carlos. Um Grito de Guerra na Frei Barauna. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Fundação Ubaldino do Amaral, Sorocaba, 28 de janeiro de 1984, p. 3-4. Caderno Mais Cruzeiro.
- FREIRE, Roberto. *Soma: uma terapia anarquista. A Arma é o Corpo (Prática da soma e Capoeira)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Dicionário de etimologias da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Ed. Da Universidade Federal do Paraná, 1979.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1979.
- REIS, Letícia Vidor de Souza. *Negros e brancos no jogo da capoeira: a reinvenção da tradição*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.
- VIEIRA, Luiz Renato. De Prática Marginal à Arte Marcial Brasileira. *Revista Capoeira*, ano I, n. 3, p. 42-43, 1998.
- SANTOS, Eduardo Alves. *Capoeira Nacional: o legado de Zumbi na Terra Rasgada*. Sorocaba: Particular, 2006.
- Silva, Gladson de Oliveira. *Capoeira: do engenho à universidade*. São Paulo: Edição do Autor, 1993.

# ASSOCIAÇÃO CULTURA VOTORANTIM

WERINTON KERMES<sup>1</sup>  
LUCIANA LOPEZ<sup>2</sup>

A Associação Cultural, Educacional, Beneficente de Votorantim tem por finalidade apoiar e desenvolver ações e projetos nas áreas social, educacional, cultural, artística, promovendo a reinserção e tendo como público-alvo todos os segmentos (família, criança, adolescente, adulto e idoso), em especial os que se encontram em situação de risco social.

Desde a sua fundação, em 22 de junho de 2009, a entidade promoveu e desenvolveu diversos projetos nas áreas em que se propõe.

O projeto mais expressivo e conhecido que desenvolve é a “TV Cela”, que realizou dezenas de ações na cadeia feminina de Votorantim e visa proporcionar às reeducandas a inclusão por meio da comunicação. Nesse projeto, as próprias detentas produzem um programa de televisão que é transmitido para 48 emissoras de canais de TV Comunitárias do estado de São Paulo.

Além desse projeto, também realizou outras ações, como o “Carnaval da Inclusão”, que tem por intuito proporcionar aos pacientes de hospitais psiquiátricos o contato com a comunidade em um momento de lazer e diversão.

Intermediou, junto ao poder público, a vinda da Imagem Peregrina de Nossa Senhora Aparecida às cidades de Sorocaba e Votorantim. Trata-se de uma

---

<sup>1</sup> Jornalista, produtor cultural, fotógrafo e documentarista. Diretor da Associação Cultura Votorantim. Presidente da TV Votorantim. Idealizador e coordenador do projeto “TV Cela”. E-mail: werintonfoto@gmail.com

<sup>2</sup> Jornalista e radialista. Vice-presidente da Associação Cultura Votorantim. Coordenadora do projeto “TV Cela”. E-mail: luchelopez@hotmail.com

ação cultural e folclórica que faz parte de um projeto do governo do estado de São Paulo.

Foi parceira na criação da Academia Votorantinense de Letras, Artes e História, instituída em março de 2010. Aliás, realizou várias parcerias com outras entidades: Grupo Imagem, tendo colaborado com a realização da Mostra Fotográfica Brasil Afro; Associação Sociocultural de Audiovisual de Votorantim Francisco Beranger, na mostra paralela do 7º Cinefest Votorantim, com apresentação de filmes em escolas, igreja, favela, boate, cadeia, terminal de ônibus e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Quilombinho, que organizou oficina de documentário; Instituto Brasileiro de Psicanálise, que ofereceu às reeducandas da cadeia de Votorantim uma oportunidade de conversar com psicanalistas; e o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região, junto ao projeto “Vozes Periféricas”, que levou aos bairros periféricos de Votorantim, Piedade e Sorocaba ações culturais e artísticas.

Integra o grupo de entidades da Associação dos Usuários do Canal Comunitário da Cidade de Votorantim, responsável pelo Canal de TV Comunitária da cidade, a TV Votorantim.

Realiza mostras e exposições artísticas; promove a reflexão política e sobre os direitos humanos, tendo trazido para a cidade nomes expressivos no cenário nacional, como Plínio de Arruda Sampaio e o jurista Dr. Hélio Bicudo; mantém uma coluna semanal na Rádio Jovem Pan Sorocaba, na qual promove os artistas e as ações sociais e culturais da cidade de Votorantim, difundindo ações positivas; realizou, desde a sua fundação, ações solidárias junto às comunidades carentes com campanhas para ajudar pessoas que moram em submóradias e com evento solidários no dia das crianças, exibição de filme na favela e almoço especial de Natal para o cidadão público. Em janeiro de 2011, realizou campanha para colaborar com as vítimas das enchentes no estado do Rio de Janeiro, obtendo expressiva doação da comunidade.

Iniciou em 2010 o chamamento público para que todos os cidadãos pudessem se manifestar e dizer o que achavam da ideia de transformar a cadeia pública feminina de Votorantim (que será desativada em breve) em uma Escola Livre de Artes. Conseguiram-se muitas assinaturas favoráveis, inclusive de vere-

dores, prefeito e deputados que nos representam e deu continuidade ao pedido, participando de audiências com representantes políticos.

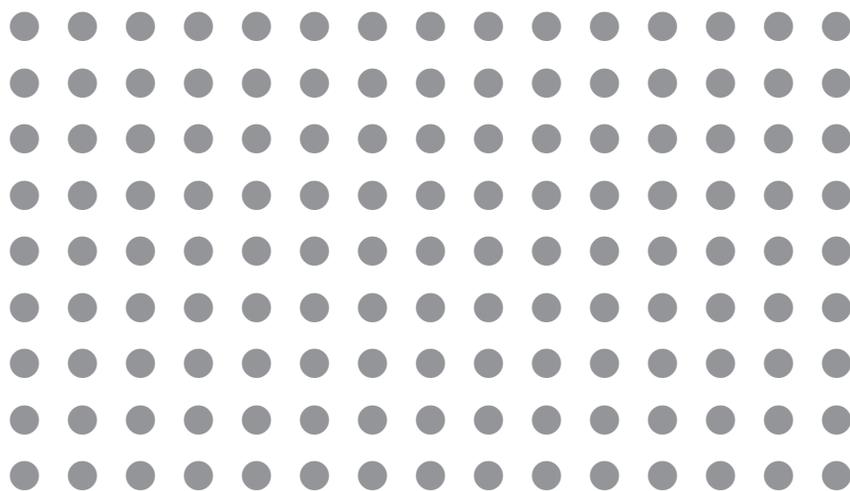
E, por meio de documentários, pretende multiplicar ações e ainda homenagear patrimônios imateriais do nosso país, como é o caso do filme “Clementina de Jesus: Rainha Quelé” e “TV Cela” – o filme está em fase de finalização –, ambos produzidos pela Associação Cultura Votorantim.

A Associação Cultura Votorantim provou que não é uma instituição criada apenas para ser um ponto de encontro, pelo contrário: vem desenvolvendo um papel fundamental na fomentação da cultura. Com isso, esteve em Cuiabá, Campo Grande, Goiana, Brasília, Porto Velho, Rio de Janeiro, Manaus, entre outras cidades, falando de cultura e direitos humanos.

Em 18 de maio de 2011, foi declarada de Utilidade Pública Municipal em Votorantim.

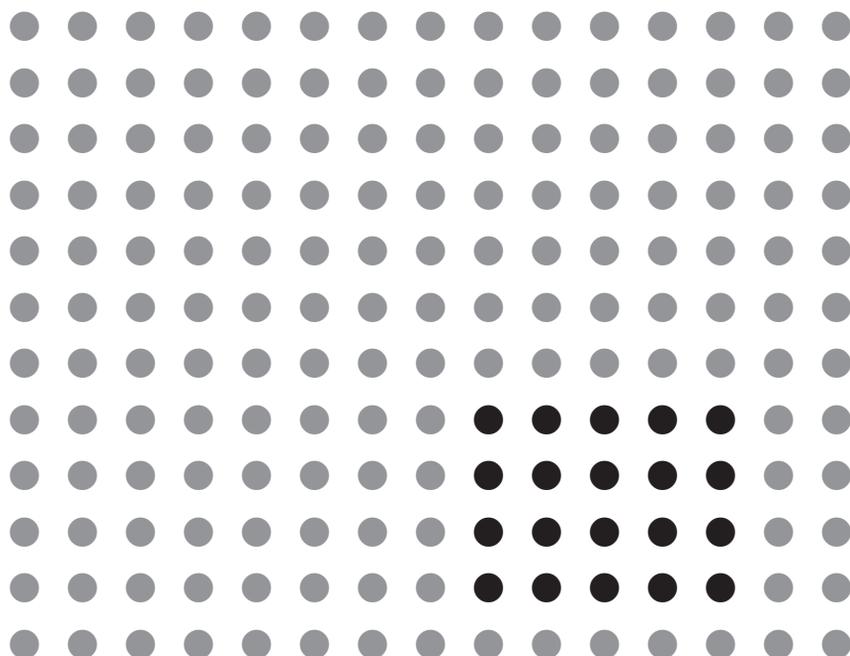
O principal desafio da Associação Cultura Votorantim é a conquista de uma sede própria, bem como de espaços e equipamentos para ampliar as suas ações, principalmente junto às periferias.





## Parte VI

### MOVIMENTO ESTUDANTIL E JUVENTUDE





# MOVIMENTOS ESTUDANTIS E DA JUVENTUDE: PROPOSTAS, ARTICULAÇÃO E DESAFIOS PARA AS AÇÕES COLETIVAS NA REGIÃO DE SOROCABA

VIVIANE MELO DE MENDONÇA<sup>1</sup>

## 1. Introdução

As reflexões presentes neste artigo se originam das sínteses das falas e discussões ocorridas durante a participação de grupos organizados do movimento estudantil e de juventude, os quais estavam presentes na mesa temática “Movimentos Estudantis e Juventude”, do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba.

I Encontro, realizado entre os dias 1 e 2 de julho de 2011, na cidade de Sorocaba (SP), foi organizado por 10 docentes e 5 alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, conjuntamente com 40 organizações e movimentos sociais da região. Participaram um total de 234 militantes dos movimentos sociais nesse evento.

A organização desse I Encontro foi realizada por seis reuniões preparatórias, nas quais foram definidos três objetivos principais: 1º) promover o encontro da comunidade da UFSCar-Sorocaba com os movimentos sociais; 2º) resgatar a história, as conquistas e apontar os desafios dos movimentos e organizações que atuam na região; 3º) viabilizar parcerias entre os movimentos e organizações e deles com a UFSCar nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>1</sup> Psicóloga e doutora em Educação. Integrante do Grupo de Pesquisa “Educação, Comunidade e Movimentos Sociais”. Professora adjunta da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: viviane@ufscar.br

Para a realização desses objetivos foram criadas nove mesas temáticas. Dentre elas, na mesa “Movimentos Estudantis e Juventude” estavam presentes os seguintes grupos da região de Sorocaba:

- SOS Clube do Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS);
- Pastoral da Juventude;
- Pastoral da Juventude do Meio Popular;
- Sindicato dos Metalúrgicos;
- Domínio Público;
- União da Juventude Revolucionária;
- Resistência (movimento estudantil da UFSCar);
- Ação Periférica;
- Central Única de Favelas (CUFA);
- Escola e Cultura em Foco;
- União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sorocaba (UNISO);
- Pastoral da Juventude Estudantil.

A mesa temática foi organizada para três ações: 1º Resgatar a história, as conquistas e apontar os desafios dos movimentos sociais e sindicais; 2º Identificar as possíveis parcerias entre os movimentos sociais e sindicais; 3º Identificar as possíveis parcerias entre os movimentos sociais e sindicais e a UFSCar no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. As falas foram gravadas, e os momentos do debate, fotografados. Os trabalhos iniciaram às 9:30h e tiveram término às 12:30h.

Nas três ações da mesa temática, as falas, intervenções e discussões dos grupos participantes tenderam a explicitar os desafios, impasses e perspectivas futuras dos movimentos estudantis e de juventude da região de Sorocaba. Pretende-se neste artigo articular a síntese realizada dessas falas e discussões com o contexto contemporâneo dos movimentos de juventude que estão descritos na literatura acadêmica.

Primeiramente, será realizado um breve relato sobre as perspectivas históricas das formas de organização da juventude em movimentos políticos e culturais. Posteriormente, serão sintetizados os principais tópicos presentes nos relatos e nos debates dos grupos participantes, quando evidenciaremos

desafios atuais dos movimentos e organizações da juventude que atuam na região de Sorocaba, bem como as demandas de parcerias entre os movimentos e organizações pautados naquele momento e as possibilidades de parcerias desses movimentos e organizações com a UFSCar nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.

Com um diálogo entre esses relatos e a contextualização teórica dos movimentos da juventude contemporâneos, foram traçadas algumas possibilidades de compreensão da juventude em movimentos de participação social e política, sejam eles estudantis, artístico-culturais e/ou sindicais, e o lugar da universidade nesse debate.

## 2. Perspectivas históricas da juventude em movimentos políticos e culturais

No sentido de contextualizar a participação da juventude no cenário político de luta por direitos e/ou pela transformação social do padrão capitalista da sociedade, partimos, inicialmente, do argumento de Sposito (2000) de que a compreensão da participação da juventude nos movimentos sociais e/ou ações coletivas pode propiciar um olhar matizado e rico que abre novas perspectivas para a educação pública no seu diálogo/confrontos com sujeitos coletivos.

Inclui-se nesse argumento que compreender a participação da juventude nos movimentos sociais e de seu confronto com a educação também pode produzir olhares diversificados para possibilidades de transformação social protagonizadas pelos jovens. Mas a questão que paira é: Como compreender o lugar da juventude nos movimentos sociais? Ao analisar os jovens brasileiros, Machado Pais (2005), citando Dayrell e Carrano, alerta que, em estudo sobre jovens entre dos 15 aos 24 anos, apenas 10% mostravam interesse pela política.

Segundo Machado Pais (2005, p. 54), para esses jovens:

[...] o poder careta procura enquadrá-los no regime dominado pelos caretas, não por acaso também designados de “quadrados”. Em contrapartida, os jovens sugerem ser por estes vistos como “desenquadrados”, “desalinhados”, “marginais”, termos que apontam para uma exclusão que muitos jovens transformam em oportunidade para reafirmarem, exacerbadamente, suas identidades.

É nessa perspectiva que Abramo (1997) coloca como ênfase a importância dos estudos sobre os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura, embora não tenham sido comumente considerados como possíveis interlocutores pelos movimentos sociais, principalmente partidos e sindicatos. Desse modo, segundo Abramo (1997, p. 28): “Resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação.”

No entanto, em uma retomada histórica, observou-se que no período pós-guerra, em muitos países europeus, os jovens, embora se sentissem afastados dos sindicatos, não os negavam como instituição, mas, apesar da desconfiança pelos partidos, demonstravam interesse difuso pela política e buscavam uma participação sem rótulos.

Pode-se dizer que as décadas de 1960 e 1970 constituíram um período em que a juventude tornou-se protagonista de um novo modo de fazer política, que está inserido naquilo que Sturgeon (1995) denomina como “movimentos não violentos de ação direta” e que envolvem, em muitos casos, a desobediência civil e também a combinação de práticas políticas extrainstitucionais e com as de estruturas organizacionais (como sindicatos e partidos).

Nesse período, as práticas políticas de predominância juvenil se inseriam nos movimentos estudantis, nos movimentos feministas, nos protestos anti-guerra no Vietnã, dentre outros, que marcaram o momento de contracultura e questionamentos dos valores morais hegemônicos e que fortaleceram outros movimentos, dos quais se destacaram o Maio de 68, o movimento ambientalista e o da liberdade sexual.

Os discursos presentes na militância/ativismo da juventude a partir desse momento foram marcados pela busca de alternativas teóricas e práticas para a redução de conflitos político-culturais que estavam dispersos em vastas problematizações: as diferenças étnico-raciais/sexuais e de gênero, a questão da cidadania plena ou de geração/classe social e as questões de perspectivas de emprego e condições para a formação escolar.

No campo das pesquisas acadêmicas brasileiras, dentre essa diversidade de participação da juventude, esteve em destaque o movimento estudantil. De acordo com Sposito (2000), foram as pesquisas sobre movimento estudantil da década de

1960 que deram início no Brasil aos estudos sobre a juventude, tendo sido esses estudos referências para as análises da participação política da juventude do Brasil.

De um modo geral, o movimento estudantil sempre foi caracterizado pela capacidade para mobilizar a juventude. Mesquita (2006) ressalta três fases do movimento estudantil na América Latina: a) surgimento da luta pela reforma universitária até as décadas de 1950 e 1960; b) luta contra as ditaduras e as manifestações de 68; c) atuação na abertura democrática no continente, que levam às mobilizações contemporâneas do movimento estudantil a colocar na pauta de suas reivindicações questões de identidade e cultura, em processo de diálogo com outros grupos e movimentos sociais e com as lutas no campo da educação e política.

No período das décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ainda segundo Sposito (2000), na esteira dos novos movimentos sociais da juventude, em especial daqueles que lutaram contra a ditadura, entre os quais se destacaram os movimentos estudantis, foram abertos os caminhos para a transição democrática que originou a ideia de participação da sociedade civil na formulação, implantação e acompanhamento das políticas públicas, em especial na área social.

Na década de 1980, os estudos da juventude também estiveram fortemente marcados pelas pesquisas sobre culturas juvenis. Abramo (1994) também examinou as novas formas de participação juvenil nos anos de 1980 e ressaltou as culturas chamadas juvenis, como os punks e darks. Costa (2000) estudou a constituição da personalidade autoritária e conservadora dos carecas do ABC. Magro (2003) e Weller (2002) aprofundaram-se na questão de gênero e o movimento hip-hop.

Desse modo, pode-se dizer que para Abramo (1994), Andrade (1999), Sposito (2000), Weller (2002), Magro (2003), dentre outros, a cena juvenil se amplia, diversifica-se, sendo ocupada por manifestações protagonizadas por punks, clubbers, roqueiros, rappers etc. Acenam com vigor a motivação do jovem em relação a temas culturais em oposição às formas tradicionais de participação, cabendo análises mais diversas que apontam a política desses modos artístico-culturais de participação social da juventude.

Nesse contexto, surgiu também a partir da década de 1990 outra modalidade emergente entre os jovens, marcada pela política neoliberal: o associativismo em torno de ações voluntárias, comunitárias ou de solidariedade, compreendendo temas diversos, como o da inclusão social, DST/AIDS, meio ambiente, qualidade

de vida, saúde, articulados em torno de organizações não governamentais (ONGs) e do Terceiro Setor, e não mais no âmbito restrito dos movimentos sociais.

Nesse caso, os jovens têm sido tratados como problemas psicossociais e, em outros casos, como protagonistas juvenis para proposição de soluções para os problemas que os atingem.

No entanto, segundo Abramo (1997), a preocupação de diferentes partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais e de alguns movimentos sociais tem sido mais com a uma ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas. Muitas vezes essas organizações traçam um perfil dessa juventude como aquele grupo que tem “[...] tendências sociais crescentes, tornando-os ‘pré-políticos’ ou quase que inevitavelmente ‘apolíticos’.” (ABRAMO, 1997, p. 27).

Ainda de acordo com Sposito (2000), há um outro espectro que pode ser ressaltado e que tem implicações para a compreensão da participação social e política da juventude: a inserção ocupacional do jovem no mercado de trabalho. Esse espectro vem se dando de forma cada vez mais precária e dificultosa, ainda mais quando se coloca a juventude como o período em que as taxas de desemprego são mais elevadas.

Como Machado Pais (1991) discorreu em seu artigo “Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida”, a juventude se situa, atualmente, entre dois processos de transformações: os de ordem econômica e os de ordem individual, familiar e social.

Os jovens encontram-se – como alvos e protagonistas ou actores – no centro destas duas ordens de transformações, na medida em que estas afectam, de modo muito significativo, as formas individuais e sociais de transição para a vida adulta em aspectos como: inserção económica, independência económica, constituição de lar próprio, comportamentos em relação ao consumo, ao dinheiro e ao lazer, comportamentos familiares, estratégias matrimoniais e respectivos sistemas de valores. Entre as várias gerações, a juventude parece ser, com efeito, a mais vulnerável ao impacte da mudança social (MACHADO PAIS, 1991, p. 946).

O autor ressalta ainda que a questão da articulação entre a ordem econômica e a ordem individual, familiar e social é problemática, bem como é também uma questão problemática a de saber como essas duas ordens convergem em estruturação da juventude em seu processo de tornar-se adulto, em vista de

que é um período da vida em que todo esforço é feito para a reprodução econômica, cultural e social de uma sociedade.

Nesse sentido é que nos parece também, conforme aponta Sposito (2000), menos investigada as novas formas de aglutinação juvenil que nascem do mundo do trabalho, ultrapassando os marcos tradicionais da relação assalariada e da participação sindical. Dentre elas, destaca-se o interesse pela formação de empresas juniores e das cooperativas de autogestão solidária.

Essas investigações e a diversidade de modos de participação política da juventude podem nos dar indicadores das potencialidades de transformação social e de superação da sociedade capitalista e de como a educação pode ser ou se tornar ferramenta política de transformação, ou de como essas novas formas de participação política da juventude podem também estar servindo para a reinvenção e expansão do próprio capitalismo, caindo em suas próprias armadilhas.

Este artigo não tem o objetivo de fazer a análise dessa questão, mas sim de registrar um momento específico do debate sobre os movimentos estudantis e de juventude na região de Sorocaba, como ele está situado nos âmbito da participação da juventude no Brasil, tal como descrito nos estudos anteriores, e também qual o lugar da universidade neste contexto.

### 3. Principais tópicos presentes nos relatos e nos debates dos grupos participantes

Nos relatos sobre as conquistas e desafios dos movimentos estudantis e da juventude na região de Sorocaba, uma das questões principais que foram ressaltadas é a da centralidade do lugar da juventude no âmbito da assistência, da cultura, da política e da participação, do qual decorrem ações sociais, artístico-culturais e educativas do movimento estudantil, dos movimentos culturais, sindicatos e de outras organizações na região de Sorocaba.

Decorre também dessa questão, no que diz respeito à juventude e movimentos estudantis da região de Sorocaba, um possível perfil que se aproxima do que foi descrito pelo estudo de Sturgeon (1995) sobre a participação social dos jovens, isto é, de que há uma diversidade de ações e movimentos que demonstravam interesse difuso pela política, sem uma unidade ideológica ou de estratégias de ação e sem vínculo necessário com sindicatos e partidos políticos – embora alguns deles estabeleçam diálogo com essas instituições.

Essa participação política da juventude da região de Sorocaba parece se caracterizar, portanto, como movimentos que combinam práticas políticas extrainstitucionais com práticas de estruturas organizacionais de ONGs e sindicatos, e também como no caso do movimento estudantil, com partidos políticos. Essas práticas também estão articuladas com estratégias artístico-culturais, esportivas e de mobilizações reivindicativas pontuais.

Tais ações demandam articulação com outros espaços e outros movimentos sociais que não tenham, especificamente, a juventude como tema central. Espera-se que nessas ações haja uma proposta política de transformação social.

A articulação foi colocada como necessária quando se tem como objetivo ações políticas de mudança da condição da juventude. Apesar de expressar que não há uma integração entre todas as organizações e movimentos da juventude de Sorocaba que estavam ali presentes, deve-se o quanto antes repensar esse quadro e realizar uma coletivização da ação. Esse desafio foi colocado ao demandar um respeito pelas diferenças entre os movimentos – sejam de métodos de ação ou diferenças ideológicas – para que realizem ações colaborativas, potencializando as estratégias que tenham como foco a juventude.

No desafio de ações coletivas, as falas concordaram com a importância de as organizações e movimentos serem apoiadores uns dos outros, ou seja, não apenas quando a juventude é o grupo com quem se trabalha, mas também em todas as ações que buscam atuar nas “carências” e no aumento da visibilidade das comunidades periféricas.

No entanto, historicamente poucos grupos presentes na mesa temática conheciam as histórias e projetos uns dos outros, e, para firmar parcerias e fortalecer articulações, foi apontada a necessidade de novos modos de comunicação entre os grupos, principalmente pela internet (e-mails, blog e sites), para se ampliar os conhecimentos dos projetos e suas necessidades, a fim de que houvesse colaborações e apoio. A demanda por um fortalecimento de comunicação foi ressaltada também para conhecer os momentos diferentes em que cada grupo e projeto estão, e, assim, otimizarem as ações propostas.

Como colocado por Machado Pais (2005), nenhuma cidadania pode ser reivindicada quando o acesso à autonomia é vedado. A autonomia também está relacionada com a comunicação, com a possibilidade mais ampla da comunicação. A exposição aos mass media e às novas tecnologias de comunicação podem

permitir aos jovens um poder que outrora não desfrutam: poder de articulação, propagação de ideias e de possibilidade de potencialização de ações. No espaço doméstico ou também no interior dos espaços de grupos e movimentos sociais, os jovens podem se encontrar expostos ao exterior.

A clareza desse poder dado pelas novas tecnologias de comunicação e redes sociais para as ações políticas e culturais da/para juventude foi identificado imediatamente pelos participantes da mesa temática como uma lacuna que deve ser preenchida pelos movimentos estudantis e da juventude da região de Sorocaba, e era o que parecia naquele momento justificar a frágil mobilização coletiva da juventude da região.

É nesse sentido que a dificuldade de comunicação e de conhecimento uns dos outros foi também colocada como uma das razões de enfraquecimento dos movimentos. Descreveram situações em que algumas ações políticas, sociais e artístico-culturais eram prejudicadas ou mesmo não aconteciam pela falta de equipamentos e de espaços para serem realizadas. Relataram que, em várias ocasiões, se, de antemão, outros grupos já fossem “parceiros”, essas faltas poderiam ser supridas. Desse modo, ressaltaram que os movimentos e organizações da juventude saem mais fortalecidos se trabalharem como coletivos, e não isoladamente, como parecia acontecer na maior parte do tempo conforme relatos daquele momento.

Outro desafio colocado foi a da criação de um fórum permanente para tratar das questões da juventude pelos movimentos sociais, com encontros presenciais. Como tema da juventude está presente em todos os movimentos, sejam eles de trabalho, cultura, arte, saúde e educação, portanto, considerado tema “transversal”, necessita-se que ele seja debatido especificamente também em fórum próprio.

Nesse sentido, com a comunicação, aumento de conhecimentos dos projetos uns dos outros, um fórum para discussões específicas da juventude, além da colaboração e apoio entre si, também podem ser criadas ações coletivas em torno de uma ou mais temáticas e demandas importantes para a juventude, nas quais todos estejam engajados. As ações coletivas exemplificadas foram: a de um movimento coletivo em favor do “passe livre”, a da defesa da educação pública de qualidade e a da democratização da Lei de Incentivo à Cultura.

O movimento estudantil também foi citado como um movimento atuante, embora fragmentado aparentemente, com cada grupo do movimento tendo suas especificidades. Essa característica tem feito, segundo relatos, com que também ele seja pouco percebido. A fragmentação foi justificada pelo individualismo crescente na sociedade e pelo modelo neoliberal, que promovem ações individuais, e não coletivas, ainda que sejam no âmbito de movimentos, sindicatos e organizações sociais.

Por essa razão, sugeriram que os movimentos estudantis identifiquem as suas “bandeiras únicas” para que retornem ações coletivas, provocando, assim, o fortalecimento e aumento da visibilidade do movimento estudantil na região de Sorocaba e da juventude como um todo.

O caráter difuso e fragmentado em bandeiras ideológicas dos movimentos estudantis da região de Sorocaba está em sintonia com a constituição das demandas dos movimentos estudantis contemporâneos, conforme descrito por Mesquita (2006). As mobilizações estudantis pontuam uma agenda diversificada de reivindicações para além da educação e da política e, apesar de estabelecerem diálogo com partidos, sindicatos e/ou outros movimentos sociais, não se caracterizam com uma unidade e/ou consenso enquanto movimento em vista de uma agenda de luta coletiva.

No campo das proposições de ações, o conhecimento do “perfil” da juventude da região de Sorocaba foi colocado também como uma necessidade desses grupos, em vista de que não há estudos sistemáticos sobre a juventude sorocabana e da região. Para que seja conhecida essa juventude, há uma demanda de pesquisas sobre o perfil desses/as jovens, com suas experiências, expressões, características, projetos de vida e problemáticas.

Nesse contexto, a parceria com a universidade também foi apontada como possível na construção e desenvolvimento de um projeto de pesquisa que ajude a mapear o perfil da juventude da região, realizando uma interface com os movimentos sociais. O conhecimento da juventude da região de Sorocaba poderia contribuir, segundo os participantes, para subsidiar as ações específicas dos grupos e das ações coletivas.

Assim, a universidade para esses grupos parecia estar representada como produtora de conhecimento por meio da promoção de pesquisas acadêmicas. Nessa representação, embora não percorrida durante a mesa temática, pouco foi

acenada – para além dos movimentos estudantis universitários e sindicais – a sua possibilidade extensionista como também uma ação política transformadora do contexto social, indissociada de seu caráter de ensino e pesquisa.

Sugere-se, portanto, a questão de essa representação da universidade estar pautada na falsa premissa da “neutralidade científica”, o que torna a produção e ações acadêmicas assépticas a posições políticas e ideológicas e faz a universidade cair na armadilha da reprodução social e manutenção do *status quo*. Essa questão está no âmbito das discussões sobre as concepções históricas do lugar ocupado pelas universidades na sociedade, conforme colocado por Martins no capítulo introdutório deste livro.

Enfim, no contexto dos movimentos estudantis e da juventude, a luta pelos direitos sociais, diante de sua diversidade de propostas de ações ou quando se deparam com sua fragmentação e frágil articulação, faz-nos refletir sobre a impossibilidade de os “princípios universalistas de cidadania” estarem respondendo as demandas desses coletivos. Não parece ser razoável que a participação política da juventude seja compreendida por uma concepção de que os cidadãos são iguais quando, na realidade, eles são diferentes, ou seja, possuem também diferentes experiências específicas de classe, geração, gênero, raça/etnia e orientação sexual, das quais decorrem, por conseguinte, agendas políticas específicas. Parece, portanto, uma participação política, que como coloca Machado Pais (2005, p. 66), não fundamentada em “[...] mitos homogeneizadores perante uma realidade heterogênea, de diferentes grupos culturais e sociais”.

No entanto, sob os discursos produzidos na mesa temática, não significa que a participação política dos movimentos estudantis e da juventude, nas suas especificidades, tenha necessariamente de se transformar em uma participação cética, já que a ênfase nas diferenças corre o risco de levar a uma balcanização de valores e propostas coletivas de transformação do contexto social contemporâneo. Essa balcanização, que fragmenta a participação política em partes mais ou menos hostis entre si, pode também provocar, em sua fragilidade de articulação, a perpetuação das desigualdades sociais produtoras de discriminação, exclusão e pobreza, cuja superação parece estar explícita ou implicitamente na agenda desses movimentos da juventude presentes no evento. Estar atento a mais essa armadilha parece ser um dos principais desafios desses grupos e movimentos sociais.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36, mai./dez. 1997.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- COSTA, Márcia Regina da. *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Musa Editora, 2000.
- MACHADO PAIS, José. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, v. XXVI, n. 114, p. 945-987, 1991.
- \_\_\_\_\_. Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, p. 53-70, 2005.
- MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. *Meninas do Graffiti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2003.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo, 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 13, p. 73-94, jan./abr. 2000.
- STURGEON, Noel. Theorizing Movements: Direct action and Direct Theory. In: DARNOVSKY, Marcy; EPSTEIN, Barbara; FLACKS, Richard (Eds.). *Cultural Politics and Social Movements*. Philadelphia: Temple University Press, 1995.
- WELLER, Wivian. Práticas Culturais e Orientações Coletivas de Grupos Juvenis: um estudo comparativo entre jovens negros em São Paulo e jovens de origem turca em Berlim. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, 4 a 8 de novembro. *Anais...* Ouro Preto, 2002.

# ATO INFRACIONAL VISTO SOB A PERSPECTIVA DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À INCIDÊNCIA DA PRÁTICA INFRACIONAL: CLUBE DO NAIS - NÚCLEO DE ACOLHIMENTO INTEGRADO DE SOROCABA

MIRIAM YASUDA<sup>1</sup>  
VANDERLEI DA SILVA<sup>2</sup>

## Princípio da intervenção precoce junto aos adolescentes que iniciam o movimento infracional

Desde o início, pode-se dizer que a ideia do Clube do Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS) surgiu com o propósito de evitar que adolescentes já uma vez envolvidos em ocorrência infracional como supostos autores não tornassem a cometer infração.

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Sorocaba (UNISO) e em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), mestranda em Adolescentes em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirantes de São Paulo (UNIBAN). Coordenadora do Clube do Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS). E-mail: [miriam@sossorocaba.org.br](mailto:miriam@sossorocaba.org.br)

<sup>2</sup> Advogado com especialização em Direito do Terceiro Setor. Mestre em Educação. Doutorando em Educação. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). Gerente Geral do SOS de Sorocaba. Presidente do CMAS - Sorocaba. Presidente da UNIONG. Presidente da Comissão de Direito do 3º Setor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Votorantim. Faz parte da Diretoria da Cáritas Arquidiocesana de Sorocaba, da Associação Pró-Mulher de Votorantim e da Academia Votorantinense de Letras, Artes e História. E-mail: [sos@sossorocaba.org.br](mailto:sos@sossorocaba.org.br)

A demora no processamento dos casos, até que se chegasse a eventual aplicação ou não de medida socioeducativa, era, segundo o diagnóstico realizado, condição propícia para a reiteração de crimes.

Assim, um dos princípios de concepção da proposta era a ideia de que o Estado deve se mobilizar de forma mais ágil possível já diante do primeiro sinal importante de que um adolescente rompeu a barreira da legalidade, praticando conduta tipificada em lei como ato infracional. A natureza da intervenção a ser dispensada pode variar caso a caso, em termos de qualidade e intensidade. Pode até ser que se conclua que nenhuma intervenção do Estado seja necessária. Todavia, o que não se pode é simplesmente ficar indiferente diante desses sinais de envolvimento criminoso. A indiferença, nessa perspectiva, funcionaria como sinalizador, para o jovem, de que a transgressão é permitida, já que não geraria reação de responsabilização ou de punição. No entanto, a indiferença, também nessa perspectiva, contribuiria para que, em boa parte dos casos, situação de vulnerabilidade pessoal e social do adolescente, claramente associada ao comportamento transgressor, ficasse sem atenção, perpetuando a violação de direitos do adolescente e contribuindo para que novos atos infracionais fossem cometidos.

Desde início a proposta foi concebida dentro da perspectiva de prevenção da criminalidade.

A ideia de se pensar a prevenção da criminalidade como política de três níveis vem da área da saúde pública, cujas ações são organizadas segundo eixos primário, secundário ou terciário. O eixo primário implica criar condições em indivíduos ou populações para que elas não fiquem doentes. O eixo secundário implica criar meios para que doenças já instaladas sejam precocemente diagnosticadas e possam ser enfrentadas com maior possibilidade de sucesso e menor chance de agravo à saúde. Por fim, a prevenção terciária implica operar quando a doença já se instalou e produziu seus efeitos nocivos na pessoa. Seu escopo é evitar que a pessoa venha a óbito, bem como viabilizar a cura e neutralizar no máximo as sequelas da doença.

Segundo esse modelo, alguns autores da área do Direito da Criança e do Adolescente sustentam que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em si a perspectiva prevencionista nesses três níveis.

Segundo Amaral e Silva (2011):

O Estatuto, atento as Beijing Rules, determina a desjudicialização das hipóteses sem gravidade, preconizando medidas protetivas ou preventivas, independentemente de processo formal. Para reincidentes ou violentos, prevê ação de prevenção sócio-educativa. Os casos de reincidência, gravidade, violência, podem resultar em medidas mais severas, inclusive privação de liberdade, em flagrante ou provisória. Em qualquer hipótese, observados os direitos constitucionais.

O novo modelo consagra: prevenção primária, multissetorial, assegurando direitos fundamentais saúde, educação, esporte, lazer, profissionalização, etc., inclusive através de ações cíveis públicas; prevenção secundária, pelos Conselhos Tutelares com medidas protetivas e assistência educativa à família; prevenção terciária, através de medidas sócio-educativas reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi liberdade e privação de liberdade em estabelecimento educacional.

Nessa mesma linha segue, Saraiva (2002), ao sugerir que o ECA se estrutura por meio de um tríptico sistema de garantias: primário, secundário e terciário. Nas palavras do autor (2002, p. 24):

Este tríptico sistema, de prevenção primária (políticas públicas), prevenção secundária (medidas de proteção) e prevenção terciária (medidas sócio-educativas), opera de forma harmônica, com acionamento gradual de cada um deles. Quando a criança ou o adolescente escapar ao sistema primário de prevenção, aciona-se o sistema secundário, cujo grande agente operador deve ser o Conselho Tutelar. Estando o adolescente em conflito com a lei, atribuindo-se a ele a prática de algum ato infracional, o terceiro sistema de prevenção, operador das medidas socioeducativas, será acionado, intervindo aqui o que pode ser chamado genericamente de sistema de Justiça (Polícia/ Ministério Público/ Defensoria/ Judiciário/ Órgãos Executores das Medidas Socioeducativas).

Veja que, segundo os mencionados autores, o sistema secundário diz respeito às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente em situação de risco (art. 98 e 101 do ECA<sup>3</sup>). Tais medidas seriam aplicáveis primordialmente pelos Conselhos Tutelares.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 23 set. 2011.

O sistema terciário seria aquele referente às medidas socioeducativas, o qual incluiria os adolescentes que já se envolveram em algum ato infracional, passaram pelo sistema de justiça e receberam medidas socioeducativas.

Pois bem, a proposta de atendimento a ser oferecida pelo NAIS, desde sua concepção, pode ser lida como intermediária entre a prevenção secundária e a terciária.

Não se trata de prevenção secundária simplesmente como concebida pelos autores mencionados. Isso porque o critério de inclusão dos adolescentes não é simplesmente o fato de ter algum direito violado ou ameaçado, ou seja, estar em situação de risco pessoal ou social. Se assim fosse, o Clube do NAIS se destinaria ao atendimento de todas as crianças e adolescentes do município em situação de vulnerabilidade, ou, mais tecnicamente, situação de violação de direitos. Ao NAIS seriam encaminhadas crianças e adolescentes por ordem do Conselho Tutelar, ou cujas famílias fossem alvo da política de proteção social básica ou especial. O NAIS então seria mais do que um dos braços da política socioassistencial do município.

Decisivamente, o Clube do NAIS não se constitui como mera projeção da política socioassistencial de Sorocaba (SP). Ele teve clara intenção de se ocupar da questão infracional, de funcionar como uma política diretamente dirigida à prevenção do crime, apesar de incorporar traços, quando necessário, de uma política socioassistencial.

Esse escopo de prevenção da criminalidade fica mais claro quando se verifica o critério de um adolescente no programa: ter sido mencionado como autor de um crime (ato infracional) em um registro de ocorrência na Delegacia da Infância e Juventude.

Contudo, deve-se ficar atento para que não se equipare o atendimento oferecido no Clube do NAIS àquele oferecido por um serviço de medida socioeducativa.

A medida socioeducativa é aplicada pelo juiz (art. 148 do ECA) a um adolescente que praticou conduta equiparada a crime ou contravenção. Sua aplicação depende de um processo em que a existência desse crime e de sua autoria por parte do adolescente seja confirmada, possibilitando o exercício do direito de defesa. É certo que a lei permite a aplicação de medidas em meio aberto (liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, obrigação de reparo

do dano e advertência) sem comprovação cabal de que o adolescente seja culpado, por meio da utilização da remissão cumulada com medida socioeducativa (art. 127 do ECA). Todavia, tal possibilidade, segundo entendem muitos autores, depende de que o adolescente assuma a infração e aceite a medida aplicada por remissão, estando também acompanhado por advogado no ato.

O adolescente que ingressa no Clube do Nais não foi declarado pela justiça como autor de um ato infracional. Contra ele existe apenas uma suspeita de que cometeu infração, suspeita essa que vem das declarações de alguém que contra ele lavrou um boletim de ocorrência. Ocorre que, em um estado democrático de direito, vigora, em favor de todos os cidadãos, crianças, adolescentes e adultos, o princípio da presunção de inocência (art. 5º inc. LVII da Constituição Federal<sup>4</sup>): ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória.

Desse modo, não tendo ainda a justiça se pronunciado sobre a culpa do adolescente, ele não pode ser oficialmente qualificado como infrator, nem pode, por isso mesmo, ser obrigado, em razão de seu crime, a cumprir obrigatoriamente determinada medida.

Assim, os adolescentes atendidos no Clube do Nais ocupam uma posição *sui generis*. Não são oficialmente infratores (sistema terciário) nem são oficialmente adolescentes com direitos ameaçados ou violados (sistema secundário).

Se de fato o registro de um simples boletim de ocorrência não permite tirar a conclusão de que o adolescente realmente cometeu a prática infracional, a existência de tal documento funciona como poderoso indicador de que algo pode estar errado com o jovem, de modo a reclamar do estado uma atenção diferenciada. Assim, o boletim de ocorrência não insere o adolescente no campo dos infratores, mas é o que basta para justificar ação interventiva que buscará eventuais fatores de vulnerabilidade desse adolescente ao envolvimento infracional e que, em um segundo momento, atuará no sentido de minimizar tais fatores.

Nesse momento, como o jovem ainda não foi declarado infrator pela justiça, as ações têm a tônica predominante de protegê-lo, contramotivá-lo à

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 23 set. 2011.

vida infracional e resgatar sua cidadania. Não assumem a mesma qualidade de atendimento em medida socioeducativa, que tem, segundo reconhece o próprio Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), uma faceta sancionatória que somente se legitima quando aplicada em resposta a um ato delituoso praticado pelo adolescente.

Assim, a virtude da proposta está em desencadear uma estratégia interventiva, de cunho protetivo e preventivo, sempre que se observa um relevante indicador de risco de envolvimento com a criminalidade: a passagem do adolescente pela delegacia de polícia com registro de possível autoria de ato infracional.

É aí que reside a fundamentação técnica da intervenção do Clube do NAIS, além de sua justificação em termos política de prevenção da criminalidade.

Recentemente, o ECA incorporou um princípio que reforça, do ponto de vista legal, a pertinência da ação desenvolvida no Clube do NAIS. Trata-se do princípio da intervenção precoce (art. 100, parágrafo único, inciso VI): a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

Na sistemática do Clube do NAIS, o boletim de ocorrência dá conhecimento às autoridades locais de que o adolescente suspeito se encontra em uma situação de perigo. A intervenção então é desencadeada desde logo.

Previne-se, assim, com a prontidão da intervenção, incidências ou reincidências infracionais.

No âmbito da medicina preventiva, a detecção do problema de saúde em seus primórdios torna muito mais eficiente as terapêuticas de cura sem deixar sequelas. Os remédios são menos invasivos, a pessoa se vê menos prejudicada em suas funções habituais, tudo se dá de uma forma mais suave, com maior probabilidade de sucesso sem dano irreversível ao funcionamento do corpo.

A ideia do Clube do NAIS, analogicamente, é esta: se a intervenção é feita rapidamente, desde o primeiro boletim de ocorrência reportando um ato leve, uma eventual carreira criminosa pode ser abortada em seus primórdios, com utilização de recursos e instrumentos menos custosos e mais eficientes do que aqueles que utilizam as medidas socioeducativas.

O Clube do NAIS, ao trabalhar com esse público-alvo, também supre uma lacuna importante no atendimento do adolescente ao qual se atribui autoria de ato infracional. Essa lacuna corresponde ao fato de que, entre o registro da

ocorrência no boletim de ocorrência e a decisão judicial acerca do fato, há um lapso razoável de tempo em relação à lei, que prevê duas possibilidades, diametralmente opostas de intervenção: ou o adolescente fica absolutamente à mercê do Estado, da forma mais intensa possível, internado provisoriamente, ou então aguarda o julgamento em liberdade, sem que esteja submetido a qualquer tipo de intervenção ou atendimento. É o “tudo ou nada” de nosso sistema.

Por conta disso, é comum que o sistema de justiça, visando agir de modo “profilático”, opte pela decretação da internação provisória de um adolescente de forma banalizada, para muito além do que propõe a lei (que fala em “necessidade imperiosa da medida”, segundo o art. 108 do ECA). Nesse raciocínio, permitir que o jovem responda a acusação em liberdade, sem que sinta de imediato alguma consequência pelo ato praticado, pode funcionar como estímulo à reincidência.

A utilização indiscriminada da internação provisória é, contudo, além de ilegal, desastrosa do ponto de vista pedagógico, sobretudo quando não se trata de infração grave.

Essa dicotomia extrema entre ter de responder ao processo completamente livre ou em total privação de liberdade foi superada recentemente no Brasil em relação aos adultos, por conta da Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011<sup>5</sup>, que prevê muitas outras medidas alternativas à prisão, enquanto a pessoa responde a um processo criminal, as quais vão desde a prisão domiciliar até o pagamento de fiança.

É importante deixar claro que não existe previsão em lei, no Brasil, de aplicação, ao adolescente com boletim de ocorrência, de uma medida correspondente ao dever de frequentar equipamento tipo Cube do Nais, enquanto o processo não for julgado. Como não existe tal previsão legal, o adolescente não adentra ao serviço por determinação de uma autoridade oficial. Sua permanência no serviço é voluntária. De todo modo, o sucesso observado no atendimento prestado esclarece a necessidade de se repensar o modelo legal e as políticas disponíveis para atendimento do adolescente entre a infração e a sentença que não se reduzam aos programas de internação provisória.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm)>. Acesso em: 23 set. 2011.

## Passos que precederam o Clube do NAIS

O município de Sorocaba está localizado na região sudoeste do estado de São Paulo e, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, conta com uma população jovem de 160.282 habitantes, que representa 35,68% da população total. A taxa de urbanização do município é de 98,95%, e a grande maioria dessa população está concentrada em bairros periféricos.

Conforme dados divulgados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (2005), o envolvimento dos jovens de Sorocaba com atos infracionais entre os anos 2004 e 2005 aumentaram sensivelmente.

Devido ao aumento significativo do número de adolescentes presos, alguns problemas estruturais passaram a se tornar públicos.

Ressaltam-se aqui algumas dificuldades encontradas na época:

- a cadeia pública de Salto de Pirapora, para onde seriam encaminhados os adolescentes, não oferecia condições físicas estruturais ou de funcionários para o acolhimento dos adolescentes, ainda que de caráter provisório a internação;
- as adolescentes permaneciam custodiadas em uma cela minúscula, sem privacidade na Delegacia Participativa de Polícia de Sorocaba;
- ainda que encaminhado o adolescente para entrevista com o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Sorocaba, quando não se tratava de ação infracional grave, o boletim de ocorrência respectivo ficava parado em cartório, aguardando andamento, o que levava aproximadamente oito meses, impedindo imediata propositura de aplicação de medida socioeducativa;
- em muitos casos, atendido o adolescente infrator pelo Promotor de Justiça, quando proposta a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida, o procedimento ficava parado em cartório, por causa do acúmulo de processos aguardando andamento, e, assim, esse jovem só era chamado em juízo para o início do cumprimento dessa medida quase dois anos depois do ato infracional.

A partir da constatação de tais dificuldades e entraves, um grupo de pessoas interessadas, representantes da sociedade civil, poder público, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Organizações Não Governamentais (ONGs), reuniu-se com o objetivo de buscar alternativas para reverter esse quadro de envolvimento de jovens com atos infracionais, por meio de ações preventivas, imediatas e concretas, no sentido de agilizar uma intervenção de caráter social e técnico para atendimento desse adolescente.

Para criação de um projeto novo de atendimento dos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais no município de Sorocaba, formou-se um grupo composto de integrantes de representantes dos mais variados setores da sociedade, e foram visitados os Núcleos de Atendimento Integrado das cidades de São Carlos (SP) e Americana (SP).

Realizou-se, em 2005, uma audiência pública na Câmara Municipal de Sorocaba, fortalecendo-se a ideia da criação de um NAIS.

A implantação do NAIS começou a ser discutida, portanto, em meados de 2005. Na proposta inicial, sua sede seria o Lar Escola Bethel; porém, diante de novas negociações, a parceria para execução desse projeto se deu pela ONG Serviços de Obras Sociais (SOS).

O projeto ficou pronto em janeiro de 2006, mas sua implantação foi atrasada por dificuldades em se fechar um acordo para o uso do local.

O Clube do NAIS foi inaugurado dia 8 de outubro de 2007, sendo que sua proposta foi oferecer um atendimento multidisciplinar ao jovem infrator que cometeu ato infracional de menor potencial ofensivo, a fim de que ele tivesse o apoio necessário e não se tornasse reincidente.

O projeto teve o amparo de legitimidade de sua execução na Lei Municipal nº 148/08<sup>6</sup>, de autoria do Executivo.

O Clube do NAIS é a porta de entrada de um processo de atendimento, e é fundamental que, para atingir seus objetivos, tenha também portas de saída.

Uma grande parte dos adolescentes que passam pelo Clube do NAIS deve, posteriormente, ser inserida em medidas socioeducativas. Para que esse fato se concretize, é necessário que as medidas estejam funcionando de forma eficaz.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/523355/lei-8627-08-sorocaba-0>>. Acesso em: 23 set. 2011.

Número adequado de técnicos, espaço físico bem estruturado, opções de atividade são alguns dos elementos que garantem a qualidade e eficiência a essas medidas socioeducativas.

O Clube do NAIS é uma realização da Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria da Juventude (SEJUV), em parceria com o SOS. O projeto tem o apoio do CMDCA, Promotoria da Infância e da Juventude, Vara da Infância e da Juventude, Fundação Casa e Delegacia da Infância e da Juventude (DIJU).

É um programa com diretrizes socioeducativas que visa à mudança nas condições de vida no cotidiano do adolescente, objetivando o redimensionamento de suas atitudes, valores e a convivência familiar e comunitária. É também uma intervenção educativa centrada no atendimento personalizado, garantindo a promoção social do adolescente por meio de orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos.

Atualmente, o Clube do NAIS funciona na antiga sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), que fica na Av. Comendador Pereira Inácio, 2.239, em Sorocaba.

O terreno possui 25 mil m<sup>2</sup>, e o prédio passou por uma reforma completa. Foram colocados 650 m lineares de alambrado, feita a recuperação do forro e do telhado, reforma nos banheiros, salas e cozinha, pintura e paisagismo.

Além disso, o local conta também com um amplo salão de eventos, salas de trabalho, vestiários, quadra poliesportiva e campos de futebol de salão e oficial.

Os funcionários que trabalham no Clube do NAIS passaram por um curso de capacitação e conheceram entidades de outros locais que trabalham com adolescentes infratores. A capacitação foi dada aos profissionais por funcionários do SOS, da SEJUV e Fundação Casa.

No ano de 2008, NAIS somou, após um ano de funcionamento, o atendimento de 642 jovens. Conforme dados divulgados durante entrevista coletiva na Prefeitura, a adesão aos programas oferecidos pelo Clube do NAIS foi de 92,52%, com reincidência menor que 7,5%, índice que confirma êxito da iniciativa como apontam os responsáveis.

O encontro reuniu autoridades e parceiros do NAIS, já considerado referência no estado de São Paulo, para discutir esse avanço nas políticas públicas para adolescentes que cometem atos infracionais de natureza leve.

## Clube do NAIS

O Clube do NAIS foi concebido para que não haja a reincidência do ato infracional cometido pelo adolescente no período de tempo compreendido entre o ato praticado e o julgamento. Define-se, portanto, como proteção ao adolescente autor de ato infracional no município de Sorocaba e que permanece no aguardo de medida socioeducativa. Atualmente, o programa atende também aos adolescentes que estão em medida socioeducativa de liberdade assistida.

O objetivo geral do projeto é o “acolher” (atender, receber, dar crédito, acreditar) e garantir que o adolescente e família tenham atendimento imediato, identificando suas necessidades e dificuldades.

A meta principal é capacitar o adolescente a pensar e agir de forma diferente, de modo que consiga lidar de modo mais eficiente diante de condições adversas.

São seus objetivos específicos: acompanhamento do adolescente (história); reintegração na família e na sociedade; criação de mecanismos de prevenção/encaminhamento; diagnosticar e intervir diante das vulnerabilidades psicossociais; sensibilizar, orientar, conscientizar e promover a educação e ou reeducação; elaborar relatório do caso, desde o atendimento inicial com pareceres dos técnicos envolvidos (pedagogo, psicólogo, assistente social etc.), para Vara da Infância e da Juventude de Sorocaba.

A metodologia do acolhimento aplicada é a seguinte:

- recepcionar, o adolescente encaminhado pela DJJU, conforme agendamento estabelecido junto ao Clube do NAIS, esclarecendo o trabalho desenvolvido para seu acolhimento;
- entrevistar o adolescente e sua família, buscando identificar as dificuldades, necessidades e possíveis motivos que o levaram a se envolver com a prática de ato infracional, utilizando formulário próprio (Ficha de Atendimento Individual da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Sorocaba);
- esclarecer para esse jovem e sua família como se desenrola o processo judicial referente à prática infracional, seu direito de defesa, as medidas socioeducativas cabíveis e as consequências de cada uma delas;
- inserir o adolescente e sua família nas atividades do Clube do NAIS;

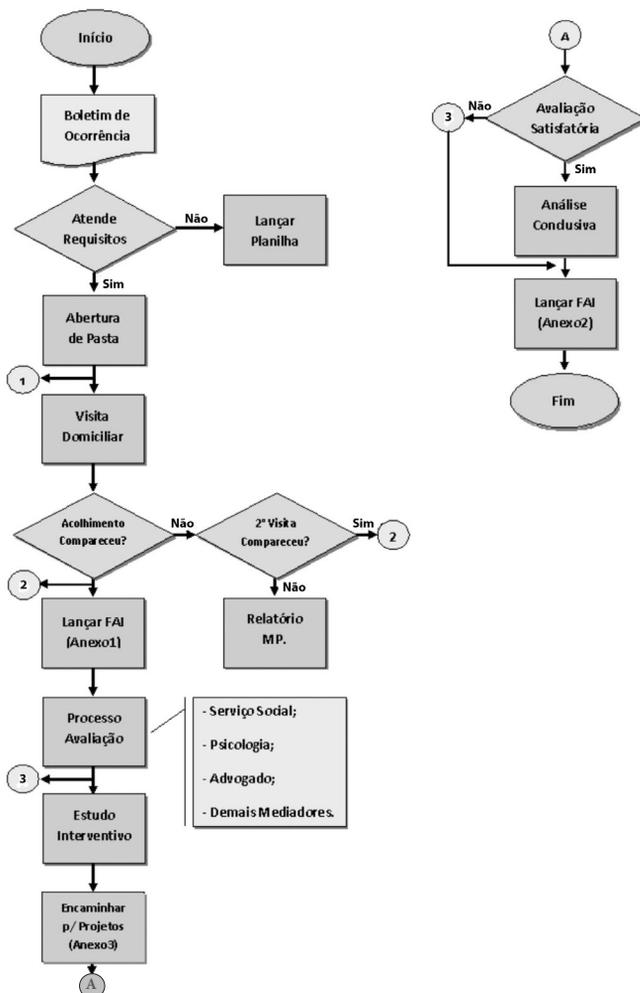
- organizar e coordenar grupos interdisciplinares de apoio e orientação sociofamiliar;
- encaminhar o adolescente e sua família para os recursos da comunidade, atendendo a todas as necessidades identificadas nas áreas da assistência social, saúde, assessoria jurídica, esporte, cultura, educação etc.;
- estabelecer com a família um prazo para apresentação de resultados dos encaminhamentos e acompanhamentos propostos;
- estabelecer número de encontros necessários com o adolescente e sua família, respeitando os horários de disponibilidade dos responsáveis e do próprio jovem acolhido;
- inserir o adolescente em oficinas pontuais e temais;
- incluir os responsáveis e adolescentes em grupos com temas predefinidos (6 encontros em período de 45 dias, sendo 1 por semana, com tempo de 90 minutos, utilizando recursos audiovisuais);
- monitorar o comparecimento da família nos recursos aos quais foi encaminhada, por anotações na Ficha de Atendimento Individual;
- manter contato e efetuar reuniões sistemáticas com os diversos segmentos que também estão acompanhando o adolescente envolvido com atos infracionais e sua família;
- efetuar visita domiciliar;
- elaborar relatório resumido do caso para a Vara da Infância e Juventude de Sorocaba;
- encaminhar cópia da documentação do acompanhamento para o executor da medida (dispensável quando em operação a Ficha de Atendimento Individual);
- estabelecer um período inicial de três meses para monitoramento do caso;
- formação de um Conselho Gestor de caráter deliberativo;
- estabelecer parceria com recursos da comunidade na área da saúde e odontologia para uma avaliação do adolescente e família.

Vale aqui ressaltar um fator de inovação do projeto: a implantação da Ficha de Acompanhamento Individual, a qual utiliza um sistema de “prontuário online”, ou seja, é acessada pelos representantes das organizações cadastradas

e garante o preenchimento e o acompanhamento individualizado, bem como o histórico do adolescente.

O Fluxograma 1 apresenta as etapas do programa.

**Fluxograma 1 – Programa do Clube do Nais.**



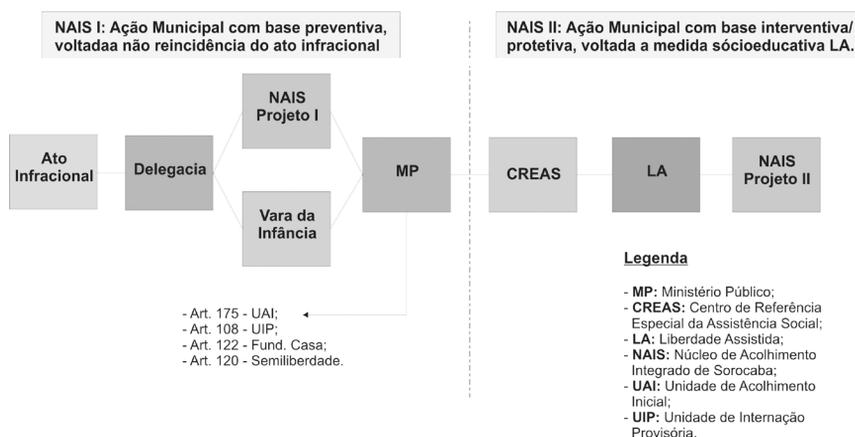
Fonte: Clube do Nais.

Devido à municipalização das medidas em meio aberto, a partir de 2011, a interpretação da medida de liberdade assistida passou a acontecer dentro do

Clube do NAIS, assim como o atendimento e a avaliação do adolescente por uma equipe psicossocial.

Dessa forma, então, o Clube do NAIS passou, em 2011, a atender a duas populações: adolescentes em aguardo de medida socioeducativa e adolescentes em cumprimento de liberdade assistida (Fluxograma 2).

### Fluxograma 2 – Intervenções do Clube do NAIS.



Fonte: Clube do NAIS.

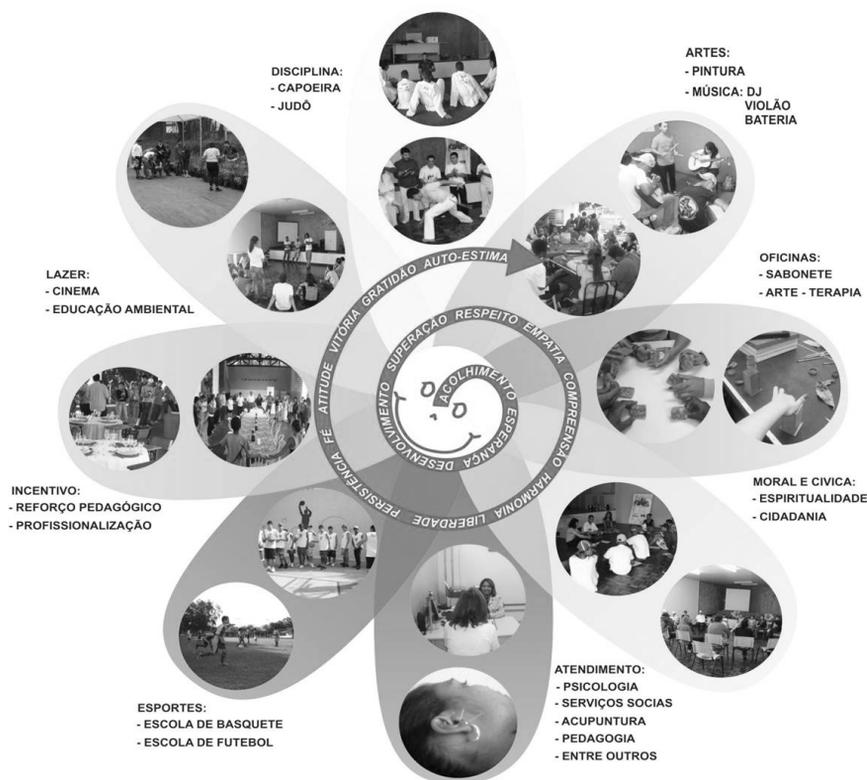
A equipe interdisciplinar do Clube do NAIS possui como foco no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida assessorar as ações das organizações que realizam a gestão da liberdade assistida, na garantia de que as possíveis vulnerabilidades apresentadas pelo adolescente sejam diagnosticadas tecnicamente, quer sejam elas de natureza social e/ou emocional.

Diante das técnicas interventivas e ferramentas aplicadas, é apresentado às Secretarias da Cidadania, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e da Juventude um relatório composto de: relatório social e parecer social com indicativos interventivos necessários à condução mais efetiva da vida do adolescente, bem como de um laudo psicológico e possíveis canalizações dos aspectos emocionais em oficinas diversas, disponibilizadas pelo Clube do NAIS.

Atualmente, o Clube do Nais disponibiliza a seus jovens em condições de vulnerabilidade cumprir o disposto no art. 88, inciso V, do ECA, que preconiza o atendimento imediato aos adolescentes e jovens com idade entre 12 e 18 anos, os quais aguardam a tramitação do processo legal a que estão submetidos, com o intuito de evitar ou diminuir a reincidência de ato infracional e possibilitar novas oportunidades de planejamento de vida, por meio do atendimento clínico de equipe multidisciplinar (composta por psicólogo, assistente social, educador físico, acupunturista, arte-terapeuta, músico e pedagogo) e com o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, profissionalizantes, artísticas, dentre outras.

A Imagem 1 ilustra algumas ações desenvolvidas pelo programa:

**Imagem 1 – Ações desenvolvidas pelo programa do Clube do Nais.**



Fonte: Clube do Nais.

## Conquistas alcançadas durante o período de execução do programa

Foram sólidos os avanços atingidos desde a implantação do programa de atendimento ao adolescente citado como autor de ato infracional, dentre esses destacamos: condução no princípio da ética e do direito, voltado ao atendimento a cada adolescente; mapeamentos nos diversos contextos apresentados: familiar, social e psíquico, que fragiliza e potencializa as vulnerabilidades do jovem; acolhimento e humanização no atendimento em todos os processos interventivos; fortalecimento entre parcerias; garantia de rapidez no atendimento; contextualização do adolescente (Ficha de Atendimento Individual); agilidade no levantamento de dados estatísticos e na elaboração de indicadores para as políticas públicas; aproximação entre Prefeitura, Juizado, Vara da Infância, Ministério Público e Delegacia da Infância e da Juventude; diminuição da reincidência de ato infracional (79,72%); desde a sua implantação (outubro de 2001-junho de 2011), passaram pelo projeto mais de 1.880 adolescentes com mais de 40 mil intervenções multidisciplinares.

## Desafios

- condução dos indicadores existentes, para formulação de políticas públicas;
- desenvolvimento e aprimoramento constante de técnicas socioeducativas, que priorizem o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais desses jovens;
- mobilização de recursos humanos e financeiros, para o enfrentamento desses desafios;
- interação com a rede social de proteção e acultramento das pessoas envolvidas na problemática;
- criação de uma política de acompanhamento e amparo constante junto à rede de articulação social de proteção;
- desenvolvimento de programas de parceria para inserção profissional;
- criação de oficinas para geração de renda e sustentabilidade.

Concluimos então que, ao compartilharmos essa experiência, estaremos instrumentalizando todos aqueles que lidam com adolescentes em conflito com

a lei a olhar o jovem em sua plenitude, considerando o desenvolvimento pessoal e social, bem como sua inserção em atendimento interdisciplinar, cujas ações exercem influência direta no adolescente, na construção de sua dinâmica social e para o desenvolvimento de sua autonomia e competências pessoais.

### Referências bibliográficas

- AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do. *A criança e o adolescente em conflito com a lei*. Disponível em: <[http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/cejur/arquivos/crianca\\_conflicto\\_amaral\\_silva.htm](http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/cejur/arquivos/crianca_conflicto_amaral_silva.htm)>. Acesso em: 28 set. 2011.
- MORELLI, Ailton José. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, p. 125-156, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100007&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100007&lng=pt)>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- OLIVEIRA, Maruza B.; ASSIS, Simone G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Caderno de Saúde Pública*, v. 15, n. 4, p. 831-844, 1999.
- PEREIRA, Irandi; MESTRINER, Maria Luiza. *Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade: medidas de ação social voltadas aos adolescentes autores de ato infracional*. São Paulo: IEE/ FEBEM, 1999.
- SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.



# MOVIMENTO ESTUDANTIL: DOMÍNIO PÚBLICO

JEAN MARCELO DOS SANTOS CAMPOS<sup>1</sup>

O Domínio Público ([www.campodominiopublico.webnode.com](http://www.campodominiopublico.webnode.com)) surgiu como um movimento estudantil organizado em 2006 e hoje está presente nas universidades como Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Campinas (FACAMP), Universidade São Francisco (USF) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), atuando em vários centros acadêmicos, projetos de extensão, grêmios, executivas de curso e diretórios centrais de estudantes. Já conseguimos ao longo desse tempo fazer muitas ações e debates, colocando sempre em pauta a realidade social e econômica do nosso país. Na marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi em agosto de 2009, mostramos a importância e urgência da reforma agrária no país, um assunto que é esquecido e menosprezado pela mídia e pela maioria dos partidos políticos, até mesmo daqueles que se dizem dos trabalhadores. No mesmo ano, fomos até Brasília no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) mostrar o porquê somos oposição à diretoria majoritária e apontar alternativas para esse instrumento de luta que, infelizmente, foi contaminada por partidários com segundas intenções políticas e que não é mais voltado aos interesses dos estudantes como antes.

Nós, do Domínio Público, defendemos uma educação pública, gratuita, presencial e de qualidade. Somos contra o Ensino a Distância (EaD), porque não se trata de uma política de valorização e melhoria; muito pelo contrário, é uma política que desvaloriza e precariza a educação ainda mais. A formação de um professor e de um profissional tem que ser presencial e com todos os recursos necessários para seu desenvolvimento. Como travar um bom debate sem a dinâmica de discussão do professor? Como tirar dúvidas que exigem uma explicação mais complexa sem o conhecimento de um professor? O discurso de

---

<sup>1</sup> Cursando pré-vestibular para Geografia. Atuante no campo do Domínio Público de Sorocaba.  
E-mail: [jeanmarcelo92@hotmail.com.br](mailto:jeanmarcelo92@hotmail.com.br)

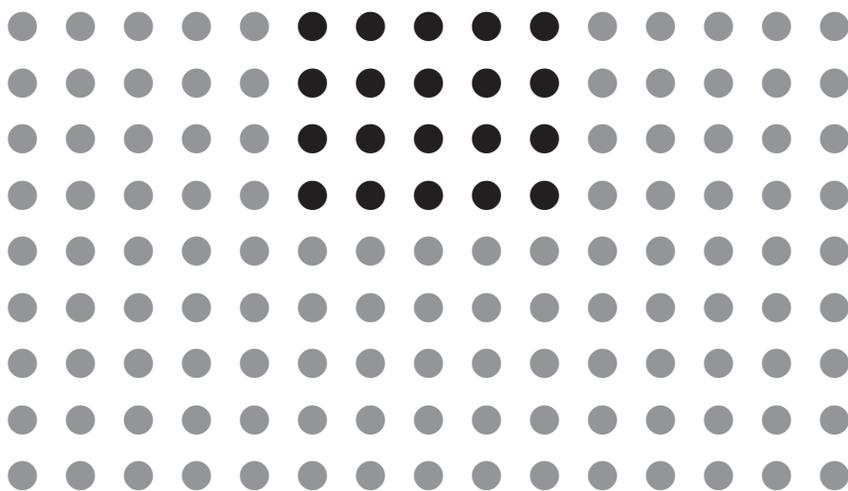
que o aluno faz a escola não pode ser abraçado jamais. De fato, o aluno precisa ter uma participação grande e ser cobrado. Entretanto, a universidade deve oferecer-lhe tudo que ele precisa para ter um desenvolvimento positivo. Abraçando o ridículo discurso que a escola é feita pelo aluno, estaremos jogando nele a culpa pela péssima educação que temos. E, afinal, como formar um professor sem a presença de um professor? Ensino virtual forma profissionais virtuais.

Temos ainda as duas das principais bandeiras que defendemos que são a dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e do Passe Livre para os estudantes.

A luta pelos 10% do PIB para a educação deve ser abraçada por toda a sociedade, pois se trata da melhoria do ensino público aos filhos dos trabalhadores; trata-se da amenização da desigualdade social e da ajuda ao desenvolvimento do país. Lembrando que hoje a porcentagem do PIB para a educação não chega nem a 4%, o que é muito pouco, ainda mais para um país que está entre as 10 maiores economias do mundo.

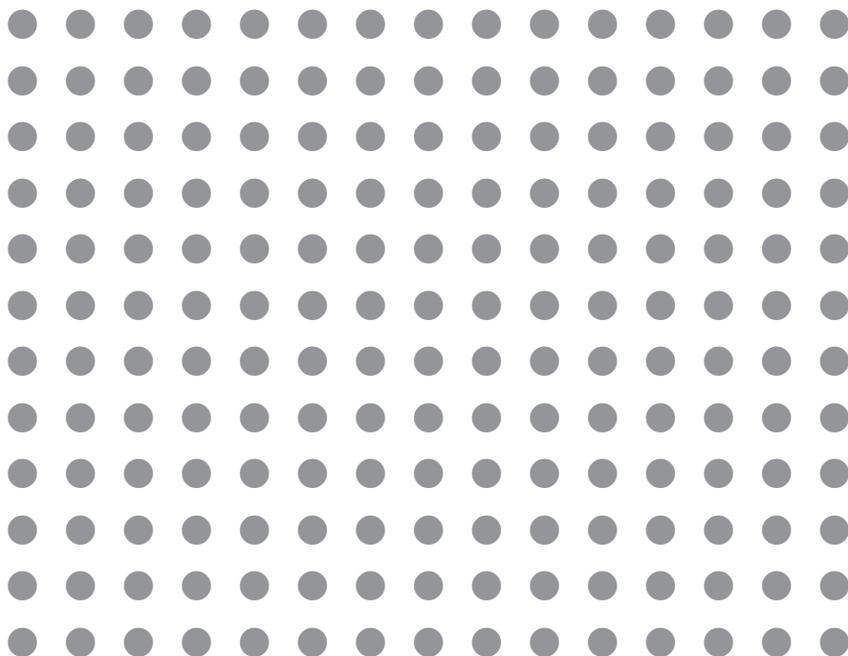
O Passe Livre é um tema que nem exige muita explicação, pois sua importância fala por si. Os estudantes são vítimas da péssima qualidade da educação, e, para ajudar, a precariedade do transporte público também os atinge. O governo “oferece” uma faculdade pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) ao filho do trabalhador, mas não dá nenhum auxílio em relação ao transporte, alimentação, material escolar. O aluno ganhou o estudo, mas paga bem caro por ele, e, por isso, a luta pelo Passe Livre é essencial para nós.

Falar que os jovens não participam da política e que, por isso, essas injustiças estão presentes em nossa sociedade é muito fácil. Embora uma parte disso seja verdade, não é assim que vamos reverter a situação. Existe uma interligação nas coisas, e a falta de participação da juventude na vida social do nosso país é o resultado da falta de investimento e comprometimento do governo para com a educação, pois é difícil desenvolver o senso crítico dos alunos na situação em que se encontra o nosso ensino. Outro motivo que afasta os jovens da política são os escândalos, como o “mensalão” presente no governo Lula, como o do Conjunto Hospitalar de Sorocaba que desviou milhões de reais dos cofres públicos, entre muitos outros. Esses atos de descompromisso com a ética e com o povo assustam toda sociedade e deixam um ar de que tudo está perdido. Entretanto, está aí um dos principais desafios do movimento estudantil: chamar os jovens para participar da política, despertar um pouquinho de esperança, colocar para eles que, embora esteja como está, é possível sim mudar, mudar para valer, não mudar de mentirinhas como muitos.



## Parte VII

### DIVERSIDADE E IGUALDADE RACIAL





# MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DA DIVERSIDADE SEXUAL E IGUALDADE RACIAL NA REGIÃO DE SOROCABA

MARCOS ROBERTO VIEIRA GARCIA<sup>1</sup>

A mesa temática “Diversidade e Igualdade Racial”, ocorrida durante o I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, teve como ponto de partida a ideia de unir em um mesmo espaço movimentos sociais que têm a dimensão do preconceito como central em suas lutas, como é o caso do Movimento Negro e do Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

A mesa contou com representantes de cinco entidades ligadas aos temas na região, sendo três delas ligadas ao Movimento Negro e duas ao Movimento LGBT. É importante ressaltar que, desde o princípio, a decisão de criar um espaço que contemplasse movimentos diferentes associados ao tema do preconceito (racial e sexual) revelou-se alvissareira, pois vários dos desafios e possíveis soluções enfrentados por ambos os movimentos eram comuns, conforme será descrito a seguir.

O Centro Cultural Quilombinho foi representado na mesa pela Pedagoga e Profa. Rosângela Cecília da Silva Alves. A instituição atende cerca de 50 crian-

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, com doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É Coordenador da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPS), núcleo de Sorocaba, e do Centro de Referência em Educação na Atenção ao Usuário de Drogas (CREAD) da região de Sorocaba. E-mail: mgarcia@ufscar.br

ças, em contraturno escolar, e tem como um de seus focos principais a atenção ao tema da diversidade étnico-racial dentro do ensino formal. Diversas atividades são ali desenvolvidas, como oficinas de capoeira, canto, musicalização, teatro, dança e cineclube.

Rosângela observou em sua apresentação que o Quilombinho tem seu nome associado não só à questão racial, mas também à da rebeldia contra as diversas formas de dominação. Por isso há uma constante preocupação em questionar a definição das crianças que frequentam o espaço como “carentes”, marcando que não se pode defini-las a partir do que lhes falta, mas sim de sua capacidade. Daí a importância de se estudar a história africana e afro-brasileira como ferramenta para resgate da autoestima dessas crianças.

A história do Quilombinho se iniciou em um espaço cedido por um clube da cidade de Sorocaba (SP). A sede atual foi cedida pelo ator Paulo Betti e tem se mostrado adequada para as atividades desenvolvidas. Rosângela ressaltou o apoio de instituições que cedem bolsas de estudo para as crianças que ali frequentam, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Colégio Salesiano. Um dos desafios atuais descritos para o Quilombinho é o de conseguir atuar junto à formação de professores da rede municipal para a capacitação do ensino das temáticas ligadas à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003<sup>2</sup>, que determina a implementação do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira.

O Grupo Mandala foi apresentado por Rafael Romão, aluno do curso de economia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Rafael relatou que o Grupo se iniciou nas dependências do *campus* Sorocaba da UFSCar a partir do interesse de alunos que tinham a diversidade sexual como uma preocupação central. Funcionando como um misto de grupo de encontro, de apoio, de estudos e de militância em relação às questões LGBT, o Mandala se estruturou em torno de reuniões de seus integrantes e de atividades específicas direcionadas à comunidade acadêmica (em seu início) e à sociedade em geral (posteriormente). Neste último caso, destaca-se a Semana do Orgulho LGBT de Sorocaba

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2011.

e região, que teve em 2011 sua terceira edição e que tem o Mandala como um grupo de fomento a sua organização desde a primeira edição.

Rafael ressaltou que o principal desafio para o Mandala é o de superar o que ele denominou de “endogenia”, ou seja, o fato de os integrantes do grupo por vezes ficarem demasiadamente voltados aos próprios interesses, deixando de estabelecer “pontes” com demais demandas e atores sociais – considerando a realização do I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba como algo positivo por possibilitar essas pontes.

O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba foi apresentado por Darci Camargo de Mendonça, que relatou que o Conselho tem uma ligação institucional com a Secretaria da Cidadania do município de Sorocaba e congrega diversos atores ligados ao tema na região, buscando defender medidas e atividades voltadas à defesa dos direitos das pessoas afrodescendentes e à eliminação das discriminações que as atingem.

Em relação aos desafios enfrentados pelo Conselho Municipal do Negro (nome abreviado pelo qual o Conselho é conhecido), Darci relatou que há um desejo dos integrantes do Conselho que este assuma um *status* de Coordenadoria, o que permitirá um lugar institucional mais ativo de implementação de políticas, uma vez que na posição atual acaba tendo ação, principalmente, fiscalizatória. A escassez de recursos financeiros foi apontada como o principal empecilho para o início e a execução dos projetos planejados.

O Grupo Diversidade foi representado por seu presidente, Jefferson Adriano Valladares. Ele relatou que o Grupo tem uma atuação paralela ao Grupo Jeito Jovem, que milita nas temáticas ligadas aos direitos dos jovens em Sorocaba. O Grupo Diversidade foi formado para ocupar um espaço de militância da causa LGBT na cidade, pois ela estava sem nenhum grupo ativo de militância na área desde o fim do Grupo Girassol, o qual atuou até meados da metade da década anterior. A princípio, seus integrantes constituíram um grupo ligado à rede E-Jovem, de militância LGBT e jovem simultânea, atuante em diversas cidades brasileiras, mas por discordâncias políticas optaram por constituir recentemente um grupo em separado.

Jefferson relatou que a dupla militância (nos movimentos LGBT e jovem) acaba por gerar uma sobrecarga em relação às demandas de atuação nas duas

áreas. Ressaltou as conquistas recentes do Movimento LGBT de Sorocaba em relação à constituição do Fórum LGBT de Sorocaba, que congrega diferentes grupos e entidades em prol da causa LGBT, como é o caso dos Grupos Diversidade, Mandala, Setorial LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT), UFSCar e Conselho Regional de Psicologia.

A Associação Afro Avante Zumbi foi representada por Carlos dos Santos Penha. Situada em Votorantim (SP), a Associação tem atuação regional e formou-se a partir de diversos núcleos e militantes associados ao Movimento Negro na região. Os primeiros anos da Associação, entre 2002 e 2006, foram dedicados à construção da organização não governamental (ONG), que, mais recentemente, tem realizado atividades, como a organização da Semana Afro, que ocorre em Votorantim.

Penha relatou que as principais dificuldades da Associação Avante Zumbi estão relacionadas à dificuldade de articulação regional, em função não só do tempo dispensado nas viagens, mas também nos custos financeiros que isso implica. A participação nas conferências municipais e regionais ligadas aos temas étnico-raciais é também outro campo de atuação da ONG, as quais, embora importantes, possuem também seu ônus, relacionado ao grande dispêndio de tempo e energia no processo.

Na discussão que se deu após as apresentações, alguns elementos ficaram claros para os presentes. O primeiro deles refere-se à falta de indicadores sobre a situação da população afrodescendente e LGBT na região de Sorocaba. Embora o Movimento Negro e o Movimento LGBT busquem seguir as pautas nacionais sobre os respectivos temas, não existem, segundo os que estavam ali presentes, dados que falem da especificidade dos problemas regionais. Por isso alguns dos encaminhamentos propostos de possíveis articulações com a UFSCar foram ligados à realização de pesquisas relacionadas à busca por indicadores regionais que dessem suporte às lutas dos movimentos sociais LGBT e negro. As seguintes propostas de pesquisa foram consideradas:

- realização de pesquisa sobre o perfil da população LGBT de Sorocaba e região, acompanhada de uma busca por indicadores referentes às situações de discriminação sofridas. Pela proximidade da Parada do Orgulho LGBT de Sorocaba e pelo fato de essa modalidade tipo de pesquisa já ter sido realizada em outras cidades, planejou-se a realização

da referida pesquisa na Parada de Sorocaba, que ocorreu no final de agosto de 2011<sup>3</sup>;

- realização de pesquisa sobre indicadores de saúde da população negra. Nesse caso, discutiu-se a possibilidade de realização de uma pesquisa voltada à análise da mortalidade por causas externas (mortes causadas por acidentes e violência) junto à população afrodescendente local, em virtude de tal tema ser recorrente na bibliografia científica atual, que aponta essa mortalidade bastante aumentada em diversos locais para a população afrodescendente<sup>4</sup>;
- realização de pesquisa sobre indicadores econômicos relacionados à população afrodescendente local, para se ter uma real dimensão da desigualdade de renda associada às questões étnico-raciais na região<sup>5</sup>.

Outro tema que se mostrou relevante para todos foi o da participação da comunidade acadêmica da UFSCar nos espaços de debate e mobilização dos movimentos sociais. Considerou-se que isso já se encontrava contemplado no caso do Movimento LGBT, por conta da presença de alunos e professores da UFSCar no Fórum LGBT de Sorocaba e na organização da Semana do Orgulho LGBT local. Com relação à interface com o Movimento Negro, discutiu-se a ampliação das parcerias relativas a essa participação, com a integração dos alunos

---

<sup>3</sup> A pesquisa encontra-se em andamento, sob a coordenação das Profas. Viviane Mendonça e Kelen Leite e pelo Prof. Marcos Garcia. A coleta de dados foi realizada no dia da Parada de Sorocaba, por meio de aproximadamente 400 questionários aplicados. No momento atual (maio de 2012), encontra-se em fase de tabulação dos resultados.

<sup>4</sup> Esta pesquisa teve uma primeira fase exploratória realizada por mim, cujos resultados foram apresentados na mesa-redonda “Desigualdade racial no Brasil: tensões, desafios e possibilidades de intervenção”, realizada em 28 de novembro de 2011 e organizada pelo Núcleo Sorocaba da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e pela subseção Sorocaba do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo.

<sup>5</sup> Para coordenar tal pesquisa, foi sugerida a participação do Prof. Pedro Chadarevian, da UFSCar, *campus* Sorocaba, que é especialista no tema. O professor foi contatado e achou o tema interessante, ressaltando que necessitaria de um grupo de apoio para sua realização e cogitou a organização de uma Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), uma experiência educativa, cultural e científica que, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, envolvendo professores, técnicos e alunos da UFSCar, procura viabilizar e estimular o seu relacionamento com diferentes segmentos da sociedade.

e professores da UFSCar na organização do “Mês da Consciência Negra de Sorocaba”, que é constituído por uma série de eventos que são realizados no mês de novembro na cidade voltados ao tema da igualdade racial.

Discutiu-se também a possibilidade de parcerias na área de estágios e de cursos voltados aos movimentos sociais: no primeiro caso, da possibilidade de participação de estagiários dos cursos da área de educação, especialmente de pedagogia, nas atividades desenvolvidas pelo Quilombinho; no segundo, de parceria nos cursos para capacitação de professores da rede pública para trabalharem com as temáticas étnico-raciais. Sugeriu-se, nesse sentido, uma associação com o Núcleo de Cultura Afro-Brasileira (NUCAB), vinculado à Universidade de Sorocaba (UNISO), com os objetivos de desenvolver pesquisas e gerar trabalhos de extensão com vistas ao conhecimento e à difusão das raízes culturais africanas que influem na formação cultural brasileira. Tais propostas, como dependem de parcerias com agentes que não estavam ali presentes, estariam sujeitas à negociação com cada um deles.

Finalmente, foi discutida a possibilidade de articulações entre o Movimento LGBT e o Movimento Negro. Foi sugerida a participação de integrantes do Grupo Diversidade em atividades realizadas pelo Quilombinho, vinculadas a ações contra a homofobia, e decidiu-se que, em um primeiro momento, essa pauta seria incluída no Cineclube que ali já é realizado regularmente.

A avaliação dos presentes na mesa foi positiva em relação à ideia de alguns professores da UFSCar terem organizado o I Encontro, uma vez que ali todos sentiam as universidades locais como distantes dos movimentos sociais, visto que algumas delas possuem interesses predominantemente financeiros. Observou-se que muitas ações realizadas pelas universidades locais tinham um caráter assistencialista, de atendimento das demandas emergenciais de ONGs, sem, contudo, contribuir na promoção de uma consciência social crítica em relação às diversas formas de dominação presentes.

O papel da universidade pública como um agente importante no fortalecimento dos movimentos sociais, possibilitando um embate mais ativo em relação às políticas públicas de cunho conservador, foi considerado fundamental pelos atores envolvido na mesa. Nesse sentido, ficou o desejo final de que as propostas planejadas fossem de fato implementadas e de que a parceria ali iniciada fosse duradoura e frutífera.

# GRUPO MANDALA — UFSCAR SOROCABA

FÁBIO ORTOLANO<sup>1</sup>  
RAFAEL ROMÃO SILVA<sup>2</sup>

Em 2008, alunos e docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, uniram-se para formar o primeiro grupo a favor das diversas causas e demandas de uma minoria presente não apenas nas sociedades e coletivos vistos fora da universidade, mas também dentro dela. Uma minoria, representada no Movimento como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), ainda que nem todos esses sujeitos políticos estivessem lá, na constituição do grupo.

O coletivo, a princípio, foi composto apenas por alunos. As atividades foram iniciadas pela motivação de um de seus membros, Fábio Ortolano, estudante de bacharelado em turismo, que, juntamente com sua orientadora, a Profa. Viviane Melo de Mendonça, começou uma discussão sobre as paradas LGBT em uma pesquisa de iniciação científica. A docente já trazia em sua formação acadêmica um arcabouço teórico sobre as questões de gênero e poder – principalmente em seu doutorado Viviane dedicou-se a tratar da realidade das meninas do grafite em Campinas (SP).

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fabioortolano@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: rafaelromao@podecrer.org.br

Assim, no começo o grupo era formado pelos alunos: Fábio Ortolano (turismo), Adriano Aquino, o “Duartino” (turismo), Eduardo Carnietto, o “Avaré” (engenharia de produção), Luis Semensato (turismo), Wagner Steffen, o “Waguinho” (engenharia de produção), e Louise Warner (turismo). Em seguida entraram Samuel Dal Médico, o “Sammy” (licenciatura em ciências biológicas), e Daniel de Araújo, o “Dan” (licenciatura em ciências biológicas), este último com experiência e bagagem por já ter participado de outro grupo de militância LGBT em São Paulo, o de jovens cujos pais participavam dos encontros promovidos por Edith Modesto.

Posteriormente, começaram a frequentar o grupo Damaris, Débora e Juliana (economia) e Larissa (turismo). Outras pessoas passaram pelo grupo, mas não frequentaram tanto quanto as citadas anteriormente. Cabe deixar registrado que, desde o começo, as meninas sempre foram a minoria no grupo, dado que revela um sistema de opressão não dentro do grupo, mas nas motivações políticas que trazem os sujeitos até o coletivo.

O objetivo, causas e demandas era fazer do coletivo, ainda sem nome, um espaço de sociabilidade, de discussão e debate sobre sexualidade e homoerotismo, bem como de construção e afirmação de sujeitos políticos, os quais, além de saberem mais de si, fossem capazes de vislumbrar seu papel dentro da sociedade, seja em iniciativas próprias ou coletivas. O intuito era estabelecer um espaço em que lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e simpatizantes presentes no *campus* se sentissem bem e, antes de tudo, pudessem se conhecer.

Essa iniciativa, dentro de organizações institucionalizadas, como as universidades, conta com exemplos mais antigos, tal como o Identidade de Campinas, o Grupo Gay da Bahia e o Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo (CAEHUSP). Aliás, foi a partir de uma entrevista para sua pesquisa sobre as paradas que o estudante de turismo conheceu um dos antigos membros do extinto grupo da Universidade de São Paulo (USP). Os depoimentos do entrevistado, ex-aluno da USP, motivaram a formação de um grupo semelhante no *campus* Sorocaba da UFSCar.

Nota-se que, a princípio, o nome do grupo recém-formado era Grupo de Estudos Homoeróticos da UFSCar *campus* Sorocaba, baseado no coletivo de São Paulo. Posteriormente, o próprio grupo decidiu pela mudança do nome, pois soava estranho e dava margens a interpretações enviesadas. A escolha de um

nome para o grupo foi discutida várias vezes, visto que deveria ser um nome com o qual todos se identificassem. Cogitaram-se alguns nomes, que não agradavam a todos ou já existiam, como Prisma. Contudo, ao acaso, em um dado encontro, foi comentado sobre um livro que a Profa. Viviane tinha em sua sala com vários desenhos de mandala e que, curiosamente, um coletivo estava colorindo.

Assim, o grupo decidiu buscar informações sobre o significado das mandalas, considerando a possibilidade que colocá-la como símbolo e nome do grupo.

Expressão milenar da cultura oriental, as mandalas são diagramas concêntricos que representam a totalidade da vida. Uma síntese do ser humano e do universo em que ele está inserido. O ato de colorir mandalas proporciona um benefício duplo: Estimula a exploração do mundo exterior a partir de um novo ponto de vista e, simultaneamente, reorganiza o estado interior, levando a introspecção e ao equilíbrio (VIDAL, 2008, contracapa).

Ao encontrar essa definição de mandalas na sinopse do livro, cujo diagrama fora colorido coletivamente, o grupo o elegeu como seu nome e identidade. A definição por si só já justificaria, haja vista que os propósitos do grupo e a significação dada às mandalas se misturavam e se confundiam naquele momento. Mais que discutir sexualidade e encontrar um espaço de apoio, o grupo se propunha a compreender a totalidade da vida, dos seres humanos. Dessa forma, o Mandala seria, concomitantemente, um “coletivo-síntese” do mundo onde está inserido, bem como uma espécie de amuleto para seus membros, para encontrarem um bem-estar e novos espaços de sociabilidade.

O Mandala buscava também introduzir o debate sobre sexualidade e movimento LGBT na formação acadêmica dos estudantes, fazendo com que o grupo de estudos motivasse trabalhos que envolvessem uma reflexão acerca das temáticas relacionadas aos seus propósitos. Daí observa-se um dado interessante a se destacar nesse processo de formação do grupo: o impacto dele sobre seus membros. Um dos discentes que compunha o Grupo de Estudos Homoeróticos da UFSCar, Samuel Dal Médico, após a entrada no grupo, a seis meses da entrega do seu trabalho de conclusão de curso (TCC), mudou seu projeto de pesquisa e orientador para tratar de homossexualidade, educação e ensino. O trabalho foi

assistido por colegas do grupo, amigos, docentes e familiares que acompanharam seu processo em “assumir” sua sexualidade.

Devido às circunstâncias que o *campus* se deparava e depara, a vantagem se dava, o que ainda acontece, justamente pela pequena quantidade de alunos, professores e técnicos existentes, ampliando o potencial de proximidade entre os membros de sua comunidade e das externalidades – positivas ou negativas – que um grupo organizado poderia e pode exercer sob a comunidade acadêmica e da região de Sorocaba. Assim, sendo respaldado pelo apoio de professores, principalmente com formação em psicologia e sociologia, surgiu esse espaço de sociabilidade, que tenderia a unir a população-alvo ao longo do seu tempo, ainda que curto, de vida.

Esse espaço de vivências e experiências foi de suma importância, principalmente para seus membros mais fiéis, para se ter uma visão geral do estado atual do Movimento LGBT, principalmente no que concerne à sua juventude. Ficou bastante claro durante esse tempo que cada um que chegava ao grupo possuía um conjunto de demandas que, se supridas, iria levá-lo quase sempre ao reconhecimento de si como sujeito político, o qual reconheceria seu papel e espaço dentro de uma comunidade e conjuntura social.

O fato de que os estudantes de universidades públicas estudam, majoritariamente, fora das cidades onde suas famílias residem pode justificar uma demanda inicial por acolhimento. Por estarem longe de seu núcleo familiar, mesmo que este não o apoie ou o desconheça quanto à sua orientação/identidade sexual, a iminência de entrar em uma escola/universidade e se deparar com um ambiente completamente novo, com outros jovens, onde buscam a inserção e o reconhecimento, pode se tornar uma péssima experiência, um pesadelo para qualquer LGBT. No entanto, estar longe de casa pode ser uma vantagem para alguns, considerando que a exposição pode ser consideravelmente grande.

Assim, pontua-se uma função que qualquer grupo, ao abordar as temáticas relacionadas ao movimento LGBT, deve ter como preceito: a capacidade de propiciar um ambiente que torne possível a autoafirmação do jovem, utilizando-se de mecanismos que beiram a autoajuda e que tentem identificar pontos de apoio e de defesa das causas e demandas de todos os seus membros.

Justamente por ser uma das funções mais difíceis de serem supridas, graças à diferente formação sociocultural que cada envolvido recebeu e recebe, o grupo tendeu a ser composto e ter suas atividades quase sempre voltadas a

isso – talvez pelo simples fato de nos faltar uma formação e amadurecimento político capazes de nos lançar além desse estágio. Não que isso ponha a prova os propósitos do grupo, mas, por razões que serão pontuadas, foi essa uma das dificuldades que o grupo se esbarrou na busca por atender outras demandas, como o aprofundamento teórico e político sobre as temáticas que o envolve.

Outra realidade que nos deparamos nesse processo de construção do Mandala era inerente às necessidades produzidas pela sociedade e pelos hormônios, tão a flor da pele na juventude. Em outras palavras, o desejo por um parceiro, por uma instituição afetiva. Afinal, ignorar que um grupo de sociabilidade LGBT funcionaria também como um local onde se poderia encontrar facilmente um parceiro afetivo seria ingenuidade ou ignorância. A questão se dá justamente em como lidar com esse assunto, tanto internamente quanto externamente, criando-se condições para que o próprio grupo se mantenha coeso e com outros propósitos além da sociabilidade. Foram criadas possibilidades para a escolha em passar ou não uma “imagem sexualizada” à comunidade envolvida com suas atividades, tendo-se a consciência de que também está em jogo a imagem de discentes e docentes que compõem o Mandala e do próprio Movimento LGBT.

A propósito, a imagem passou a ser um tema de constante debate entre nós do coletivo. Acreditamos que boa parte da discussão é influenciada pela representação de militância que cada um tem, podendo ser, dentre diversas formas, mais radicalizada, consciente ou não, ao se utilizar de um aspecto sexual explícito na desconstrução da normatividade predominante – a qual é sua oposta e opressora –, ou mais sutil, buscando-se, por meio de um comportamento “aceitável” no âmbito heteronormativo, a “aceitação” na sociedade. Utilizamos essas perspectivas aos seus extremos não de maneiras completamente opostas, e sim como diferentes formas de influência sobre o movimento e a formação política do sujeito.

A busca por informações é mais um dos anseios encontrados na formação do grupo. Em relação ao acolhimento, a pretensão por se ouvir uma justificativa que afaste a “ilegalidade” e imoralidade em ser diferente do heterossexual lança o jovem em um caminho em que todo e qualquer conhecimento altera e exalta suas opiniões. A origem do desejo homossexual, a legislação destinada à proteção dos grupos de minoria e seus pares, o sexo seguro, entre outras questões, passam a ganhar espaço e transformar a realidade de um sujeito antes cheio apenas de culpa.

Diante disso, um mundo completamente novo se estrutura em detrimento do construído no ambiente familiar. Os conselhos da mãe talvez sejam substituídos, agora, pelo papo descontraído com pessoas que supostamente passaram pela mesma experiência de formação pessoal, misturados com um interesse afetivo/sexual implícito. Aqui, no Mandala, a informação de cunho acadêmico se mistura com os cochichos da cena gay, mostrando exatamente a pluralidade de sentidos atribuídos a um grupo nas perspectivas de diferentes jovens.

Assim, a busca pela autoaceitação e politização gera um avanço na constituição da autogestão e da militância. E isso se dá justamente pela busca por direitos e espaços ainda negados à população LGBT.

Soma-se a tudo isso, como característica de qualquer coletivo de jovens, o perfil destes na atualidade. Nossa experiência nos mostra que a globalização do conhecimento propiciada pela internet torna limitada a capacidade de supressão de demandas amplas por informações e apoio em um espaço físico. As comunidades virtuais, dentro das redes de relacionamento, acabam exercendo esse papel.

Nesse contexto, devido à ampla heterogeneidade de gostos que cada um pode ter, na maioria das vezes, o jovem prefere se isolar no ambiente virtual para ficar dentre “iguais”, mesmo que estes sejam de outros e distantes lugares. Cabe ao grupo então, quando não se há a capacidade de desmembramento, estar atento a essas diferentes especificidades, tomando o cuidado para não se fecharem portas ao focar em assuntos de alcance limitado. Deve existir um clima que proporcione a multidisciplinaridade e a liberdade de expressão e opinião. Deve-se também tentar unir essas duas realidades, proporcionando espaço para que se desenvolvam atividades presenciais e debates por meio de páginas de relacionamento, e-mails etc.

Também é importante ressaltar o fundamental papel da universidade nesse processo. Ao dar respaldo e proteção ao discurso, refutando atos discriminatórios e dando suporte a ações e eventos, cria-se um ambiente seguro para que haja a liberdade de expressão. Tanto o corpo docente quanto a coordenação acadêmica e administrativa são de relevância ímpar na constituição e consolidação de um grupo como esse, mesmo que isso não seja feito de forma expositiva. Mostrando às minorias que seus direitos são preservados dentro de um sistema democrático, dá-se a esse grupo um gostinho do que seria uma sociedade em que seus direitos seriam exercidos em toda a sua plenitude. Cria-se a vontade por lutar por esses direitos.

Porém, como nem tudo são flores, neste relato sobre a recente história do Mandala, cabe pontuar algumas resistências que o grupo enfrentou nesse processo. Piadas e discursos de cunho preconceituoso, cartazes com anúncio de jogos de rúgbi de caráter machista, desrespeito de seguranças externos para com gays e lésbicas em festas promovidas por alunos da comunidade universitária e remoção dos materiais promocionais das duas semanas do orgulho LGBT foram alguns exemplos. Infelizmente, em apenas um desses casos citados houve uma resposta institucional, vista após a insistência e formalização do desconforto (carta encaminhada à direção) por parte dos membros do grupo. Vale considerar que o reconhecimento e a visibilidade de um grupo se dão gradualmente; assim, as respostas e percepções externas a ele dependem de uma cultura em processo dentro da comunidade.

Nas duas primeiras edições da Semana LGBT, o grupo foi surpreendido pela retirada clandestina dos informativos sobre o evento, cartazes com imagens homoafetivas, dizeres e palavras de ordem e programação de debates. No segundo ano, foi encaminhada uma carta de repúdio ao ato clandestino, assinada pela direção do *campus*.

Durante esses três anos, houve um trabalho muito importante na integração da população LGBT do *campus*, ajudando-a, em alguns casos, a “sair do armário”, a discutir assuntos até então silenciados em tal comunidade, de forma que seus membros tivessem uma maior abertura para afirmarem-se enquanto sujeitos políticos.

Objetivamente, em nossas atividades, instrumentos como artigos, filmes e notícias sempre foram de uso recorrente, buscando aliar à seriedade da discussão dos fatos, que nos atingem direta ou indiretamente, com o lúdico, tentando sempre manter a coesão do grupo diante das diferentes demandas citadas.

Tais instrumentos também estão intimamente ligados às nossas principais dificuldades. A procura e a aplicação deles ao grupo, de forma que todos se sintam motivados a discutir e refletir, revelam-se uma tarefa árdua.

A presença constante de todos os membros às reuniões se torna um desafio quando se põe no mesmo espaço pessoas com personalidades e demandas distintas, mesmo que tenham uma trajetória recente similar. Os problemas íntimos de cada um, ao mesmo tempo em que encontram um local em que podem ser expressos com pessoas que já passaram por uma experiência semelhante,

podem deparar-se com a sobrevalorização de outras demandas, interesses e até de outros membros, criando pontos de atritos e desmotivação na participação dos encontros. A exclusão e a ênfase de interesses e sujeitos dentro do grupo o tornam difícil de administrar.

Outra tensão vivenciada no grupo é justamente por ele ser um espaço de sociabilidade. Assim, se há espaço para a construção de laços de afetividade, é ele também refém das instituições afetivas, ou seja, quando há brigas e choques em relações interpessoais, o grupo pode ser abalado. Porém essa é uma questão inerente à essência do Mandala e a de qualquer outro grupo em que haja sociabilidade, sobretudo entre pares marginalizados que se encontram em lugares restritos para vivência das relações afetivas. Coibi-la ou ignorá-la afastaria de vez o interesse de qualquer jovem pela proposta, já que se reproduziriam as normas de censura e privação da manifestação das sexualidades.

Assim, como já pontuado, deve-se atentar ao teor de “sexualização” que se dá ao grupo, justamente para que preconceitos não se reforcem e justifiquem discursos discriminatórios que afastem as possibilidades de redução do preconceito e opressão.

A busca por espaço dentro da comunidade universitária é o principal mote para a construção de um movimento em processo, e, aos poucos, os eventos e ações do Mandala ganham outros espaços, bem como novas e maiores proporções, a exemplo da Semana LGBT.

Atentando-se aos propósitos de uma universidade – trazer a reflexão e o pensamento para uma sociedade em que está inserida –, o grupo faz da extensão mais um de seus alicerces. O coletivo abre-se à cidade, convida outras entidades e coletivos, para juntos pensarem em uma conjuntura social mais justa. Assim, cabe um breve relato sobre as Semanas do Orgulho LGBT promovidas pelo Mandala.

A primeira Semana do Orgulho LGBT, promovida pelo grupo, foi realizada de 23 a 28 de junho de 2009 e esteve limitada à comunidade da UFSCar-Sorocaba. A programação contou com exibição de filme, confraternização entre os membros do grupo, exposição de cartazes no saguão de entrada da UFSCar-Sorocaba e ida à Parada do Orgulho LGBT de Campinas. O propósito era a afirmação de um grupo e o estreitamento dos laços de seus membros. Nesse ano, denominou-se I Semana do Orgulho LGBT.

Já na segunda edição, o grupo se posicionou frente a instituições externas para a organização de um evento para a cidade. O resultado foi fruto de um trabalho conjunto entre o Mandala e as Secretarias da Cultura e Lazer/ Juventude de Sorocaba. Pretendeu-se contribuir no compromisso da universidade em promover reflexões junto à sociedade sobre suas dúvidas, curiosidades e desafios que se encontra no cotidiano ao tratar de sexualidade, bem como na efetivação de um dos temas transversais, a orientação sexual, dos parâmetros curriculares apresentados pelo Ministério da Educação. Buscou-se estimular o desenvolvimento social e pessoal de adolescentes, sobretudo LGBT, os quais são acometidos pelo preconceito com relação à orientação sexual. Foram quatro eixos temáticos para discussão na Semana, sendo eles: “O papel das mulheres”; “Educação”, “PL 122” e “Paradas LGBT”. Nessa edição, o evento foi apresentado como II Semana do Orgulho LGBT de Sorocaba.

Na terceira versão da Semana do Orgulho LGBT, em 2011, notou-se mais avanços, como a participação de outros coletivos na organização do evento, as Secretarias de Cultura e Lazer e Juventude continuaram parceiras, e a equipe organizadora uniu-se ao Conselho Regional de Psicologia e o grupo Diversidade. Logo, houve um número maior de participantes e uma programação mais elaborada. Reuniu em debate e atividades culturais o propósito de abordar temáticas como implicações econômicas, saúde, direitos e Movimento LGBT. A proposta foi III Semana do Orgulho LGBT de Sorocaba e Região.

Outra novidade na III Semana do Orgulho LGBT foi ser organizada pelo recém-formado Fórum LGBT de Sorocaba, buscando direcionar a luta por um coletivo maior, com representantes de outras instituições que direcionem as reflexões além do trabalho operacional. O Fórum surgiu, justamente, para unir as pontas do Movimento LGBT, aliando grupos de diversos formatos, desde aqueles com forte ação nas bases da sociedade até aqueles que se propõem a pensar sobre o movimento e em estratégias políticas, os quais, geralmente, estão mais fechados ao ambiente acadêmico, potencializando resultados para ambos. Resolve-se, assim, mais um problema que um grupo formado dentro da academia pode se deparar: a falta de acesso e noção de realidade da mesma população em um ambiente fora da universidade, principalmente nas periferias.

O curto histórico das semanas LGBT que o Mandala organizou e organiza já confere o avanço de suas ambições pela transformação social, e sua

formação nos revela a forma que se vem constituindo sua participação política e de seus membros.

Atualmente, o grupo busca sua consolidação dentro e fora do ambiente acadêmico por meio da elaboração de um jornal mensal com foco em questões LGBT em sua multidisciplinaridade. Quem sabe possamos trazer à comunidade universitária e à de Sorocaba e região um editorial semelhante ao distribuído em São Paulo no *Lampião da Esquina*<sup>3</sup> – jornal alternativo LGBT que surgiu e resistiu em plena ditadura militar. No nosso caso, o respaldo teórico é dado pelo também recém-criado *Sex-Pol*, grupo de estudos sobre sexualidade e sobre política organizado pelas Profas. Viviane Mendonça e Kelen Leite.

E, assim, organiza-se um movimento que está tão em pauta nos últimos tempos e busca-se mudar a concepção que a sociedade tem sobre ele a partir da própria organização interna.

### Referências bibliográficas

VIDAL, Montserrat. *Mandalas de bolso 4*. Cotia: Vergara e Riba Editoras, 2008.

---

<sup>3</sup> *Lampião da Esquina* foi um jornal LGBT brasileiro que circulou entre os anos de 1978 e 1981. Surgiu dentro do contexto de imprensa alternativa. Em formato tabloide, o jornal tinha editorias fixas, tal como “Cartas na Mesa” (em que as cartas dos leitores eram publicadas e respondidas), “Esquina” (em que eram reunidas notícias), “Reportagem” (no qual sempre a matéria de capa estava localizada) e “Bixórdia”. Além destas, sempre havia espaço para informações culturais, como indicações de livros, exposições, shows e filmes, e também para entrevistas. A produção do conteúdo era feita pelos conselheiros editoriais e por convidados que variavam a cada edição.

# CMN — CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE SOROCABA

DARCI CAMARGO DE MENDONÇA<sup>1</sup>

O Conselho Municipal do Negro (CMN) é afeto à Secretaria Municipal de Cidadania de Sorocaba (SP), tal como os demais congêneres: Conselhos do Idoso, do Deficiente e da Mulher, todos com sedes nas mesmas dependências.

Apenas por esse enunciado, pelo local físico e contextual onde se encontra, podem-se concluir os ângulos de visão, os espectros emanados e projetados.

São muitas as pessoas que, ainda não esclarecidas quanto à causa do negro no Brasil, preferem questionar: “Mas por que Conselho do Negro”? Afinal, é fácil compreender os fatores a que estão vulneráveis as crianças, as mulheres, os adolescentes em situação de risco, os moradores de periferias, que são vistos, de certa forma, como desassistidos, popularmente conhecidos como carentes, qualificação a qual nós, negros, também nos enquadrados.

A resposta não pode ser contemplada com poucas palavras e em tempo restrito.

Em princípio, dizemos que qualquer que seja o organismo, a instituição, o aparelho, o ponto de encontro, enfim, onde quer que se queira exercer e discutir a representatividade do negro no país, torna-se imprescindível o olhar para o passado. Se isso não for feito, a temática fica suspensa no ar, no ideário da maioria dos cidadãos brasileiros, brancos e negros desprovidos da conscienci-

---

<sup>1</sup> Integrante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Sorocaba. E-mail: dcmendonca@ig.com.br

zação quanto à nossa história. Portanto torna-se importante voltarmos ao início da saga, explicando, mostrando, tentando esclarecer.

É necessário, contudo, eximir-se de qualquer tipo de emoção, comiseração, dramatização do momento. Assim, destacamos alguns fatores preponderantes no processo existencial da comunidade negra brasileira nestes mais de 500 anos decorridos. Afinal, somos obrigados a lembrar e considerar as mazelas, o que muito incomoda a nós, negros, principalmente porque nossas maiores belezas nelas foram transformadas.

É preciso entender as vertentes de interpretação da história dos negros. A começar pela modalidade de escravatura – se é que se pode dizer assim –, amparada no exercício do povo berbere, cujas práticas somos sempre afrontados pelo fato de serem negros comercializando negros em troca de mercadorias. Os Ozenegues só não sabiam a forma como esses escravos seriam tratados pelos portugueses. Considere-se nesse processo:

- nossas procedências, etnias socializadas em clãs, reinos, impérios, civilizações e formas de captura da peça a ser escravizada – curiosamente, a mãe de santo mineira Makota Célia Gonçalves costuma dizer que não é filha de escravos, mas sim descendente de reis e rainhas;
- as trajetórias dos navios negreiros, as chegadas aos Valongos da vida, o processo de identificação, a perda da identidade, a comercialização, os leilões a que eram submetidos;
- a supressão da cultura em seu sentido amplo, as formas de aviltamento da dignidade pelos castigos que lhes eram aplicados;
- a diversidade de lutas por liberdade, as revoltas;
- a mestiçagem brasileira e as vicissitudes impostas pelo branqueamento e a chamada democracia racial; a nação brasileira imaginada como uma conformidade cultural, em termos de religião, raça, etnicidade e língua, tendo como protagonistas os mulatos que quanto mais claros eles pudessem ser, melhor, pois “brancos eles nunca o seriam ou serão”;
- a questão das alforrias; a famigerada abolição, suas consequências e inconsistências; as diásporas Brasil afora;
- a legislação brasileira institucionalizando o racismo; a resistência negra; espaços negros; o Movimento Negro (imprensa, teatro, artes, política);

- a influência da vinda dos imigrantes ao Brasil, com direitos garantidos quanto à posse das terras e escoamento da produção;
- o desfecho que nunca se fechou representado pelos preconceitos e o racismo, um determinando o outro, em um *status quo* de vice-versa; racismo universalista, disfarçado, envergonhado de ser o que é;
- a condição social do negro; a consolidação da base da pirâmide do povo brasileiro; depreciação de valores culturais.

Essas são questões significativas, determinantes dessa realidade a nós incisivamente impostas e impressas, de maneira contumaz.

Isso significa que o negro brasileiro não conseguiu sair de estigmas, cristalizados sob a aba do chapéu da incompreensão de todos, em função da história jogada em baixo dos tapetes, tanto os vermelhos como os de trapo ou de estopa.

Direitos formais ignorados, não cumpridos, limitados pela pobreza e imposição de distâncias sociais criadas por diferenças de renda, de educação, saúde e lazer.

Os negros continuam em situação de desigualdade, ocupando as funções menos qualificadas no mercado de trabalho, sem acesso às terras ancestralmente ocupadas no campo, e na condição de grandes agentes e maiores vítimas da violência nas periferias das grandes cidades, sob restrição fatural da cidadania.

A abolição, oficialmente, só tem 120 anos, espaço de tempo esse limitado para que fossem esperadas grandes transformações que propiciassem o empoderamento do negro do seu espaço na sociedade, na condição a que fomos relegados por este Brasil afora.

A constituição brasileira, reconhecendo a existência do racismo e do preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade, sustentando a necessidade de combatê-los, defende a promoção da igualdade como meta da República e a valorização dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

Recentemente, ao decidirem sobre a constitucionalidade das cotas para negros nas universidades brasileiras, os ministros do Supremo Tribunal Federal fizeram uma análise profunda de todo o contexto, considerando a abrangência do tema. Cada um dos magistrados trouxe em sua fala algo a acrescentar e a reforçar. Dentre todos, evidentemente, o discurso mais contundente foi o do relator Ricardo Lewandowski, que em sua fala destacou:

- para que a igualdade seja feita na prática, o estado poderá fazer ações afirmativas pontuais e por tempo determinado;

O ministro citou um texto de Dalmo Dallari, no qual diz que não se pode admitir a desigualdade no ponto de partida. Esse novo modo de igualdade não está funcionando, segundo o ministro.

- sob a ótica acadêmica, uma ação afirmativa configura um programa público ou privado, o qual considera as características aos excluídos a definição de igual;

A Constituição assegura que os indivíduos que estão em desvantagem material não podem ser discriminados.

- segundo o ministro, critérios não objetivos em sociedades, tal como a brasileira, acirram as desigualdades existentes e mantêm os grupos marginalizados, pois toda seleção em qualquer atividade se baseia em algum tipo de discriminação;
- o ministro examinou o critério étnico-racial e lembrou um julgamento em que a corte debateu o significado do racismo. Segundo ele, hoje o racismo persiste enquanto fenômeno social;

O ministro pediu para analisar o conceito biológico de raça, visto que os constituintes de 1988 determinaram crime o racismo partindo do conceito de raça, não como fator biológico. Assim, seria preciso usar o termo “raça” para determinar categorias, ou seja, primeiro se usa o conceito de raça para criar uma hierarquia de pessoas para depois desconstruir.

- a finalidade única desses programas é colocar fim a determinadas categorias ou para sociedades que passaram por problemas de preconceitos, já que o preconceito resulta de discriminação histórica. Não basta não discriminar; é preciso inviabilizar o preconceito; é necessário que essa posição seja adotada pelos nossos legisladores;
- deve-se formatar o acesso à educação. A prática mostra que, diante de currículos iguais, dá-se prioridade ao branco;

O ministro também citou o Pinade e diz que o percentual de pessoas que se declararam pardos ou negros, em dez anos, cresceu e que esse crescimento revela um movimento de recuperação da autoestima e resgata da identidade social desse grupo.

- ele destaca ainda a desigualdade entre brancos, negros e pardos na categoria de empregadores, empregados com ou sem registro em carteira, por exemplo. Justiça significa incorporar à sociedade valores de grupos excluídos ou diferentes dos mais favorecidos economicamente;
- e que ações afirmativas encerram o problema discriminatório e baixa estima, pois as crianças, ao verem um membro do grupo ascendendo, automaticamente se projeta no mesmo lugar.

O ministro concluiu o voto e disse que as políticas têm como objetivo proporcionar ambiente não discriminatória, são transitórias e empregam métodos.

As diferenças não significam, necessariamente, desigualdades, isto é, não deve existir valorização hierárquica inferior, superior, na distinção entre pessoas diferentes. Por isso houve a concepção do Estatuto da Igualdade Racial (elaborado e promulgado bem depois), requerendo processos educativos por meio de oficinas, seminários, palestras, campanhas e produção de material sobre a matéria, equipamentos e providências, para que fossem produzidas:

- Ações Afirmativas: medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que as desvantagens sejam neutralizadas, podendo ser depois revogadas, a exemplo de:
  - ✓ acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (sistemas de cotas raciais e sociais – Programa Universidade para Todos);
  - ✓ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003<sup>2</sup>, que determina a inclusão do ensino da História e Cultura Negra em todos os níveis de escolaridade;
  - ✓ Programa Brasil Quilombola (PBQ);

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 27 set. 2011.

- ✓ Lei nº 11.765, de 23 de julho de 2008<sup>3</sup>, que concede anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto (Almirante Negro);
- ✓ promulgação do Estatuto da Igualdade Racial<sup>4</sup>;
- Políticas Públicas: um aporte para diminuir as desigualdades; são políticas de caráter social que visam atingir um grande número de pessoas. Geralmente emanadas pelos Poderes Executivos, a exemplo da Bolsa Família, casas populares – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e Companhia de Habitação (COHAB) –, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, se der certo, fará com que o Brasil dê um grande avanço social e econômico.
- Conselhos da Comunidade Negra: eles estão inseridos nesse contexto de preparação, aculturamento e aparelhamento para atuar nesse cenário já não mais de luta, mas de superação dos efeitos produzidos pelas mazelas a que nos referimos, cuja extensão não é possível reparação. O primeiro Conselho desse modelo implementado no país foi o do estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro, há 26 anos.

O CMN de Sorocaba foi criado há seis anos, tendo como baluarte a Profa. Maria José Lima, a Masé, então e atual secretária da Cidadania de Sorocaba. Envidando grandes esforços, enfrentando contestações e adversidades, ela fez concretizar esse importante instrumento de capilaridade das representatividades negras do município e o poder público constituído. As gestões todas para essa concretização foram levadas a efeito pela ilustre Profa. Ana Maria de Souza Mendes, que executou todos os trâmites competentes, levando em consideração o fato de Sorocaba há muito ser detentora de um núcleo de convergência social dos negros da cidade, o Clube 28 de Setembro. Mostrava-se, portanto, amadurecida para abrigar um órgão reivindicativo de Políticas Públicas, principalmente em parceria com entidades negras interessadas.

Teve como primeiro presidente o eminente Prof. Ademir Barros, formador de dezenas de cidadãos sorocabanos e da região, quanto à história e civiliza-

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11756.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11756.htm)>. Acesso em: 27 set. 2011

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 27 set. 2011.

ção do continente africano e do negro no Brasil, por meio de cursos ministrados na Universidade de Sorocaba (UNISO).

Estando, portanto, em sua terceira gestão bienal, conforme a Lei Municipal nº 7.764, de 22 de maio de 2006<sup>5</sup>, esse Conselho, fundamentado em um regimento, constituiu-se por representação mista de 20 conselheiros da sociedade civil e 12 do Poder Público.

Na modalidade consultiva, o CMN de Sorocaba pretende ser instrumento em prol da premente necessidade de ações desse nosso “agora”, nessa fase de transição para as conquistas da Comunidade Negra Sorocabana, tais como:

- propor ao Poder Público, após a avaliação da comissão executiva, medidas e atividades voltadas à defesa dos seus direitos e à eliminação das discriminações que atingem os afrodescendentes e o seu desenvolvimento socioeconômico, político e cultural;
- desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à sua condição;
- desenvolver projetos que promovam a participação da Comunidade Negra em todos os setores de atividade social, quer de natureza civil, quer pública;
- incorporar preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade quanto a ela, encaminhando e opinando sobre denúncias que lhe sejam apresentadas;
- apoiar ações desenvolvidas por órgãos governamentais ou não, desde que a ela sejam concernentes;
- promover entendimentos com organizações e instituições afins, públicas ou privadas, nacionais ou não, após a avaliação da comissão executiva.

Elaborando metas com planejamento, o CMN tem tido, ao longo de sua existência, atividades profícuas:

- produção de eventos, especialmente em comemoração ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, com a apresentação de:
  - ✓ atos solenes em praça pública;

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/527211/lei-7764-06-sorocaba-0>>. Acesso em: 27 set. 2011.

- ✓ cultos ecumênicos (missas afro);
- ✓ visitas a templos religiosos de representatividade na cidade;
- ✓ consolidação da Marcha a Zumbi, em roteiros significativos para a comunidade;
- ✓ atividades culturais em logradouros da periferia da cidade;
- ✓ atenção a homenagens na Câmara Municipal e de entidades;
- ✓ presença solidária em eventos dos calendários de outras cidades da região e da capital;
- ✓ promoção de palestras, cursos, seminários e similares;
- ✓ fornecimento de dados e material informativo a estudantes universitários, em subsídio a trabalhos de conclusão de curso;
- ✓ atuação incisiva nos casos explícitos de preconceito e racismo eventualmente ocorridos na cidade;
- participação solidária e parcerias com as entidades representativas da Comunidade Negra de Sorocaba, partícipes do Conselho:
  - ✓ Sociedade Recreativa e Beneficente 28 de Setembro;
  - ✓ Centro Cultural Quilombinho;
  - ✓ Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba;
  - ✓ Associação Raízes;
  - ✓ Associação Ação Periférica;
  - ✓ Núcleo de Estudos Ser e Saber;
  - ✓ Novos Rumos – Associação de Artesões de Sorocaba;
  - ✓ Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES);
  - ✓ Central Única de Favelas (CUFA) de Sorocaba;
  - ✓ Escola de Samba Unidos do Cativoiro;
  - ✓ Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Estrela da Vila;
  - ✓ Associação de Capoeira Angola Bem Brasil.
  - ✓ Associação Desportiva e Cultural Capoeira Emboscada;
  - ✓ Diversidade Sorocaba – Juventude GLBT.

Pessoas físicas, entidades, grupos religiosos interessados também têm sido convidados a compartilhar da dinâmica do CMN de Sorocaba.

Ao longo dessas gestões, aos membros do Conselho têm sido oportunizadas participações interativas em conferências, seminários, oficinas, cursos,

palestras, campanhas e demais eventos em discussões pertinentes à inclusão da Comunidade Negra por meio de políticas afirmativas.

Em junho de 2009, Sorocaba sediou a II Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, com atuação expressiva e decisiva do Conselho do Negro, para o levantamento de propostas a serem encaminhadas conforme os eixos:

1. segurança;
2. educação (cultura, esporte, lazer e mídia);
3. trabalho;
4. saúde;
5. terra (habitação);
6. eixo provisório – temas transversais (direitos humanos, idosos, juventude, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, religiosidade).

Nessa modalidade de conselho consultivo, nosso papel tem sido somente o de monitorar, propor. Não nos cabe implementar.

Não temos um orçamento que nos permita a pluralidade de acessos e de ações com qualidade, a exemplo de outras cidades até menores, como Botucatu (SP) e Ourinhos (SP). Considerando até mesmo a grandeza de Sorocaba, sentimos a necessidade de um organismo cujos estatutos garantam a exequibilidade das nossas ações pretendidas.

Não podemos ser cobrados. Essa situação mantém prejudicada a consecução dos objetivos institucionais, tais como:

- disponibilidade para plantões de atendimento ao público interessado;
- captação dos anseios da sociedade-alvo.

Ensejamos a competência para formular, coordenar, acompanhar, sugerir, articular, fomentar, estimular, traçando diretrizes a serem fomentadas pela administração municipal, em termos de Políticas Públicas.

Quanto às perspectivas para o futuro, abrem-se grandes horizontes às nossas realizações, em função das novas e promissoras parcerias em projetos com apoio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o que esperamos contemplar o item que diz respeito a pesquisas que possam revelar as reais condições do negro em Sorocaba e demais ações.

Tendo como foco a educação, o projeto “A África também está aqui”, coordenado pela Secretaria Estadual da Educação, o CMN terá excelentes oportunidades para desenvolver trabalhos importantes à comunidade-alvo e demais interessados.

Esperando ter oferecido uma visão global que permita aquilatar a realidade da Comunidade Negra de Sorocaba e os anseios de suas representatividades, semelhantes às demais de todo o Brasil, agradecemos por essa primeira oportunidade de exposição, almejando novas participações em conjunto.

# ASSOCIAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES E SIMPATIZANTES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO — “QUILOMBO: URBANO / RURAL = AVANTE ZUMBI”

CARLOS DOS SANTOS PENHA<sup>1</sup>

## História da organização

Vários se colocavam na condição de líderes da Comunidade Negra nas décadas finais do século XX no município sede da região de Sorocaba (SP). Porém não se apresentava um órgão coeso que trouxesse esclarecimentos mais profundos, respostas concretas aos casos de preconceitos e discriminações ou intolerância étnico-racial, religiosa, e se colocasse próximo e presente junto àqueles que necessitavam de apoio e orientações, ou ainda se predispusesse aos que viviam na periferia, buscando e oferecendo formação aos aliados de conhecimentos etc.

---

<sup>1</sup> Presidente da Associação Afro Avante Zumbi do Regional Sudoeste de São Paulo, região de Sorocaba (SP); Formado em Educação Continuada para Professores/Educadores e Gestores em Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de São João del-Rey (MG); Bacharel em Direito pela Universidade de Sorocaba (UNISO); Delegado dos Direitos Humanos em esfera regional e estadual; Delegado Pró-Estatuto da Igualdade Racial em esfera regional (2005 e 2009), estadual (2005 e 2009) e nacional (2005); Diretor da Direção Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) de Votorantim (SP) (2009 a 2012); Coordenação e Representação PT na Macrorregião de Sorocaba, pela Secretaria de Combate ao Racismo; Ex-Coordenador Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade (1989 a 2003); Ex-Dirigente Sindical (Sindicato cutista dos metalúrgicos de Itu e região); Trabalhador metalúrgico aposentado. E-mail: [enpenhado@yahoo.com.br](mailto:enpenhado@yahoo.com.br)

Dado esse quadro descrito de premente necessidade, havia grandes debates, mas permaneciam apenas cobranças e acusações, sem apresentar dados ou informações necessárias para que fosse sanada essa famigerada lacuna. Foi por isso que lideranças da Comunidade Negra de municípios vizinhos saíram a campo, visando atender essa demanda.

### Criação e conquistas da organização

Em 2001, foi idealizada e articulada a proposta de criação da Associação Afro Avante Zumbi por lideranças de três municípios vizinhos a Sorocaba, com o propósito de atender, nas cidades da região, àqueles que se interessassem por trabalhar pela necessidade pautada.

Dessa feita, o referido grupo de lideranças, composto por cerca de 90 líderes, advindos de nove municípios da região de Sorocaba, constituiu, em 2003, na Câmara Municipal de Itapetininga, a criação de diretoria provisória para avançar os trabalhos pertinentes à sua instituição. Em 2006, no município de Votorantim (SP), efetivamos a eleição da primeira diretoria oficial, com sua inscrição e registro no 1º Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Sorocaba. A predisposição da Associação era a de auxiliar no suporte aos municípios da região, nos quais as lideranças queriam trabalhar em favor da “causa pró aos negros e/ou aos discriminados socialmente”.

Principiamos os trabalhos da Associação por vários encontros e significativos eventos. Entre os anos de 2001 e 2005, eles ocorreram nas cidades paulistas de Votorantim, Itapetininga, Sorocaba, Boituva, Salto, Tietê, Porto Feliz, Cerquilha, Laranjal Paulista. Eles levantaram as dificuldades, e foram debatidos os nossos anseios. Além disso, buscamos nessa organização, por meio da Associação Afro Avante Zumbi, formas de estruturação e sustento, bem como oferecer possibilidades de conhecimentos e trocas de experiências exercitadas e/ou postas em prática. Os encontros eram bi e trimestrais, e debatíamos pautas diversas e montávamos o nosso presente estatuto.

### Os significados dos encontros

Efetivamos grandes encontros que resultaram em organização e formação de consciência. As atividades eram mescladas com shows e contavam com

a presença de personalidades de vulto nacional e internacional, tais como: em Votorantim: Leci Brandão (2001); em Itapetininga: Chico César (2002) e Conjunto do Axé (2003); em Laranjal Paulista: “pratas da casa” – artistas da região (2004); em Salto: além de “pratas da casa”, apresentaram-se grupos famosos do rap nacional (2005).

Todos esses shows comemorativos ocorreram dentro da “Semana de 20 de novembro: Dia da Consciência Negra – homenagens e respeito à Zumbi dos Palmares”. Nesses eventos sempre contamos com a presença das nossas “pratas da casa”, ou seja, dos artistas da região: cantores(as), conjuntos variados, bailarinos(as), dançarinos(as), bandas dos mais variados tipos (de samba, axé, pagode, rappers, chorinhos etc.), sem faltar, é claro, das músicas como o batuque, as danças e os jogos dançantes e de capoeira, os agradecimentos e louvores religiosos. Contamos sempre com convidados advindos dos diversos municípios dessa nossa região de Sorocaba.

Entretanto, lideranças de diversos de municípios, ao crescerem e ganharem vulto local e regional, em vez de manterem-se afinadas ao estatuto da Associação, que propunha a criação de núcleos municipais para a nossa Associação Avante Zumbi, optaram por criar conselhos municipais, os quais, obrigatoriamente, atrelaram-se ao Conselho Estadual do Negro de São Paulo. Neste, é ditada uma política equivocada, de submissão, que não contraria as amarras às quais prendem e seguram o avançar dos negros no estado de São Paulo. O principal motivo dessa afirmação é a linha educativa e de organização, as quais ficam aquém nos quesitos de formação para uma verdadeira conscientização dos negros. Senão vejamos: Por que será que em pleno século XXI não se cumpre, não se concretiza, não se efetiva lecionar nas escolas estaduais paulistas as seguintes leis?

1. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996<sup>2</sup>: chamada de LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ela trata do quesito da questão étnica-racial brasileira; sugere pesquisas aprofundadas sobre o berço ou fonte tripartite da criação da sociedade brasileira; pelas incessantes

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 30 out. 2011.

- pesquisas, os longos acurados estudos sobre as formações das sociedades latino-americanas, em especial a brasileira. Ela foi forjada por iniciativa do nosso querido, saudoso e humanista Prof. Darcy Ribeiro;
2. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003<sup>3</sup>: é uma lei que claramente traz subsídios concretos e informações preciosas à educação, com vistas a concretizar a libertação dos pré-conceitos ao abordar e deixar claro que a fonte de criação é o berço étnico da (nossa dita e cantada) sociedade moderna ou contemporânea do Brasil;
  3. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008<sup>4</sup>: veio para complementar a Lei nº 10.639/2003, pois é mais abrangente e se propõe a exigir conhecimentos sobre a cultura dos nossos “anfitriões”, os índios brasileiros.

Portanto a não aplicação dessas leis afronta-as em si, pois elas visam simplesmente exigir uma educação conscientizadora para toda sociedade brasileira, não se resumindo ou apenas visando complementar a conscientização dos negros e dos índios, porque foram ou são três as etnias-berço e/ou nascedouros da nossa sociedade brasileira (considerada como moderna), e, mesmo após seis séculos de descoberta e colonização, duas delas foram claramente expostas à dizimação e exclusão, e, apesar de suas relutâncias, hoje ainda encontram-se reprimidas e mantidas criminalmente à margem da sociedade. Vemos e testemunhamos a olho nu que os excluídos são originários delas, ou seja, a maioria do povo brasileiro, os desafortunados e sem perspectivas de galgarem acesso a uma vida digna. São, na verdade, os excluídos da “sociedade cidadã brasileira”; portanto foi e é um continuado crime do ‘Estado Brasil’, claramente colocado pelas duas primeiras constituições brasileiras promulgadas: na primeira Constituição Imperial, de 1824, e na segunda, que é a primeira Constituição da República Federativa do Brasil, a de 1892. Nelas, vemos a ausência e/ou a negação da verdadeira história a todos os filhos desta nação, o Brasil.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 30 out. 2011.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 30 out. 2011.

No Brasil, a educação é obrigatória e um dos deveres fundamentais do estado. Há o consenso de que, dentre os estados da República, o principal deles é o estado de São Paulo. Devido à sua postura, posição e importância, ele “pesa” perante os demais e detém a prerrogativa de ser o carro-chefe dessa nação, e é nele que se criou a Associação Avante Zumbi.

Essa nossa Associação Afro é reconhecida como tendo executado significativo papel e promovido avanços ao longo desses dez anos de caminhada aqui no Regional Sudoeste do estado de São Paulo, pois não só conseguimos pautar e manter vivo o debate que propagou e ecoou o nosso grito, o qual não foi ou é só de revolta – destacamos e marcamos posição –, mas também de respeito étnico e por cidadania pelos nossos direitos. Avançamos na construção da autoestima, o que propicia melhoria aos negros e às negras, e é assim que pautamos e aprofundamos essa discussão na região: desmistificando e conquistando em diversos dos nossos municípios, sobretudo naqueles possuidores de lideranças negras conscientizadas, a “Semana da Consciência Negra”, o feriado municipal do dia 20 de novembro, dia do nosso valoroso guerreiro Zumbi dos Palmares. Isso é indiscutível e fato notório.

### Marcos e avanços pelas conferências da igualdade racial (2005 a 2009)

Coube à nossa Associação Afro Avante Zumbi desenvolver papel importante em dois momentos cruciais ao longo desses dez anos de existência: 2005 e 2009, quando participamos do debate sobre a articulação, da discussão, da organização e das suas realizações, mesmo a contragosto e boicotadas nos dois momentos pelo governo do estado de São Paulo. Ao realizarmos em 2005 a I Conferência Regional da Igualdade Racial da Região de Sorocaba, conseguimos agregar líderes negros e negras de 13 municípios do Regional Sorocaba, os quais se somaram a outros regionais progressistas do estado de São Paulo. Literalmente, obrigamos a ocorrer em plena e última hora a I Conferência Estadual da Igualdade Racial Paulista, e ao Regional de Sorocaba coube a conquista de cinco vagas para delegados estaduais de São Paulo. Assim, o nosso Regional,

pela primeira vez, participou da Conferência Estadual e garantiu presença na I Conferência Nacional da Igualdade Racial de 2005, em Brasília.

Da mesma forma repetiu-se a truncada II Conferência da Igualdade Racial de 2009, que tentaram impedi-la de realizar-se inclusive aqui em nosso Regional, mas que novamente com persistência efetivamos papel importante e obtivemos êxito. Nessa II Conferência conseguimos alcançar e agregar um montante de 23 municípios. Mais uma vez obtivemos vagas dentre os delegados paulistas eleitos como membros do Regional de Sorocaba, os quais foram a Brasília participar da II Conferência Nacional da Igualdade Racial.

### Fato que marcou

Concretizadas as etapas da I Conferência da Igualdade Racial do Regional de Sorocaba, bem como das instâncias estadual e nacional, os grupos e entidades do município de Sorocaba formaram um coletivo e trataram de efetivar, com gesto concreto, em resposta às citadas Conferências, as quais nos deixaram relegados ao acaso e à sorte, os inúmeros e diversos itens propostos para serem implantados em nossa região, tais como as questões relativas à educação, saúde, trabalho, cultura e lazer, dentre outras. O referido coletivo optou por criar o Conselho Municipal do Negro de Sorocaba no ano de 2006. E, dessa forma, agiram, trilharam e caminharam diversas lideranças negras de Sorocaba e região dentro de nossa história.

### Os desafios futuros

Nosso desafio será retomar o alinhamento das nossas lideranças. Esperamos reordenar as nossas conquistas, aprofundar e expandir os trabalhos, pois diversos/as líderes ventitam reconhecer que trilharam por caminho equivocados. É necessário ver para crer, senão tudo se resumirá em discurso.

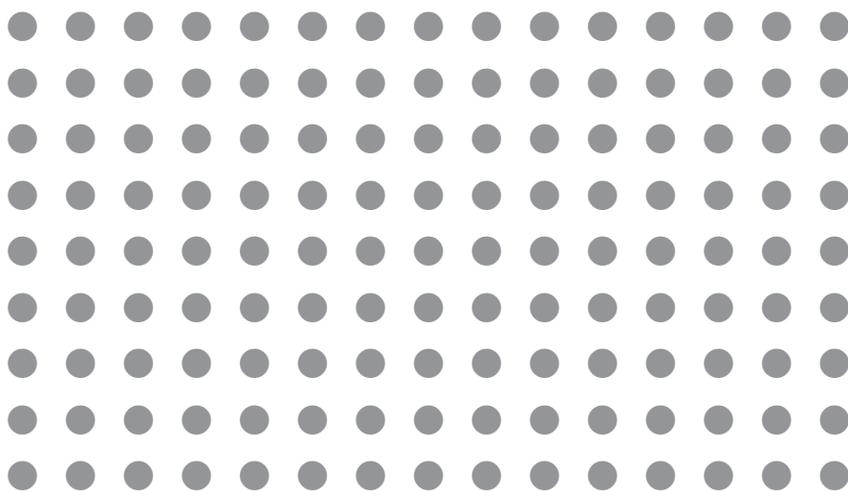
Portanto é fundamental e necessário termos e mantermos parceiros como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e os diversos movimentos sociais para que, conscientes, possamos efetivar e produzir uma formação de qualidade, visando alcançar velhos e novos membros e lideranças, com os(as)

quais ainda não conseguimos dialogar nem conquistar suas simpatias e identificar seus anseios.

Aguardamos ansiosos para que possamos, especialmente com a parceria da UFSCar, almejar e alcançar a possibilidade de concretizar sonhos pela oportunidade do aprimoramento e da capacitação por meio de vários e almejados cursos de formação profissional às nossas lideranças, as quais são carentes desses quesitos primordiais e ferramentas imprescindíveis a pessoas engajadas, afins e comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária em oportunidades concretas que devem estar ao alcance de todos. Esperamos efetivar parcerias para participarmos como parceiros em diversos cursos oferecidos pela UFSCar, os quais possam ser montados para atender a demandas relativas à capacitação de nossos líderes, assim como de nossos militantes do Movimento Negro de Sorocaba.

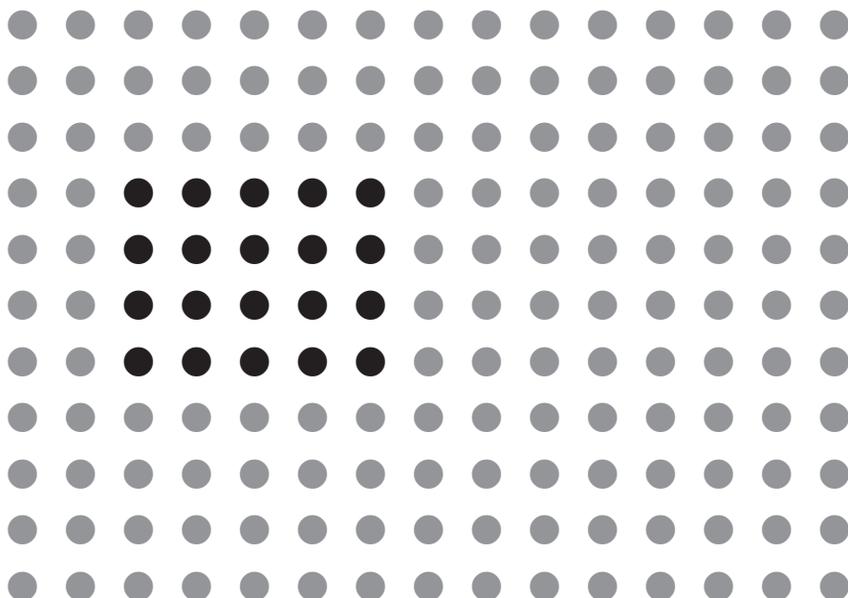
Gostaríamos de conversar com os responsáveis sobre esse assunto para podermos elencar os diversos cursos que nos interessam e quais são os solicitados pelos nossos pares.

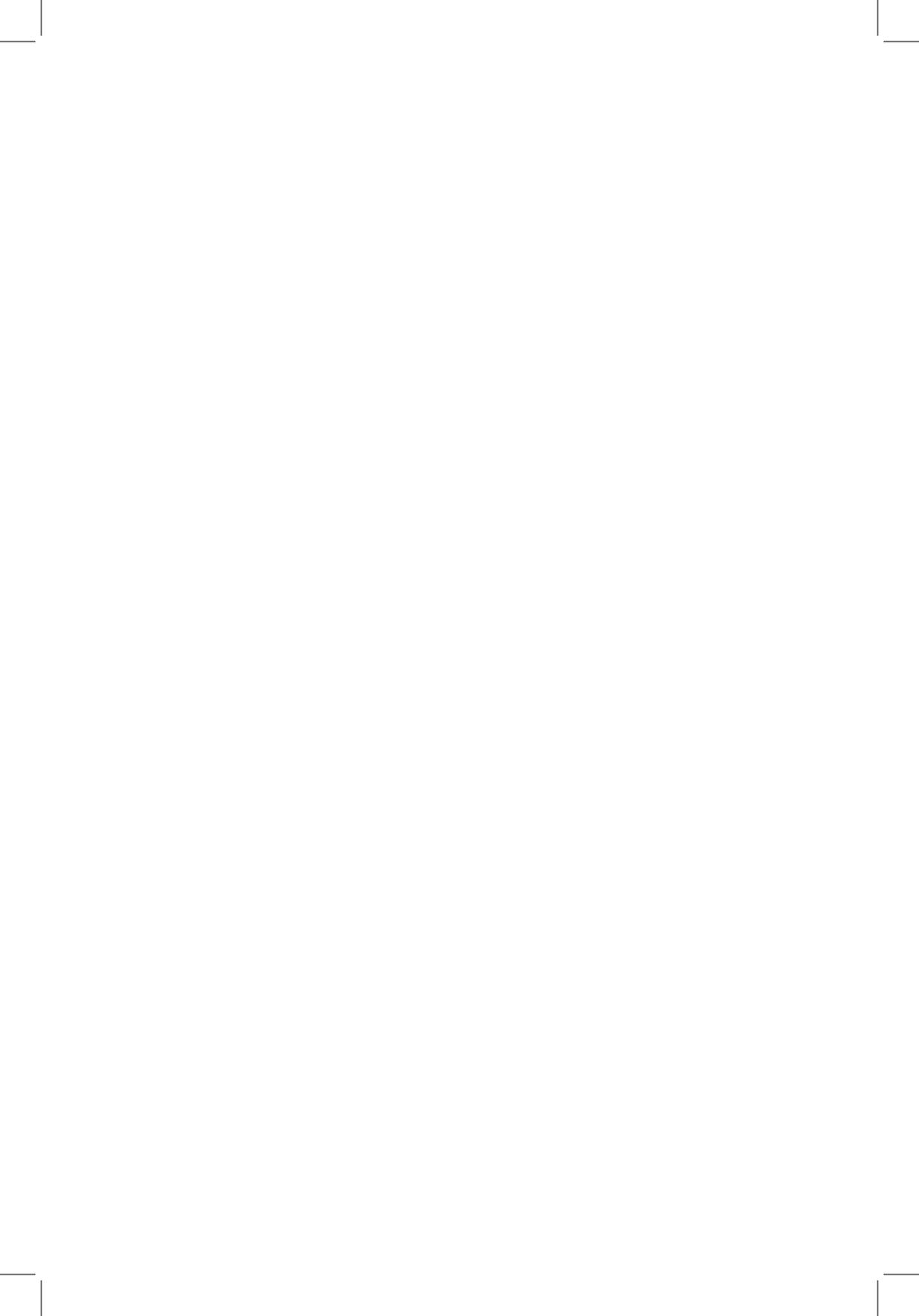




## Parte VIII

# LUTA POR MORADIA E QUESTÃO FUNDIÁRIA, DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA





# MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS: NOTAS SOBRE O I ENCONTRO UFSCAR - MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DA REGIÃO DE SOROCABA

ROSALINA BURGOS<sup>1</sup>

## Introdução

O I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba trouxe para o espaço público da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba, a oportunidade de diálogo e desdobramentos práticos relativos às problemáticas abordadas pelo conjunto de mesas temáticas. Representantes de diversas entidades e instituições da sociedade civil, do Terceiro Setor ou ainda relacionadas ao poder público estiveram reunidos nos dias 1 e 2 de julho de 2011 em torno de questões de importância para segmentos sociais diretamente participantes do evento e representativos de problemas sociais mais abrangentes, inscritos nos dilemas da sociedade contemporânea.

Atividades culturais, solenidade de abertura e mesas-redondas abriram o evento no auditório do *campus* Sorocaba da UFSCar, seguidas por seções de mesas temáticas no segundo dia do evento, o qual se constituiu como um ver-

---

<sup>1</sup> Docente do curso de Geografia do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba. E-mail: rburgos@ufscar.br

dadeiro fórum de discussão e ação políticas no espaço do Núcleo UFSCar de Educação, Tecnologia e Cultura (ETC).

O conjunto de questionamentos e proposições levantados e sistematizados pelas mesas temáticas, realizadas de modo concomitante no período da manhã, foi exposto e discutido no período da tarde, dando início ao processo de formação do Fórum Permanente Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba. Esse Fórum tem o significado prático da continuidade dos debates iniciados no I Encontro, proporcionando desdobramentos práticos das demandas e propostas do coletivo de entidades e instituições parceiras.

De modo específico, este artigo traz o relato das mesas temáticas “Luta por Moradia e Questão Fundiária” e “Direitos Humanos e Assistência”, reunidas em um mesmo grupo de trabalho. Discorre também sobre a temática em tela, no sentido de suscitar novos debates, questionamentos e proposições aos integrantes do Fórum e dos leitores interessados nesta discussão.

### O Encontro e seus autores: relatos dos participantes sobre a temática da “Luta por Moradia e Questão Fundiária” e “Direitos Humanos e Assistência” na região de Sorocaba

No Encontro, os representantes de movimentos sindicais e sociais têm, juntamente com seus organizadores diretos, a autoria dos seus resultados, bem como de seus desdobramentos teóricos e práticos. Esse fórum de entidades e instituições, já então consolidado e que teve início no começo de julho de 2011, apresenta como característica primeira a pluralidade de campos de atuação dos seus participantes. O que todos têm em comum é a luta por condições de vida melhores, por meio de esforços coletivos entre sociedade civil, universidade, poder público e Terceiro Setor.

Assim, integrando-se a uma rede de entidades que foi se articulando sob a coordenação do Prof. Dr. Marcos Francisco Martins, organizador do evento, reuniu-se as seguintes entidades nas mesas temáticas “Luta por Moradia e Questão Fundiária” e “Direitos Humanos e Assistência”:

- Pastoral da Juventude do Meio Popular;
- Quilombo dos Camargos: Salto de Pirapora e Votorantim;
- Serviço de Obras Sociais (SOS) – Prefeitura de Sorocaba;

- União de Organizações Não Governamentais (UNIONG);
- Sociedade Pode Crer;
- Conselho Municipal de Assistência Social / Secretaria da Cidadania;
- Sindicato dos Agentes Prisionais;
- Instituto Plena Cidadania (PLENU);
- Associação Academia Nacional de Capoeira;
- Pastoral do Idoso;
- Obra do Berço;
- Centro de Educação e Orientação Social (COESO).

A dinâmica da mesa temática conjunta se caracterizou como um grupo de trabalho. Em um primeiro momento, os representantes de cada uma das entidades presentes fizeram uma breve apresentação do histórico, das dificuldades e lutas de suas respectivas entidades, evidenciando um quadro bastante diversificado do coletivo então reunido. Questões de diversas ordens foram apresentadas, desde a ausência de espaço físico para a continuidade das atividades desenvolvidas até proposições de parcerias entre as entidades participantes e a UFSCar. Podem-se reunir elementos de cada um dos relatos para compor um panorama geral e preliminar da situação das entidades ligadas aos movimentos sindicais e sociais em Sorocaba e região. A seguir, apresentaremos algumas passagens dos relatos realizados, os quais foram sintetizados e articulados em propostas comuns ao grupo.

Marcio Ferreira da Silva fez um relato histórico do surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular, no conjunto das pastorais da Igreja Católica. Foram ressaltadas as atividades vinculadas às Comunidades Eclesiásticas de Base que, sobretudo nas últimas três décadas, atuaram junto aos setores populares na cidade e no campo, com destaque para as áreas urbanas precárias: periferias, favelas, cortiços. O representante dessa Pastoral destacou em sua exposição a problemática habitacional em Sorocaba, uma cidade cujo mercado imobiliário apresentou crescimento acelerado na última década, mas que também, no entanto, reproduziu a carência de políticas públicas habitacionais. A principal demanda apresentada por essa liderança foi em relação à questão habitacional, o que remete à reforma urbana pelo direito à cidade, subsidiada pelo Estatuto da Cidade.

Ainda em relação à questão fundiária, houve a presença de integrantes do Quilombo dos Camargos, apresentados pelo sr. Edson Correia. A principal reivindicação dessa entidade diz respeito ao reconhecimento social e cultural desse Quilombo e seus integrantes. Tal reconhecimento é pleiteado junto à própria comunidade da UFSCar, uma vez que se entende que parte das terras do referido Quilombo se estendem até a área em que o *campus* UFSCar está instalado na cidade de Sorocaba. De um modo geral, os integrantes do Quilombo dos Camargos esperam uma maior aproximação entre os benefícios da implantação do *campus* universitário e a população do entorno, a exemplo de cursos para os agricultores e sítiantes vizinhos ao *campus*, com destaque para a população descendente dos quilombolas, nos municípios paulistas de Sorocaba, Salto de Pirapora e Votorantim. Uma das parcerias sugeridas foi a realização de registros fotográficos e vídeo-documentários sobre os integrantes do Quilombo dos Camargos, sobretudo os mais idosos. Trata-se de uma forma concreta de reconhecer, valorizar, divulgar e apoiar a existência e continuidade dessa população quilombola na região de Sorocaba.

Representantes de entidades e instituições atuantes na área de assistência social e de luta pelos direitos humanos também estiveram presentes. Alguns ligados ao poder público municipal, a exemplo do Conselho Municipal de Assistência Social, representado pelo sr. Reinaldo Yassuo Hashimoto, ou ainda pelo SOS, que contou com a presença do sr. Vanderlei da Silva. A questão principal demandada ao poder público municipal em relação à assistência social e direitos humanos foi acerca da população de rua. Diversos participantes das entidades do Terceiro Setor ligadas à assistência social, a exemplo da ONG Pode Crer, que atua junto a esse segmento populacional, apontaram a ausência de um albergue na cidade de Sorocaba. Cada vez mais presentes nas grandes e médias cidades como Sorocaba, a problemática da população de rua integra os dramas e conflitos da sociedade contemporânea, na qual o desemprego, a desestruturação familiar, a dependência química, dentre diversos outros fatores, constituem um quadro social que requer políticas públicas articuladas entre diferentes secretarias e esferas do poder público, articuladas ou não às entidades do Terceiro Setor comprometidas com essa problemática. A existência de “casas de passagem” foi apontada como insuficiente, tanto no caso do serviço prestado pelo poder público quanto no caso da ONG Pode Crer, a qual esteve representada pela psicológica e fundadora, sra. Márcia Maria Meirelles. Segundo ela, a insu-

ficiência citada diz respeito à ausência de um projeto articulado entre diferentes secretarias do poder público (assistência social, saúde, educação, cultura), juntamente com entidades do Terceiro Setor, bem como com a possibilidade de aplicação de metodologias alternativas que permitam uma ressocialização gradual dos moradores de rua ao convívio igualitário em sociedade.

Em relação à necessidade de articulação entre entidades e instituições que atuam em diferentes áreas sociais, o Encontro contou com a presença da representante da UNIONG, sra. Regina Medeiros. Em seu relato sobre o trabalho dessa entidade, caracterizada como uma “ONG que reúne ONGs”, a diretora executiva ressalta a importância do evento como uma possibilidade de reforçar a articulação das entidades do Terceiro Setor de Sorocaba e região. Para tanto, a UNIONG estará presente no sentido de auxiliar e participar do coletivo de entidades reunidas pelo evento.

Representando o Sindicato dos Agentes Prisionais, o sr. João Rinaldo Machado expôs um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores desse setor: a segurança no trabalho. A presença de presídios em Sorocaba traz ao debate dos direitos humanos não apenas a situação dos cárceres, problemática presente em todo o país, mas também as condições de trabalho dos agentes prisionais. De um modo geral, a proposta de cursos de formação diversos, tanto para os agentes prisionais quanto para a população encarcerada, foi apontada como uma demanda a ser considerada pelas políticas públicas em parceria com a universidade e Terceiro Setor.

Representando o Instituto Plena Cidadania (PLENU), o Encontro contou com a presença de Iara Bernardi, que relatou o histórico dessa entidade do Terceiro Setor que atua junto a diversas demandas sociais, com destaque para os direitos das mulheres, mas não estando restrita a esse público. Iara Bernardi ressaltou a importância das parcerias entre as entidades do Terceiro Setor e os programas das escolas de tempo integral, bem como espaços de cultura e cidadania. Apresentou a proposta de que os integrantes da UFSCar, presentes no evento, fizessem encaminhamentos de parcerias entre as licenciaturas dessa universidade, ONGs e Secretarias Municipais ligadas à educação e cultura, no sentido da realização de projetos conjuntos para “escolas de tempo integral”.

Ainda em relação às atividades ligadas à assistência social, o Encontro contou com a participação de representantes da Obra do Berço, sra. Matilde

Ranuzzi, e da COESO, sr. Marcos Müller. Atuando no segmento da população infantojuvenil, essas entidades, em parcerias com órgãos públicos e/ou do setor privado, desenvolvem um conjunto de atividades ligadas à proteção, formação e recreação de crianças e adolescentes. Ressaltou-se a importância da aproximação com a comunidade acadêmica da UFSCar em Sorocaba, no sentido de firmar parcerias que corroborem com os trabalhos desenvolvidos pelas entidades participantes do Encontro.

Também atuando junto ao público infantojuvenil, a Associação Academia Nacional de Capoeira, representada pelo sr. Pedro Teodoro de Oliveira, o Mestre Pedrinho, trouxe relatos do trabalho de educação, arte e esporte realizado pela prática da capoeira. A principal questão exposta por Mestre Pedrinho foi em relação à ausência de um espaço físico permanente para as atividades da entidade e as dificuldades encontradas para estabelecer contato e comunicação com os órgãos do poder público municipal. Essa queixa foi exposta por diversos dos participantes, integrantes das entidades do Terceiro Setor, uma vez que representantes de secretarias municipais também estavam presentes e puderam debater sobre esse problema.

Por fim, o sr. Jurandy Fonseca representou a Pastoral dos Idosos da Paróquia Nossa Sra. Consolata de Votorantim. O coordenador dessa Pastoral ressaltou a importância da presença dos idosos e de suas necessidades e potencialidades no conjunto dos temas debatidos pelo Encontro. O sr. Jurandy ressaltou que existem muitos programas e propostas para a infância e juventude e que aos poucos a sociedade vai adquirindo consciência sobre as necessidades próprias da terceira idade, das potencialidades e formas de participação desse segmento da população na vida social. Nesse sentido, também propôs que o tema das necessidades e potencialidades de participação dos idosos na sociedade seja incluído na pauta das políticas públicas e que seja contemplado nos projetos e parcerias entre a universidade e as entidades reunidas no Encontro.

**Do debate à ação: proposições e encaminhamentos do grupo de trabalho sobre “Luta por Moradia e Questão Fundiária” e “Direitos Humanos e Assistência” na região de Sorocaba**

Após a apresentação de cada uma das instituições participantes, foram sistematizados um conjunto de proposições e encaminhamentos resultantes

das discussões iniciais à plenária de encerramento do evento. A seguir, estão listadas as propostas feitas:

1. promover e aprofundar o diálogo sobre a construção de um albergue na cidade de Sorocaba, em parceria entre a Prefeitura Municipal e entidades que trabalham com pessoas em situação de rua. Incluir na pauta de discussão sobre a estrutura de funcionamento do referido albergue a filosofia da “redução de risco” desenvolvida pela ONG Sociedade Pode Crer;
2. viabilizar espaços físicos nos bairros da cidade de Sorocaba para as atividades de grupos de capoeira, a exemplo da Associação Academia Nacional de Capoeira, que desenvolve atividades de esporte e cultura nas comunidades, embora não conte com uma sede própria. Estabelecer parcerias entre esses grupos de capoeira e as Secretarias de Cidadania e de Esportes, por meio de programas e projetos que aconteçam nos bairros da cidade de Sorocaba;
3. fomentar uma maior participação das entidades nos Conselhos Municipais;
4. garantir a continuidade dos encontros dos movimentos sociais, bem como a criação de uma rede dos movimentos e entidades participantes, mediada pela UFSCar;
5. levar o nome do Quilombo dos Camargos à UFSCar, *campus* Sorocaba, fazendo uma homenagem a partir da denominação do *campus* com o seu nome;
6. propor que os diversos cursos existentes no *campus* realizem atividades de extensão, ensino e pesquisa nas comunidades do entorno do *campus*, sobretudo aquelas em situação de carência socioeconômica, de modo específico aos grupos remanescentes do Quilombo dos Camargos, constituídos de muitos sítiantes e agricultores;
7. que o curso de pedagogia da UFSCar promova o debate sobre o tema da escola em tempo integral, pensando em formas alternativas para as atividades, as quais possam contar com parcerias com as entidades do Terceiro Setor (tais como os grupos de capoeira, artes, oficinas sobre movimentos sociais, dentre outros);
8. demanda ao curso de administração para oferecer oficinas para que as entidades ligadas aos movimentos sociais se estruturem melhor;

9. demanda ao curso de geografia: desenvolver projetos sobre o direito à moradia e sobre a questão fundiária urbana e agrária em Sorocaba e região;
10. demanda ao curso de biologia: oficinas e cursos para agricultores do Quilombo dos Camargos;
11. demanda para todas as licenciaturas: pensar em conjunto a proposta da escola em tempo integral e a importância da participação das entidades do Terceiro Setor e relacionadas aos movimentos sociais em projetos em parceria com a Secretaria da Educação, mediada pela extensão universitária da UFSCar-Sorocaba;
12. incentivar e garantir a presença dos secretários municipais nas próximas reuniões do Fórum resultante desse I Encontro;
13. realização de documentário e registros fotográficos do Quilombo dos Camargo, com mostra nas comemorações dos cinco anos do *campus* UFSCar em Sorocaba.

Essas sugestões, propostas e encaminhamentos foram apresentados na plenária final que reuniu todos os participantes do evento. Cada mesa temática fez uma sistematização como essa, e igualmente todas foram expostas ao coletivo participante do encontro. As propostas foram reunidas e encaminhadas para sistematização geral ao coordenador do evento, o Prof. Marcos, que as reuniu em um quadro que foi compartilhado via internet por todos os participantes do Encontro.

### Movimentos sociais e direitos humanos: por uma cidadania plena para todos

Os temas abordados nas mesas temáticas aqui relatadas, quais sejam, “Luta por Moradia e Questão Fundiária” e “Direitos Humanos e Assistência”, remetem-nos à noção de cidadania. Historicamente constituída, remonta a própria história da humanidade, desde a Antiguidade.

Ao buscar as bases para explicação e compreensão da luta por condições igualitárias e dignas de vida em uma sociedade que se reproduz sob a lógica da desigualdade, encontra-se um longo histórico de movimentos sociais e da ação sindical na ação política em busca de ampla plataforma de direitos, sejam eles civis, do mundo do trabalho, das relações de gênero, de classe, bem como

o direito aos bens e serviços sociais, tais como o amplo espectro de benefícios inscritos no “direito à cidade”, no “direito a terra”, no “direito à educação”.

Ao falar sobre direitos humanos, o tema remete às lutas historicamente empreendidas, visando à formação de uma sociedade menos desigual, cujas determinações da lógica capitalista sejam questionadas, superadas, dando lugar a um horizonte de possibilidades que apontam e demonstram outras formas de sociabilidade não subjugadas ao mundo da mercadoria. Para diversos estudiosos da temática dos direitos humanos, estes podem ser pensados enquanto direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Sem essa tríade articulada, não é possível falar em democracia. Esses direitos são a expressão da participação efetiva e protagonista de uma base alargada de cidadãos conscientes de seus direitos e também de seus deveres.

Com base em uma noção ampla sobre direitos humanos, sobre a construção e conquista da cidadania plena, retomamos os significados da realização do I Encontro UFSCar. Os relatos expostos de modo sintético demonstram o amplo espectro de necessidades, inquietações e visões de mundo que mobilizam atores sociais – históricos e políticos – na construção cotidiana por condições de vida melhores para os segmentos sociais dos quais fazem partes e cujas conquistas repercutem em conquistas de alcance social, seja na escala institucional, como a escola, a universidade, as esferas da municipalidade, seja na escala do bairro, da cidade, do país etc. Mobilizados pelo possível e pelo dever, pelo utópico no sentido daquilo que “ainda” não tem lugar (LEFEBVRE, 2004), os movimentos sindicais e sociais desvelam, questionam e lutam, a cada momento e conjuntura histórica, para transformar o *status quo* de uma sociedade que tende a perpetuar os fundamentos da desigualdade de direitos sociais, políticos e civis. Para Singer (2003, p. 260):

A luta pelos direitos sociais está longe de encerrada, mas mudou de direção. Até o fim dos “anos dourados”, os direitos sociais estavam consignados na legislação e sua observância estava a cargo do Estado, assim como a prestação de serviços que deles decorriam, como a assistência à saúde, a educação e a previdência social. Agora é a própria sociedade civil que se torna protagonista da solução dos problemas que os direitos sociais pretendiam prevenir. Associações e cooperativas organizam solidariamente os socialmente excluídos com o apoio de uma rede cada vez mais ampla de agências de fomento. Assim, parte dos desempregados e dos “inempregáveis” se reinsere na economia por sua própria iniciativa.

A passagem citada, contribuição da obra de Paul Singer, permite a reflexão sobre as potencialidades que residem, contraditoriamente, no estado crítico em que a sociedade contemporânea se encontra, ou seja, toda fase crítica traz consigo possibilidades de superação. Cabe aos diferentes agentes sociais ligados aos setores populares lutar pela manutenção, conquista e ampliação dos direitos sociais, políticos e civis, sobretudo em uma sociedade estruturada em classes sociais historicamente desiguais.

Muito já se discutiu acerca da crise estrutural, relacionada ao conjunto de políticas neoliberais do pós-1970: crise do sistema produtivo (fordista) e de sua matriz energética (petróleo), concomitante à reestruturação produtiva e seus desdobramentos no mundo do trabalho (robótica e corte generalizado da força de trabalho em massa no processo produtivo); crise do denominado Estado do bem-estar social e o pacote de reformas no contexto contemporâneo, e a concomitante entrada e fortalecimento do Terceiro Setor como parte constitutiva desse estado em reforma, entre outros (BURGOS, 2008). Ao observarmos as necessidades, reivindicações e propostas enunciadas no I Encontro UFSCar, é possível observar faces dessa sociedade em transformação. Os participantes das mesas temáticas, a partir de suas visões de mundo verbalizadas em questionamentos e propostas de ação, descrevem um quadro social crítico. Nele, muitos direitos historicamente conquistados por movimentos sindicais e sociais vão tomando, paulatinamente, a forma de mercadoria: serviços públicos que vão sendo gradativamente privatizados; funções do Estado – que no Brasil se constituiu plenamente como Estado do bem-estar social – ganham a arena da disputa mercantil de empresas; e mesmo das entidades do Terceiro Setor que assumem deveres do poder público, caracterizando-se como parte constitutiva do Estado em reforma (BURGOS, 2008). Assim, ainda segundo Singer (2003, p. 260):

A crise dos direitos sociais demonstra que a vigência deles depende do pleno emprego e do crescimento da economia, portanto das receitas fiscais que financiam o gasto público. Com desemprego em massa e economia deprimida, parcela crescente das classes trabalhadoras é privada do gozo de vários direitos sociais e o gozo de outros tende a encolher por causa dos cortes nos benefícios. [...] Por tudo isto, a luta por direitos sociais se resume hoje à luta [...] contra a hegemonia neoliberal, imposta pelo capital financeiro a toda a sociedade.

A continuidade do Fórum formado a partir do evento aqui abordado tem a potência de instaurar um importante espaço público e político em Sorocaba e região, articulando diversos atores sociais em torno de questões de interesse de toda a sociedade. Se a universidade é o *locus* da produção de conhecimento, que este seja comprometido com as questões de seu tempo.

As entidades e instituições representativas dos movimentos sindicais e sociais de Sorocaba e região demonstram que existem inúmeras questões sociais, econômicas e políticas a serem analisadas, compreendidas e articuladas em ações que promovam o movimento entre teoria e prática. Pesquisa, extensão e ensino, tripé elementar do sentido da universidade, devem ser pensados e praticados de modo articulado. Nesse sentido, o Fórum Permanente dos Movimentos Sindicais e Sociais, que resulta desse coletivo de entidades e instituições que atuam em diferentes frentes pela manutenção e conquista de direitos sociais, civis e políticos, tem como horizonte a luta por direitos humanos. Significa o direito à moradia e a terra, que perpassa as reivindicações da Pastoral da Juventude do Meio Popular e pelos integrantes do Quilombo dos Camargos; significa o direito à educação de qualidade, como apontado nas proposições de Iara Bernardes, representando o PLENU; significa o direito a uma infância saudável e com perspectivas de formação da cidadania, presente nas ações de instituições como COESO e Obra do Berço; significa o direito a uma velhice tranquila, luta presente nas ações da Pastoral do Idoso; significa ainda direitos humanos para os segmentos mais marginalizados na sociedade, como posto por entidades como a ONG Sociedade Pode Crer e a função social a ser desempenhada pelo Conselho Municipal de Assistência Social; ou ainda a luta por melhores condições de trabalho, como pleiteia o Sindicato dos Agentes Prisionais, dentre tantos outros sindicatos.

Fica evidente que, cada vez mais, os movimentos sociais estão associados às entidades que atuam no denominado Terceiro Setor: ONGs, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outras modalidades que transitam entre o público, no sentido de assumir muitas das funções do estado, e o privado, ao estabelecer parcerias com instituições financiadoras invariavelmente relacionadas a projetos de responsabilidade social. Cabe a esse conjunto de agentes sociais compreender seu papel social e histórico, na realização de projetos sociais, e assumir responsabilidade em relação à

população atingida por esses projetos. Do assistencialismo ao protagonismo, uma miríade de ações perpassa a existência, sucesso e fracasso das entidades do Terceiro Setor. Os movimentos sociais, por sua vez, têm o papel histórico de expor os descaminhos de uma sociedade sob uma lógica econômica perversa, a exemplo de nossa estrutura fundiária historicamente atrelada ao poder político e que repõe a pauta da discussão do “direito a terra”, do “direito à cidade”, do direito ao que há de mais elementar para a formação de uma sociedade com dignidade para todos. É dramático, em pleno início de século XXI, o paradoxo de um país que apresenta dimensões territoriais continentais e que reproduz condições insalubres de acesso à moradia e vida digna, seja nas cidades, seja no contexto agrário.

O reino das necessidades precisa e pode ser superado, e nossa sociedade possui condições para essa conquista. Mas a construção de outra realidade requer, historicamente, a articulação das lutas, estabelecendo diálogo entre as diferentes instâncias da sociedade comprometidas com a transformação social. Aí também reside o papel da universidade quando põe em prática a tríade pesquisa-ensino-extensão.

Pode-se, por fim, compreender que os movimentos sindicais e sociais, atuando isoladamente, representam uma forma difusa e múltipla de inúmeras frentes de luta por uma sociedade mais igualitária. Juntos, por sua vez, esses agentes sociais potencializam sua força reivindicatória e de conquista de direitos de cidadania.

### Referências bibliográficas

- BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: trabalho sobrando, Estado em reforma e o Terceiro Setor da indústria da reciclagem*. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-263.

# PODE CRER: UM ESPAÇO PARA TODOS

MARTA MARIA MEIRELLES<sup>1</sup>  
VILMA LÚCIA CARMONA GONÇALVES<sup>2</sup>

A Associação Pode Crer foi fundada em abril de 2008, tendo como base oito anos de trabalho de redução de danos no município de Sorocaba (SP), iniciado pela médica infectologista dra. Vilma Lucia Carmona Gonçalves. Além desta, faz parte do projeto de fundação a psicóloga Marta Maria Meirelles, com experiência no tratamento de dependentes químicos desde 1985, iniciada na Comunidade Terapêutica Maxwell, em Atibaia (SP). Em pouco mais de três anos de funcionamento, a organização não governamental atende em média 15 usuários por dia em sua sede, além daqueles que são acompanhados nas ruas.

Utilizamos a metodologia do tratamento comunitário, que é:

[...] um conjunto de ações instrumentos e práticas, organizadas em um processo que tem como finalidade o melhoramento das condições de vida das pessoas que abusam de drogas e vivem em uma situação de exclusão social grave, e o melhoramento das condições de vida na comunidade local e na qual se trabalha (MILANESE, 1999).

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Coordenadora técnica da Associação Pode Crer. E-mail: [martameirelles@podecrer.org.br](mailto:martameirelles@podecrer.org.br)

<sup>2</sup> Médica infectologista. Supervisora das ações de redução de danos da Associação Pode Crer. E-mail: [vilucago@yahoo.com.br](mailto:vilucago@yahoo.com.br)

O tratamento comunitário tem como pressupostos do trabalho que o uso de drogas é um dos sinais individuais de uma condição social mais generalizada, está em todas as comunidades, que somente as estratégias participativas podem mobilizar na comunidade soluções, energias, criatividade e que ela se torna competente quando é capaz de reconhecer as próprias necessidades, mobilizar e empregar os recursos necessários para satisfazê-las.

Fazemos parte do Centro de Formação em Tratamento Comunitário, por meio do Instituto Empodera, junto à outra organização de Sorocaba (Lua Nova), duas de São Paulo, outras duas do Piauí e ainda uma organização da Paraíba. O Empodera multiplica a metodologia de tratamento comunitário por intermédio de diferentes metodologias, entre as quais se encontra a formação de técnicos e educadores pares, tanto presenciais quanto virtuais, disseminação de boas práticas, criação de espaços de produção e multiplicação, planejamento e seguimento de projetos de desenvolvimento local, entre outras ações. Pretende-se tornar um centro de referência nacional para instituições que intervenham em situações de sofrimento social, buscando repensar as problemáticas do uso de drogas e outras vulnerabilidades desde a sua complexidade. No meio de uma crise econômica mundial, que deixa ecos em todos os níveis, representando uma ameaça à permanência do modelo neoliberal como suporte político, econômico e ideológico, faz-se necessário desenvolver novos modelos de ação, e, sobretudo, são propostos grandes desafios. Tais desafios têm a ver com a revisão de nossas formas de atuar, geração de processos articulados que nos permitam avançar sobre os objetivos propostos, identificação das comunidades como cenário imediato de intervenção, reconhecendo-as com grandes capacidades de transformação, em um processo de empoderamento, por meio do qual sejam abandonadas as ideias hegemônicas e se dê lugar a um protagonismo real, com participação ativa, pela qual as boas práticas se convertam em boas políticas.

É fundamental que o setor social seja mobilizado e passe de um estado de passividade a um estado de atividade que não só recebe, mas também que propõe e executa. Para isso, é necessário um movimento consciente, de superação da apatia e fomento das relações, criando situações de igualdade em prol de uma transformação social, a qual tem infinita relação com a transformação do meio e a posterior transformação de si mesmo por meio de processos de fortalecimento das comunidades.

Pelas ações do Centro de Formação, promovemos a reflexão crítica e a interpretação de suas práticas para que sejam coerentes e propositivas, compondo uma unidade que produza a formulação de novas alternativas, operacionalização e planejamento para alcançar uma prática transformadora, o que é possível unicamente incorporando capacidade de autocrítica, reconhecimento dos sucessos e, fundamentalmente, paciente e constante visão de processo como um todo.

Nesses três anos, a Associação Pode Crer participou de vários processos de formação, tais como a “Formação Tratamento Comunitário: Uma Proposta de Inclusão”, ocorrida em Brasília, entre junho-julho de 2008, com colegas da Rede Americana de Intervenção em Situações de Sofrimento Social (RAISSS), que nos permitiu o reconhecer e olhar para as nossas práticas, compartilhá-las com os nossos colegas de todo o Brasil e de outros lugares da América Latina, bem como da Europa. Realizamos também formações para educadores pares, nas cidades paulistas de Sorocaba e Votorantim. A formação de educadores pares é um processo integral e contínuo, que consta de quatro fases interligadas, e permite que o educador par, imerso no processo, desenvolva conhecimento pessoal, capacidades de trabalho em equipe, potencialize diversas habilidades e gere mudanças em si mesmo e na sua comunidade. Consta de momentos de apreensão de conhecimentos e troca de experiências, quando cada pessoa tem a principal função de mostrar todas as suas capacidades, o que de melhor existe nela, quais são os recursos e redes de apoio com as quais conta e, fundamentalmente, quais oportunidades quer e pretende desenhar para seu próprio bem-estar e o de seu entorno. É um processo complexo que conecta atividades práticas e outras de produção de conhecimento teórico. Exige compromisso por parte dos participantes, apoio sistemático das organizações de referência e forte articulação em rede para dar sustentabilidade aos processos. O objetivo é a formação teórica e prática de pessoas das comunidades em situação de vulnerabilidade para serem protagonistas de suas próprias vidas e instrumento de mudança nas suas comunidades, sendo reconhecidos pelo seu potencial e sua participação ativa nos processos de transformação.

Em 2009, a equipe de tratamento comunitário da Associação Pode Crer realizou o Sistema de Diagnóstico Estratégico (SIDIES), na comunidade Vila Nova, em Votorantim. O SIDIES é um sistema de recopilção, sistematização, análise da informação e elaboração da estratégia que nos oferece um conjunto de passos

organizados para que os líderes ou operadores da comunidade possam recopilar diferentes dados e com eles possam gerar o trabalho de reflexão com os líderes da comunidade, para que desenhem as estratégias mais adequadas, conheçam-se, estreitem seus laços e possam trabalhar para mudar os problemas da comunidade. O que obtemos com o SIDIES: a construção de uma rede operativa, que se transforma em minoria ativa para interpretar a comunidade e desenvolver ações que dão resposta às necessidades que eles propõem; e a elaboração de uma estratégia conjunta. Cada etapa do SIDIES constitui uma categoria de conhecimento. Por meio do trabalho de rua, do contato com os líderes, com as organizações sociais, obtemos as informações que vão se ordenando em diferentes categorias. Esse objetivo de construção coletiva de conhecimento é possível por meio das seguintes ações:

1. identificação da comunidade local por intermédio dos seus líderes de opinião. Qual é a ação que se desenvolve? Como fazemos? Os líderes de opinião são nossa chave de acesso à comunidade. Não é possível trabalhar na comunidade sem construir uma aliança operativa com eles. Pelo menos ter contato, conhecê-los e integrá-los à equipe;
2. estudo dos projetos anteriores ou atualmente realizados na comunidade;
3. análise dos fracassos e as boas práticas;
4. breve história da comunidade;
5. elementos sociológicos;
6. identificação dos temas geradores;
7. estratégias de ancoragem e objetivação, que são elementos que devem ser pesquisados nos discursos dos líderes;
8. os mitos e as formas de rituais;
9. identificação dos conflitos de base no interior da comunidade.

Os primeiros cinco passos correspondem à etapa diagnóstica do SIDIES, conhecimento e coleta de informação. Os quatro restantes correspondem à elaboração e implementação da estratégia. Na primeira parte, ainda que seja uma etapa diagnóstica, a equipe ou as pessoas que estejam aplicando o SIDIES desenvolvem ações, porque não podemos estar o tempo todo só perguntando, conhecendo, observando, senão também entrando com ações de engajamento. São ações muito simples que se desenvolvem com a comunidade e que servem, fundamentalmente, para o estabelecimento dos vínculos.

As ações mais concretas são a identificação desses atores, os quais podem ser líderes de opinião, organizações, instituições, grupos formais ou informais e todos os demais que compõem a comunidade. Almeja-se a identificação de líderes de opinião, da função que eles realizam e da relação que existe entre eles.

Primeiro identificamos todos os atores, que podem ser líderes ou não. Na primeira parte são todos os atores; depois só líderes de opinião formal e informal. Queremos saber quais são os líderes; a função que cumprem; se há uma função formal; se eles são o presidente do clube esportivo ou a diretora da escola, ou mesmo a vizinha; se os estudantes identificaram diferentes pessoas, por exemplo, que os líderes formais têm relação com o clube desportivo, por ser a única organização que consegue convocar toda a comunidade. Também nos importa saber as relações entre eles; queremos saber se existem relações de cooperação ou de concorrência. Já sabemos quem são os atores, identificamos os líderes, agora temos que saber a representação que eles têm de sua comunidade a respeito de alguns temas. Normalmente, encontramos o uso de drogas, de álcool, violência, delinquência, e eles descrevem a representação social que têm sobre esses temas.

Tudo isso é articulado por meio de um processo sistemático, de estar na comunidade, assistir, caminhar, conversar, contatar as pessoas, participar dos eventos que são importantes para a comunidade etc. Não é um processo de ir um dia e perguntar quem são eles; no outro dia ir e perguntar quem são os líderes; e no outro dia ir e perguntar quais são as representações sociais. Não! São processos que se dão no tempo.

A segunda categoria de passos do SIDIES são as análises de fracassos e boas práticas. Queremos saber, em função dos problemas que foram mencionados, as propostas que eles e outras organizações deram a esses problemas; o resultado que eles identificaram; se foram experiências de sucesso ou de fracasso e o porquê.

Para que nos serve isso? Primeiro, e mais básico, é saber as coisas que tiveram resultados, para aproveitar alguns aspectos. Já em relação ao que não deu certo, é necessário eliminá-lo. Outro aspecto importante é identificar quem é responsabilizado pelo fracasso, pois, se responsabilizam à organização que estava na comunidade, isso nos diz algo. Mas se responsabilizam a si mesmos é porque não participaram, e isso nos diz outra coisa. Assim podemos projetar a atitude que terão com o projeto que nós propomos.

Algo que também queremos saber são as ações que no momento estão sendo desenvolvidas na comunidade, para que possamos complementar, para que não haja choque entre ações nem competição dos beneficiários. Até esse momento estamos em condições de ter uma proposta de trabalho que foi o resultado e a construção de tudo com o que trabalhamos. Então, se apresentamos a proposta à comunidade, em geral é o que queremos identificar nesse passo, no prognóstico dos atores sociais; é saber como eles avaliam o projeto, se pensam que vai ter sucesso, se pensam que vai fracassar, se pensam que não vai ter resultado por isso ou por aquilo etc. Apresentamos e recolhemos as sugestões e as observações que eles fizerem.

A terceira categoria de passos é a história da comunidade. Buscamos saber os principais eventos que deram origem à comunidade, os mitos, os rituais, os conflitos, as representações sociais que atravessam os discursos da população. Por que nos importa saber a história da comunidade? Porque nos ajuda a entender o comportamento das pessoas que a compõem e de fazer uma projeção no tempo de como são as ações e processos que determinaram a comunidade.

Os dados sociológicos são os dados estatísticos que nos ajudam a entender a composição da comunidade: se são mais homens, mais mulheres, como obtêm seus rendimentos, o nível educativo, o acesso à saúde, aos serviços básicos etc. Trata-se de elementos que se recolhem para ter um quadro mais ou menos geral de como é a população. Com todos esses dados analisados, está na hora de construir a estratégia em conjunto.

Após o *SIMES*, a equipe então efetivou o desafio nessa mesma comunidade Vila Nova, em Votorantim, o qual nasceu como uma proposta de formação na ação, de aprender fazendo e fazer aprendendo, partindo do suposto método de aprendizagem que vem de uma experiência própria. Em vez de perguntar como se deve ensinar a essas pessoas a executar suas ideias, as relações com as pessoas, o trabalho em grupo, o alcance de suas metas sociais e no trabalho, resolvemos focar nossa pergunta em como alguém consegue aprender independentemente do padrão dado pela sociedade, partindo de suas vivências pessoais e no grupo, criando métodos e produtos no coletivo.

O foco do processo está no ato de aprender a concretizar uma ação empreendedora por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelas

peessoas vulneráveis que passam a ser vistos como agente, e não como um ser passivo que recebe e absorve o que lhe é ensinado ou o que lhe é oferecido. São pessoas atingidas pela violência, pelo desemprego, pela falta de oportunidades, pela carência do básico, que encontram nessa proposta um modo de ser, uma possibilidade de serem reconhecidas pelo seu potencial, pela sua criatividade e solidariedade, pelo bom que há nelas.

Essa nova lógica vai à contramão do velho paradigma em que as pessoas em situação de vulnerabilidade são observadas pelo prisma de suas carências e debilidades, ofuscando o verdadeiro lado que deve brilhar: suas fortalezas, capacidades e habilidades.

Atuamos também com as metas do desenvolvimento do milênio, uma vez que nossas ações buscam redução da pobreza, melhoria da educação, saúde, justiça social para benefício e inclusão daqueles considerados vulneráveis. Acreditamos que a educação no contexto comunitário é uma chave para o desenvolvimento de nossas metas, uma vez que oferecemos dignidade e empoderamento em contextos afetados pelo uso de drogas, a infecção do HIV, o tráfico e a violência. Sabemos que educação comunitária oferece oportunidades diretamente nas mãos das pessoas e, desse modo, uma resposta efetiva para as tantas vulnerabilidades pelas quais atravessam os jovens das localidades atendidas.

Por meio do projeto “Desafio, Usina de Transformação”, durante um processo educativo-formativo, foram elaborados projetos de desenvolvimento local, promovendo a participação cidadã de toda a comunidade, instituições e atores locais na criação de novas iniciativas locais e no fortalecimento das já existentes, oferecendo às pessoas novas alternativas de autonomia, ampliando suas expectativas quanto à vida em geral e auxiliando-as a tornarem-se protagonistas de sua própria história. O desafio ocorreu em quatro meses, e, em cada etapa, os grupos participantes desenvolveram diferentes tarefas, o que precisou do desenvolvimento das mais diversas habilidades, assim como da participação ativa de todos os participantes e suas comunidades – o grupo ficou em segundo lugar na pontuação geral das seis organizações participantes.

Ainda em 2009, a Associação Pode Crer participou da formação de formadores, que combinou encontros presenciais com a utilização de uma plataforma virtual (blog interativo) de fácil acesso e continuamente mediado por uma facilitadora. Ela constou temas de interesse comum em dez semanas de discussão,

nas quais a facilitadora enviava um tema, uma pergunta para reflexão e alguns textos de referência para apoiar as análises, e os participantes deveriam pesquisar e incluir em suas reflexões novas bibliografias. Durante uma semana, os participantes colocavam as reflexões no blog, o qual disponibilizava também um espaço para que todos pudessem colocar comentários, perguntas, contribuindo com a troca de experiência. Posteriormente, foram realizadas duplas de participantes, que escolheram o tema de interesse entre os apresentados durante a formação e escreveram um artigo teórico-prático da dupla. Após finalizada essa primeira etapa, realizou-se um encontro presencial de três dias, quando foram apresentados e discutidos os temas, com aportes de todos os participantes e a participação especial de Efrem Milanese, assessor do programa que estava presente no dito encontro.

Em 2010, realizamos o SIDIES no centro da cidade de Sorocaba e com os moradores de rua e frequentadores do nosso “Drop in”, que será descrito na sequência. Realizamos o desafio “Do Negócio à Inclusão” como uma metodologia de ação grupal e comunitária de desenvolvimento de potenciais e inclusão econômico-social. O desafio é uma proposta que visa “sair” do papel para entrar na “ação”, passando do plano das ideias para o plano da concretização, para criar valor e gerar inclusão. É um convite a sonhar com o direito de realizar. Pelas características do grupo participante, não conseguimos concluir as dez tarefas, mas ainda assim foi bastante válida a experiência.

No final de 2010, as formadoras Marta Meirelles e Vilma Carmona foram conhecer as experiências de tratamento comunitário no Chile e na Costa Rica e disseminar a metodologia do desafio.

Em janeiro de 2011, aconteceu novo encontro entre as organizações participantes do Instituto Empodera. Formalizamos a formatura de novos formadores em ECO 2 (Epistemologia da Complexidade) e estamos para traçar novos rumos, conhecer novas formas de aprender, ampliar nossas mentes para contar mais histórias, para entender e aliviar a dor e para ser empoderado e empoderar, como tão bem escreveu Raquel Barros (presidente da Associação Lua Nova e do Instituto Empodera) sobre nosso encontro.

Durante o ano de 2011, recebemos a visita de Yadira Bonilha, da Costa Rica, e do acompanhante terapêutico Diego, que veio da Argentina para trocar experiências. Em abril, realizamos mais uma formação em e para redutores

de danos e mudamos nossa sede e nosso “Drop in”, que funcionava em uma garagem no centro da cidade para uma casa próxima ao centro.

Participamos do curso Street Kids, metodologia específica de empreendedorismo para moradores de rua, originária das discussões da mesa “Crianças e Adolescentes em situação de rua e trabalho infantil: competências e responsabilidades das políticas públicas e do SGDCA para a garantia da dignidade e de garantia de direitos da criança e do adolescente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo” e também de mesas de debates realizadas no I Encontro UFSCar - Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, realizado pela UFSCar-Sorocaba, o que nos deu a oportunidade de escrever aqui sobre nossa experiência.

A Associação Pode Crer surgiu com o objetivo de trabalhar na cidade de Sorocaba com pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou seja, situações de exploração sexual, uso e abuso de drogas, violência, falta de moradia, gravidez não planejada, desemprego, desagregação familiar etc.

No geral, nosso público é formado por pessoas com baixa escolaridade, em sua maioria sem profissionalização, desempregadas, às vezes com trabalho informal na coleta de material reciclável, muitas vezes sem documentação, sem residência fixa e com vínculos familiares fragilizados ou com ausência de vínculos. Alguns são depressivos diante do avanço de suas dificuldades no trato dos problemas do cotidiano ou então portam outros transtornos mentais e, frequentemente, relatam histórias de uso abusivo de álcool e/ou outras drogas.

Baseando-se em cinco macros eixos de atuação (MILANESE, 1999) – organização, assistência, educação, terapia e trabalho –, contamos com uma sede na região central, nosso “Drop In”, uma das ações do tratamento comunitário descrito anteriormente, que tem como objetivo oferecer escuta, acolhimento, descanso, banho, local para lavar roupas, alimentação, orientação, descoberta de habilidades, geração de renda e encaminhamentos necessários a essas pessoas.

Esse acolhimento se dá por meio de encaminhamentos feitos pelos redutores de danos nas ruas ou por convite dos próprios usuários que já frequentam o centro “Drop in”. É preenchida uma Ficha de Acolhimento e/ou a Folha de Primeiro Contato com as pessoas que chegam pela primeira vez, sendo nesse momento também explicados os objetivos e as regras do centro. Por intermédio da escuta são detectadas as demandas da pessoa naquele momento.

A pessoa é convidada a participar das oficinas de sexo seguro e uso seguro de drogas, artes e geração de renda, capoeira e acupuntura, assembleia semanal, grupo de estudos e de convivência, atividades recreativas, tais como jogos, TV, filmes, música etc.

Iniciou-se, recentemente, também um projeto de Pet Terapia e outro de aprendizado e trabalho com mosaico, por meio de parcerias com veterinária, estudantes de medicina e artista plástico, além de contarmos com duas psicólogas, um estagiário administrativo, oficinairos, voluntários de serviço social e os próprios redutores de danos. As atividades, regras e a organização do espaço são discutidas e organizadas nas assembleias semanais.

Os usuários podem permanecer no “Drop in” das 14 às 20h, de segunda a sexta-feira, com os redutores de danos exercendo suas atividades, na maioria das vezes, após esse horário nas ruas da cidade.

Ao longo desses três anos, uma bagagem de boas práticas foi adquirida. Desde proporcionar o atendimento sempre pautado no acolhimento, facilitando a identificação da rede de suporte social adequada para a continência das necessidades dos usuários, tendo o conhecimento de que a população se caracteriza como não homogênea – percebendo que algumas características sociocomportamentais diferenciam as pessoas, e a compreensão dessas diferenças auxilia a nortear as ações –, até resolver os conflitos na cena em que ocorrem, reforçando o vínculo de confiança diariamente e discutindo as regras e problemas em assembleia, mostraram-se fundamentais para o sucesso da metodologia. O devido destaque também deve ser dado aos grupos de estudos realizados semanalmente – estímulo e capacitação da equipe, além de externalidades positivas sobre os usuários, quando estes participam dos grupos –, às discussões de casos (usuários da instituição que se tornam objetos de uma análise mais aprofundada de suas trajetórias) e aos espaços de reflexão entre os profissionais de diversas áreas, visando a uma abordagem interdisciplinar.

Dentro dessas ações e outras que não obtiveram o mesmo sucesso, algumas lições foram retiradas desse processo. A equipe deve ter um perfil específico e ser constantemente estimulada e capacitada – mesclando-se operadores pares com não pares ou ex-pares –, com a constante revisão de posturas e estímulos à escuta, aliado à busca por subsídios teóricos que melhore a prática institucional e com a consciência da importância do registro das ações. Isso é

fundamental para a análise da história da instituição e para a coesão e melhora da capacidade de efetividade da equipe. A capacidade de se compreender que os usuários possuem necessidades diversas, as quais exigem estratégias diferentes de aproximação e criação de vínculos para a sua superação, também se torna uma característica que deve ser intrínseca à equipe. Quanto à instituição em si, o fortalecimento de todas as redes de recursos comunitários e a busca por boas parcerias são fundamentais para o bom funcionamento.

Como metas, temos a construção de autonomia e do protagonismo social no seio do público-alvo, reduzindo o leque de vulnerabilidades, a promoção de subsídios para que eles adquiram domínio sobre as drogas – decidam o momento de abandoná-las ou façam o uso mais controlado e consciente –, acompanhados pelo resgate da dignidade em seu sentido mais amplo. Para isso, a ampliação dos serviços se torna necessária, tanto para se aumentar o raio de ação quanto para se conseguir identificar particularidades, cada vez mais específicas, dentre os usuários. A consolidação da instituição em Sorocaba e região acaba sendo então de suma importância.

A não consolidação advém principalmente da não aceitação do serviço pela comunidade. Resultado de preconceitos elaborados e incididos sobre nossa população-alvo, a resistência criada contra o tratamento comunitário e a redução de danos se dá, basicamente, pela falta de conhecimento da teoria e dos resultados práticos. A falta de espaço nos meios de comunicação se torna uma das explicações para esse isolamento e distanciamento da comunidade daqueles que detêm essas informações, contribuindo para a confirmação da estigmatização da população e propagação da ignorância coletiva.

Sentimos também dificuldades para o estímulo à geração de renda, pois a população é flutuante, alguns com problemas mentais associados e muitos sem projetos de vida futura. Algumas pessoas ainda vivem discórdias na rua e acabam levando esses conflitos pessoais para o interior do serviço, o que acaba por gerar situações de ameaças e/ou violência. Percebemos que, mesmo ao longo de muitos anos de consumo de drogas e/ou álcool e com discursos de recorrentes perdas, é difícil que os usuários assumam a responsabilidade pelo uso danoso e desejem transformar suas vidas.

A ausência de albergue que de fato acolha essas pessoas por um período para que possam se organizar e adquirir moradia é outro grande problema,

além da dificuldade que se tem para se criar um contato permanente com familiares e criação de uma rede subjetiva como um todo.

Atuamos também com ações de redução de danos em locais identificados como de alto risco social, e, nesses locais, os educadores fazem um trabalho de prevenção e orientação quanto ao sexo seguro e uso abusivo de drogas, dispondo de material informativo, preservativos etc., com o propósito de reduzir os danos de saúde e sociais. Essas ações de redução de danos devem intervir na construção de redes de suporte social, objetivando melhorar o grau de autonomia dos usuários, seus familiares e a comunidade, de forma a se protegerem da violência que, muitas vezes, decorre do uso abusivo de álcool e de outras drogas sem usar de repressão, mantendo o comprometimento com a defesa da vida e da cidadania. O objetivo é auxiliar essas pessoas no resgate de sua autoestima, possibilitando-lhes autossustento, empoderamento e responsabilidade pela sua própria vida, tornando-se, assim, multiplicadores para outros indivíduos ou grupos.

Queremos concluir deixando aqui a reflexão de que talvez possamos mudar também o mito da rua como espaço do perigo e da violência e nós mesmos provarmos o estar na rua sem temores. A cidadania e a democracia exigem não a eliminação das pessoas, mas a eliminação de todas as formas de violência (como as citadas anteriormente), inclusive a violência do preconceito e da discriminação, que molda uma “opinião pública” conivente com o extermínio daqueles que são considerados a “escória social”.

Esse projeto é realizado em parceria com a Associação Lua Nova, Programa Municipal de DST/AIDS de Sorocaba, Centro de Formação de Tratamento Comunitário do Brasil, UFSCar e Universidade de Sorocaba.

### Referências bibliográficas

- MILANESE, Effrem. *O trabalho de rede nas comunidades locais*. Seminário para o grupo de formadores de Santa Fé de Bogotá. Bogotá, 1999.
- MILANESE, Effrem. *As comunidades locais como espaço de prevenção*. Feira Nacional da Prevenção do Consumo de Drogas. Santiago de Cali, 1999.

# PLENU — INSTITUTO PLENA CIDADANIA

IARA BERNADI<sup>1</sup>

## Histórico

O Instituto Plena Cidadania (PLENU) é uma organização não governamental, autônoma, de caráter público, suprapartidária, sem fins lucrativos e que possui estatuto próprio.

O PLENU surgiu em um momento em que ativistas políticos, sensíveis à questão dos direitos humanos e ao trabalho desenvolvido no mandato da então deputada federal Iara Bernardi, buscavam um instrumento que possibilitasse discutir e debater os fundamentos da área de direitos humanos, reafirmando a importância do acesso a esses direitos e suas diferentes áreas de proteção. Tal instrumento precisava ser autônomo e com foco delimitado, condições necessárias para agregar militantes da causa e criar novos espaços de união e articulação para a viabilidade das ações que seriam empreendidas.

Assim nasceu o PLENU. Uma entidade de luta pela plena cidadania, por relações de gêneros equitativas e fraternas, por um meio ambiente saudável, contra toda forma de discriminação ou preconceito de raça, cor, idade, etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual e pela defesa de uma sociedade justa e um estado democrático e laico.

## Nossas conquistas

Ao longo de seus oito anos de fundação, o PLENU vem desenvolvendo um trabalho de capacitação dos cidadãos e cidadãs para o reconhecimento e a de-

---

<sup>1</sup> Fundadora e presidente de honra do Instituto Plena Cidadania (PLENU). E-mail: plenu@uol.com.br

fesa de direitos juridicamente assegurados e acompanhamento da implementação das políticas públicas que promovam a defesa dos direitos humanos, consolidando a dignidade de todo ser humano para o efetivo exercício da cidadania.

Desde a fundação, o foco principal do PLENU tem sido o curso Promotoras Legais Populares (PLP), projeto voltado exclusivamente para mulheres e que já capacitou mais de 600 delas. Embora seja desenvolvido em Sorocaba (SP), o curso tem a participação de alunas de várias cidades da região. Para contemplar um número maior de mulheres interessadas, o projeto foi estendido para a cidade de Mairinque (SP), onde mantém uma turma de 40 alunas.

O nome Promotoras Legais Populares, adotado em nosso projeto, é usado em diferentes países e acolhe o significado de mulheres que trabalham a favor dos segmentos populares, com legitimidade e justiça, no combate diário à discriminação. São aquelas líderes de comunidade que podem orientar, aconselhar e promover a função instrumental do direito na vida diária das mulheres.

Em 2010, com apoio do PLENU, as PLP de Sorocaba e região fundaram uma associação com o objetivo de dar continuidade às ações iniciadas no curso, promover encontros, debates, seminários, discutir planos de trabalho e encaminhar demandas das comunidades em que atuam.

O PLENU se faz presente em várias atividades institucionais, contando com representantes no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Itupararanga, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, na Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no Conselho do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba e na 3<sup>o</sup> Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Atualmente, o PLENU dispõe de uma sede com sala de aula para 35 alunos(as), equipamento de audiovisual e boa estrutura para atividades presenciais.

## Desafios futuros

- a) dar continuidade ao curso PLP sediados em Sorocaba e em Mairinque e ampliar mais uma turma na região até 2013;
- b) firmar parcerias com instituições governamentais para o desenvolvimento de novos projetos correlacionados com os objetivos e finalidades do PLENU;
- c) firmar parcerias que garantam o funcionamento e a manutenção da sede e das atividades desenvolvidas pelo PLENU.

# COESO: HÁ 12 ANOS SEMEANDO O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

JOSÉ MARCOS MÜLLER DEMORO<sup>1</sup>

## Introdução

Boa vontade foi a palavra escolhida pela empreendedora social Sandra Freitas para definir os líderes da Igreja Comunidade Evangélica da Restauração, em Sorocaba, no interior de São Paulo, quando resolveram, no ano 2000, enfrentar um problema que viam todos os dias: as mulheres do bairro não tinham uma creche para deixar as crianças.

E como ação inicial, 20 crianças, entre 4 meses a 4 anos de idade, com algum tipo de carência ou risco social, da Vila Angélica, passaram a ser atendidas pelo grupo nas dependências da Igreja. Como tudo era informal, fruto da boa vontade, Sandra enfrentou preconceitos e começou a se inteirar das normas legais para creches na Prefeitura. Desse movimento, surgiria o Semeadores do Amanhã, o embrião do Centro de Orientação e Educação Social (COESO).

Com o passar do tempo, o número de crianças atendidas foi se multiplicando. E Sandra começou a perceber que não bastava ajudar as crianças. Era preciso encontrar uma forma de integrar as famílias e dar sustentabilidade ao projeto.

Era preciso somar parceiros, encontrar uma forma de responder às necessidades de caixa de uma instituição sem fins lucrativos, como se fosse

---

<sup>1</sup> Tesoureiro e captador de recurso voluntário do Centro de Orientação e Educação Social (COESO). E-mail: marcosmuller@coeso.org.br

uma empresa, garantir o capital de giro para fazer frente às despesas que subtraíam as contribuições voluntárias, geralmente, vindas de chás e jantares beneficentes.

Além disso, multiplicar a fé e o amor pelas crianças diante da fatalidade: superar a dor de perder a filha Larissa, que morreu atropelada na porta de casa, aos 10 anos de idade.

### A semente

Formada em administração de empresas, Sandra Freitas era gerente de vendas na Embratel no ano de 2000. Junto com um grupo de amigos motivados pelo cristianismo, ela resolveu enfrentar a falta de creche na Vila Angélica.

O grupo de amigos reunia, entre outros, uma médica, uma psicóloga, uma pedagoga, uma administradora. Com fé e coragem, contando com o trabalho voluntário, o grupo começou a atender 20 crianças.

Sandra foi até a Prefeitura buscar as normas para o funcionamento legal de uma creche. Tudo havia surgido voluntariamente e era preciso formalizar aquela iniciativa, elaborar o estatuto social. Ela acabou não apenas encontrando os mecanismos jurídicos para formalizar o COESO como foi convidada para trabalhar na Prefeitura, no Fundo Social de Solidariedade.

Na Prefeitura, ela recebeu a visita de um diretor de uma metalúrgica. A empresa estava interessada em intensificar as ações de responsabilidade social na comunidade. O diretor dessa empresa buscava a indicação de uma entidade com a qual pudesse colaborar. Era tudo o que ela, ou melhor, o COESO, precisava, mas Sandra não se sentia à vontade para indicar a própria entidade que participava, trabalhando em um órgão público. Encaminhou à primeira-dama do município e presidente do Fundo Social de Solidariedade, dra. Maria Lucia Amary, e esta indicou o COESO.

Era o início de uma parceria. Funcionários daquela empresa vieram reformar o espaço da creche, pintar paredes, doar alimentos e objetos, trabalho voluntário. Dinheiro em espécie, a princípio, não foi ofertado.

Junto com a Prefeitura e uma padaria, essa metalúrgica ajudaria o COESO a dar o primeiro salto no atendimento às crianças e mães. Em 2001, o COESO passou a atender 50 crianças, e Sandra deixou o emprego na Prefeitura. Os recursos

financeiros para custear a entidade vinham da Prefeitura, que desembolsava 30% do total, 20% da metalúrgica e os outros 50% do COESO, que continuava a organizar jantares e chás para arrecadar o dinheiro restante.

“Esse contrato era de apenas um ano, mas continuou nesses oito anos. A prestação de contas do COESO é mensal”, contou Sandra. Ela relembrou que, naquela época, o custo de atendimento de cada criança nas unidades da Prefeitura era de R\$ 2.400,00. No COESO, o valor do repasse era R\$ 230, mas era um bom começo.

Ainda em 2001, novas crianças passaram a ser atendidas em mais uma unidade, dessa vez na Vila Barcelona. As crianças recebiam cinco refeições diárias e assistência médica e encaminhamento às unidades de saúde quando necessário. A escolinha de educação infantil adotava o regime de semi-internato, com aulas e atividades que abordavam temas como autoestima, solidariedade, relacionamentos, cooperação, disciplina e criatividade.

Sandra começou então a pensar em um jeito de incluir a família das crianças nas atividades do COESO: “Queria incluir o pai, a mãe, os avós, que, geralmente, moram em casas de chão batido, cujas paredes são cortinas de tecido na divisão de ambientes. Às vezes, o pai estava preso ou alguém na família sofria com problemas de alcoolismo”.

Enquanto Sandra buscava dar tranquilidade às mães que necessitavam trabalhar e não tinham onde deixar as crianças, um golpe do destino atingiria a sua família. Em uma tarde de 2003, Sandra recebeu um telefonema com a notícia que a filha tinha sido atropelada por um carro, na porta de casa, ao sair de bicicleta. “Impossível, minha filha não tem bicicleta”, foi a primeira frase que disse ao lembrar entre lágrimas o episódio. Aos 10 anos de idade, Larissa partia, deixando uma lacuna que jamais seria preenchida na vida de Sandra, Wesley e do irmão mais novo, Wesley Augusto.

Sandra e Wesley ficaram praticamente um ano de luto. Das muitas lembranças de Larissa, Sandra recordava-se da resposta da menina à pergunta: “O que você quer ser quando crescer?”. “Quero ser feliz, mamãe”.

Com muita fé e o apoio dos amigos, começou a superar aquela dor, a “transformar o caos em vitória”, como disse. Ao ver que amigos da comunidade haviam denominado uma sala de atividades da Igreja de Espaço de Convivência Larissa, resolveu dar àquelas crianças tudo o que um dia sonhara dar à própria filha. “Queria ter a possibilidade de oferecer a esses meninos todas as oportunidades que Larissa teria”.

## O semear

Foi assim que, em 2003, nasceu o projeto para cuidar de adolescentes de 7 a 14 anos: o Espaço Larissa. Além das aulas de reforço escolar e de religião, garotos e garotas ganhavam atividades de dança, esportes e música. E mais unidades de atendimento iriam surgir na Vila Sábina, Vila Hortência. De um centro esportivo abandonado, mais uma unidade de atendimento surgiria, por meio da parceria com a Prefeitura e de outra empresa metalúrgica.

Nos oito anos de existência do COESO, as parcerias eram o alicerce dessa iniciativa. Ela contabilizou 28 parceiros nesses anos todos: de grandes empresas, principalmente as gigantes metalúrgicas da cidade, como DANA, ZF, a fábrica de tratores JCB, Prefeitura de Sorocaba, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Nacional de Assistência Nacional (CNAS), até pequenos comércios, como panificadoras. Isso sem contar o apoio dos irmãos de fé da Comunidade Evangélica da Restauração, a igreja de ramificação Batista, que sempre contribuiu com talento e mão de obra.

Mesmo contando com essa rede de parceiros, o COESO já tinha 18 funcionários na folha de pagamento. E o capital de giro – a soma de recursos financeiros para fazer frente ao ciclo produtivo, seja uma empresa ou instituição sem fins lucrativos – sempre faltava.

Em 2005, Sandra começou a realizar reuniões de planejamento estratégico para buscar um plano de sustentabilidade do COESO. “Ninguém aguentava mais chás e jantares. Além disso, quando fizemos uma análise mais profunda, descobrimos que, apesar do trabalho, de mobilizar muita gente, o lucro desses eventos não chegava a R\$ 50 reais”, contou Sandra com muito humor.

“Aqui no COESO, todo mundo sabe o seu valor, a sua função, só não sabe quando vai receber”, afirmou Sandra em setembro de 2008, em um outro momento de descontração. E contou que, como diretora executiva do COESO, deveria receber mensalmente R\$ 1.800,00, mas o salário estava atrasado havia três meses. Esse pelo menos foi o salário estabelecido pelo conselho do COESO. Todo o trabalho da diretoria é voluntário, sem remuneração, exceto no caso do diretor executivo, conforme a legislação para entidades sem fins lucrativos.

Em 2006, Sandra procurou o escritório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em Sorocaba, em busca de orientação para

ela e para a equipe. Fez os cursos “Visão de Futuro”, “Técnicas de negociação para o terceiro setor” e o “EMPRETEC”, que potencializa as características empreendedoras. No ano seguinte, seria eleita vice-presidente da Central de Organizações Não Governamentais de Sorocaba, reunindo 17 entidades, cujo principal trabalho era sensibilizar administradores municipais sobre a importância de políticas públicas para fazer frente aos problemas sociais das comunidades.

Sandra se incomodava com a “visão assistencialista”, mesmo com os resultados positivos na vida daquelas crianças. Buscava atividades que pudessem “emancipar as pessoas pelo trabalho delas”.

Às vezes, as respostas para essas questões surgiam de um hábito ancestral dos humanos, uma conversa franca. Foi o que aconteceu quando não sabia o que dizer para mulheres que passavam por um curso de capacitação em artesanato. “Elas faziam essas caixinhas artesanais, do tipo porta-objetos. As caixinhas ficavam horríveis, eu não sabia como dizer isso para elas, embora todas pudessem ver e as vendas não acontecessem”, contou Sandra. Cheia de preocupações com a estima das mulheres, resolveu ter uma conversa franca e perguntar o que elas realmente gostariam de fazer. A resposta veio em coro unânime: cozinhar.

Da resposta surgiria mais que um desejo, um novo projeto para 10 mulheres: o Pão Nosso. A partir de um convite do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), as mulheres foram convidadas para preparar um café de boas-vindas aos participantes de um evento com “pães e bolos que fizeram o maior sucesso”. Os convites se tornariam frequentes. Ganharam o primeiro cliente e a fama dos quitutes do bufê solidário gerou outros pedidos. A renda era dividida em três partes: para as mulheres, para o COESO e para a compra de materiais.

Dividir o pão alimentava a caminhada. Fatiar os projetos do COESO era uma estratégia na atração de parceiros. Além do Pão Nosso, surgiria: o FAN Cultural, projeto musical com dança, coral e banda, patrocinado por uma empresa de energia; o Aprendendo, Brincando e Convivendo (ABC), combinando orientação, estudos e atividades lúdicas; o Conhecendo Deus, o Roda de Conversa, a Brinquedoteca, projetos esportivos e outros tantos que podem ser conhecidos no site do COESO ([www.coeso.org.br](http://www.coeso.org.br)), que apresenta os propósitos e histórico da entidade. Estudantes universitários do último ano de cursos como psicologia e gastronomia também contribuíam com esses projetos, realizando estágios e cursos no COESO.

“Dar nome aos projetos ajuda a quantificar e qualificar a importância da ajuda dos parceiros. Diferente de pedir ajuda, apresentamos um pedido de apoio aos projetos”, destacou Sandra.

Ela ressaltou ainda a importância da prestação de contas mensalmente. “Nossa primeira parceria era apenas para um ano, mas, certamente, a demonstração mensal contribuiu para aumentar a credibilidade do COESO”. Credibilidade coroada quando o COESO foi selecionado por uma fundação ligada a uma empresa inglesa de tratores entre 15 organizações não governamentais brasileiras para desenvolver o projeto da fábrica de sabão ecológico.

Pais das crianças do COESO são os funcionários da fábrica. Em uma ampla rede de solidariedade e de logística, 243 empresas da cidade e pessoas físicas doam o óleo vegetal utilizado em frituras de alimentos. O óleo recolhido é filtrado, misturado com outros produtos até virar sabão. Cada litro de óleo reciclado gera 1,3 kg de sabão. A produção mensal pode chegar a 20 mil kg, com funcionários devidamente registrados e remunerados.

A Fundação, além da doação do maquinário da fábrica, emprestou um dos principais executivos, que é o presidente do Instituto de Educação Sócio Ambiental (IESA), ajudando na administração e prospectando mercados. Depois de todas as despesas, o lucro é revertido às crianças do COESO.

Também para garantir renda aos familiares das crianças atendidas pelo Centro foi criada, em 2007, em parceria com a Prefeitura, o Espaço Cooperado de Empoderamento Social (ECOESO), que recolhe material reciclável na zona norte da cidade. Papelão, vidro e o óleo de cozinha das residências eram recolhidos por 35 homens e mulheres, que assim conseguiam garantir uma renda entre R\$ 480 a R\$ 800, conforme a produtividade de cada um.

Sandra contou que a principal dificuldade nesse projeto foi convencer as mães sobre a importância de deixar as crianças na creche, enquanto elas recolhiam o material para a reciclagem. “Foi difícil, o apelo da criança na frente do carrinho era quase uma estratégia de marketing para comover as pessoas”, relatou Sandra.

## O fruto

Ao longo do percurso de todos esses empreendimentos sociais, Sandra demonstrou uma capacidade de transformação de problemas em soluções.

Homens e mulheres que trabalhavam como catadores recebiam capacitação e trabalhavam na fábrica de sabão ou no bufê solidário. E como as crianças também cresciam, ela já fazia planos para 2009. Estruturava o COESÃO, projeto de empreendedorismo para jovens de 16 a 18 anos.

A casa onde Sandra morava – no parque São Bento – também virou mais um Espaço Larissa. Além das 50 crianças atendidas naquela unidade, outras 80 pessoas participavam das oficinas de costura, bordado e pintura. Ao todo, em setembro de 2008, 320 crianças e adolescentes entre os 7 e os 14 anos frequentavam as três unidades do Espaço Larissa. Outras 120 crianças, entre 4 meses e 4 anos, eram acolhidas nas escolas infantis Semeadores do Amanhã.

Em 2007, a Igreja Metodista de Votorantim, cidade vizinha a Sorocaba, começou a fazer um trabalho com o COESO, atendendo 30 crianças daquela cidade. E também na cidade paulista de Indaiatuba com fundação em 2003.

Em Minas Gerais, uma amiga da extensa rede de contatos de Sandra desenvolvia com a Igreja Batista outro projeto em parceria com o COESO, atendendo 20 crianças. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no bairro Passo da Areia, um amigo de uma funcionária do COESO também começou a desenvolver projeto semelhante.

Em 2007, todo esse esforço recebeu reconhecimento internacional. Concorrendo entre 140 projetos sociais de todo mundo, o COESO recebeu um prêmio de U\$ 17,9 mil da GE Volunteer Foundation. E que já virou sabão, ou melhor, telhado para a fábrica de sabão.

Com apoio do SEBRAE, Sandra implantava o programa de Qualidade Total no COESO. Por meio da sistematização de métodos, técnicas e ferramentas da qualidade, esse projeto buscava melhorar a conscientização dos colaboradores da entidade quanto à necessidade de melhoria contínua.

O COESO deixava para trás a era da ajuda pela ajuda no combate à pobreza. E ainda que contasse com a caridade e com a filantropia, o COESO estruturava-se para ingressar como protagonista da sociedade civil na era das políticas sociais de promoção humana.

Para o futuro, “daqui uns 10 anos”, ela mira o continente africano – Moçambique – para dar continuidade aos projetos do COESO.

“O que sustenta é a motivação. Nunca pensei em dizer isso; 14, 15h de trabalho, mas nenhum dia é igual ao outro”, explicava Sandra.

O alicerce para a superação estava nos amigos, na comunidade: “A construção é de todos, filho e amigos e parceiros. O grande valor de tudo isso está na ajuda de todos”, relata Sandra.

“As crianças crescem mais felizes com nossa ajuda. Mas não é só ajuda, é inclusão familiar, com a comunidade, com o outro, com Deus. Ganhei 300 Larissas para cuidar e isso me deixa feliz”.

E para coroar essa iniciativa, Sandra recebeu o Prêmio Mulher de Negócios: 1º lugar em São Paulo e 3º lugar no Brasil, pelo SEBRAE, o que proporcionou novas parcerias.

# UNIONG: UNINDO E FORTALECENDO

REGINA MEDEIROS<sup>1</sup>  
VANDERLEI DA SILVA<sup>2</sup>

A União de Organizações Não Governamentais (UNIONG) é uma organização sem fins econômicos, cujo objetivo é tornar-se um centro de referência, fortalecendo as ações que promovam o desenvolvimento integral e sustentável das organizações sociais.

Em março de 2006, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), por meio de seu Projeto de Central de Negócios, propôs a todas as organizações sociais cadastradas na Secretaria da Cidadania de Sorocaba (SP) a criação de uma organização que promovesse a união delas em torno de objetivos comuns, a fim de que, fortalecidas, pudessem atingir seus objetivos e oferecer seus serviços com a máxima qualidade possível.

Esse objetivo proporcionou aos representantes das organizações que aderiram ao projeto uma série de capacitação, a fim de que, juntos, pudessem construir, com base nas necessidades das organizações, os pilares básicos da então UNIONG.

No dia 1 de novembro de 2007, na sede da Associação Bethel, 15 organizações fundaram a UNIONG e realizaram a constituição da primeira diretoria execu-

---

<sup>1</sup> Gestora Social da Oficina Céu Azul (<[www.oficinaceuazul.org.br](http://www.oficinaceuazul.org.br)>; <[www.oficinaceuazul.org.br/blog](http://www.oficinaceuazul.org.br/blog)>). E-mail: [uniong@bol.com.br](mailto:uniong@bol.com.br)

<sup>2</sup> Advogado com especialização em Direito do Terceiro Setor. Mestre em Educação. Doutorando em Educação. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). Gerente Geral do SOS de Sorocaba. Presidente do CMAS - Sorocaba. Presidente da UNIONG. Presidente da Comissão de Direito do 3º Setor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Votorantim. Faz parte da Diretoria da Cáritas Arquidiocesana de Sorocaba, da Associação Pró-Mulher de Votorantim e da Academia Votorantinense de Letras, Artes. e História. E-mail: [sos@sossorocaba.org.br](mailto:sos@sossorocaba.org.br).

tiva e conselho fiscal. Nascia em nossa cidade mais um instrumento de trabalho dentro do Terceiro Setor – instrumento esse que tem como missão a “união” das organizações com a finalidade de facilitar e aperfeiçoar o trabalho realizado.

As organizações sociais beneficentes enfrentam grandes desafios na sua área de atuação. Desde as dificuldades financeiras para a manutenção de suas despesas operacionais e a busca da autossustentabilidade até a elaboração e aprovação de projetos que visam ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, à gestão de pessoas (colaboradores contratados e voluntários) e à promoção do seu marketing para a divulgação da transparência de suas ações.

Esses desafios, se trabalhados em conjunto, poderão ser facilmente vencidos, pois as empresas e mesmo o setor público poderão se utilizar da UNIONG como instrumento facilitador no contato e negociação de interesses comuns.

A UNIONG conta hoje com 34 organizações associadas e várias parcerias que lhes têm viabilizado benefícios.

Sabemos que nosso trabalho está apenas iniciando. Os desafios são muitos, mas a união de nossos ideais nos fortalecem e nos encorajam a lutar mais e mais.

Em 2011 tínhamos várias metas a cumprir, entre elas a de atrair as organizações que ainda não faziam parte do nosso quadro de associados, para que viessem juntar-se a nós nesse trabalho árduo, porém extremamente compensador.

São centenas de cidadãos em nossa cidade em situação de exclusão social, necessitados de amparo nas mais diversas áreas. São também centenas de organizações trabalhando por desenvolver estratégias eficazes para sanar essas dificuldades. Portanto a união entre as organizações e os outros setores da sociedade, com certeza, viabilizará as ações necessárias para amenizarmos e, em muitos casos, extirparmos definitivamente as causas da exclusão social.

A UNIONG acredita que somente por meio da união poderemos proporcionar dignidade, igualdade e justiça para a sociedade da qual somos parte fundamental.